

**Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social**

FERNANDA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**A CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE A PARTIR
DA TEORIA MARXISTA: OS DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS PARA O
CONHECIMENTO**

**JUIZ DE FORA
2015**

FERNANDA DE OLIVEIRA GUIMARÃES

**A CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE A PARTIR
DA TEORIA MARXISTA: OS DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS PARA O
CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho

JUIZ DE FORA
2015

Dedico esta dissertação a todos que, aos seus modos, contribuíram para realização desta longa trajetória, mas, especialmente, ao meu grande companheiro e amor Eduardo e aos meus pais e irmãos que serviram de grande inspiração para continuar seguindo.

AGRADECIMENTOS

Após recordar todo o caminho percorrido para chegar ao fim dessa longa trajetória, vem o reconhecimento de como esta dissertação representa um divisor de águas para a minha formação humana. A escolha realizada, ante a alternativa, de enveredar nas contribuições da teoria marxista e de aproximar dos estudos de Lukács, suscita a certeza de que foi crucial a aproximação com Serviço Social para que tudo isto fosse realizado.

Logo, agradeço imensamente a todo o corpo docente do programa de mestrado, que apresentou importantes contribuições teóricas. A partir de cada disciplina, o alicerce foi se construindo gradativamente e, assim, de forma imprescindível, a chance de melhor apropriação do meu objeto de estudo foi alcançada.

Extensivo ao corpo docente, agradeço aos colegas de turma que, enquanto parceiros nessa travessia, tornaram o caminho para o conhecimento mais rico, através dos questionamentos levantados e do diálogo por nós travado.

Mas cabe um agradecimento especial à Sabrina, pela amizade construída, por nossas conversas de apoio mútuo e pelo incentivo sincero. Obrigada Sabrina pela amizade! Por vezes, o caminho se apresentou bastante árduo, mas, enfim, conseguimos atravessá-lo!

Agradeço ao orientador Rodrigo pela paciência e compreensão diante do tempo necessário que precisei para concluir esta trajetória e, além disso, pela sua leitura atenta e apontamentos pertinentes que favoreceram a recondução dos passos dados. Obrigada por ter ofertado leituras que possibilitaram a aproximação aos estudos lukasianos. Reconhecidamente, foi fundamental o contato que tive com o livro, indicado por você, da professora Gilmaisa. Momento este, em que várias questões se mostraram frutíferas para construção do meu objeto de estudo.

Sem dúvidas, não poderia deixar de fora os meus agradecimentos à professora Gilmaisa, pois a sua participação na banca de qualificação trouxe apontamentos imprescindíveis! Verdadeiramente, posso afirmar que seus estudos elucidaram os meus passos. Obrigada, professora Gilmaisa, pela disponibilidade e boa acolhida!

Assim como também agradeço ao professor Ronaldo, que trouxe contribuições valiosas na banca de qualificação. Obrigada, professor Ronaldo, por ter transmitido desde o início, a coragem necessária de seguir o caminho do meu objeto de estudo, que já sabia que seria de grande desafio! Com certeza, a possibilidade da sua presença também na banca de defesa, só fez reiterar a consideração de que você, de forma sempre direta e pertinente, provoca questões que revigoram a busca pelo conhecimento.

Quero agradecer imensamente à professora Yolanda pelo aceite solícito em participar da banca de defesa. O nosso encontro despertou em mim, maior consciência do quão prudente é avançar nesse objeto de estudo para que nosso fazer profissional seja legitimamente ético. Obrigada, Yolanda, sua presença nesse momento foi bastante assertiva!

Meus agradecimentos aos profissionais com quem compartilhei as experiências no cotidiano dos serviços da política de assistência social. Obrigada pela possibilidade de reconhecer, junto a vocês, os imensos desafios que enfrentamos para traçar estratégias de ação em prol dos sujeitos que nos procuram. Profissionais amigos da prefeitura de Ouro Preto, os quais não poderei citar nomes, pois correria o risco de ser injusta com tantas pessoas com quem cruzei em meu caminho. Assim como a prefeitura municipal de Mercês e de Cataguases. Esta dissertação é para todos nós, que nos angustiamos e buscamos sempre melhores respostas para o nosso fazer profissional!

Agradeço imensamente à prefeitura municipal de Leopoldina e, principalmente, aos profissionais da Secretaria de Assistência Social, que se mostraram tão disponíveis para contribuição no momento da realização da investigação. Obrigada, profissionais voluntários da pesquisa, por terem permitido esta chance de compartilhar as angústias e expor a realidade do cotidiano profissional. Sem vocês, nada disso seria possível!

Agradeço imensamente à CAPES pela oportunidade da bolsa, pois, certamente, através dela, pude projetar e organizar melhor os meus passos...

Agradeço a todos os funcionários da Faculdade pela dedicação! Obrigada à coordenação do programa e à secretaria.

Agradeço carinhosamente aos meus pais que me acolheram de “volta à casa”, para que eu pudesse dar mais um passo em minha formação. Sou imensamente grata e reconheço este apoio incondicional a mim empenhado. Vocês me fazem acreditar que eu sempre posso um pouco mais. Meus eternos orgulhos!

Às minhas irmãs queridas, reconheço o apoio sincero e por serem pessoas que me inspiram através dos exemplos e do horizonte por vocês projetado!

Agradecimento muito especial ao meu grande companheiro e amor, Eduardo, que se mostrou paciente em minhas ausências e por ter sido meu porto seguro nos momentos de fragilidade. Como você já me dizia, agora, seremos nós dois, psicólogos de “asas quebradas”, nos aventurando e enfrentando os desafios que a realidade nos apresenta. Ao final desse trajeto, só tenho a lhe dizer que as escolhas que precisei realizar, deixam a certeza de que tudo valeu à pena, pois você está ao meu lado. Obrigada, por ser também minha grande inspiração!

Ademais, é preciso precaver-se de simplificações formalistas, sendo o meio mais eficaz contra isso o conhecimento mais exato possível da respectiva situação histórica em seu ser-propriadamente-assim social, o que obviamente só ocorre quando não se permite que essa situação se petrifique idealmente num estágio de coisas estático, mas quando se procura compreendê-la em sua dinâmica concreta, em seu “de onde?” e “para onde?”.

György Lukács

RESUMO

Esta dissertação traz enquanto objeto de estudo a concepção de sujeito e da constituição da subjetividade no trato dado às manifestações subjetivas pelos profissionais de Psicologia e Serviço Social inseridos nos serviços da política de assistência social. Enquanto proposta, almeja analisar como tem sido concebida a relação sujeito-objeto, a formação da subjetividade e, conseqüentemente, a que se refere as manifestações subjetivas dos sujeitos e famílias por eles atendidos. Assim, realiza uma investigação com profissionais inseridos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Leopoldina (MG), buscando verificar em que medida têm se localizado dentro do embate no campo teórico-prático para compreensão das demandas subjetivas. A dissertação busca o revigoramento das contribuições teórico-filosóficas da teoria marxista para o conhecimento da categoria subjetividade, sobretudo, nos apontamentos do filósofo György Lukács, em seus estudos da ontologia do ser social, que permitem trazer à cena como a subjetividade se objetiva e qual o papel do processo de individuação e da personalidade humana.

Palavras-chave: subjetividade, conhecimento teórico-prático, Assistência Social.

ABSTRACT

This dissertation studies the conception of the subject and the formation of the subjectivity in its relation with the subjective manifestations given by professionals of Psychology and Social Service inside the public services of social assistance. It aims to analyse how the relation subject-object has been conceived, the formation of the subjectivity and, as a result, the subjective manifestation of the individuals and families attended. In doing so, it undertakes an investigation with professional within the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in the town of Leopoldina (in Minas Gerais state) trying to assess the extend to which such centers work within the debate of the theoretical and practical field to comprehend the subjective requirements. This works tries to empower the theoretical and philosophical contributions of the Marxist theory for the knowledge of the subjective category, especially in the reflections of the philosopher György Lukács, in his studies of the ontology of the social being, that brings how the subjectivity objectify itself and what role the process of individualization and the human personality play.

Key-words: subjectivity, theoretical and practical knowledge, Social Assistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA PARA O CONHECIMENTO DA SUBJETIVIDADE.....	19
1.1 A SUPERAÇÃO DE MARX À FILOSOFIA IDEALISTA HEGELIANA E AO MATERIALISMO FEUERBACHIANO: A CONSTRUÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO.....	22
1.2 A CONCEPÇÃO DE SUJEITO SUBJACENTE AO MATERIALISMO HISTÓRICO DE MARX: O PAPEL DO TRABALHO E O ESTRANHAMENTO...	37
2 OS ESTUDOS DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL POR LUKÁCS: APROFUNDAMENTO DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE.....	50
2.1 O TRABALHO: A GÊNESE DA RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO, O PÔR TELEOLÓGICO DO SER SOCIAL E O MODELO DA PRÁXIS SOCIAL.....	53
2.2. A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL.....	76
2.2.1 A RELAÇÃO DO INDIVÍDUO COM O GÊNERO HUMANO.....	92
2.3 AS FORMAÇÕES IDEAIS E OS DESAFIOS PARA O CONHECIMENTO.....	109
3 OS DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS INSERIDOS NOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE À CATEGORIA SUBJETIVIDADE: A TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO.....	123
3.1 A PARTICIPAÇÃO NA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	131
3.2 A APRESENTAÇÃO DOS “ESTUDOS DE CASOS”.....	151
3.3 AS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	211
ANEXO.....	214

INTRODUÇÃO

Esta dissertação nasce da prática profissional, enquanto psicóloga, inserida nos serviços da Assistência Social, demarcados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As questões levantadas se fizeram fecundas através da atuação profissional entre CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) em dois municípios mineiros¹ com características díspares e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) também em outro município mineiro².

Através da experiência profissional no cotidiano dos serviços da política de assistência social, foram percebidos os desafios que as equipes técnicas (psicólogos e assistentes sociais) enfrentavam quando diante das demandas relacionadas às “novas” formas de manifestação de sociabilidades e individualidades resultantes do capitalismo contemporâneo. Estas manifestações se revelavam na mudança de valores, das relações de pertencimento, na emergência de novos sentimentos, comportamentos, mentalidades e representações. Assim, em meio às demandas bastante complexas, que vão desde o terreno econômico-político até o campo sociocultural, estes profissionais eram desafiados a dar respostas ao seu objeto de intervenção.

Na verdade, os sujeitos e as famílias apresentavam-se nos serviços da política de assistência social em busca de suprimento das suas carências de ordem material e objetiva. Porém, acrescidas a estas demandas materiais, traziam conflitos de ordem subjetiva, que aparentemente se mostravam vinculados ao âmbito privado, ainda que tivessem reverberado no espaço público. Eram demandas por resolução dos problemas reconhecidos como de ordem “psi”. Quando não chegavam através do próprio sujeito/família, frequentemente, apareciam por solicitação do poder judiciário, da instituição escolar, entre outras. Estas solicitações vinham carimbadas com nomenclaturas como desajustamentos intrafamiliares, problemas comportamentais ou conflitos grupais/individuais. Neste rol ganhavam espaço como componente, a dependência química, as diversas formas de violência, os conflitos intergeracionais, o abandono, os problemas escolares e de aprendizagem, as depressões, o suicídio, entre outros.

¹ Atuei como psicóloga no CRAS do município de Mercês (população estimada pelo IBGE em 2013 de 10.753 habitantes) e no município de Ouro Preto (população estimada pelo IBGE em 2013 de 73.349 habitantes).

² Atuei como psicóloga no CREAS do município de Cataguases (população estimada pelo IBGE em 2013 de 73.232 habitantes).

Pode-se dizer que estas demandas apareciam de forma fragmentada, recebidas enquanto demandas individualizadas, como se àquela situação vivida pelo sujeito/família remetesse apenas à sua existência singular. De tal modo, percebeu-se que quando a dimensão “individual” tomava a cena na imediaticidade do exercício profissional, os profissionais ficavam expostos ao risco de que suas ações se centralizassem nas singularidades. E quando isto ocorria, as vivências individuais passavam a não ser concebidas no entrelaçamento com as determinações econômicas, políticas e sociais. Justamente por isto, a categoria subjetividade precisava ser reexaminada. Entendendo que a falta de clareza da relevância das vivências ditas “individuais” e a não compreensão destas demandas singulares, poderia conduzir aos equívocos das atuações profissionais.

O que se observava era que vários profissionais se limitavam a associar estas manifestações subjetivas apenas à crise de valores, à falência da instituição familiar, à perda de sentido, às situações originadas por características individuais ou de personalidade, entre outras. Por vezes, destacavam-se os discursos e as práticas que não esboçavam análise crítica dos fenômenos subjetivos, recorrendo com frequência a posturas conservadoras, seja através da culpabilização da família ou, simplesmente, pela responsabilização do sujeito. Assim, o que foi percebido é que o trato (no sentido de manejo teórico-prático) às manifestações subjetivas aparecia atrelado a certo rebaixamento crítico analítico por parte destes profissionais. As inúmeras expressões subjetivas explicitadas a partir do sujeito singular não eram assim reconhecidas em seu entrelaçamento com materialidade, numa perspectiva de totalidade.

Entretanto, sabe-se que a possibilidade para que as manifestações subjetivas sejam concebidas no entrelaçamento com a produção da vida material, seria um posicionamento teórico-prático destes profissionais afinado à teoria social proposta por Karl Marx. Através dela, o processo de conhecimento estará direcionado na concepção de que o real pode ser conhecido como totalidade constituída historicamente, partindo da consideração de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 45).

Ao assumir a teoria marxista, a subjetividade pode a ser concebida como objetiva, sendo ela capaz de apontar para os nexos entre o singular-universal-particular. Logo, se ancorado por esta teoria, o profissional tem a possibilidade de compreender que apesar das manifestações subjetivas se apresentarem de forma singular, através demandas imediatas, assim como na particularidade, enquanto demandas específicas para atendimentos

psicossociais na política de Assistência Social nos dias atuais, elas ainda contêm as determinações universais que as remetem ao modo de produção capitalista. De tal modo, que as subjetividades são vistas na sua materialidade, como socialmente e historicamente constituintes e constituídas.

Não à toa, toda a dissertação persegue a defesa da existência desta relação indissociável entre as condições materiais e objetivas postas ao sujeito e a conformação da subjetividade. Isto quer dizer, que parte da concepção de que ocorre um vínculo estreito entre as transformações econômicas, políticas e culturais, originadas do modo de produção capitalista e os processos de produção de subjetividade. A consideração é de que a subjetividade, manifestada no plano individual, pela personalidade, pelos valores, pela ideologia, pelos “padrões” de comportamento e formas de sociabilidade, se apresenta intrinsecamente conformada às determinações sociais produzidas num determinado tempo histórico.

A proposta de retomada do estudo da categoria subjetividade, a partir da teoria marxista, se faz na suposição da ocorrência, no cotidiano profissional, da perda ou esvaziamento da dialética. Além disso, presume-se que, em tempos de capitalismo contemporâneo, o campo de conhecimento da subjetividade humana tem sofrido a forte influência das teorias ditas pós-modernas e a presença do neopositivismo. E todo esse cenário tem favorecido para a não compreensão, por parte dos profissionais, da unívoca relação sujeito-objeto.

Dizer que a dialética, enquanto movimento analítico essencial para a real compreensão do que são as manifestações subjetivas, tem sido rechaçada, não significa afirmar que em algum momento ela tenha sido legitimada de forma hegemônica. Pelo menos, se pensar na Psicologia enquanto ciência. Mas, a partir das experiências profissionais nesse cotidiano dos serviços de assistência social, foi possível perceber que mesmo àqueles (profissionais) que se mostravam amparados por certa análise crítica da realidade social, estes até conseguiam apontar as determinações sociais e históricas quando se tratava de demandas objetivas (concretas). Entretanto, a suspeita é que o rebaixamento crítico-analítico ocorria mais fortemente quando os profissionais estão frente aos fenômenos que se referem à vida subjetiva. No campo de atuação, se reconheceu a existência dos entraves teórico-práticos quando estes profissionais eram convocados a intervir nos conflitos subjetivos. Notoriamente, apresentavam dificuldades em identificar as questões ligadas aos afetos, aos modos de vida,

na maneira de pensar e de expressar destes sujeitos/famílias enquanto relações sócio-históricas.

Entretanto, ainda que as reais determinações que fundam as manifestações subjetivas não tivessem sido reveladas pelos profissionais, a categoria subjetividade de forma alguma ficava em suspenso. Por isso, a relevância em discuti-la, já que era objeto de bastante inquietação para a prática profissional. Ela perpassava todo este cotidiano, aparecendo, de sobremaneira, inserida nas reuniões de equipe, nos estudos de caso, na pauta para delimitação das ações. E até mesmo, apresentava-se como mira nos discursos destes profissionais, de forma a demarcar os seus limites prático-profissionais. Não incomum, verbalizavam suas queixas e frustrações quanto à incapacidade de dirigir respostas profícuas às demandas de ordem subjetiva.

Com efeito, eram recorrentes nas reuniões de equipe, na presença de diversos profissionais das políticas de Saúde e Educação, as discussões de casos individuais. Nestes encontros, aparecia a tendência das discussões de caso a caso. O alvo sempre recaía nos fenômenos subjetivos, ocorrendo uma paralisação naquilo que explicava apenas a lógica do sujeito ou do grupo familiar. E, contudo, o que chamava a atenção é a carência de uma definição clara de como se dá a constituição dos processos subjetivos. Foi justamente esta carência de uma concepção de sujeito e de subjetividade, aliada ao rebaixamento crítico analítico frente às manifestações subjetivas, que levou a suspeitar que tem ocorrido, no campo da chamada prática profissional, um esvaziamento ou perda da dialética.

Nesse sentido, a dissertação busca reforçar a urgência da definição clara da concepção de sujeito e da subjetividade, na medida em que reflete diretamente a dado posicionamento ideopolítico dos profissionais frente aos sujeitos/famílias atendidas. Já que, o profissional, na intervenção das demandas de ordem subjetiva, mesmo que não tenha claramente assumido a concepção teórica a qual se vincula, a faz, baseada dentro de uma perspectiva de como se dá a constituição dos processos subjetivos. Sendo assim, algumas questões vêm à tona: quais têm sido as concepções teórico-práticas assumidas por estes profissionais (psicólogos e assistentes sociais) frente às manifestações subjetivas nos serviços da política de Assistência Social? Como estes concebem a constituição dos processos subjetivos? E, baseados em dadas concepções, quais são os direcionamentos da sua intervenção profissional? Têm conseguido perceber estas manifestações subjetivas no seu inerente vínculo com a materialidade?

Dessa maneira, a dissertação traz como objeto de estudo: a concepção de sujeito e da constituição da subjetividade no trato dado às manifestações subjetivas pelos

profissionais de Psicologia e Serviço Social inseridos nos serviços da política de Assistência Social. Assim, tem enquanto principal objetivo: investigar os direcionamentos teórico-práticos de psicólogos e assistentes sociais inseridos no cotidiano dos serviços da política de assistência social, quando se deparam com as formas de manifestações da subjetividade dos sujeitos e famílias por eles atendidos.

Nessa captura das concepções teórico-práticas no trato à subjetividade, apoia-se na hipótese de que têm emergido no campo ideológico as influências das correntes pós-modernas e do neopositivismo. Conseqüentemente, a partir desta suposição, seria pertinente problematizar se, no campo do conhecimento, estes profissionais (psicólogos e assistentes sociais) têm apropriado e reproduzido estas correntes, numa postura neoconservadora, que constituiria como funcional à lógica burguesa. Pois, a dissertação parte da consideração, de que as correntes teóricas nomeadas como pós-modernas, assim como o neopositivismo, impedem que a tensão entre indivíduo e sociedade fique exposta. Já que nelas são recriadas tendências para apresentar a realidade, num esforço de manterem intactas a autonomização do indivíduo e da sociedade, que serviram e ainda servem para conservar a sociedade capitalista. Estas, enquanto efeito disto, sem a perspectiva dialética, tentam reafirmar as análises reducionistas e dicotômicas, que acabam reinstaurando ora o objetivismo sem sujeito ora o subjetivismo sem objetividade.

Mas a questão desta dissertação não são os desafios da prática profissional em não conceber as demandas “individuais” como meros “fenômenos psicológicos”, na sua forma abstrata? Nesse sentido, as tendências que resgatam o subjetivismo sem objetividade vêm justamente edificar as manifestações subjetivas apenas na sua forma abstrata. Todavia, também não se almeja abordar as manifestações subjetivas, percebendo-as atreladas à materialidade do capitalismo contemporâneo? Neste caso, se reinstaurado o objetivismo sem subjetividade, corre-se o risco de abarcar estas demandas “individuais” dando a elas, o tratamento de exterioridade à vida cotidiana.

De qualquer forma, tanto a concepção que hiperdimensiona as demandas “internas” à família/sujeito, como àquela que supervaloriza assuntos “externos”, caem em atuações que não problematiza a vida subjetiva como determinação social, ficando impossibilitado de perceber que a expressão da subjetividade é representação do social e da história. Então, é imprescindível que ao longo dessa dissertação se consiga romper com qualquer destes polos, que sempre tendem a criar modelos psicossociais individualizantes e a conceber as manifestações de ordem subjetiva de forma naturalizante.

Provavelmente que diante deste objeto de estudo circunscrito, poderia desembocar em questões relativas às competências e formações específicas de cada profissão. Entretanto, de saída, a dissertação não tem a pretensão qualquer embate comparativo entre elas. Cabe apenas reconhecer, criticamente, o significado do advento das ciências particulares e das especialidades. Desse modo, a psicologia poderia merecer ênfase na investigação, já que esta assumiu o lugar de ciência particular que, em certa medida, traz a subjetividade humana enquanto objeto primordial. Em certa medida, pois mostra-se submersa às diversas matrizes teóricas. Ou seja, antes de dizer que tem como seu objeto, a subjetividade humana, escapa, em si, a pergunta: de qual concepção de subjetividade humana se fala?

Não se deve esquecer que construção da psicologia, enquanto ciência, deve ser contextualizada dentro do projeto da Modernidade. Naquele cenário se inscrevia a necessidade do controle e previsibilidade do comportamento individual e, justamente a psicologia, sustentou esta proposta. Ela esteve imbricada às teorias que apoiaram a concepção de sujeito psicológico com um destino supostamente natural. Pode-se dizer, que originalmente, renunciou a concepção de sujeito que se constrói na relação com contexto econômico, histórico e social. Bastante atrelada aos saberes de observação e clínico, sustentou crenças universais e, conseqüentemente a-históricas. A partir de embasamentos do cerne da ciência moderna burguesa, se valeu da naturalização do comportamento, do método de experimentação e da concepção racionalista. Assim, enquanto pilares da sua fundação, assumiu práticas e discursos que propunham a apreensão objetiva do mundo e do ser humano, defendendo a previsibilidade, que se alcançaria através da suposta neutralidade científica.

Logicamente, se tivesse como um dos objetivos levantar o estudo da história da psicologia no Brasil, se resgatado seu percurso no cenário do conhecimento, se perceberia que esta passou por diversas transformações (continuidades e rupturas). Ao longo desse processo, vários espaços de atuação foram abertos, convocando assim, esta profissão para além do atendimento individual da clínica tradicional. Lembrando-se que, as políticas públicas passaram a inseri-la dentro do seu escopo institucional. E, assim, nesse processo, os profissionais tiveram que se esforçar (e ainda o fazem) para rever as inadequações do seu corpo de conhecimento, na tentativa de encontrar respaldo para sua atuação no coletivo. Com isso, as disciplinas de psicologia social e comunitária ganharam evidência, possibilitando o diálogo com outras áreas de conhecimento.

De tal modo, pode-se dizer que, atualmente, em grande medida, os parâmetros que orientam a profissão, desde a formação, o código de ética e as referências técnicas, tem “o

compromisso com o social” como um dos lemas da sua intervenção. Mas, necessariamente, para se comprometer com a coletividade é preciso que esta questão da relação entre o sujeito e a sociedade esteja bem demarcada. Acredita-se que este seja o grande desafio que permeia os profissionais implicados com “o compromisso com o social”.

É possível reconhecer que a dissertação poderia até abordar a formação sócio-histórica de apenas uma dessas profissões (Psicologia ou Serviço Social), a fim de analisar como tem sido o direcionamento teórico-prático das manifestações subjetivas na atualidade. Isto até traria relevante contribuição teórica e social para interior de cada profissão. Sem dúvidas, se assim fosse, a Psicologia seria o alvo, devido à própria formação. Entretanto, o que esteve sempre proeminente na construção do objeto de estudo é a defesa de que é possível pensar em atuações interprofissionais articuladas no reconhecimento da categoria subjetividade. Quer dizer, em que psicólogos e assistentes sociais estejam agregados num esforço teórico-prático conjunto, a fim de dar devido trato às manifestações subjetivas, que seja condizente ao reconhecimento das reais determinações que as encobrem.

Evidentemente que os psicólogos e os assistentes sociais estão atrelados a particulares bases de legitimação social. Assim, como carregam acúmulo teórico-político diferentes, relacionados ao movimento sócio-histórico de cada profissão. Entretanto, isto não deveria implicar em dizer, que estes profissionais não possam agregar e convergir a dado alvo. E este alvo, seria a reflexão do seu compromisso com a realidade social. Mas como já foi referido, como atingir um compromisso com a coletividade, senão através da apreensão desta relação sujeito e sociedade?

Além disso, a escolha por investigar o direcionamento teórico-prático da intervenção das manifestações subjetivas, tanto dos psicólogos quanto dos assistentes sociais se fez, entendendo que caso fosse abordada apenas uma das profissões, não se conseguiria capturar os desafios que a categoria subjetividade apresenta aos serviços da política de assistência social. Quer dizer, a investigação ficaria restrita ao cenário de uma categoria profissional, impossibilitando o reconhecimento do que de fato ocorre em relação ao trato das manifestações subjetivas no interior do cotidiano dos serviços da política de Assistência Social. Ainda, no limite, optar pela análise de uma dessas categorias profissionais, exigiria bastante cautela na condução desta investigação, para que não se reafirmasse a divisão sócio-técnica do trabalho, contribuindo assim, para o mascaramento dos efeitos proporcionados pela fragmentação que estes profissionais se encontravam submetidos.

Pela fragmentação do trabalho, esses profissionais acabavam sendo conduzidos a divisão das demandas objetivas e subjetivas, mesmo que isto no campo prático, não à toa, tornava-se impossível. Justamente, por reconhecer esse fato no cotidiano profissional que a dissertação se põe a enfrentar esta problemática. No desenrolar desta, assume-se a defesa de que tanto supor que o trato às manifestações subjetivas se refere exclusivamente ao profissional de psicologia, quanto delimitar que as demandas de ordem objetiva se referem apenas ao assistente social, acaba por gerar consequências desastrosas na intervenção profissional. De um ponto ao outro, todo esse processo de cisão entre demandas objetivas e subjetivas se faz de forma a retroalimentar dada concepção da relação sujeito-objeto que, certamente, não estaria alinhada ao materialismo histórico dialético.

Por isso, na construção da dissertação, os elementos referentes à formação sócio-histórica das duas áreas de conhecimento não serão circunscritos isoladamente para análise do objeto de estudo. Por acreditar assim, ser fundamental investigar as concepções teórico-práticas destes profissionais frente às demandas subjetivas, de forma integrada, sem direcionar a área específica. Esse movimento veio na tentativa de romper com as dualidades que estas profissões em parte acabam assumindo.

Desse modo, a dissertação demarca a importância do diálogo interprofissional que esteja aliado à reflexão crítica da realidade social, numa proposta ético-política conjunta. Ou seja, coloca menos à prova às competências e questões ligadas a formação específica de cada profissão, defendendo mais, a compreensão das manifestações subjetivas numa concepção materialista histórico dialética. Isto se justifica por acreditar que a compreensão da categoria subjetividade vem favorecer tanto as intervenções profissionais particulares dos psicólogos quanto dos assistentes sociais. Na verdade, a proposta de reflexão das manifestações subjetivas no campo profissional, não se dirige a dada profissão e sim aos profissionais. Considerando que são eles que produzem o conhecimento. Sendo, portanto, portadores de aspirações, concepções e ideologias do como concebem a constituição do sujeito e da subjetividade.

Com este objeto de estudo e objetivo definido, dissertação mostra-se construída em três momentos. No **primeiro capítulo**, algumas contribuições de Karl Marx para o conhecimento da subjetividade serão apresentadas. Nesse instante destaca-se alguns pontos de superação que este teórico realizou em relação à filosofia idealista hegeliana e ao materialismo feuerbachiano que possibilitaram uma nova perspectiva para o conhecimento da relação sujeito-objeto, inaugurando assim, o materialismo histórico dialético. Então, após

compreender que Marx inaugurou uma nova ontologia, dando a possibilidade para que a subjetividade fosse reconhecida a partir de nova esfera teórico-filosófica, em seguida, enfatiza-se qual a concepção de sujeito subjacente a esta. Assim, as duas categorias essenciais para a compreensão do estudo da subjetividade vêm à tona: o trabalho e o estranhamento.

No **segundo capítulo**, o aprofundamento da concepção de sujeito e da constituição da subjetividade se faz através dos estudos da ontologia do ser social proposto por Lukács. Nesse momento, a categoria trabalho é retomada para reafirmá-la como determinação intrínseca para a gênese da relação sujeito-objeto, como pôr teleológico primário do ser social e, mais ainda, enquanto modelo da práxis social. Além disso, se aprofunda na exposição de como se dá o processo de reprodução do ser social, considerando que a não compreensão (ou imprecisa) deste, por parte dos profissionais, é o cerne originador de equívocos no trato (manejo teórico-prático) das manifestações subjetivas. Em seguida, destaca-se o papel das formações ideais na constituição da “concepção de vida e de mundo dos indivíduos”, abordando ainda, a problemática da ideologia e sua relação com a produção do conhecimento. Para selar toda a problemática levantada até então, coloca-se no centro, o próprio profissional em seu processo de aquisição do conhecimento.

E, finalmente, no **terceiro capítulo** é o momento de expor o processo de investigação que foi realizado com dez profissionais (entre eles, psicólogos e assistentes sociais) inseridos nos serviços de proteção social básica no município de Leopoldina, no estado de Minas Gerais. A investigação teve como objetivo principal, elucidar quais eram as concepções de sujeito e da constituição da subjetividade que se embasavam para direcionar suas intervenções profissionais, quando diante das manifestações subjetivas de sujeitos e famílias por eles atendidos.

Ao final da dissertação, espera-se que todo este estudo da relação sujeito-objeto, a partir da teoria marxista, consiga trazer imprescindíveis contribuições para o conhecimento do que são as manifestações subjetivas. Na defesa de que a real compreensão de como se dá os processos de individuação e de sociabilidade favorecerá a possibilidade do revigoramento da práxis ética, tanto de psicólogos quanto de assistentes sociais, inseridos nos serviços da política de Assistência Social.

1 AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA PARA O CONHECIMENTO DA SUBJETIVIDADE

Este estudo, na defesa da existência da relação indissociável entre as condições materiais e objetivas postas ao sujeito e a conformação da subjetividade, assume que a concepção materialista histórico dialética apresenta um valioso método³ para o conhecimento da realidade. Entendendo que o materialismo histórico proposto por Karl Marx, demarca um campo teórico-filosófico inaugural para compreensão da relação sujeito e objeto, permitindo assim, conceber a subjetividade enquanto objetivamente constituída e constituinte das relações sócio-históricas.

Na proposta de investigação de quais têm sido as concepções teórico-práticas dos profissionais de Psicologia e Serviço Social, inseridos nos serviços da política de assistência social, diante das demandas de ordem subjetiva, insere-se o questionamento quanto à influência das teorias pós-modernas e neopositivistas. Por isso, definitivamente, o levantamento de alguns pontos que suscitem as principais contribuições da teoria marxista que possam otimizar a intervenção profissional frente às manifestações subjetivas, vem como movimento de refutação aos fundamentos das teorias burguesas.

Nesse caso, trazer a cena algumas contribuições da teoria marxista para a temática da subjetividade é demarcar e enfatizar a distinção em relação às outras concepções que apresentam a universalidade da essência humana sob a perspectiva da classe dominante. Dessa forma, de saída, o que se seguirá, vem do esforço do exercício de revigoramento dos fundamentos marxistas, na tentativa de destacar quão primordiais são as chaves de análises por estes deixados e que permitem a compreensão das determinações particulares da categoria subjetividade.

Nesse ponto de partida está a admissão de que para que a refutação (das teorias burguesas) seja realizada, torna-se inevitável que a concepção marxista, no que se refere a relação sujeito-objeto, se apresente cuidadosamente analisada. Para isto, é preciso compreender a qual vinculação teórico-filosófica e direcionamento metodológico a mesma se inscreve. Quer dizer, minimamente, para que a defesa de que a teoria marxista possibilita o conhecimento das manifestações subjetiva sejam profícuas, esta deve passar pelo crivo do reconhecimento dos princípios filosóficos elementares.

³ Cabe adiantar que a questão do método em Marx diferencia-se, essencialmente, do sentido exposto pelas teorias burguesas. Entendendo que não há, previamente, um conjunto de procedimentos a serem seguidos como garantia no ato do conhecimento. Inclusive, se tomado sob esta forma, pode-se dizer que não existe método em Marx.

Necessariamente, isto não pode ser desprezado, considerando que, para que o profissional possa assumir os fundamentos marxistas no seu campo teórico-prático, este deve compreender a matriz filosófica a qual se vincula. Pois, somente, quando consegue situar-se teoricamente, isto se reverterá⁴ em dado posicionamento prático-profissional. Inclusive, esta própria afirmação, inclui o fundamento da práxis, que se dá na inerente interconexão entre o conhecimento e a atuação.

Em outras palavras, o profissional para assumir a concepção materialista histórico dialética deve reconhecer quais foram as rupturas⁵ teórico-filosóficas engendradas pela teoria marxista, compreendendo assim, quais os pontos de superação até a construção do seu processo de conhecimento que contempla o universal-particular-singular. Será assim, através do estudo destas rupturas teórico-filosóficas que algumas perguntas se apresentam. Como por exemplo, qual foi a superação de Marx em relação à filosofia hegeliana e ao materialismo feuerbachiano? O que de antemão, a ruptura teórico-filosófica de Marx implica no conhecimento da subjetividade?

Porém, reconhecidamente, nesse caso, a elucidação do que a teoria marxista apresentou de inaugural para o conhecimento da relação sujeito-objeto, perpassando por uma análise da superação da filosofia hegeliana e o materialismo feuerbachiano, representa um esforço teórico (inesgotável) para capturar como isto se apresenta no percurso da produção intelectual de Marx. Dessa forma, a dissertação, ao tratar da problemática da relação sujeito-objeto a partir da teoria marxista para, em seguida, examinar como têm se dado as concepções teórico-práticas dos profissionais que se confrontam com as manifestações subjetivas, inevitavelmente, precisa assumir algumas escolhas. Ou seja, é necessário extrair e apresentar apenas alguns pilares que são essenciais para compreender e favorecer a análise do objeto aqui assumido.

Nesse sentido, o primeiro capítulo está organizado em duas partes. De modo didático, a primeira parte vem apresentar alguns pontos de superação que Marx realizou em relação à filosofia idealista hegeliana e ao materialismo feuerbachiano. Pontos estes, que culminaram na construção do materialismo histórico e que, portanto, possibilitaram a emersão no terreno crítico-dialético de nova perspectiva para o conhecimento da relação sujeito-objeto dentro do

⁴ Ao longo da dissertação, este sentido de reversão, precisará ser problematizado, assumindo a posição de que ter uma concepção teórico-filosófica não resulta “automaticamente” em dada atuação prático-política. Embora, compreenda que a atuação prático-política, necessariamente, vincula-se a dada concepção teórico-filosófica.

⁵ Aqui, o sentido de ruptura, não significa que não se possa agregar, em certa medida, continuidades. Mas, refere-se, principalmente, a superação.

cenário teórico-filosófico. Já a segunda parte, busca destacar a concepção de sujeito⁶ subjacente a teoria marxista. E, nesse momento, torna-se apropriado situar⁷ as duas categorias consideradas por esta dissertação como imprescindíveis para a compreensão da temática da subjetividade humana, sendo elas: **o trabalho e o estranhamento**⁸.

Com isso, espera-se que através da apreensão do que radicalmente a teoria marxista apresentou para compreensão da relação sujeito-objeto, assim como, a concepção de sujeito subjacente, possa-se reexaminar a categoria subjetividade. E, este reexame implica-se diretamente ao objeto de estudo dessa dissertação. Pois, somente através dele é que será possível demarcar (contudo, reconhecer) as distintas análises que se configuram no cotidiano profissional em relação ao conhecimento das manifestações subjetivas. Análises estas, ancoradas por certo determinismo, em que ambas se encontram impedidas de capturar a real e complexa relação sujeito-objeto, seja porque, por vezes, estão pendentes ao objetivismo ou, por outras, marcadas pelo subjetivismo,.

⁶ Durante a dissertação, a palavra **homem** e **sujeito** assumem o mesmo valor semântico.

⁷ Já que, em grande medida, no segundo capítulo, estas duas categorias serão reexaminadas.

⁸ A escolha destas duas categorias para iniciar a temática da subjetividade, não quer dizer que outras não sejam relevantes. Inclusive, de certa maneira, são trazidas à cena em alguns momentos nesse capítulo e aprofundadas no posterior, como é o caso da **consciência** e da **alienação**. Especialmente, no caso da categoria alienação, aqui se reconhece que a partir de determinadas traduções esta encontra-se empregada em terminologias diferentes. Nesse sentido, torna-se importante destacar que a dissertação se embasa na tradução de Jesus Ranieri dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. E, dentro disso, caminha em concomitância à tradução utilizada pela editora Boitempo dos livros *Ontologia do ser social I e II* de Lukács, ao livro *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx (2001)*, além do estudo do pesquisador Ronaldo Vielmi Fortes, intitulado *As vias da ontologia de György: as bases ontológicas do conhecimento (2011)*. A partir dessas referências bibliográficas admite-se que alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) apresentam noções distintas em Marx. Entretanto, cabe anunciar que, de maneira privilegiada, a partir do segundo capítulo, quando o estudo passa a deter-se, sobretudo, nos apontamentos lukácsianos, que a distinção entre elas se encontra melhor demarcada e, nesse caso, permite-se a compreensão de que a alienação é um momento subjetivo essencial do trabalho, vinculada ao processo de individuação. Porém, esse primeiro capítulo limita-se a situar, a partir dos *Manuscritos*, o que Marx denominou por *trabalho estranhado*, de maneira a subsidiar teoricamente o que será tratado no segundo capítulo. De tal modo, o que importa, de antemão, é demarcar o reconhecimento de que traduções distintas para alienação e estranhamento implicam o emprego de terminologias diferentes das mesmas. Assim, adianta-se que, por vezes, alguns autores contemplados ao longo da dissertação, nem sempre se apropriam da mesma tradução. Nesse caso, considerando que estes autores, de forma incontestável, trazem contribuições consistentes para este estudo, então, quando referenciados, ter-se-á anunciado qual a tradução e o uso dos termos empregados por estes.

1.1 A SUPERAÇÃO DE MARX À FILOSOFIA IDEALISTA HEGELIANA E AO MATERIALISMO FEUERBACHIANO: A CONSTRUÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Inicialmente, para compreender como se deu a superação teórica-filosófica de Marx, cabe lembrar que para que este assumisse, posteriormente, o materialismo histórico dialético, precisou percorrer e rebater criticamente a filosofia alemã apresentada até meados do século XIX. E, apesar de ser conhecidamente um pensador expoente da concepção materialista histórico dialética, Marx inicialmente aproximou-se da filosofia idealista alemã de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), compondo o grupo dos jovens hegelianos⁹.

Somente, através do processo de captura (compreensão) dos fundamentos filosóficos que se destacava naquele momento histórico que Marx, juntamente com Engels, pôde apresentar críticas veementes à natureza idealista e burguesa contidas naquele grupo dos jovens hegelianos ao qual fazia parte até então. De maneira geral, as maiores críticas e, portanto, as bases para a superação que levou Marx a sedimentar, posteriormente, sua concepção materialista histórico dialética, podem ser observadas, principalmente, nas obras *Manuscritos Econômico-Filosóficos*¹⁰, *A Sagrada Família*, *A Ideologia Alemã*, *Contribuição à Crítica a Economia Política* e *O Capital*.

Na verdade, o que deve ser destacado é que ainda que Marx tenha se interessado pela perspectiva de Hegel, que trazia à cena em seus fundamentos teórico-filosóficos, a **dialética** e a **totalidade**, estes, apesar de reconsiderados por ele, acabaram servindo de contraponto para que, posteriormente, originasse a concepção materialista histórico dialética. Pois, foi através da revisão crítica da dialética e da filosofia de Hegel, tal qual ficou representada na *Fenomenologia* e na *Lógica*, que Marx (juntamente com Engels) atentou-se para o fato de que a concepção hegeliana invertia o processo de conhecimento da realidade histórica, fazendo com que a real gênese da sociedade burguesa ficasse ofuscada.

A apresentação simplificada (e, por isso, assumido o risco de estancamento de outras análises substantivas e valorosas) da filosofia idealista de Hegel, será abordada aqui, através

⁹ Os jovens hegelianos ou hegelianos de esquerda ficaram conhecidos como um grupo de estudantes e professores da Universidade de Humboldt de Berlim dos anos 30-40 do século XIX. Foi após a morte de Hegel, que este grupo se contrapôs aos chamados hegelianos de direita, que representavam o setor mais conservador, com grande prestígio acadêmico e político na época. Os jovens hegelianos tentaram capturar a radicalidade da filosofia idealista de Hegel, a fim de fundamentar a transformação burguesa da Alemanha. Dentro do movimento dos jovens hegelianos estavam David Strauss, Bruno Bauer, Edgar Bauer, Max Stirner, Ludwing Feuerbach, Friedrich Engels e Karl Marx.

¹⁰ Esta obra, pode ser encontrada intitulada como *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, *Manuscritos de Paris* ou até *Manuscritos de 1844*.

dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, exclusivamente a partir de Marx quando trata da “Crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral”.

Resumidamente, pode-se dizer que a filosofia hegeliana, como a expressão do idealismo alemão, trouxe à questão filosófica elementar entre matéria/espírito ou ser/pensar, tendo como explicação do mundo a base do percurso (movimento) do espírito. Assim, o que estava primariamente dado era o espírito e, nesse caso, a ideia era o sujeito da história. Portanto, a explicação da história partia dos pressupostos espirituais, como se fosse o Espírito absoluto quem produzisse a realidade. Então, para conhecer o mundo era preciso conhecer a história do desenvolvimento da consciência dos homens (da ideia), já que para Hegel, impossível a existência do mundo fora do pensamento. Assim, fazia-se necessário compreender o processo de construção da consciência, no qual os homens podiam reconhecer os fenômenos (sendo estes a própria essência).

Por isso, não à toa, Hegel ratificava a importância de se focar na *Fenomenologia do Espírito*, na medida em que o que existe é fenômeno. Em outras palavras, a verdade só poderia ser compreendida, e para ele era possível conhecê-la (contrapondo-se a filosofia kantiana)¹¹, através do estudo do desenvolvimento da história (e da dialética) do espírito humano. Na verdade, “Hegel tomava a história como um desenvolvimento em si mesmo racional, passível de ser compreendido, mas que, de qualquer forma precisava ser desvendado, ainda que esse desvendamento dependesse quase que exclusivamente de pressuposto, ao mesmo tempo, lógicos e ontológicos, ideais (RANIERI, 2001, p. 12).

Marx, quando se debruçou na análise do idealismo hegeliano, começou destacando que a essência humana, o homem, encontrava-se referido em Hegel como consciência-de-si. Por isso, na filosofia hegeliana “todo estranhamento da essência humana nada mais é do que o estranhamento da consciência-de-si” (MARX, 2004, p. 125).

¹¹ Lessa e Tonet, com a finalidade de apresentar alguns aspectos do idealismo subjetivo kantiano, apontaram que “para Kant, todo conhecimento humano passa pelos sentidos. Sem as sensações, portanto, nenhum conhecimento do mundo seria possível. As sensações, todavia, possuiriam, segundo ele, duas limitações fundamentais. A primeira é que não são as coisas que produzem as sensações, mas nossos órgãos dos sentidos. Assim, embora as sensações se refiram às coisas, elas são, na verdade, produzidas no e pelo sujeito. Portanto, as sensações nos dizem “como percebemos as coisas”, mas não “como as coisas são” (...) A segunda limitação das sensações estaria no fato de que elas sempre se refeririam a um evento, ou a um número relativamente pequeno de eventos (...) Portanto, para o idealismo kantiano, não podemos jamais saber o que as coisas de fato são. O que podemos conhecer e explorar é a imagem do mundo que nossa consciência produz a partir da organização das nossas sensações no tempo e no espaço. (LESSA e TONET, 2001, p. 38-9).

Na verdade, pela filosofia idealista hegeliana, as objetivações se dão enquanto construções da consciência-de-si. É como se o espírito universal se exteriorizasse na natureza e esse movimento retornasse como compreensão de si mesmo. Porém, cabe o destaque de que este conhecimento de si se dava através da contrariedade (ou seja, na compreensão de que o outro difere de si), mas também no reconhecimento de que contém algo de si que pode ser representado no outro. E, este movimento de exteriorização permite ao espírito, ao se reconhecer como diferente do outro, reencontrar a consciência de si mesmo. Em análise consistente do sistema hegeliano, Ranieri explicou da seguinte maneira:

O saber-se a si mesmo do espírito significa basicamente que a consciência-de-si instaura-se somente enquanto alteridade, ou seja, ela progride na medida mesma em que o homem se sociabiliza e se reconhece por saber-se diferente do outro (meio físico ou humano) exterior a ele – a consciência-de-si é exatamente a trajetória do homem em sua humanização. Sob este aspecto, a primeira forma de efetivação do espírito é quando ocorre uma ruptura com a natureza, precisamente aquela em que é possível à consciência abstrair, aquele momento em que a forma *social* de apreensão realiza-se como sujeito do entendimento. A consciência, para tornar-se consciente de si mesma e, daí, ser o elemento de efetivação do conhecimento, tem de realizar-se no ato de encontrar-se e reconhecer-se a partir do *outro* que, por sua vez, é a realidade da supressão dela com seu singular e exclusivo (RANIERI, 2001, p. 50-1).

Nesse caso, nesse movimento do conhecimento levantado por Hegel, o que chamou atenção de Marx é que ele havia percebido que o momento fundante para produção da consciência se encontrava no trabalho. Pois, pelo sistema hegeliano “o trabalho faz com que a consciência seja, ao mesmo tempo, consciente de si e consciente de que ela é também o outro de si mesma, posto que entre ela e o outro existe toda a criação humana” (RANIERI, 2001, p. 51).

Assim, na medida em que considerou o trabalho como elemento construtor da consciência, Hegel alcançou acertada reflexão da relação entre homem e natureza “pois indica rigorosamente que a posição finalística é algo que deve respeitar a causalidade natural, sob pena de não se conseguir nunca, caso essa legalidade não seja respeitada, o resultado pretendido” (Ranieri, 2001, p. 54-5). Nesse aspecto, “Hegel sabia que nenhuma concepção puramente ideal pode se dar ao luxo de superar a legalidade material própria do mundo objetivo, a chamada da conexão causal” (RANIERI, 2001, p. 52).

Mais à frente, quando se tratar da apresentação da categoria trabalho na concepção materialista histórico-dialética, encontra-se melhor esclarecido que o reconhecimento de Marx

da assertiva de Hegel - quando anunciou que o homem produzia a si mesmo, exteriorizando-se -, não impediu que este (Marx) partisse desta proposição, embora, em contrapartida, identificasse as limitações do procedimento hegeliano para o conhecimento. Pois, o que Marx foi capaz de elucidar é que como na filosofia hegeliana o homem encontra-se reduzido à consciência, espírito, então, todo o caráter sensível e objetivo da natureza e do mundo eram reconhecidos apenas na “forma abstrata”, quer dizer, Hegel realizava a “apreensão *formal e abstrata* do ato de autoprodução ou ato-objetivação do homem” (MARX, 2004, p. 133). Assim, em Hegel

este ato aparece, porém, em primeiro lugar, como um ato *apenas formal* porque vale com um (ato) abstrato, porque o ser humano mesmo só vale como um ser *abstrato pensante*, como consciência-de-si; e, em segundo lugar, porque a apreensão é *formal e abstrata*, assim a supra-sunção da exteriorização torna-se uma confirmação da exteriorização, ou, para Hegel, aquele movimento de *autoproduzir*, de *auto-objetivar(-se)* como *auto-exteriorização* e *auto-estranhamento* é a *absoluta*, e, por isso, a última *externação da vida humana* chegada à sua essência, tendo a si mesma por objetivo e (estando) em si mesma satisfeita (MARX, 2004, p. 132-3).

Como bem percebeu Marx, elucidando a dialética do espírito proposta por Hegel, por exemplo, no caso do estranhamento da consciência-de-si, “o objeto estranhado, a efetividade essencial estranhada do homem é (...) nada mais que a *consciência*, apenas o pensamento do estranhamento, sua expressão *abstrata* e, por isso, sem conteúdo (*Inhaltslos*) e inefetiva, a *negação*” (MARX, 2004, p. 133). Por isso, não à toa, em Hegel, o estranhamento da consciência-de-si

não vale como expressão - expressão que se reflete no saber e no pensar - do estranhamento efetivo da essência humana. O estranhamento efetivo, que se manifesta com (estranhamento) real, não é, pelo contrário, segundo sua mais íntima essência oculta - primeiramente trazida à luz por intermédio da filosofia - nada mais do que manifestação do estranhamento da essência humana efetiva, da consciência-de-si (MARX, 2004, p. 125).

Marx, ao explicar “a raiz do falso positivismo de Hegel ou do seu criticinismo apenas *aparente*” mostrou que nesse, o processo

Em primeiro lugar, a consciência, a consciência-de-si, está *junto de si* em seu *ser-outro* enquanto tal (...) Isto implica, em primeiro lugar que a consciência - o saber enquanto saber -, o pensar enquanto pensar finge ser imediatamente o outro de si mesmo, (finge ser) sensibilidade, efetividade, vida, o pensar que se sobrepuja no pensar. Este aspecto está aqui contido na medida em que a consciência, enquanto

consciência apenas, tem o seu impulso (*Anstoss*) não mediante a objetividade estranhada, mas mediante a *objetividade enquanto tal*. Em segundo lugar, implica que o homem consciente de si, na medida em que reconheceu e supra-sumiu (*aufhob*) o mundo espiritual – ou a existência espiritual universal de seu mundo – enquanto auto-exteriorização, confirma-o novamente, contudo, nesta figura exteriorizada e o toma como seu verdadeiro modo de existência, restaurando-o, finge estar, em seu *ser-outro enquanto tal*, junto de si; por conseguinte, depois da supra-sunção (*Aufhebung*), por exemplo, da religião, depois do reconhecimento da religião como produto da auto-exteriorização, encontra-se, não obstante, confirmado na religião como religião (MARX, 2004, p. 129- 130).

Dito de forma sintética, Marx foi capaz de perceber que na medida em que na filosofia hegeliana a objetividade era resultado da expressão do espírito – como exteriorização garantida pelo trabalho - esta, acabava por identificar a realidade produzida como fruto do espírito absoluto. Quer dizer, o sistema hegeliano partia da concepção de que a realidade (natureza) era a exteriorização do sujeito, porém, o sujeito visto como pensamento abstrato. Assim, o que era considerado real era a ideia, ou seja, importava o conceito que os homens tinham da realidade, posto que, o que se exteriorizava era o espírito. Lembrando que em Hegel, o conhecimento só se efetivava, na medida em que ao exteriorizar-se, o pensamento abstrato regressado a si alcançava o reconhecimento de si a partir do outro, através da alteridade. Importante destacar que este conhecimento se apresenta como movimento dialético do pensamento, ou seja, as categorias passavam a ser conhecidas pelo sujeito, na medida em que ele se apresentava enquanto realidade. Tem-se com isto que, através do sujeito, o objeto passava a ser conhecido, assim como, através do objeto, o sujeito se reconhecia.

Aqui, o ponto essencial é que Hegel estava propondo uma outra lógica para o conhecimento. E esta lógica hegeliana, longe de ser transcendental (como a de Kant), se firmava numa filosofia especulativa-abstrata. Pode-se dizer que Hegel buscava superar o dualismo kantiano que apresentava a separação entre sujeito e objeto. Assim, não defendia a dualidade entre o sujeito e objeto e sim uma inter-relação. Mas, ao postular esta inter-relação, também concebia que no processo do conhecimento o primado era o sujeito. De tal modo, a busca pelo conhecimento deveria iniciar-se com o “concreto pensado”, quer dizer, como se pensa a realidade.

Marx discordava fortemente desse movimento dialético do pensamento proposto por Hegel. Segundo ele, como no processo de conhecimento Hegel partia do “ideal”, assim, a realidade mostrava-se enquanto uma realidade subjetivizada. Mais à frente, torna-se melhor esclarecido que Marx percebeu que a forma hegeliana de conceber a realidade apresentava-se invertida.

No segundo capítulo, evidencia-se a importância em se perceber que na filosofia hegeliana não se tinha marcadamente, nem a identidade, tampouco a dualidade entre sujeito e objeto. Ponto este, no qual Marx encontrou interseção e partiu para seu processo de conhecimento da realidade. Entretanto, para Hegel, ficou a cargo da ideia, do “espírito universal”, a expressão máxima capaz de representar a unidade do ser e do objeto. Em outras palavras, em Hegel, a unidade do ser é reconhecida, porém, sua afirmação se estabelece a partir do pensamento, pela especulação. O que permite a afirmativa que **em Hegel, o que se apresenta é uma inversão entre a objetividade e a subjetividade.**

Quanto a este postulado lógico hegeliano, da inversão entre sujeito e objeto, que Marx foi veemente crítico. Foi entendendo esta lógica da filosofia especulativa de Hegel que ele conseguiu revelar “as ilusões da especulação”. No trecho abaixo, Marx, debruçando-se para compreendê-la, chegou à conclusão de que nela

o sujeito só vem a ser enquanto resultado. Este resultado, o sujeito que se sabe enquanto consciência-de-si absoluta, é, por isso, o Deus, o espírito absoluto, a ideia que se sabe e aciona. O homem efetivo e a natureza efetiva tornam-se meros predicados, símbolos desse homem não efetivo oculto, e desta natureza inefetiva. Sujeito e o predicado têm assim um para com outro a relação de absoluta inversão, sujeito-objeto místico ou subjetividade que sobrepuja o objeto, o sujeito absoluto como um processo, como sujeito exteriorizando-se e retornando a si da exteriorização, mas, ao mesmo tempo, retornando-a de volta em si, e o sujeito como este processo; o puro círculo infatigável em si” (MARX, 2004, p. 133).

Definitivamente, a questão denunciada por Marx era que Hegel separava “o pensamento do sujeito” e o verdadeiro *ser* tornava-se apenas o *conceito* (ideia). De maneira que o caráter sensível e objetivo do mundo, como também a natureza, eram reconhecidos apenas na sua forma abstrata. E, esta lógica hegeliana (que, segundo Marx precisava ser desmistificada) implicava a produção de formulações (conceitos) que acabam assumindo atributos de conteúdos ontológicos.

Para melhor compreender como se engendrava a lógica especulativa-abstrata, teve-se a sua retratação na obra *A Sagrada Família*. Nela, Marx, juntamente com Engels, trouxe à tona como os jovens hegelianos se valiam¹² da especulação quando se dispunham a realizar a crítica crítica. Logo na abertura da obra, a contrariedade à postura especulativa se revelou no seguinte trecho:

¹² Entretanto, ponderaram (Marx e Engels) que reprodução dessa lógica, incorporada pelos jovens hegelianos vinha “à maneira de caricatura”, ou seja, apesar de incorporarem elementos da lógica hegeliana, estes, mostravam-se distorcidos, seja pelo exagero ou pela superficialidade.

O *humanismo real* não tem, na Alemanha, inimigo mais perigoso do que o *espiritualismo* – ou *idealismo especulativo* –, que, no lugar do *ser humano individual e verdadeiro*, coloca a “*autoconsciência*” ou o “*espírito*” e ensina, conforme o evangelista: “O espírito é quem vivifica, a carne não presta”. Resta dizer que esse espírito desencarnado só tem espírito em sua própria imaginação (MARX; ENGELS, 2011, p. 16).

Quanto a isso, na *Sagrada Família*, Marx e Engels puderam afirmar que era necessário fazer a crítica da crítica crítica¹³, ou seja, era fundamental desmistificar a lógica especulativa embutida nas análises dos jovens hegelianos. E foi especialmente no capítulo “O Mistério da Construção Especulativa”, a partir da análise do Sr. Szelinga (que intitulava a análise crítica de um romance) que Marx pôde expor como se dava a lógica da especulação.

Quando, partindo das maçãs, das peras, dos morangos, das amêndoas reais eu formo para mim mesmo a representação geral “*fruta*”, quando seguindo adiante, imagino comigo mesmo que minha representação abstrata “*a fruta*”, obtida das frutas reais, é algo existente fora de mim e inclusive o verdadeiro ser da pera, da maçã, etc., acabo esclarecendo – em termos especulativos- “*a fruta*” como a “*substância*” da pera, da maçã, da amêndoa, etc. Digo então que o essencial da pera não é o ser da pera, nem o essencial da maçã é o ser da maçã. Que o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, e sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja “*a fruta*” (MARX; ENGELS, 2011, p. 72).

Mas, as frutas expunham diferenças particulares e, além disso, cada fruta continha sua singularidade. Como, então, pela lógica especulativa se concebia as particularidades e as singularidades que a maçã, a pera, os morangos e as amêndoas apresentavam?

A isso, Marx chamou atenção para o fato de que, “as frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas *aparentes*, cujo ser real é “a substância”, a “fruta”” (MARX; ENGELS, 2011, p.72). Por esse processo, as frutas reais passam a ser elaboradas enquanto ideias abstratas que a partir do processo de ideação foram capazes de originar um conceito geral de fruta, “a fruta”. No entanto, nesse processo, “considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente” (idem), quer dizer, a “riqueza especial de determinações” perde-se na “substância”. As particularidades das frutas e as singularidades nelas existente acabavam sendo abarcadas na unidade, enquanto totalidade universal, que contém o essencial das frutas. Assim

¹³ Fazendo alusão às limitações dos jovens hegelianos, que ancorados na especulação, não reconheciam a realidade produzida e, assim, paralisavam (julgando realizá-la) apenas na crítica crítica.

(...) “a fruta” se apresenta na condição de pera, na condição de maçã ou amêndoa, e as diferenças que separam entre si a maçã da amêndoa ou da pera são, precisamente, distinções entre “a própria fruta”, que fazem dos frutos específicos outras tantas fases distintas no processo de vida “da fruta” em si. “A fruta” não é mais, portanto, uma unidade carente de conteúdo, indiferenciada, mas sim uma unidade na condição de “totalidade” das frutas, que acabam formando uma “*série organicamente estruturada*” (MARX; ENGELS, 2011, p. 73).

Nesse sentido, o que existe de fundamental em cada fruta não são suas propriedades naturais, “mas sim em sua característica *especulativa*, através da qual ela assume um lugar determinado no processo vital “da fruta absoluta” (MARX; ENGELS, 2011, p. 74). Dessa forma, o que realmente ocorre é que “a fruta” apresenta a essência abstrata, extraída do espírito. “A fruta” vem como representação do ser, enquanto atividade autônoma do sujeito. E, por esse raciocínio idealista, acabava-se por “conceber a *substância* na condição de *sujeito*, como *processo interior*, como *pessoa absoluta*” (Ibidem, p. 75).

Assim, tipicamente como parte do processo de especulação, a fruta real somente passa a existir em função da própria especulação. Nesse caso, a essência da fruta é a ideia abstrata “a fruta”. Mas, o que deve ser notado é que a fruta, após ter sido concebida pela especulação, assume a dimensão universal, enquanto a unidade de “totalidade” das frutas. E, este método especulativo que dá ao objeto o caráter de universalidade, acabava por trazer sérias implicações ao conhecimento do real.

Assim, de fato, pôde apontar a urgência da desmitificação dos princípios especulativos que construía conceitos, submetendo-os enquanto ideias universais. Desse modo, não deixou dúvidas de que um dos pontos críticos da filosofia alemã estava no fato de que ancorada na especulação, se criava noções abstratas que passavam a assumir formas universais, como absolutas. E, perigosamente, enquanto formas universais, estas noções eram tidas como se pudessem ser compreendidas por si mesmas, como elemento autonomizado. E, mais além, dentro desse mesmo processo especulativo, o esforço continuava por construir idealmente aquilo que se dava no real.

Assim, claramente nos *Manuscritos Econômicos-filosóficos*, passando pela *Sagrada Família* e culminando na *Ideologia Alemã*, pode-se dizer que o idealismo alemão foi reexaminado e, portanto, alvo de crítica filosófica contundente, o que permitiu a Marx assumir a concepção materialista histórica. Mais à frente, entendendo a concepção de homem subjacente a teoria social de Marx, não restará dúvidas de que esta se ergueu em superação à concepção idealista, na medida em que não admitiu a compreensão da existência do ser pelo

princípio espiritual. Nesse instante o que cabe adiantar é que “a consideração do trabalho por Marx, e não do espírito, como produtor da história, é que marca a ruptura entre as duas teorias” (RANIERI, 2001, p. 57).

Mas, antes de chegar à definição da concepção materialista histórico dialética de Marx que permitiu conceber a relação sujeito-objeto de maneira distinta às outras filosofias é preciso lembrar que ele não fez o acerto de contas somente com a filosofia hegeliana. Para avançar no terreno teórico-filosófico e, de fato, inaugurar uma teoria social, precisou reconhecer e apontar críticas às limitações que o materialista Ludwing Feuerbach tinha apresentado até então, lembrando que este último, também representava o grupo da esquerda dos jovens hegelianos.

Evidentemente, que Feuerbach influenciou a construção da concepção marxista. Pode-se dizer que ele foi, especialmente, o único dos jovens hegelianos capaz de realizar uma crítica mais contundente a filosofia idealista de Hegel. Na verdade, o primeiro a denunciar a inversão que a filosofia hegeliana propunha ao tomar como origem do conhecimento o conceito (o ser) no sentido abstrato. Não à toa, apontou – sendo isto, o que chamou a atenção de Marx, já que este último estava imbuído também nesse processo - a impossibilidade de se conhecer a realidade a partir dos jogos lógico-abstratos. Assim, segundo a filosofia (antropológica) fundada por Feuerbach, o conhecimento só poderia ser realizado pela intuição sensível, pelo imediato.

Assim, Feuerbach, debruçando-se a respeito do papel da religião, conseguiu trazer à tona a mistificação que a filosofia hegeliana instaurava ao colocar no lugar do sujeito, o predicado, transformando assim, o predicado em sujeito. E, como resultado da sua análise crítica, quer dizer, desmistificando o idealismo hegeliano, conseguiu apontar que eram os homens que criavam os deuses (a religião) a partir da alienação¹⁴ de suas reais condições. Logo,

o conceito hegeliano de alienação é, para Feuerbach, ilusório, uma vez que a fonte de toda a realidade criada deve ser procurada na materialidade. Especificamente, no interior da imediatividade do objeto, recurso calcado no pressuposto epistemológico de que a verdade repousa na certeza sensível, na natureza do objeto sensível (RANIERI, 2001, p. 59).

Sob este aspecto, Feuerbach partiu para defesa explícita da necessidade de realização da inversão da filosofia hegeliana: a materialista, em que o ponto de partida deveria ser o

¹⁴ Considera-se que “alienação e estranhamento são, para Feuerbach, uma só categoria” (RANIERI, 2001, p. 59).

homem e a natureza. E foi diante disso, que inicialmente Marx (assim, como Engels) aproximou-se dele, considerando o seu avanço teórico em relação aos materialistas “puros” e reconhecendo o seu mérito ao ter realizado a crítica radical contra o idealismo filosófico de Hegel, a partir da percepção de que o homem é um “objeto sensível”.

Embora tenha identificado os avanços teórico-filosóficos apresentados por Feuerbach, Marx percebeu que ainda que este primeiro tenha trazido à cena o homem, este homem encontrava-se distante da “atividade sensível” que o determinava. O que levou Marx a perceber que Feuerbach desconhecia os processos históricos produtivos do trabalho. E, nesse sentido, desconsiderando a atividade humana sensível como práxis, o materialismo feuerbachiano, apresentava as mesmas limitações dos materialistas anteriores. Porque, de certo modo, ainda que Feuerbach tivesse avançado na crítica a lógica idealista, como pontuado por Ranieri

Feuerbach pressupunha a superação do pensamento especulativo, assim como da crença religiosa, mediante a tomada de consciência pelos sujeitos singulares da inversão sujeito-predicado operada pela filosofia e pela religião, o que, em si mesmo, estabeleceria uma revolução na composição do gênero, que passaria a ser, em virtude do auto-conhecimento sensível, objeto de si mesmo (...) para este, o ato de emancipação tem de vincular-se ao reconhecimento daquela inversão e, conseqüentemente, tornar-se condição para o alcance efetivo da vida genérica. Portanto, por intermédio da *vontade*” (RANIERI, 2001, p. 59).

A crítica radical ao materialismo antropológico de Feuerbach apresentou-se na obra *Ideologia Alemã*. Num trecho específico, apreciando a concepção feuerbachiana, Marx chegou as seguintes conclusões:

ele se contenta com a teoria e não considera os homens em seu determinado contexto social, em suas reais condições de vida, que deles fizeram o que hoje são; e o fato é que ele nunca chega aos homens que existem e agem realmente; fica numa abstração, “o homem”, e só chega a reconhecer o homem “real, individual, em carne e osso”, no sentimento; (...) Nunca chega, portanto, a considerar o mundo sensível como a soma da atividade viva e física dos indivíduos que o compõem; (...) para ele, história e materialismo são duas coisas completamente separadas (...)” (MARX; ENGELS, 2002, p. 46).

Logo, ficou demarcado que o entrave teórico-filosófico feuerbachiano se dava porque no interior de sua concepção instalava-se a perspectiva na qual a categoria história não assumia o papel relevante para o conhecimento da relação sujeito-objeto. Então, Marx percebeu que Feuerbach isolava o objeto do sujeito de tal forma, que o impedia de

compreender a existência intrínseca dessa relação. Já que, por não capturar a atividade humana, ele acabava concebendo o homem enquanto ser passivo, contemplativo em relação à natureza que, por conseguinte, era intocável, sempre eterna. E, será justamente esta diferença da concepção naturalista de sujeito (homem) inscrita na filosofia antropológica feuerbachiana em relação à construída, posteriormente, por Marx, que possibilitou a deflagração da nova teoria social.

Esta nova concepção de sujeito será explorada no próximo momento da dissertação, mas, o que deve ser destacado é que o ponto máximo do seu acerto de contas, tanto com o idealismo alemão quanto com o materialismo de Feuerbach sugeriu: a reafirmação da possibilidade do conhecimento concreto da realidade humana, porém, sob nova abordagem ontológica, inaugurando uma maneira de pensar a relação sujeito-objeto. A esta inauguração de Marx, no cenário teórico-filosófico, demarcou o materialismo histórico, em que o mesmo, sustentava-se na possibilidade do conhecimento da história real dos homens reais.

Nesse sentido, segundo Marx, jamais o conhecimento deveria partir, tal como o hegelianismo supunha, da captura da dialética do pensamento. Já que não era a dialética do pensamento que imprimia a realidade dialética. Compreendendo que não eram as ideias que determinavam uma época, pois, estas deveriam ser vistas como pertencentes ao dado contexto, na medida em que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina sua consciência” (MARX, 1983, p. 24).

Logo, o concreto, o real, não se dava enquanto “encarnações” da ideia, como se o objeto passasse a assumir autonomia somente após o processo de ideação. Ou seja, **o real (o concreto) não existe pela abstração, enquanto capacidade intelectual do sujeito de imprimir o conhecimento. O real existe em si, sem a presença do espírito.** Nesse sentido, resgatando àquele exemplo anterior, em que se apreendeu o processo da lógica especulativa, já é possível entender que “a fruta” não se dá no terreno objetivo, somente a partir do ato de produção subjetiva (pela abstração). Pois, àquilo que se chegava à ideia, “a fruta”, já estava posto na materialidade, “pera, maçã, morangos e amêndoas”.

Assim, assumindo a máxima de que “é na vida real que começa, portanto a ciência real, positiva, a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens” (MARX; ENGELS, 2002, p. 20), Marx conseguiu sustentar que o equívoco das filosofias anteriores era não terem partido da história real dos homens reais. Nenhuma delas, concebia o homem na sua verdadeira dimensão. Era preciso compreender que “o homem não

é um ser abstrato, fora do mundo. O homem é o mundo dos homens, estado, sociedade” (MARX, 2004, p. 45).

Logo, não há dúvidas de que a concepção de Marx se mostrou bem mais radical. Foi a partir do enfrentamento das concepções filosóficas alemãs pós-hegeliana, que até aquele momento se mostravam incontestáveis e a-temporais, que trouxe à tona a problemática da ontologia do ser social e pôde apresentar o papel da ideologia, inclusive, dela destacar sua forma de produção particular a sociedade burguesa de uma “falsa consciência” da realidade social.

Nesse instante, o que de fato merece atenção, é que sua concepção colocou em evidência no cenário teórico-filosófico, o questionamento crítico a respeito das reais implicações das condições materiais postas ao homem e a produção de sua consciência. Já que a grande limitação das filosofias do conhecimento anteriores era que “nenhum desses filósofos teve a ideia de se perguntar qual era a ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, a ligação entre a sua crítica e o seu próprio meio material” (MARX; ENGELS, 2002, p. 10).

Pode-se dizer que, incorporando a dialética como chave analítica valiosa, o materialismo histórico concebeu a intrínseca e complexa relação entre a materialidade sócio-histórica e a consciência dos homens. Assim, como bem destacou Ranieri

a proposição hegeliana de que entre a *autoposição do eu* e a *autoprodução do homem* existe a *produção do mundo* permitiu a Marx alçar-se ao entendimento das conexões do real sem se render às artimanhas nominalistas do materialismo feuerbachiano e muito menos comprometer-se demasiadamente com a metafísica de Hegel (...) a originalidade de sua criação está centrada sim, na autoprodução do homem, mas de um ponto de vista fundamentalmente material, ou seja, o argumento é elaborado a partir da sociabilização humana, e daí a conseqüente sociabilização do pensamento, quando Hegel, ao contrário, vê na sociabilidade histórica do espírito (*Geist*) o fundamento das realizações materiais – de modo que, enfim, a conexão entre a alienação e estranhamento apareça, também ela, com a autoposição e autoprodução do espírito (RANIERI, 2001, p. 49).

Na verdade, o que deve estar claro é que ao realizar a crítica veemente à inversão da forma de conhecimento da realidade apresentada pela filosofia hegeliana, não quer dizer que a dialética, levantada por Hegel, não tenha sofrido convalidação. Pois, Marx apropriou-se dela, porém, não como Hegel que se ancorou na dialética do pensamento (que parte do “ideal”), em que a posição originária do conhecimento fica a cargo do sujeito. A dialética apropriada por Marx foi a dialética da realidade. De tal modo, propôs a inversão da dialética hegeliana, pois “ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui, é da terra que se sob ao

céu” (MARX; ENGELS, 2002, p. 109). Isto significava que toda a realidade, enquanto objeto do conhecimento, deveria ser concebida como resultado da construção dos homens, a partir de suas condições materiais postas pela natureza, pelas transformações acumuladas, pelas novas relações sociais que são travadas entre si.

Nessa máxima estava a defesa de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 1983, p. 24), ou seja, a maneira como os sujeitos vão se produzindo acaba determinando um modo de vida e isto, inerentemente, produz pensamentos e determina a estrutura social e política de uma dada sociedade, num marco histórico particular.

Nesse caso, diferentemente da dialética do pensamento proposta pela filosofia hegeliana, em que o movimento do pensamento é que contém e expressa a essência da realidade, na dialética da realidade é o próprio movimento da realidade que revela a essência do pensamento. Desse modo, não à toa, pela dialética materialista histórica, a capacidade do conhecimento da realidade deveria passar justamente pela investigação dos encadeamentos e determinações recíprocos das forças produtivas, relações de produção, estruturas políticas e modalidades de consciência.

Isto quer dizer que não bastaria como ponto de partida para o conhecimento o “que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros” (MARX; ENGELS, 2002, p.19). Na radicalidade do materialismo histórico se sustentou que “é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas e as relações de produção” (MARX, 1983, p. 25). Em outras palavras, “para Marx, o ponto de partida deve ser a posição originária do objeto, e o pressuposto da análise deve estar constantemente remetido a particularidades inseridas em complexos totalizantes, a partir dos quais são extraídas as determinações materiais específicas” (RANIERI, 2001, p. 60).

Evidentemente que esta discussão da análise dialética das condições de existência social e as modalidades de consciência, ou porque não, do entendimento de como se dá a relação sujeito-objeto, não se esgotará nesse momento. Esta problemática percorrerá todos os momentos da dissertação. Mas, para começar a aproximá-la, vale compreender o ponto de vista que Marx parte, com suas próprias palavras.

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica

da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1983, p. 24).

Entretanto, quando reconheceu que - na construção da concepção materialista histórica dialética - a existência social é que determina a consciência, de forma alguma, considerou que esta relação entre objetividade e subjetividade se dava de forma automática ou mecanicista. Lembrando que, desde sua crítica ao hegelianismo, já se atentava ao fato de possível mistificação da relação sujeito/objeto como identidade, assim como questionava criticamente as concepções que tratavam a relação sujeito e objeto de maneira dual, como foi o caso da filosofia de Feuerbach.

Isto poderá ser problematizado de forma abrangente, quando for abordada a categoria trabalho, enquanto objetivação privilegiada (não única) que garante a condição de ser social, e mais ainda (no desencadeamento desse processo), a partir do instante que se compreender como se dá a reprodução social dos homens (segundo capítulo). Porém, já se faz importante destacar que, apesar de Marx ter reconhecido a existência desta intrínseca e complexa relação sujeito e objeto, isto não cancelava sua posição de que havia uma separação ontológica entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo. Contudo, já se pode afirmar que enquanto ruptura teórico-filosófica, Marx fez frente à concepção de que: **como a matéria precede a ideia, só se tem o mundo subjetivo porque o mundo objetivo existe, entretanto, a consciência não deve ser confundida com o mundo objetivo enquanto mero reflexo.**

É necessário desmistificar qualquer perspectiva que dê a concepção materialista histórica o viés mecanicista para relação entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Porque é evidente que na vida social outras instâncias se dão para além da base material. São àquelas denominadas e pertencentes à superestrutura ideal, ao mundo das ideias. Mas estas, apesar de assumirem autonomia, por terem emergido da base material, estarão organicamente vinculadas a esta última. De qualquer maneira, não dá para admitir que por estar organicamente vinculado à base material, este mundo ideal se estabeleça de forma direta a ela como um mero reflexo, amputando assim, a apropriação da relação dialética e a categoria da totalidade. Nesse sentido, o que deve ser reconhecido é que todas as transformações materiais tencionam as formas ideológicas da vida social, entretanto, em concomitância, toda a formação da consciência interage, quer dizer, interfere na constituição da base material.¹⁵

¹⁵István Meszáros em seu livro *Estrutura social e Formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história* num trecho específico, que está enfrentando a questão da dialética entre base e

Dessa maneira, que a teoria social marxista inaugurou uma nova ontologia¹⁶, tendo como ponto de partida o historicamente verificável, já que o “todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 1968, p. 2-3). Não é demais reiterar que somente a partir do instante, em que se abrangerá como Marx pensou todo o processo de reprodução dos homens, em que pôde formular toda sua teoria da dinâmica histórica, que se compreenderá que, apesar da produção material ser o ponto de partida para compreensão da vida social, o conhecimento não está redutível a ela.

Contudo, em consonância a isto, é que se pode afirmar que no materialismo histórico não há lugar para determinismos, o que dá assim à questão da subjetividade, a possibilidade de ser conhecida através de nova esfera teórico-filosófica. Mas, por enquanto, a fim de aproximar ainda mais do objeto de estudo aqui proposto, se faz necessário delimitar como Marx concebeu o sujeito (homem) e apresentar as duas categorias consideradas por este estudo como fundamentais para a discussão da subjetividade humana: o trabalho e o estranhamento. Assuntos estes, a serem discutidos em seguida.

superestrutura, recupera que “Marx está falando sobre a “ação recíproca entre estes diferentes aspectos”, e não sobre uma conexão de um para um entre dada base social e as ideias correspondentes – muito menos sobre alguma forma de determinação mecânica das ideias em geral pela base material enquanto tal” (MESZÁROS, 2011, p. 36). Em outro momento, destaca “a importância da observação de Marx de que “convém distinguir sempre” entre as transformações materiais e as formas ideológicas, já que ser dialeticamente relacionado a uma estrutura material é muito diferente de ser idêntico a ela” (Ibidem, p. 40).

¹⁶ A *ontologia* entendida enquanto explicações filosóficas a respeito do ser. Quer dizer, ela remonta questões da existência social, como por exemplo, o que é a realidade? Por que o mundo é assim? Qual o destino da humanidade? Assim, não fica dúvida, que Marx trouxe ao cenário social, os fundamentos de uma concepção de mundo radicalmente nova.

1.2 A CONCEPÇÃO DE SUJEITO SUBJACENTE AO MATERIALISMO HISTÓRICO DE MARX: O PAPEL DO TRABALHO E O ESTRANHAMENTO

Se essa dissertação, traz enquanto objeto de investigação, a concepção de sujeito e da constituição da subjetividade no trato dado às manifestações subjetivas contemporâneas pelos profissionais de Psicologia e Serviço Social inseridos nos serviços da política de assistência social, logo, por assumir o ponto de vista do materialismo histórico, torna-se inevitável, preliminarmente, compreender como o sujeito está concebido nessa teoria. Mas, ainda, ao se apropriar dessa concepção de sujeito é imprescindível situar as duas categorias que são essenciais para a compreensão do estudo da subjetividade, sendo elas: o **trabalho** e o **estranhamento**¹⁷.

Seguindo a trilha do que já foi apontado anteriormente, quando se mostrou as rupturas teórico-filosóficas de Marx, em relação ao idealismo hegeliano e ao materialismo de Feuerbach, já se pode dizer que para ele, o sujeito tem existência empírica. Quer dizer, o sujeito é um ser verificável, enquanto uma evidência, ou seja, “são indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2002, p. 10).

Então, defender que o sujeito é um ser empírico significa aceitar a sua dependência, o seu domínio imposto à natureza. E, assumir esta dependência e imposição é compreender que o sujeito, necessariamente, torna-se obrigado a se apropriar de objetos exteriores a ele. Ou seja, “os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele. Mas esses objetos são *objetos* de seu carecimento (*Bedürfnis*), objetos essenciais, indispensáveis para atuação e a confirmação de suas forças *essenciais*” (MARX, 2004, p. 127). Assim, dar ao sujeito o estatuto de um *ser natural* é admitir que existe um objeto fora de si, pois,

¹⁷Como já informado, a dissertação está embasada na tradução de Jesus Ranieri dos Manuscritos Econômico-Filosóficos. Cabe aqui retomar que nos estudos de Ranieri, alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) apresentam conceitos distintos na teoria de Marx. Como explicou, “*Entäusserung* tem o significado de *remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro qualitativamente diferente, despojamento, realização de uma ação de transferência*. Nesse sentido, *Entäusserung* carrega o significado de *exteriorização*, um dos momentos da *objetivação* do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação. Por outro lado, *Entfremdung* tem o significado de real objeção social à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações (*Entäusserunge*) por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada; além disso, *Entfremdung* sempre remeteu a essa afirmação da negatividade também do ponto de vista histórico” (RANIERI, 2001, p. 24).

Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza, um ser que não tem nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para o seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum (ser) objetivo (MARX, 2004, p. 127).

Entretanto, reduzir o sujeito apenas ao estatuto de dependência da natureza não basta. Por isso, Marx chamou atenção para o fato de que o sujeito é também um ser sensível. Quanto a isto, significa que ele é “ser efetivo, é ser objeto do sentido, ser objeto sensível, e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade” (MARX, 2004, p. 128). Logo, admitir enquanto ser sensível, como ser sensível objetivo, é perceber que este é um “ser padecente”, isto é, “o homem enquanto ser objetivo sensível é, por conseguinte, um *padecedor*, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser *apaixonado*. A paixão (*Leidenschaft, Passion*) é a força humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto” (Idem).

Assim, chegou a definição de que o sujeito “não é exclusivamente um ser natural; é um ser natural *humano*; isto é, ser existente para si mesmo, por isso, um ser *genérico*, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber” (MARX, 2004, p. 128). Aqui, pode-se adiantar que essa atuação e confirmação se faz de maneira privilegiada, a partir de uma atividade que é a sua especificidade humana, que é o trabalho. Logo, Marx atentou-se ao fato de que o sujeito é um ser ativo, capaz de transformar a natureza e isto é o que garante seu estatuto de ser natural *humano*, que como será visto a frente, demarca, tal como definido por Lukács, a ontologia do ser social.

No processo de compreensão do homem, - talvez aqui, já seja oportuno destacar – Marx, num notável trecho dos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, destacará que tanto a objetividade quanto a subjetividade trazem o caráter ontológico. Ou seja, estas esferas estão estruturadas no ato fundante do homem, que se encontram inerentemente vinculada ao seu processo de reprodução da vida social. Já que,

nem os objetos *humanos* são objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o *sentido humano*, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana*, a objetividade humana. A natureza não está, nem objetiva, nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado. E como tudo o que é natural tem de começar, assim com o homem como seu ato de gênese a história, que é, porém, para ele uma (história) sabida e, por isso, enquanto ato de gênese com a consciência, é ato de gênese que se supra-sume. A história é a verdadeira história natural do homem. (MARX, 2004, p. 128).

Nessa citação é possível adentrar em qual concepção de sujeito e de subjetividade Marx quis se ancorar. A partir dela, pôde-se destacar que a objetividade posta ao homem, assim como subjetividade, está estritamente vinculada as raízes sócio-históricas e o que se apresenta como imediatamente dado é construção dos homens, ou seja, tem gênese. Portanto, o sujeito é o sujeito histórico, sempre determinado por sua historicidade. O sujeito tem a capacidade de intervir no mundo e, como ato de origem consciente (teleologia), transforma, assim como é transformado (transcende a si próprio).

Pode-se afirmar que Marx esteve sempre imbuído na tarefa teórico-filosófica de determinar a gênese do homem, pois, como já dito, o que ele almejava era conhecer a história real dos homens reais. E, para isto, necessariamente, caberia a investigação de como nasce o humano. Não à toa, na obra *A Ideologia Alemã*, construída juntamente com Engels, Marx retomou a concepção de sujeito e, em definitivo, explicou como se deu o processo de humanização, ou seja, o que fez com que o ser natural *humano* se diferenciasse dos seres biológicos.

Então, trouxe à tona os pressupostos históricos fundamentais da confirmação humana, alertando que estes não possuíam qualquer ordem cronológica, devendo assim, ser compreendidos enquanto unidade, numa totalidade histórica. Ao apontar que para se pensar qualquer história da humanidade “todos os homens devem ter condição de viver para poder “fazer história” (...) antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2002, p. 21), trouxe um dos pressupostos para confirmação humana, apresentado como o primeiro fato histórico. Momento esse, em que para satisfazer suas necessidades biológicas, os homens precisaram produzir meios para a reprodução da própria vida material.

Por essa consideração, demonstrou que desde o começo da história do homem, toda a experiência humana precisou da atividade produtiva. Ou seja, a categoria **trabalho** assumiu papel essencial enquanto atividade humana por excelência para qualquer desenvolvimento humano. Defendendo assim, que a distinção entre o homem e os outros animais biológicos não se dava apenas como forma evolutiva biológica. Na medida em que, diferentemente dos outros animais, o homem ao se deparar com as necessidades orgânicas e vitais para sobrevivência, transformava as condições objetivas. Nas palavras de Marx

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade,

braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1988, p. 142).

Além disso, apresentou como outro pressuposto para o processo de humanização que “uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades” (MARX; ENGELS, 2002, p.22). Enquanto primeiro ato histórico, essa produção de novas necessidades também derivou sua diferenciação em relação aos outros animais, quando se entende que o homem não quer garantir apenas sua sobrevivência biológica, mas sua existência social.

Enquanto terceiro pressuposto abordou a reprodução humana. Destacou que na medida em que os homens “renovam a cada dia sua própria vida, passam a criar outros homens, a se reproduzir” (Ibidem, p.23). Nesse caso, a produção da vida pela procriação, assim como pelo trabalho, apresenta uma dupla relação: “por um lado, como uma relação natural, por outro, como uma relação social – social no sentido em que se estende com isso a ação conjugada de vários indivíduos, sejam quais forem suas condições, forma e objetivos” (Idem).

De tal modo, ainda chamou atenção quanto à importância da cooperação entre os homens garantida no trabalho coletivo. Pela ponderação de que “um sistema de laços materiais entre os homens que é condicionado pelas necessidades e o modo de produção e que é tão velho como os próprios homens - sistema de laços que adquire constantemente novas formas e tem assim uma história” (MARX; ENGELS, 2002, p. 24), acabou assim, inserindo a cooperação como outro pressuposto no processo de humanização.

E, após analisados os quatro pressupostos das relações históricas originárias, pôde trazer à tona a confirmação da consciência do homem. Evidentemente, como explicado anteriormente, contrapondo-se a qualquer subsunção abstrata, não tratou “de uma consciência que seja de antemão consciência “pura”” (Idem).

Para explicar a história originária da consciência, começou situando a linguagem dentro desse processo. E, não deixando qualquer dúvida, afirmou que embora a linguagem seja um dado tão antigo quanto à consciência,

A linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade

dos intercâmbios com os outros homens. Onde existe uma relação, ela existe para mim (MARX; ENGELS, 2002, p. 24-5).

Quando se examina o início da história da consciência nota-se que ela é “um produto social e o será enquanto existirem homens”. Preliminarmente é “apenas consciência do meio sensível *mais próximo* e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo” (MARX; ENGELS, 2002, p. 25). Mas, concomitante a esse processo, “a consciência da natureza se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação a qual os homens se comportam de um modo puramente animal” (Idem). Aqui, o definidor para as relações determinadas para com a natureza, ou seja, a consciência da natureza puramente animal, é a forma de sociedade. Na verdade, torna-se uma relação recíproca, quer dizer, a forma de sociedade está definida por relações determinadas para com a natureza.

Entretanto, no desenvolvimento da consciência, o que define seu início é a própria “consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam” (MARX; ENGELS, 2002, p. 25). Nesse momento, o homem de fato passa a ter consciência de que integra a sociedade, de que realmente participa desta relação com os outros homens e a natureza. Nas palavras de Marx e Engels “este começo é tão animal quanto a própria vida social nesta fase; é uma simples consciência gregária e, aqui, o homem se distingue do carneiro pelo simples fato de que nele a consciência toma lugar do instinto ou de que seu instinto é instinto consciente (MARX; ENGELS, 2002, p. 25-6).

Com efeito, a consciência gregária sofre, em seguida, um aprimoramento “em razão do aumento da produtividade, do aumento das necessidades e do crescimento populacional” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26). Nesse instante, a divisão do trabalho começou a se desenvolver, chegando a tal ponto de, efetivamente, tornar-se uma divisão do trabalho, na forma de trabalho material e de trabalho intelectual. E, diante disso, “a consciência *pode* de fato imaginar que é algo mais do que consciência da prática existente, que ela representa *realmente* algo, sem representar algo real” (Idem). Assim, a consciência (juntamente com a história) passa a ser a confirmação da relação entre os homens. Relação esta, ligada diretamente à garantia da reprodução da vida social. Sem esquecer ainda, que ela (consciência) ratifica a relação motriz que se perpetua com a natureza, já que o sujeito jamais se romperá dela.

No ápice do processo de desenvolvimento da consciência humana, pode-se dizer que ela “está em condições de se emancipar do mundo” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26). Este

ponto leva a um desdobramento analítico crucial, em que se permite abordar a categoria estranhamento. Mas, antes mesmo abordá-la, é preciso saturar a compreensão de como a questão da consciência foi abordada pela teoria marxista, como fundamento essencial no processo de constituição do homem. Ela foi tratada como elementarmente vinculada à categoria trabalho, ou seja, como componente inerente para atividade produtiva. Nesse caso, torna-se essencial entender que se a confirmação humana se configura na capacidade de transformar as condições objetivas postas pela natureza, tem-se que, necessariamente, isto só se realiza, porque o homem consegue imprimir uma intencionalidade no seu ato criativo.

Conquanto, pela teoria marxista, a ampliação da necessidade biológica para uma necessidade social, só foi possível através da consciência, do agir humano intencional sobre a natureza, a fim de transformá-la, de forma a satisfazer-se. Nesse sentido, chega-se à definição de que: **a constituição do homem se faz no seu ato produtivo, a partir da consciência, na medida em que é capaz de prefigurar idealmente a finalidade real que pretende alcançar. É isto que permite afirmar que o que diferencia os sujeitos dos outros seres naturais não é somente a consciência, mas sim, a ação consciente. Quer dizer, os sujeitos são seres da práxis, já que se concretizam na realidade.**

Caso exemplar é quando Marx comparou o pior arquiteto em relação à melhor abelha. Assim, pôde elucidar como que a atividade da consciência faz do homem efetivamente humano, diferenciando-se, portanto, dos outros animais. Nesse caso do arquiteto, o mesmo, já constrói o favo em sua cabeça, já que antes de construí-lo em cera, “ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de suas atividades e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 1988, p. 143).

Dessa maneira, pela concepção de sujeito, tendo como origem a ação consciente, fruto da práxis humana, que Marx pôde compreender o processo de autocriação, no qual o homem é visto não somente pela vinculação à sociedade e aos processos históricos. O sujeito é concebido como constitutivo e constituinte da vida social e, portanto, é criado e fundador da realidade social. E, para chegar a esta concepção só foi possível devido sua apropriação inaugural à categoria trabalho. Nessa apropriação, de forma alguma se limitou a definir o sujeito apenas como ser racional (pensante). Mas, foi além, concebendo o sujeito como aquele que *age* conscientemente. Por isso, chegou ao entendimento de que a realidade *objetiva* se transforma em realidade *humana* de forma privilegiada pela atividade transformadora que é o

trabalho humano. Admitindo assim, que o sujeito ao transformar a natureza e a sociedade, ele também transforma a si mesmo, sendo este, um processo de autocriação¹⁸.

Contudo, pode-se concluir que, definitivamente, o materialismo histórico apresentado por Marx, situou a consciência sob novo ângulo teórico-analítico. A consciência, tal qual reconhecida por ele, deixa de ter qualquer caráter autônomo. De forma alguma que não se trata de uma consciência “pura”, mas tendo atributo na existência social, quer dizer, é uma consciência ativa. Desse modo, as formas de consciência “não têm história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento” (MARX; ENGELS, 2002, p. 19-20). Apesar de já ter sido dito no item anterior, essa compreensão levou à máxima de que “a existência social é que determina a consciência” dos homens e não o seu contrário.

Agora, já se é possível abordar a categoria **estranhamento**. Então, retornando àquele ponto, em que ainda era preciso avançar no papel da consciência, faz-se necessário lembrar que Marx destacou que no ápice do processo de desenvolvimento da consciência humana, pode-se dizer que ela “está em condições de se emancipar do mundo” (MARX; ENGELS, 2002, p. 26). Entretanto, chamou atenção, ao fato de que pela divisão do trabalho “acontece efetivamente que a atividade intelectual e a atividade material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo – acabam sendo destinados a indivíduos diferentes” (Ibidem, p. 27) e, dessa forma, a força produtiva, o estado social e a consciência entram em conflito. Logo, esta possibilidade da emancipação do mundo nos marcos da sociedade civil burguesa, é concebida pela teoria marxista como bloqueada. Porque ela só se efetivaria, caso este conflito estivesse solucionado, isto quer dizer, quando a divisão do trabalho fosse abolida.

Em relação a este assunto, que toca a questão da liberdade humana, assim como do estranhamento, Marx já havia aproximado de forma abrangente nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Lembrando que lá, ele teve a possibilidade de retratar a sua radical diferenciação da concepção de trabalho em Hegel. Pois, no caso da *Fenomenologia* de Hegel, como já levantando anteriormente, a categoria trabalho já apresentava a dimensão ontológica, enquanto a ação na qual os homens produziam a si-mesmos. Entretanto, apesar deste ter concebido “o trabalho como *essência*, como a *essência* do homem que se confirma, ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu (lado) negativo (...) o trabalho que Hegel

¹⁸ Este processo de autocriação se tornará ainda mais claro, quando estiver abordado, a partir dos estudos de Lukács (no segundo capítulo), a categoria trabalho, enquanto gênese da relação sujeito-objeto e como pôr teleológico primário, momento este, em que a subjetividade se objetiva.

unicamente conhece e reconhece é o *abstratamente espiritual*” (MARX, 2004, p. 124). Nesse sentido, a filosofia hegeliana, apesar de ter dado ao trabalho a dimensão ontológica, não conseguia correlacioná-lo a realidade objetiva. Assim, o percebia somente como atividade do espírito, ou seja, o trabalho intelectual abstrato. Em outras palavras

A saída de si de um sujeito que, ao exteriorizar-se, dá forma pré-ideada à natureza é corretamente apreendida, mas a exteriorização do sujeito a partir do trabalho historicamente determinado, apropriado e controlado desde a forma *propriedade*, é concebida apenas do ponto de vista formal (...) ou seja, o papel do trabalho como elemento histórico-regulador é suprimido pela lógica do percurso do espírito (RANIERI, 2001, p. 55).

Isto precisa ser retomado, pois até aqui, já se pôde compreender que em Marx, o trabalho é tanto condição ontológica fundamental para humanização, mas é àquele que também apresenta as possibilidades históricas do desenvolvimento da humanidade (sociabilização). E, o que isto quer dizer? Que o trabalho revela-se diferentemente, em momentos específicos da história do desenvolvimento do homem. E, nesse sentido, este deve ser visto como atividade prática dos sujeitos que engloba todo o campo de relações sociais travado entre eles.

Com isso, evidenciou que é o trabalho real que sofre as condições históricas específicas para sua realização. Logo, através da consideração de que sob condições históricas particulares, ou seja, por mediações concretas se produzem formas específicas de desenvolvimento dos sujeitos, Marx conseguiu destacar o processo de estranhamento. Contudo, dando radicalmente outro entendimento à categoria estranhamento. De tal modo, apontou que o trabalho não poderia ser visto apenas em seu aspecto positivo, já que nos marcos da sociedade burguesa, este, ao invés de garantir a realização dos sujeitos, passou a gerar também o seu contrário.

Na verdade, diferentemente da filosofia hegeliana, em que a alienação se identifica com estranhamento, enquanto unidade sintética, Marx distinguiu claramente estes dois processos. Foi isto que possibilitou a compreensão de que somente por condições histórico-sociais determinadas que algumas alienações acabam assumindo um caráter estranho aos sujeitos, se autonomizando de tal modo que, conseqüentemente, produziam impeditivos para o reconhecimento do processo de autocriação como gerador da totalidade sócio-histórica.

Marx quando tratou do *trabalho estranhado*, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, destacou como a economia nacional iniciava-se do “fato dado e acabado da propriedade privada” (MARX, 2004, p. 79) sem, no entanto, fornecer “esclarecimento algum a respeito do

fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra” (idem). Isto significava que a economia nacional, quando tratava do fenômeno da propriedade privada, não o elucidava verdadeiramente. Em suas palavras, a economia nacional “percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passa a valer como leis para ela. Não *concebe* (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada” (MARX, 2004, p. 79).

Nesse sentido, para Marx era fundamental buscar a “interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo este estranhamento (*Entfremdung*) com o sistema do *dinheiro*” (MARX, 2004, p. 80). Mas, para conhecer verdadeiramente estas interconexões não se poderia cometer o equívoco, assim como o economista nacional, que quando queria esclarecer algo, acabava por desviá-lo a um estado primitivo, conseqüentemente, tornando-o inteligível.

Um tal estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta. Supõe na forma do fato (*Tatsache*), do acontecimento, aquilo que deve deduzir, notadamente a relação necessária entre duas coisas, por exemplo entre divisão do trabalho e troca. Assim o teólogo explica a origem do mal pelo pecado original (*Sündenfall*), isto é, supõe como um fato dado e acabado, na forma da história, o que deve explicar (MARX, 2004, p. 80).

Contrário a este movimento do economista nacional que não revela o caráter histórico, “nós partimos de um fato nacional-econômico, *presente*” (Marx, 2004, p. 80). Para explicar a produção do estranhamento, que ocorre no marco do desenvolvimento da sociedade burguesa, precisou revelar como o trabalho se configura nessa particularidade sócio-histórica. E, nesse exame, começou apontando que

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadoria; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

Frente ao reconhecimento deste fato, permitiu Marx demonstrar que

O objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, com um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é

o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão do objeto, a apropriação como estranhamento (*Entfremdung*), como alienação (*Entäusserung*) (MARX, 2004, p. 80).

Segundo Marx, quando a apropriação do objeto acaba por aparecer como estranhamento, a relação dos sujeitos com a sua atividade de autocriação acaba se opondo em alguns aspectos. Assim, apresentou três determinações do trabalho estranhado. Primeiramente, “a relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como objeto estranho e poderoso sobre ele”. Aqui, o produto do trabalho aparece como estranhamento da *coisa*, “esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente” (MARX, 2004, p. 83).

A outra determinação é “a relação do trabalho com o *ato da produção* no interior do *trabalho*” (Idem), no qual o sujeito não se reconhece no produto produzido por ele, correndo assim, o *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*). Como bem destacou, nessa relação “a energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida que não atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele (idem).

Mas, além dessas duas determinações do trabalho estranhado, ainda, foi capaz de levantar uma terceira determinação. E, começará explicando o seguinte:

O homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também - e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo como (com) o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como (com) um ser universal, (e) por isso livre (MARX, 2004, p. 83-4).

Diante o estranhamento do trabalho, a natureza do homem encontra-se, em contrapartida, estranhada. Mas, assim como o homem encontra-se estranhado de si mesmo, não reconhecendo seu papel transformador e ativo na realidade humana, ele também, além disso, não se reconhece na *espécie*. Nesse caso, não caberia limitar a compreensão da categoria estranhamento, como se fosse apenas o trabalho que se mostrava estranhado. Não à toa, Marx evidenciou que as relações entre os homens se apresentavam estranhadas. Embora, evidentemente, que somente a partir do estranhamento do trabalho que se é possível conceber as determinações de outros estranhamentos na vida dos sujeitos. Dessa maneira, explicou que

uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu genérico é o estranhamento do homem pelo (próprio) homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles (está estranhado) da essência humana. O estranhamento do homem, em geral toda relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com o outro homem. Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador (MARX, 2004, p. 85-6).

Cabe aqui um adendo que não poderia ser negligenciado. Marx conseguiu chamar atenção ao fato de que com o estranhamento da própria atividade por parte dos sujeitos, isto possibilitava atribuir a um outro (um estranho) a atividade que não lhe pertence. Como bem levantou

No mundo prático-efetivo (*praktische wirkliche Welt*), a auto-estranhamento só pode aparecer através da relação prática-efetiva (*praktische wirkliche Verhältnisse*), com os outros homens. O meio pelo qual o estranhamento procede é (ele) mesmo (meio) *prático*. Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual ele está para com estes outros homens. Assim como ele (engendra) a sua própria produção para a sua desefetivação (*Entwirklichung*), para o seu castigo, assim (engendra) o seu próprio produto para a perda, um produto não pertencente a ele, ele engendra também o domínio de quem não produz sobre a produção e sobre o produto. Tal como estranha de si a sua própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria deste (MARX, 2004, p.87).

Ao revelar o movimento desta apropriação do trabalho a um estranho, pelo desconhecimento da atividade que lhe é própria, isto permitiu que Marx denunciasse a inversão que a economia nacional dava até então à compreensão da propriedade privada, quando defendia que esta conferia o trabalho estranhado. Mas, na verdade, o trabalho estranhado é que torna a concretização da propriedade privada a forma estruturante para manutenção da propriedade burguesa, ou seja, a propriedade privada deve ser vista como “a expressão material, resumida, do trabalho exteriorizado”. Na verdade,

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. A propriedade privada resulta

portanto, por análise, do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado (MARX, 2004, p. 87).

Mas, retornando ao exemplo do estranhamento da vida genérica, tem-se que: no ato de autocriação, o sujeito fica antagonizado com os outros sujeitos, sem reconhecê-los como iguais, dificultando assim, a percepção de que todo o acúmulo e potencial disponível vêm de atos (teleológicos) singulares que retroalimentam o desenvolvimento dos seres genéricos. Numa análise mais complexa, Marx percebeu que inicialmente se “estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada” (MARX, 2004, p. 84).

Já foi destacado que “o homem faz de sua atividade vital o objeto da vontade e da consciência” (MARX, 2004, p. 116). Por isso, esta atividade (o trabalho humano) é originalmente a expressão concreta da liberdade do sujeito, sendo a forma mais primária do sujeito pôr à prova o seu agir consciente (fazendo escolhas) na realidade humana. Porém, pela teoria marxista, é possível compreender que “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz de sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio da sua *existência*” (MARX, 2004, p. 85).

Este ponto é essencial e por isso não se esgotará aqui, sendo retomado em outros momentos, a partir do aprofundamento dos estudos de Lukács. Entretanto, nesse instante torna-se fundamental assinalar que

Na elaboração do mundo objetivo (é que) o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua* obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto de trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual(mente), mas operativa, efetiva(mente), contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele mesmo. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenstandlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2004, p. 85).

A esta *alteração da consciência* em relação a sua espécie, como resultado do processo do estranhamento, faz com que a vida genérica, inclusive a produção genérica espiritual (importante para se pensar as manifestações subjetivas), apresente-se *estranha* ao sujeito, no que se refere à sua existência individual.

A relação entre o desenvolvimento genérico e o indivíduo toca na problemática fundamental para o aprofundamento do objeto de estudo. Pois, a não compreensão dessa relação, levará aos equívocos teórico-práticos no trato das manifestações subjetivas. Desse modo, como entender esta complexa relação senão, através do aprofundamento de como se dá a reprodução do homem na vida social? Assunto este, que circunscreve o próximo capítulo.

2 OS ESTUDOS DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL POR LUKÁCS: APROFUNDAMENTO DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO E DA CONSTITUIÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Até este momento, já se percorreu as rupturas teórico-filosóficas de Marx (em relação ao idealismo hegeliano, assim como o materialismo de Feuerbach) que culminaram na inauguração do materialismo histórico. Ponto este, em que se resgatou de que forma a teoria marxista percebeu a intrínseca e complexa relação entre o sujeito e o objeto. Ainda, foi dado o destaque à concepção de sujeito subjacente ao materialismo histórico, mostrando como este (sujeito) se engendra no processo de autocriação, no seu atuar produtivo. Além disso, e, portanto, avançado na compreensão da categoria trabalho, pôde-se também abordar a categoria estranhamento. O que dá a chance para que a partir de então, seja realizado o aprofundamento do que vem a ser as manifestações subjetivas, e, mais além, o que pode estar levando os profissionais a não capturarem (no seu trato teórico-prático) à sua real dimensão.

Logo, para aprofundar nestas reflexões, não se tem outro movimento que não seja o de resgatar os fundamentos ontológicos expostos pela teoria marxista. Nesse sentido, a dissertação assume a consideração de que pela apropriação dos fundamentos ontológicos do ser social é que se tem sólido caminho para abordagem da temática da subjetividade. Dessa feita que, necessariamente, a mesma se ancora nos precisos apontamentos teórico-filosóficos do filósofo húngaro György Lukács (1885-1971). Por considerar que este foi, de longe, o pensador que mais se debruçou nos fundamentos ontológicos marxianos, trazendo à cena como a subjetividade se objetiva e qual o papel do processo de individuação e da personalidade humana.

Nesse segundo capítulo, a fim de adentrar na problemática suscitada pelo objeto de estudo, a dissertação incumbe-se de apresentar algumas contribuições dos estudos da ontologia do ser social apresentado por Lukács, que favoreçam a compreensão do processo de formação da subjetividade. Em seguida, para que se problematize, quais tem sido os entraves teórico-práticos que podem estar envolvendo, psicólogos e assistentes sociais, na captura das manifestações subjetivas dentro do cotidiano dos serviços da política de assistência social. Nessa direção, este capítulo está organizado em três partes.

Na primeira parte, retoma-se a categoria trabalho, a partir dos estudos de Lukács, a fim de apresentar como determinação intrínseca para a gênese da relação sujeito-objeto, como o pôr teleológico primário do ser social e enquanto modelo da práxis social. Imediatamente, na segunda parte, põe-se em evidência, o processo de reprodução do homem enquanto ser social,

supondo que a não compreensão (ou, a imprecisa) deste é o cerne originador de lacunas que podem desencadear conflitos em relação ao trato das manifestações subjetivas. A defesa é a de que uma apropriação teórica adequada do processo de reprodução do ser social, pode favorecer que os possíveis entraves no campo prático-profissional, em relação as manifestações subjetivas, sejam desfeitos.

Nesta exposição de como se dá o processo de reprodução do ser social, encontra-se destacado os dois cenários: a reprodução do sujeito enquanto individualidade e a reprodução da formação social em sua totalidade. Quer dizer, traz à tona o que em Lukács se apresenta como um “movimento bipolar”, em que um dos polos é o homem como complexo e em desenvolvimento e o outro, é formado pela sociedade como totalidade.

A terceira parte coloca no centro dessa problemática, o próprio profissional em seu processo de aquisição do conhecimento. Dessa forma, sinaliza o papel das formações ideais na constituição da “concepção de vida e de mundo dos indivíduos”, consequentemente, e, especialmente, para ontologia da vida cotidiana. Além disso, aborda a problemática da ideologia e sua relação com a produção do conhecimento.

É sempre bom lembrar que a dissertação não se restringe (ainda que fundamental) a desmistificar o que vem a ser as manifestações subjetivas, mas sobretudo, deflagrar a problemática do processo de conhecimento, mostrando as interferências ideológicas sofridas pelos profissionais que entravam o reconhecimento dos reais elos que as manifestações subjetivas trazem para reprodução da vida social das famílias e sujeitos por eles atendidos.

De tal modo, através do refinamento desta questão, tem-se que: muito além de averiguar como tem se dado o reconhecimento das manifestações subjetivas no cotidiano dos serviços da política de Assistência Social, o que necessariamente deve ser bem destacado, refere-se aos impeditivos ao ato de conhecer. É por isso que questionar a possibilidade do reconhecimento das determinações que encobrem as manifestações subjetivas torna-se contundente, quando se considera a particularidade da sociabilidade burguesa.

As três partes desse segundo capítulo estão ancoradas, sobretudo, no livro *Para uma ontologia do ser social II* de Lukács. Mas, num esforço teórico em capturar os densos fundamentos teóricos ali contidos, a leitura deste, caminhou com respaldo de dois estudiosos brasileiros de Lukács: Gilmaisa Macedo Costa e Ronaldo Vielmi Fortes.

Em relação à primeira estudiosa, são retirados do seu livro *Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade de Georg Lukács* (2012), alguns apontamentos concernentes a posição assumida pela dissertação. Pois, neste, certamente ocorre a desmistificação e

recuperação da análise crítica da temática da subjetividade, na medida em que apresenta as bases ontológicas da formação da personalidade, fielmente ancoradas na Ontologia de Lukács. Pode-se afirmar que Costa, ao demarcar que “a personalidade resulta da elevação das capacidades humana como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental” (COSTA, 2012, p. 17), desfaz e confronta as concepções que partem da compreensão da “construção da interioridade dos sujeitos” sob formas abstratas.

Na mesma medida, o segundo estudioso oferece consistentes contribuições em sua tese de doutorado intitulada *As vias da ontologia de György: as bases ontológicas do conhecimento* (2011), tanto ao elucidar o processo de constituição da subjetividade, não como “mero epifenômeno das determinações sofridas pelo indivíduo, de ordem biológica ou social” (FORTES, 2011, p. 214) quanto ao aguçar o ponto latente que percorre toda a dissertação, que é a questão do conhecimento. Dessa maneira, em comunhão a afirmativa de Fortes que “o processo de conhecimento não é uma instância que se mantém incólume às determinações da base social” (FORTES, 2011, p. 24), a dissertação problematiza o cenário particular dos serviços da política de assistência social em que profissionais (assistentes sociais e psicólogos) testam o seu conhecimento.

2.1 O TRABALHO: A GÊNESE DA RELAÇÃO SUJEITO-OBJETO, O PÔR TELEOLÓGICO DO SER SOCIAL E O MODELO DA PRÁXIS SOCIAL

A fim de apresentar ontologicamente as “categorias específicas do ser social”, Lukács, de saída anunciou que

(...) jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente” (LUKÁCS, 2013, p. 41).

Nessa pontuação, chama-se a atenção quanto à importância de se considerar a totalidade social, já que não basta se ater – mesmo considerando a existência de algumas categorias decisivas para compreensão do ser social – às categorias de forma isolada, como se as mesmas fossem capazes de serem compreendidas fora do seu sistema de determinações. Nesse caso, é preciso lembrar que a realidade é um “complexo de complexos”. E, sendo esta a concepção assumida, então, não se pode admitir que determinada categoria seja capaz de explicar-se por si só. Isto quer dizer que é inerente ao processo de conhecimento, a busca pelos vínculos do seu sistema de determinações.

Esta demarcação de Lukács, posta na origem do capítulo, o qual desejava tratar o trabalho como fundante do novo complexo do ser social (originando, novas categorias ontológicas) e modelo das práxis sociais, não à toa, se apresenta nesse momento. Pois, todo o desenrolar teórico-filosófico, sob este aspecto, vem de maneira a destacar que o ponto de partida (o dado ontologicamente primário) do conhecimento da realidade social é o trabalho, enquanto base das objetivações humanas, embora, contenha a ressalva de que, a compreensão da vida social (como por exemplo, as relações sociais, os hábitos, os comportamentos, o mundo ideal dos homens), não possa se esgotar apenas pela apreensão da produção humana.

Nesse sentido, admitir que a compreensão da produção material dos homens (o processo de trabalho) é inevitável para apreender qualquer categoria do ser social, não quer dizer, que o conhecimento se reduza a isto. Isto distingue a escolha teórica assumida nessa dissertação. Já que, como consequência dessa problemática, o que se apresenta nesse cenário é rejeição de quaisquer determinismos. De tal modo, o que se pode afirmar é que o trabalho

põe uma série de determinações que ontologicamente está na base de qualquer processo da vida social. E, o que justifica dar ao trabalho a relevância (prioridade) na compreensão do “complexo concreto da socialidade como forma de ser” é porque

todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõe o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Para Lukács, sem dúvidas “no trabalho estão contidas *in nuce*, todas as determinações que constituem a essência do novo no ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44). E, nesse sentido, “o esclarecimento de suas determinações resultará num quadro bem mais claro dos traços essenciais do ser social” (Idem).

Esse adendo deve ser destacado, lembrando que o objeto de estudo dessa dissertação se encontra no terreno das “concepções teórico-práticas” e se referem “as manifestações subjetivas”. Senão, caberia a mesma pergunta: por que tratar da categoria trabalho, para em seguida problematizar as concepções teórico-práticas em relação as manifestações subjetivas? Em que a compreensão do processo de produção material e, conseqüentemente, de reprodução da vida social traz de vinculação às concepções teórico-práticas dos profissionais?

Essa resposta é a própria defesa de que a dissertação se respalda no materialismo histórico de Marx e se ancora nas contribuições de estudos luckasianos, que clareiam a relação da base material e a o mundo ideal dos homens. Em definitivo, a resposta sob este aspecto é que a produção material precede o pensar, o conhecimento, os afetos, o comportamento. Logo, se o objeto de estudo se refere ao plano ideal, sabendo-se que este, apresenta-se organicamente vinculado a produção material, então, é preciso começar explicando o primeiro por esta última. Quer dizer com isso, que só se poderia trazer à luz do conhecimento (a questão referente à concepção) pela admissão de que o dado ontologicamente primário (o trabalho) põe determinações que antecedem todas as esferas da vida social e, diante disso, o caminho da investigação se origina daí, enquanto primeiro movimento, inevitavelmente, racional e prudente.

Dito isto, cabe agora, em seguida, galgar os passos para apresentar como o ser social se constituiu no processo de humanização, tendo como norteador o trabalho (como base das

objetivações humanas), permitindo a partir dele a extração das categorias determinantes essenciais dessa constituição.

Assim, pelos estudos de Lukács – que, obviamente, remonta a construção da concepção de homem de Marx, abordada no capítulo anterior - se compreende que um ser social “só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico” (LUKÁCS, 1968, p.3). Isto significa que a base da vida dos homens é a natureza¹⁹. Ou seja, somente a partir da sua relação com a natureza e com outros homens que se constituiu enquanto ser social e que, por conseguinte, se produziu a sociedade. A ampliação da condição de homem natural para um ser social se fez pelo ato ontológico-primário, o trabalho. Quer dizer, o trabalho enquanto forma originária do ser, o pôr teleológico primário²⁰, permitiu um salto ontológico qualitativo²¹ na relação travada entre o homem e a natureza.

Baseado nos seus estudos, pode-se dizer que o que possibilita ao homem mediar sua relação imediata entre suas necessidades e os meios para satisfazê-las é justamente a consciência. Pelo ato produtivo que o funda, o homem põe à prova, conscientemente, suas habilidades.

Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas (...) na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e, quando, em sua resposta ao carecimento que o provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade (LUKÁCS, 1968, p. 5-6).

Contudo, para que se consiga apropriar com maior clareza da fundação do ser social, antes mesmo de abordar o funcionamento do pensamento e da atividade do homem é preciso

¹⁹ Demarcando assim, de fato, a oposição radical do materialismo histórico em relação as concepções especulativas que consideram sua aparição da ideia, da imaginação.

²⁰ Nas suas palavras “o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (LUKÁCS, 1968, p. 9).

²¹ Embora “nunca devemos esquecer que no qualitativamente novo se preserva uma determinação ontológica essencial do ponto de partida originário” (LUKÁCS, 2010, p. 84). Isto quer dizer, “a essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 46).

entender que ela se dá numa articulação entre causalidade e teleologia. Então, com isto faz-se fundamental esboçar suas especificidades.

Primeiramente, tem-se que a teleologia não existe por si mesma. Esta só se faz, na medida em que o homem apresenta a intencionalidade e põe enquanto finalidade. Já, quando se refere a causalidade, esta, não tem posição teleológica. Como bem destacou, “enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta” (LUKÁCS, 2013, p. 48). Esta essencialidade da teleologia está implicada ao fato de que todo processo teleológico implica o pôr de um fim. Entretanto,

Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à- consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico (LUKÁCS, 2013, p. 48).

A todo pôr de um fim implica um autor consciente. Somente o homem²² é capaz de transformar a causalidade, através de atos teleológicos, em causalidade posta. A esta transformação, através da teleologia, da causalidade em causalidade posta é justamente o processo de objetivação do homem. Entretanto, para aprofundar na compreensão desse processo, cabe tratar a questão da inseparável ligação entre causalidade e teleologia.

Lukács, retomando a radicalidade do que em Marx já havia sido apontado, destacou que quando “a teleologia é reconhecida como categoria realmente operante apenas no trabalho, tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia” (LUKÁCS, 2013, p. 52). Mas, é preciso destacar que isto se dá somente “no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos” (Idem). Ou seja, apenas quando a interação entre causalidade e teleologia se faz real, mesmo sem que a essência da causalidade padeça, ainda assim, a mesma torna-se causalidade posta.

²² Aqui, para que fique esclarecido, cabe o destaque de que apenas os sujeitos possuem *télos*. Assim, desmistifica de vez a possibilidade de que a concepção materialista histórica seja determinista ou que esta conceba que o processo histórico segue um fluxo já fadado a determinados fins. Pois, se somente os sujeitos se põem através de finalidades (claro, que considerando as alternativas postas), a história se dá num processo em aberto.

Então, necessariamente, quando se traz à cena a causalidade e a teleologia deve ser ter claro que estes

são princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contrariedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui característica principal desse grau do ser (LUKÁCS, 2013, p. 89).

A essência dessa ligação inseparável entre causalidade e teleologia, em que se possibilita originar a causalidade posta, foi explicada nas seguintes palavras: “um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo qualitativamente e radicalmente novo” (LUKÁCS, 2013, p. 53). Nesse sentido, o homem em seu ato teleológico de pôr de um fim é o agente fundamental, na medida em que “é necessário o poder do pensamento e da vontade humanos que organize material e faticamente tais propriedades em conexões, por princípio, totalmente novas” (Idem).

Convalidando ao que Hegel já havia descrito a respeito do aspecto ontologicamente decisivo do papel que a causalidade apresenta no processo do trabalho, Lukács destacou os seguintes pontos essenciais sobre essa questão:

algo inteiramente novo surge nos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos. Considerando porém, que isso só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas – em sentido ontológico – tornam-se postas; esse caráter de terem sido postas é a mediação da sua subordinação ao pôr teleológico determinante, mediante ao qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento posto de causalidade e teleologia, tem-se um objeto, um processo etc. unitariamente homogêneo (LUKÁCS, 2013, p. 55).

Dessa maneira, pôde declarar que somente pelo trabalho, no pôr do fim e de seus meios, que os sujeitos foram (e, são) capazes de transformar a natureza para além da adaptação ao meio. Momento este fundante para ontologia do ser social, já que “na medida em que a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno” (LUKÁCS, 2013, p. 63).

Ao tratar desse ponto, pôde retomar o quão inaugural o materialismo histórico de Marx trouxe ao cenário teórico-filosófico, em divergência ao materialismo mecanicista. Lembrando que Marx conseguiu destacar a relevância de se apreender a atividade humana como atividade objetiva, sendo que nesse caso, “o caráter não mais epifenomênico da consciência só pode ser encontrado e demonstrado na práxis” (Ibidem, 2013, p. 64).

Como “o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais” (LUKÁCS, 1968, p. 6), então, o que faz o movimento de revigoração das séries causais na produção de causalidades postas, são os próprios atos teleológicos dos homens. Assim, o destaque dado a ação consciente dos sujeitos, o ato de concretizar-se enquanto ser social, não deve ser esquecido. E, mesmo que em momento anterior já tenha sido dito, é fundamental destacar que o que diferencia o ser social dos outros seres naturais não é a consciência em si, mas sim o ato de pôr consciente, a objetivação. Em consonância, não à toa, quando Lukács tratou do salto de desenvolvimento enquanto ser social a partir do trabalho, deixou destacado que “a adaptação não passa simplesmente do nível do instinto ao da consciência, mas se desdobra como “adaptação’ a circunstâncias não criadas pela natureza, porém escolhidas, criadas autonomamente” (LUKÁCS, 2013, p. 80).

Retomando ao ponto em que fez referência, tanto aos modos concretos de manifestar-se e de se exprimir da consciência quanto ao modo concreto de ser da sua constituição não mais epifenomênica, Lukács apontou um problema de fundo: a indissociável interdependência entre o espelhamento da realidade e o correlato pôr das cadeias causais. Segundo ele, estes dois atos são em si, mutuamente heterogêneos. Entretanto, nessa nova vinculação ontológica, constituem o complexo autenticamente existente do trabalho, totalizando o fundamento ontológico da práxis social e até do ser social no seu conjunto.

Na verdade, quando levantou esse problema de fundo, permitiu abordar a relação sujeito-objeto. Pois, tratar do espelhamento da realidade e o correlato pôr das cadeias causais é se referir à autonomização da imagem na consciência. E, como seria possível estabelecer a relação sujeito-objeto, senão através desta admissão? Entretanto, cabe perceber que esta abordagem (referente ao espelhamento) vem para dirimir qualquer concepção de que o sujeito possua uma enigmática habilidade de fixar a imagem “de forma realística” de todo o seu entorno através dos seus sentidos, de maneira contemplativa. Posição esta, típica do materialismo mecanicista. No materialismo histórico, isto não basta. Logo, era preciso dar mais um passo para entender o ato de espelhamento como intrínseca à ontologia do ser social.

Primeiramente, para se chegar de maneira mais abrangente à compreensão do que se refere o ato de espelhamento, faz-se importante resgatar que Lukács, quando buscou os fundamentos ontológicos do ser social, destacou a inerente combinação de dois momentos essenciais contidos no processo de trabalho: o real e o ideal. Mas, mesmo diante do reconhecimento dessa relação indissociável entre o momento real e o momento ideal para qualquer atividade humana, isto não impediu a consideração da existência de uma distinção ontológica entre eles. Inclusive, se bem compreendido, no materialismo histórico a prioridade ontológica fica ao cargo do momento real.

Em dado instante, Lukács exemplificou a prioridade do momento real, retomando o fato de que para “produzir alimentação humana com o auxílio de fogo, carne, espeto, etc. – as propriedades, relações etc. desses objetos, existentes objetivamente, em si, totalmente independentes do sujeito ativo, devem ser corretamente reconhecidas e corretamente aplicadas” (LUKÁCS, 2013, p. 405). Nesse exemplo, expôs a duplicidade da combinação desses momentos, pois, justamente por buscar esta aplicação “correta”, caberia ao sujeito ativo reconhecer verdadeiramente as propriedades em si do real.

Nesse sentido, competiria ao homem trabalhador “avançar até esse ser-em-si não só de modo geral com o seu pensamento; ele precisa, antes, descobrir aquelas propriedades, relações etc. que eventualmente nem sejam diretamente perceptíveis e que as convertem em meios apropriados para seus propósitos” (LUKÁCS, 2013, p. 405). Assim, destacou que para que o sujeito obtenha dos objetos e/ou processos existentes em si, uma “resposta” da realidade à necessidade que movimenta intencionalmente seu ato de pôr, faz-se inevitável que antes de tudo, se produza uma “pergunta” racional que realmente esteja voltada às verdadeiras conexões. Logo “em decorrência dessa relação entre “pergunta” e “resposta”, surge, no trabalho, no âmbito do ser social em geral, a ligação inseparável entre momentos reais e momentos ideais que caracteriza este estágio do ser” (LUKÁCS, 2013, p. 405).

Explicado com outras palavras, é sabido que o trabalho é formado por posições teleológicas que a cada possibilidade tem a chance de transformar a causalidade em causalidade posta, ou seja, pela atividade do sujeito é que se põem em movimento as séries causais. Mas, aqui, não se deve esquecer que “a posição teleológica só pode tornar-se uma realidade do ser social quando consegue apreender adequadamente os momentos essenciais daquele ser que se propõe transformar” (COSTA, 2012, p. 22). Isso pode ser compreendido da seguinte maneira

A posição teleológica dirigida à ação de transformar o mundo objetivo elabora a seleção ante a infinitude intensiva e extensiva dos objetos e processos naturais, que torna possível confrontar as possibilidades reais de um comportamento prático no sentido de transformar o ser objetivo. Por esse meio o homem age praticamente na vida cotidiana e também no campo do conhecimento mais elaborado em posições teleológicas (COSTA, 2012, p. 24).

Nesse sentido, compreende-se que para que o sujeito elabore as “perguntas” e busque as “respostas” por ações teleológicas, necessariamente, ele deve estar diante de causalidades, entendendo que “do ser material não brota espontaneamente qualquer objeto ou movimento diverso daquele manifestamente produzido pelo seu mero ser-em-si” (COSTA, 2012, p. 21). Nesse sentido, é que Lukács referiu-se à necessidade da existência de um momento ideal. Ao buscar defini-lo, sinalizou que o momento ideal vem “como força motriz do ser social, que cria coisas novas, ele é exatamente a intenção condutora daquele movimento material do trabalho que, pelo metabolismo da sociedade com a natureza, efetua nele essas mudanças, melhor dito, essas realizações de possibilidades reais” (LUKÁCS, 2013, p. 406).

Destacando a inseparabilidade dessa interação entre o momento ideal e o momento real, lembrou que

O específico do ser social consiste justamente em que, nele, as interações materiais em toda parte são desencadeadas por pores teleológicos e estes só adquirem efetividade enquanto tentativas de realização de um fim idealmente posto. O momento ideal só pode desempenhar esse papel nos pores teleológicos porque, nele, não só a própria finalidade é amplamente concretizada, mas também todos os caminhos reais de sua realização precisam primeiro ser fixados em pensamento antes de poderem se converter em ações prático-materiais na atividade material real do homem que executa o trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 406).

Não se tem como conceber este processo da interação do momento ideal com o material senão, pelo emprego da consciência do sujeito que atua. Somente “mediante uma novidade ontológica constituída pela imagem que forma na consciência (...) permite a realização da posição teleológica, pondo-a como objeto de reflexão por parte do sujeito” (COSTA, 2012, p. 21). Dessa forma, a função da consciência adquire a atividade de análise e síntese. Funções estas, que permitem ao sujeito a reflexão da realidade objetiva, a partir do confronto com aquela imagem que se formou na consciência e que se apresenta enquanto autônoma²³. A partir desse processo da consciência gera-se “o permanente confronto entre a

²³ A estudiosa explica que esta autonomização da imagem na consciência do sujeito, favorece “para que a reprodução social supere aquela reprodução natural como puro epifenômeno da reprodução biológica” (COSTA, 2012, p. 22). Mais ainda, relembra que para Lukács, esta autonomia da imagem é

realidade mesma e as próprias análises elaboradas no movimento de realização das ações” (COSTA, 2012, p. 22).

Mais à frente será de grande valia a apreensão de que pela função ativa da consciência, a imagem produzida “fixada como objeto para a consciência e tendo autonomia ante esta, pode ser conduzida pelo sujeito como conhecimento acumulado, servindo de novas posições teleológicas” (COSTA, 2012, p. 24). Sendo assim, pode-se compreender que a posição teleológica do trabalho acaba por desencadear processos ilimitados e evolutivos de outras posições teleológicas. E, isto gera um processo de desenvolvimento de totalidades complexas, fazendo assim, “com que a relação entre o homem e a natureza se torne mais realizada em termos exclusivamente sociais” (COSTA, 2012, p. 25).

Porém, o que nesse momento merece relevância é que pelo ato de espelhamento se tornou possível o estabelecimento da “separação precisa entre objetos que existem independente do sujeito e sujeitos que figuram esses objetos, por meio de atos de consciência, com um grau maior ou menor de aproximação” (LUKÁCS, 2103, p. 65). O que deixou claro que diante dessa separação, o sujeito tornou-se capaz de converter esses objetos “em possessão espiritual própria”, ou seja, idealizá-los. A essa não identidade entre o sujeito e o objeto, mais do que isto, essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto, constituiu elementar ao processo de trabalho e, somente por ela, foi possível admitir a capacidade dos homens de reprodução.

Isto pode ser entendido, porque “se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquele pôr fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo poderia realizar-se” (LUKÁCS, 2013, p. 65). Nesse caso, através do espelhamento da realidade, realizou-se a separação entre o homem e o seu ambiente. Assim, tem-se que: **somente por esta dissociação (pelo confronto do sujeito com o objeto) que o homem tem a possibilidade da sua ininterrupta reprodução enquanto ser social. Quer dizer, neste confronto com a realidade é que ele se concretiza - originalmente no ato do trabalho – e, por conseguinte, tem garantida a produção de outras práxis sociais sucessivas.**

Nesse ponto, o espelhamento da realidade faz-se ato elementar do processo de trabalho, pois, através dele, se permite ao homem a possibilidade de que a imagem do objeto seja fixada nele, enquanto um objeto da consciência. De tal modo, o objeto não precisa estar

o que permite “o estabelecimento de uma relação sujeito-objeto, momento de reconhecimento da distinção entre o sujeito que põe e a realidade objetiva sobre a qual age” (Idem).

imediatamente dado na realidade, para que o homem pense nele e faça associações, ou seja, possa recriá-lo. Lembrando que isto se dá, no entrelaçamento entre a causalidade e seu ato teleológico, momento este, em que “objeto unitário homogêneo” se apresenta como causalidade posta.

Então, aqui a problemática se mostrou nítida. Pois, como conceber o trabalho como concreto, se ao homem não fosse permitido distanciar-se do objeto e a ele retornar, se não tivesse a ele garantido certa autonomia da consciência? Como seria capaz de realizar correções, analisar sua aplicabilidade, sobretudo, efetivar o pôr de um fim e investigar os meios, senão pela possibilidade de distanciar-se do seu objeto sem perder a imagem, que agora se apresenta enquanto objeto da consciência?

Estas análises se respaldam pela síntese dos seguintes apontamentos de Lukács:

no espelhamento da realidade como condição para o fim e o meio do trabalho, se realiza uma separação uma dissociação entre o homem e seu ambiente, um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre o sujeito e o objeto. No espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade produzida, coagulando-se uma “realidade” própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e - exatamente em sentido ontológico - não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso, Ao contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser, não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento da consciência (LUKÁCS, 2013, p.66).

Para ele, essa dualidade deve ser entendida como um fato fundamental no ser social. Esta jamais será eliminada, pois, mesmo diante da consideração de que em graus precedentes - a partir de mediações mais amplas, pelas quais se derivam outras formas de práxis - esta dualidade apareça de maneira rigidamente unitária, ainda assim, ela se faz presente. E esta conclusão corrobora com aquilo que já foi anunciado no capítulo anterior, ou seja, vem reiterar a separação ontológica entre mundo objetivo e o mundo subjetivo. Na citação abaixo, talvez esta questão se aproxime ainda mais, a fim de ser esclarecida.

(...) o processo de objetivação e de distanciamento tem como resultado que as reproduções jamais possam ser cópias fotográficas, mecanicamente fieis da realidade. Elas são sempre determinadas pelos pores de fim, vale dizer, em termos genéticos, pela reprodução da vida, na sua origem pelo trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 67).

Buscando abordar de forma mais precisa, quando tratou do espelhamento da realidade, pôde chamar atenção ao fato da sua natureza contraditória, já que “por um lado, ele é o exato oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é espelhamento, não é ser; por outro, e ao mesmo tempo, é o veículo através do qual surgem novas objetividades no ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em nível mais alto”. Quer dizer com isto, que na fundação dessa contradição, tem-se que: a consciência é capaz de exprimir a realidade, embora esta expressão não capture de forma exata (fotográfica) o objeto, considerando que esse ato é de espelhamento. Mas, em contrapartida e, concomitante a isto, se tem justamente um caminho em aberto, no qual o sujeito está sempre apto a descobrir coisas novas, testar seu conhecimento e cunhar novas objetividades. E, “desse modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidade” (LUKÁCS, 2013, p. 67).

É possível compreender que quando trouxe à tona a questão do espelhamento da realidade, nada mais fez, do que tentar entender como o homem consegue refletir o real através da consciência. Este aspecto não poderia ser acessório, na medida em que o que ele defendia era a existência da separação ontológica entre o objeto e o sujeito, tendo como ponto crucial a admissão da inextricável e complexa relação assim estabelecida. Aqui, é possível correlacionar àquilo que Lukács levantou - a respeito do complexo entre espelhamento e a realização dos fins - e a demarcação de qual solo teórico-filosófico o mesmo se situava. Uma vez que, a partir do espelhamento, foi possível sanar de vez a presunção da identidade sujeito e objeto. Ao enfrentar esta problemática, mostrou que o ato de espelhar não implica que é por este que se imprime/estabelece a realidade. Em seguida, pelo entendimento da “dualidade” acima referida, pôde destacar que assim como não se deve reduzir o objeto apenas pela imagem (já que é apenas espelhamento), a consciência não é simplesmente o espelho.

Na verdade, este espelhamento, que se dá através da consciência, vem apresentar àquela distinção entre causalidade e teleologia exposta anteriormente (enquanto categorias heterogêneas). E foi caracterizando o espelhamento da realidade que Lukács chegou mais além. Ao indicar a dualidade entre o objeto da realidade e àquele pensado pelo sujeito, demonstrou que este complexo estabelece certo processo de “unidade homogênea”, que tem a sua origem primária no processo do trabalho²⁴, chegando assim, aos seguintes apontamentos desse problemática:

²⁴ Em análise a esta questão, Fortes (2001, p. 62) salienta que “a autonomização da imagem é um pressuposto necessário para que a consciência possa apoderar-se do objeto, dos atributos e potencialidades latentes, existentes-em-si, e desse modo transformar os elementos naturais em conformidade com suas necessidades. É precisamente essa forma peculiar de representação dos

Por um lado, a autonomia, a concretude, a legalidade etc. dos objetos só pode se tornar efetiva para o sujeito no momento em que surge essa autonomia da imagem. Acima de tudo, o objeto só pode revelar objetivamente o seu verdadeiro ser para o sujeito na construção consciente, na relação recíproca consciente dos diferentes modos fenomênicos etc., portanto, como resultado de um processo ideal analítico e sintético, em sua multiplicidade inconstante enquanto unitariamente existente. Logo, a autonomização da imagem é pressuposto da apreensão consciente do objeto na sua diferenciada identidade, existente em si, consigo mesma (LUKÁCS, 2013, p. 417).

Dessa maneira, decisivamente, em outro trecho expôs o que caracteriza o objeto e o sujeito, assim como a relação estabelecida entre eles a partir do trabalho, nas seguintes palavras:

O objeto (*Objekt*) só pode se tornar um objeto (*Gegenstand*) da consciência quando esta procura agarrá-lo mesmo no caso de não haver interesses biológicos imediatos que liguem o objeto (*Gegenstand*) ao organismo agente dos movimentos. Por outro lado, o sujeito se torna sujeito exatamente pelo fato de consumir semelhante transformação de atitude diante dos objetos do mundo exterior. Fica claro, então, que o pôr do fim teleológico e os meios para sua realização, que funcionam de modo causal, jamais se dão, enquanto atos de consciência, independente um do outro. Nesse complexo constituído pela execução de um trabalho se reflete e se realiza a complementariedade inseparável entre teleologia e causalidade posta (LUKÁCS, 2013, p. 94).

Enfim, destacou a relação sujeito-objeto, tal como levantada pelo materialismo histórico de Marx. Neste, não há lugar para igualdade entre sujeito e objeto, embora também não se admita uma separação em absoluto. Nesse caso, ela é a afirmação da complexa e inerente relação estabelecida, tendo como sua origem a categoria trabalho. E, como já abordado, nessa concepção a consciência é vista como concreta, se apresenta objetivamente. Já que pelo trabalho, o sujeito ao realizar a prévia-ideação, quando objetivada, enquanto produto da sua ação consciente, conseqüentemente, este se concretiza como ser social.

Outra relevante consideração trazida por Lukács, foi mostrar que pelo trabalho é permitido analisar os dois lados. O lado objetivo, em que “existe o domínio da consciência sobre o elemento instintivo puramente biológico” (LUKÁCS, 2013, p. 80). E pelo lado do sujeito, no qual “implica uma continuidade sempre renovada de tal domínio, e uma continuidade que se apresenta em cada movimento singular do trabalho, como um novo

atributos dos objetos na consciência que é determinada como o componente primordial para a produção das formas de objetividade sociais, é através dela que a possibilidade latente existente no elemento natural é conduzida, mediante o trabalho, para a esfera da realidade”.

problema, uma nova alternativa, e que a cada vez, para que o trabalho tenha êxito, deve terminar com uma vitória da compreensão correta sobre o meramente instintivo” (Idem).

Na verdade, o que ele tentou destacar é que estas duas dimensões oferecidas através do trabalho - a objetiva e a subjetiva - acabou gerando mudanças no próprio sujeito que trabalha. Inicialmente, precisamente, o sujeito deveria ser capaz de dominar a “natureza” e imprimir materialmente, nesse objeto natural, uma transformação que viesse a atender suas necessidades, e, portanto, atingir seu fim. Nessa dimensão, o que estava implicado era a sua capacidade de capturar os nexos naturais e, esses objetos ao serem transformados pelo seu pôr de fim, passavam a ter uma representação na existência social.

Nesse processo de trabalho, ainda foi necessário a dimensão da subjetividade. Já que não bastava apenas o domínio do que estava externo ao sujeito. Não se tratava apenas do domínio da natureza, ele precisava se autodominar. Nesse processo de desenvolvimento travado com a natureza, a cada objetivação posta, a vitória dela vinculava-se também ao fato de que este sujeito estivesse consciente dos seus atos, percebesse seu comportamento, suas sensações, impulsos ou recuos. Extremamente relevante, pois este é o ponto em que o desenvolvimento psicológico tem sua gênese. De tal modo, pelo trabalho, o lado objetivo e o subjetivo se tornaram, em conjunto, uma garantia para concretização do ser social. Foi a partir deste instante que se obteve um caminho em aberto para o desenvolvimento da subjetividade. Cabendo adiantar que somente por esta possibilidade de interiorização do sujeito, tornou-se viável o desenvolvimento de outras práxis sociais. A longa citação de um trecho específico, isto se tornará melhor esclarecido.

A essência ontológica de dever-ser no trabalho dirige-se, certamente, ao sujeito que trabalha e determina não apenas seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito do processo de trabalho. Este, no entanto, (...) é um processo entre o homem e a natureza, é o fundamento ontológico do metabolismo entre o homem e natureza. Essa constituição do fim, do objeto, dos meios determina também a essência do comportamento subjetivo. E, sem dúvida, também o ponto de vista do sujeito, um trabalho só pode ter êxito quando realizado com base numa intensa objetividade, e desse modo, a subjetividade, nesse processo, tem que desempenhar um papel produtivamente auxiliar. É claro que as qualidades do sujeito (capacidade de observação, destreza, habilidade, tenacidade etc.) influem de maneira determinante sobre o curso do processo de trabalho, intensiva como extensivamente. Contudo, todas as capacidades do homem que são mobilizadas são sempre orientadas, essencialmente, para o exterior, para a dominação fática e a transformação material do objeto natural através do trabalho. Quando o dever-ser, como é inevitável, apela a determinados aspectos da interioridade do sujeito, suas demandas são formuladas de tal maneira que as mudanças no interior do homem proporcionam um veículo para o melhor domínio do metabolismo com a natureza. O autodomínio do homem,

que aparece pela primeira vez no trabalho como efeito necessário do dever-ser, o crescente domínio de sua compreensão sobre as suas inclinações e hábito, etc. espontaneamente biológicos são regulados e orientados pela objetividade desse processo; esta, segundo sua essência, se funda na própria existência natural do objeto, dos meios etc. do trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 104).

A fim de aprofundar ainda mais a questão da subjetividade, seria fundamental trazer à cena o que Lukács definiu enquanto processo de objetivação e a alienação²⁵. Sem dúvidas, o que está sendo exposto - a apropriação da gênese da relação sujeito-objeto - precisa ser satisfatório. Tem-se aqui, um momento oportuno para reorganizar as diversas formulações já apresentadas, mas deve-se anunciar que a melhor compreensão desses processos, só será possível, quando tiver avançado no entendimento do movimento bipolar da reprodução do ser social. Na verdade, nesse momento, é importante que se tenha claro que o desenvolvimento do ser social está condicionado a duas dimensões: objetiva e subjetiva. Estas se constituem originalmente a partir do complexo categorial extraído do trabalho. Quer dizer, assim como a objetividade, a subjetividade é construída no cerne deste complexo originário do trabalho.

Dito com palavras simples, cabe-se ater ao ato produtivo do homem. Nele, de certo que quando se pensa nos processos de objetivação (produção material), não se deve esquecer que as transformações postas (a partir do ato teleológico que gera causalidade posta) não se dão apenas no objeto. Isto significa que o homem também sofre modificações, já não é o mesmo. Entendendo que a origem das novas necessidades postas a ele, ocorre quando este se defronta com as outras possibilidades que até então não estavam dadas. Isto se explica, porque quando se imagina o processo de objetivação, o que ocorre não é apenas a produção de um objeto pré-ideado pelo homem. Pois este processo de objetivação está intrinsecamente vinculado com a alienação²⁶ do homem. Momento este em que o sujeito - em contato com a

²⁵ Deve-se ter claro o fato de que Lukács, ancorado nos preceitos de Marx, quando se debruçou na análise dos processos de objetivação (*Vergegenständlichung*) e de alienação (*Entäusserung*) do sujeito, rebateu as concepções que vinham sendo feitas destes processos dentro da filosofia moderna (esta, proveniente da filosofia de Hegel). Nesse caso, a filosofia moderna admitia o estranhamento (*Enfremdung*) e a alienação, como processos idênticos. Então, Lukács, retomou esta problemática destacando que “jamais se deve esquecer que ontologicamente a origem do estranhamento na alienação de modo algum significa uma afinidade evidente e incondicional entre as duas desses dois complexos de ser: é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamento” (LUKÁCS, 2013, p. 418).

²⁶ Fundamental considerar que, como anunciado no primeiro capítulo, a dissertação trabalhará com autores que nem sempre utilizam as mesmas traduções para *Entäusserung* e *Entfremdung*. Por isso, ao leitor, cabe alguns ajustes para compreensão de cada citação utilizada de acordo com as traduções que embasam cada um dos autores. No caso da autora Gilmaisa Macedo Costa, embasada em Sérgio Lessa, Leandro Konder e Nicolas Tertulian, o binômio *Entäusserung/Entfremdung* é traduzido por

existência social - põe à prova seu saber adquirido, seus costumes, hábitos. Como bem destacou Fortes,

De um lado, a atividade laborativa humana modifica o mundo natural produzindo suas próprias condições materiais de vida, de outro lado, por meio deste processo os homens formam e constituem a si mesmos, disciplinando suas emoções, julgando e modificando seus comportamentos, etc. mediante a exteriorização de sua subjetividade (FORTES, 2011 p. 191).

Isto implica na afirmação de que pelo trabalho se tem a produção e a transformação da subjetividade. Isto porque, em todo o ato produtivo humano ocorre tanto a produção objetiva - a partir da construção de objetos, que passam a responder às necessidades postas em determinado momento histórico -, quanto a produção subjetiva - na medida em que imprime suas criações, testa novas habilidades e adquire outras capacidades. Com isso, se tem claro que o trabalho implica tanto a objetivação quanto a subjetivação, selando assim, a intrínseca relação sujeito-objeto. Como destacou Costa, “no processo de trabalho, realiza-se simultaneamente a objetivação do objeto e a *{alienação}* do sujeito humano, do que resulta um produto como materialização de um projeto previamente elaborado pelo homem” (Costa, 2012, p. 26).

Mais à frente, isso terá grande sentido, pois possibilitará a compreensão de que o processo de alienação se vincula, especialmente, à reprodução do homem na sociedade, sobretudo, na construção das individualidades. Este anunciado necessita ser feito, pois permite que, mais à frente, se compreenda o processo de reprodução social. Quer dizer, o que nesse instante deve ser apropriado é que o trabalho traz dois processos distintos (objetivação e alienação) que, no entanto, compõem, inseparavelmente, enquanto unidade ontológica do ser social. Assim, Fortes, salientou que a alienação e a objetivação

são expressões de processos distintos existentes no interior da atividade laborativa, momentos diferenciados no interior de uma mesma unidade; na *objetivação*, verificamos a ação criativa humana que enforma algo de inusitado no mundo, e, na *alienação*, esta atividade aparece como formadora do processo de individuação do homem (FORTES, 2011, 191) .

Este ponto possibilita sempre resgatar o que reiteradamente será posto, a respeito da relação entre objetividade e subjetividade. Pois, o que se apresenta não é qualquer defesa de

exteriorização/alienação. No caso do autor Ronaldo Vielmi, assim como Jesus Ranieri e Nélio Schneider, o binômio *Entäusserung/Entfremdung* é traduzido por alienação/estranhamento.

que estes processos não sejam heterogêneos (ou seja, apresentam distinções ontológicas), mas a importância de se compreender a unicidade ontológica constituída a partir do ser social.

Visto que todas as alienações do homem, começando com os fundamentos elementares como trabalho e linguagem até as objetivações (Objektivationen) de mais alto valor, necessariamente sempre são pores teleológicos, a relação “sujeito-objeto” enquanto relação típica entre o homem e o mundo, o seu mundo, constitui uma inter-relação, na qual o sujeito atua permanentemente sobre o objeto, o objeto sobre o sujeito, conferindo nova forma, produzindo coisas novas, na qual nenhum dos dois componentes pode ser compreendido isoladamente, separado por antagonismos, e, portanto, de modo independente. (...) Se, em contraposição, apontarmos para a inseparabilidade ontológica desses dois polos correspondentes do ser social – justamente em sua heterogeneidade imediata -, fica claro que todo ato de objetivação do objeto da práxis é simultaneamente um ato de alienação do seu sujeito (LUKÁCS, 2013, p. 422-3)

Contudo, pelo que já foi desenvolvido até aqui, algumas considerações devem estar demarcadas, contemplando os pontos que venham a desfazer equívocos. Com isso, tem-se o seguinte cenário: o sujeito pode acessar o objeto (enquanto distinto) pela consciência, transformando-o, a partir do se ato de pôr (objetivação), mas, ao reconhecê-lo e imprimi-lo sua marca essencialmente humana, isto gera nele (sujeito) também modificações (alienação do sujeito). O sujeito se depara com o objeto agora modificado, entretanto, o que se apresenta enquanto objeto da consciência, não é a captura exata (de forma fotográfica) do real, pois é o espelhamento deste. Por este processo que ocorre ininterruptamente, é dada a possibilidade ao sujeito de projetar sempre novas objetividades. Isto quer dizer, está posta a chance para que o sujeito seja retroalimentado em seu processo de reflexão da realidade e, concomitantemente, na sua capacidade inerente de pôr de um fim, através da sua consciência.

Então, por estas questões, consegue-se entender que o que impulsiona o sujeito ao seu objeto é justamente essa não identidade entre eles, o “distanciamento”. Embora se reconheça que em concomitância a isto - pelo processo de transformação do objeto pelo sujeito (em seu ato de pôr de um fim), em que se estabelece àquela “unidade homogênea” entre teleologia e causalidade -, o que se promove é certa unicidade sujeito-objeto. Nesse contexto, tem-se que: **inevitavelmente, a cada aproximação entre o plano subjetivo e o plano objetivo, o que se dá é o reiterado movimento de reprodução. Em outras palavras, por haver essa distinção ontológica entre sujeito e objeto é que se tem provocado (retroalimentado) o incessante movimento de aproximação entre o sujeito que pensa e o seu objeto a ser desvelado. Então, no aspecto da subjetividade (nesta relação sujeito-objeto), compreende-se que esta jamais se encontra repousada num processo mecânico, como se**

pudesse ser vista como subjugada à objetividade. Basta lembrar que o ato de pôr de um fim é a subjetividade em movimento, mas, necessariamente, direcionada (vinculada) à objetividade.

No item posterior ficará esclarecido especificamente a reprodução social, mas já foi sinalizado que tem gênese no processo trabalho. Compreendendo o trabalho como encontro travado entre o sujeito com os objetivos previamente ideados e a objetividade exposta pela realidade (natureza e sociedade), o que se destaca é que entre as finalidades almejadas e as transformações objetivadas, ocorre uma contradição. Haja vista que o sujeito nunca conseguirá ter posse do conhecimento integral da realidade que deseja imprimir, se considerada que esta não se apresenta estática, ou seja, de que ela é sempre dinâmica. Além disso, nesse aspecto, deve ser considerado que a cada nova objetividade, acrescidas do retorno que gera ao ser social, estas vão se acumulando e, conseqüentemente, produzindo novos ciclos de prévia ideação, alterando assim, a realidade posta. Assim, se dá o incessante processo dinâmico entre teleologia e causalidade, que tem o trabalho como o momento fundante da reprodução social.

Até aqui, as questões levantadas a respeito da relação sujeito-objeto poderiam suscitar algumas reflexões da problemática posta por esta dissertação. Retomando que nessa situação, o sujeito (psicólogo/ assistente social) na sua ação interventiva se depara com seu objeto, que são as manifestações subjetivas dos sujeitos/famílias. Contudo, nesse aspecto, não é possível estabelecer uma conexão de forma tão direta, reconhecendo que estas questões se apresentam de forma bem mais complexa. Assim, necessariamente, será preciso avançar mais, para problematizá-la de forma mais consistente. No entanto, dá para supor que a dissertação está configurada para trazer à cena justamente esse conflito, que ocorre dentro dos serviços da política de assistência social entre o profissional e seu objeto (aqui, manifestações subjetivas).

Dessa forma, não é difícil entender que o cerne dessa problemática é que nesta relação (entre profissional e seu objeto) implica-se que o que precisa ser conhecido se refere ao mundo ideal dos sujeitos/famílias. Na verdade, o que está em jogo é o confronto entre “dois mundos ideais”. Talvez aqui, possa-se supor tamanha complexidade, a qual o sujeito que quer conhecer encontra-se submersa. O profissional projeta idealmente sua atuação, porém, como seu objeto se refere ao mundo ideal, constantemente se frustrará, tendo a sensação de que não consegue dominá-lo ou controlá-lo. Uma vez que a cada aproximação deste (objeto), após sua intervenção, ele (profissional) tentará enxergar a transformação gerada pela sua atuação (que

foi projetada idealmente) - que nesse caso, seria uma modificação do comportamento, valores, as escolhas, etc. - porém, isto não se apresentará de forma simples.

Neste terreno, acrescenta-se um componente que interfere precisamente nessa tentativa do sujeito em conhecer o seu objeto, que é justamente o ponto também levantado nessa dissertação: no campo do conhecimento da temática da subjetividade, várias correntes teórico-filosóficas têm feito frente na escolha e na formação profissional. Correntes estas, que não concebem a relação sujeito-objeto tal como o materialismo histórico e, dessa maneira, ficam conectadas e são veículos carregadas de formulações e ideias de cunho conservador e/ou reformista. Pensando sob este aspecto, amparados nestas correntes, vários equívocos em relação à compreensão do que se refere às manifestações subjetivas acontecem.

Ainda - trazendo de forma incipiente esta problemática da relação profissional-manifestações subjetivas de sujeito/famílias - é possível supor que os desafios se dão, pois, a intervenção profissional dirige-se ao cotidiano, no qual diversos fatores não previsíveis se apresentam. Na verdade, ele se refere ao terreno das escolhas individuais de sujeito/família entre alternativas postas. Dentro disto, tem-se que as intenções do sujeito/família ainda dependem de distintas circunstâncias apresentadas que são muito mais complexas de serem manejadas pelo profissional. Mesmo que não seja possível tratar disso com a necessária profundidade, é reconhecível que esta reflexão ganha consistência com a apropriação da categoria valor e liberdade. Apropriação esta, que poderá ser contemplada na análise da investigação realizada com os profissionais no município de Leopoldina. De tal modo, não resta dúvidas de que esta reflexão levantada acima, não só traceja essa dissertação, como é somente por ela que a produção desta se justifica.

Com isto, após já ter anunciado a gênese da relação sujeito-objeto a partir do trabalho, é necessário prosseguir na tentativa de contornar a relação do profissional e as manifestações subjetivas a ele endereçadas. Nesse caso, cabe retomar o caminho e compreender, decisivamente, por que o trabalho é o “modelo da práxis social”. Este ponto apresenta-se fundamental – e, de forma antecipada -, visto que esta dissertação considera que o terreno da problemática levantada se vincula às formas mais complexas de práxis social.

Logo, logicamente, que a prévia explicação da relação sujeito-objeto não se deu à toa. Por ela, foi possível compreender que somente pelo trabalho - que é pôr teleológico primário do ser social -, de forma inaugural, foi-se estabelecida uma real relação sujeito-objeto. Relação esta, em que se apresenta não apenas um objeto frente ao sujeito, mas sim, um sujeito consciente (autônomo) diante à objetividade. E isto não é pouco. A partir daí, pode-se extrair

que a fundação do ser social se dá através da formação de um complexo entre causalidade e teleologia. Quer dizer, entre a realidade objetiva e o ser natural *humano*, na sua capacidade de pensar (idealizar) e agir sobre ela (atuar, transformando a realidade objetiva), a fim de garantir seu meio para reproduzir-se socialmente. Complexo este, que apesar do encontro de heterogeneidades, se alcançou a “unidade homogênea” instaurada pelo trabalho.

Assim, considerar o trabalho enquanto modelo de toda práxis social, é reconhecê-lo na sua forma primordial, a qual se encontra estabelecida a concretização do homem na realidade, ou seja, a fonte originária em que pôde o homem ampliar sua condição de ser somente natural para transformar-se em ser social. Com isso, pelo trabalho tem-se a gênese da produção da sociedade, tornando-o assim, o garantidor da reprodução social dos homens. Sendo assim, só por ele, está aberto o processo de construção de novas possibilidades de sociabilidades.

Em outras palavras, pode-se afirmar que pela posição teleológica primária, ou seja, pelo trabalho, tem-se o núcleo da reprodução social, já que por ele, outras posições teleológicas estão sendo gestadas. Estas novas posições teleológicas (secundárias) conduzem e interligam todo o processo histórico a outros complexos da dinâmica social. Isto é o que permite o desenvolvimento histórico-evolutivo da humanidade. Fica compreendido, no próximo item, que a reprodução social só pôde ser garantida, porque além dos objetos construídos deixarem parâmetros da produção realizada anteriormente, concomitante ao processo de produção material, os homens desenvolvem a cultura, a linguagem, os modos de vida e as individualidades.

Pelo caráter criador como ato de superação da imediaticidade e pelas exigências impostas neste ato de criação, o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades. Por sua vez, os objetos criados através do trabalho conservam os conhecimentos básicos utilizados na sua criação, capazes de assegurar que objetos mais simples sejam tornados cada vez mais avançados e complexos, promovendo tanto o impulso à evolução do conhecimento a partir do trabalho, quanto do desenvolvimento dos meios necessários à reprodução social (COSTA, 2012, p. 20).

Certamente que Lukács foi quem trouxe à tona a questão que, por vezes, era escamoteada pelo marxismo. Não por Marx, como pôde ser comprovado no primeiro capítulo da dissertação. Pois, este, já havia deixado demarcado que a atividade do homem não se restringia apenas ao trabalho. Como os homens não estabelecem relação apenas com a natureza - sendo esta fundante, para superação da animalidade do homem, permitindo o salto ontológico primário enquanto ser social – mas, também travam relações com outros homens,

isto gerou que os atos teleológicos apresentassem posições distintas daquela específica entre o homem e a natureza, apesar de originárias desta. E, como se verá a frente, quando os atos teleológicos começaram a assumir conteúdos sociais, as práxis sociais mais complexas foram engendradas.

Quando for tratado no item posterior, a respeito da reprodução do ser social, alguns outros pontos poderão ficar melhor esclarecidos. Nesse instante, pode-se fazer a seguinte consideração: **os homens se reproduzem socialmente, não somente pelo processo de trabalho, embora nele, esteja configurado os parâmetros para que possam ser gestados outros mediadores da relação sujeito-objeto, que são muito mais complexos do que o mesmo enquanto tal. Ou seja, pode-se afirmar que é justamente o trabalho (enquanto modelo da práxis social) que apresenta o núcleo da reprodução social dos homens, já que é apenas através dele que ocorre a complexificação das formações sociais.**

Em outras palavras, o trabalho não é a única maneira do sujeito se concretizar na realidade. Mas, somente a partir dele - na medida em que é modelo - que se derivam outras formas de práxis sociais. A diferenciação entre elas, não traz nenhum aspecto valorativo. Pois, todas elas tornam-se relevantes para os sujeitos, já que são seres da práxis. Embora, caiba salientar que estas novas formas de práxis assumem certa autonomia, quer dizer, apresentam certa legalidade própria.

Entretanto, quando Lukács definiu o trabalho como modelo na produção de outros complexos sociais, deixou destacado que, necessariamente, existem variações quando se pensa na forma específica do trabalho e das outras práxis sociais. Nesse sentido, o que se tem é uma relação de identidade de “identidade e não identidade” entre o modelo e essas variações que são muito mais complexas. De tal modo, chamou atenção para o fato de que para conhecer estas formas mais complexas, não bastaria apenas o reconhecimento “dessa simultaneidade de identidade e não identidade”.

E, isto quer dizer, que não poderia agarrar-se apenas nos traços específicos do trabalho e, simplesmente, correlacioná-los às outras formas mais complexas da práxis social. Como já sinalizado, era necessário reconhecer que pelo trabalho se alcançou uma relação inaugural do metabolismo com a natureza que gerou o novo ser: o ser social. Já, no caso das práxis mais complexas - originárias dessa superação alcançada - implicam esse insuperável intercâmbio orgânico com a natureza, prolongando-se às dimensões em que a relação do homem com os outros homens se fazem proeminentes. Dessa maneira, Lukács demarcou que quando as relações sociais travadas entre os homens foram estabelecidas, “ a sociedade, na qual o

processo de reprodução do homem transcorre realmente, cada vez mais deixa de encontrar as condições de sua reprodução “prontas” na natureza, criando-as ela própria através da práxis social” (LUKÁCS, 2013, p. 171).

Logo, não caberia “derivar logicamente as formas mais complexas a partir do dever-ser do processo de trabalho”. Lembrando que o sentido originário e restrito do trabalho “é o processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso” (LUKÁCS, 2013, p. 83). Já, as formas mais desenvolvidas da práxis social, “destaca-se em primeiro plano a ação sobre os outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas, somente em última instância -, uma mediação para produção de valores de uso” (Idem). E foi destacando estas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, declarou que

Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, o conteúdo social do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos. (...) O objeto desse pôr secundário do fim já não é algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr de um fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens” (LUKÁCS, 2013, p. 83-4).

Esse pores teleológicos secundários - que estariam mais interligados a práxis sociais mais complexas, do que em si, pelo trabalho - denotam que a variação não ocorre somente pela consideração de que sejam mais complexos. Pois, o que ocorre é uma distinção qualitativa entre os pores teleológicos secundários daquelas formas de dever-ser do processo de trabalho. Embora, tivesse chamado atenção ao fato de que

Essas inegáveis diferenças qualitativas não deveriam ocultar, entretanto, o fato fundamental comum de que se trata, em todos os casos, de relações do dever-ser, de atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente, mas, ao contrário, é a tarefa do futuro, teleologicamente posta o princípio determinante da práxis a tais atos (LUKÁCS, 2013, p. 105).

Na verdade, tentou demarcar a importância de se considerar que nem todos os atos teleológicos dos sujeitos são da mesma forma. Pelo contrário, eles apresentam distinção, se levar em conta que a ação dos sujeitos (no ato de pôr teleologicamente), a objetivação, não

atinge/direciona os mesmos objetos. Haveria de ter distinção, ao pensar o sujeito atuando sobre um objeto natural, a fim de transformá-lo, e, em outro contexto, quando agindo com a finalidade de alcançar a consciência de outros sujeitos. Nesse último caso, o objeto é o próprio sujeito como ente inserido no campo das relações sociais. Desse modo, exemplifica-se, o contexto do sujeito que cozinha seu alimento, cria sua ferramenta, constrói um barco, etc. e àquele que ensina, educa, cria artisticamente, produz e reproduz preceitos religiosos e culturais, etc.

De tal modo, os atos teleológicos primários são mais imediatos, ou porque não, apresentam-se com mais “materialidade”. Já, como se viu, os atos teleológicos secundários, por buscar atingir a consciência de outros sujeitos, acabam por se mostrar mais “fragmentados” ou “desmaterializados”. Entretanto, para que não fiquem dúvidas, ao admitir que nestas práxis sociais mais complexas, as suas atividades estão conformadas com a finalidade de resultados que, imediatamente, não apresentam “materialidade”, não significa aceitar que elas possam ser efetivadas descoladas da base material posta pela sociedade.

Estes complexos sociais (mediados) são àqueles vinculados aos pores teleológicos secundários, ou seja, referidos a superestrutura ideal dos sujeitos, como por exemplo, a filosofia, a ciência, a arte, a política, a educação, o direito, etc. De modo que, a categoria reprodução social vem apresentar (expressar) a articulação do trabalho, enquanto tal, com estes complexos mediadores que se configuram dentro do processo de reprodução social global.

Uma reflexão possível - que inclusive retoma ao que foi sinalizado, prematuramente, pouco acima - é que o cenário levantado por essa dissertação, sobre a relação profissional e as manifestações subjetivas de sujeitos/famílias, não pode ser correlacionado tão diretamente com a forma trabalho (àquela original relação travada entre homem e a natureza). Na verdade, é reconhecível que a ação profissional dentro dos serviços da política de assistência social, se conecta às formas mais complexas de práxis social. Pois, não é difícil considerar que os atos teleológicos destes profissionais se vinculam àqueles, cuja finalidade é atingir a consciência dos sujeitos/famílias por eles atendidos. Basta reconhecer que não é possível pensar a origem da ciência psicológica, assim como, o nascimento do serviço social enquanto profissão, senão como frutos de demandas engendradas de relações sociais travada entre os sujeitos, originadas do processo de produção da vida material. Sendo esta a posição assumida nesta dissertação, desenrola-se outra questão.

Ao considerar que os profissionais (psicólogos e assistentes sociais) em suas práxis social, através dos atos teleológicos secundários, direcionam a consciência dos sujeitos/famílias, a reflexão que emerge como mais relevante seria: em quais concepções de mundo estes profissionais se apoiam (alicerçam) para direcionar suas atuações sobre a consciência desses sujeitos/ famílias por eles atendidos? Esta questão é exatamente o objeto desse estudo. Mas, para chegar até seu núcleo, outras reflexões devem ser manejadas. Por isso, alguns caminhos fundamentais foram (e, ainda serão) percorridos. Primeiramente, se deve ter claro que além do objeto se tratar das concepções destes profissionais, ele se refere ao cenário bem definido. Quer dizer, se refere à concepção de sujeito e da subjetividade. Dessa feita, como trata-se da suposição de que a concepção de sujeito e subjetividade tem sofrido impactos no terreno teórico, o que tem levado ao distanciamento daquilo que Marx trouxe de inaugural da relação sujeito-objeto, por este motivo, tão fundamental foi resgatá-la, até este momento.

Sendo assim, ao tracejar o objeto deste estudo, o que se espera é que esta práxis cotidiana dos profissionais da política de assistência sofra uma análise crítica. Torna-se bastante relevante para àqueles que consideram que sua atuação profissional se situa no campo da consciência dos sujeitos/famílias, tal como este estudo, que possam confrontar com esta problemática complexa, referente às manifestações subjetivas, e compreendê-la na sua devida (real) dimensão. Embora, de forma alguma, isto seja considerado uma tarefa fácil. De tal modo, acompanha-se aqui todo o esforço, na tentativa de problematizar se as posições teleológicas desses profissionais têm servido para conservar consciências, permitindo assim, a reprodução da lógica burguesa, ou não. Quer dizer, que pelo contrário, a sua ação profissional põe em movimento a práxis ética, que traz em seu cerne a finalidade de transformar a realidade existente.

Para dar um passo adiante até chegar na exposição da investigação realizada com os profissionais, chega-se o momento de aprofundar nos desafios de se compreender a que se refere às manifestações subjetivas. Assim, vários aspectos poderiam ser destacados. Porém, dois deles que se correlacionam e que tocam diretamente ao reconhecimento da reprodução do homem na sociedade, são elencados em seguida. O primeiro é a dificuldade de apreender a relação do indivíduo com o gênero, ou seja, dos atos singulares com as determinações genéricas. O segundo seria o desafio na compreensão de que as formações ideais engendram a constituição da “concepção de mundo e de vida dos indivíduos”. Então, segue-se em frente, discutindo o primeiro aspecto.

2.2 A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL

Para se chegar até o ponto da análise do processo de individuação e da sociabilidade, alguns passos precisam ser retomados. Um deles é que quando Lukács abordou a especificidade da reprodução do ser social, se deparou com a problemática da prioridade ontológica. Assim, ele pôde evidenciar a importância de considerá-la, sem dar a ela - inclusive contrapondo-se a isto - qualquer escala valorativa, típico das posições gnosiológicas. Porque nesse caso, a sua posição era a da defesa da prioridade ontológica, considerando com isto, que uma categoria só poderia assumir a existência a partir de uma primeira, embora esta primeira, pudesse se dar sem àquela.

Nessa consideração, à Lukács era tão fundamental elucidar qual categoria (ou, complexo categorial) assumia essa prioridade ontológica, como por exemplo, no caso da reprodução do ser social. Em outras palavras, para isto, caberia investigar no movimento de análise ontológica do ser social, o que assumia prioridade ontológica. Seria o mesmo que buscar qual era o ponto de partida para compreensão da existência do ser social.

Colocando à cena a categoria reprodução - já que a mesma é determinante para o ser em geral, lembrando que “a rigor, ser significa o mesmo que produzir a si mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 170) -, temos que ela se dá através de duas esferas de ser: o orgânico e o social. E, sob este aspecto, considerou que a prioridade ontológica é a base biológica. Nesse caso, esta admissão vem do reconhecimento de que, para a existência do ser social, a reprodução biológica do homem jamais poderia ser eliminada. Ou seja, a reprodução social é inimaginável sem a sua esfera precedente que é a sua base biológica. Em outras palavras,

Ora, se passarmos a examinar o ser social nesse sentido puramente ontológico, logo se impõe a percepção de que, sem reprodução biológica dos homens, nenhum ser social é possível. Esse ponto de conexão entre a natureza orgânica e o ser social constitui concomitantemente a base ontológica de todas as categorias mais complexas e mais mediadas desse nível de ser. Por um período infinitamente longo, ainda se reproduziram predominantemente de modo meramente biológico, sem terem produzido nesse processo de reprodução as formas de objetividade propriamente sociais. Em compensação, é simplesmente inimaginável pensar essas formas como existentes sem assumir a reprodução biológica dos homens como fundamento do seu ser. É preciso, portanto, atribuir a esse momento do ser a prioridade ontológica com relação ao outro (LUKÁCS, 2013, p. 194-5).

Para Lukács, a fim de compreender ontologicamente a reprodução do ser social, deveria levar em consideração tanto este fundamento irrevogável da constituição biológica,

mas, também entender que sua reprodução se estende e modifica-se crescentemente, no instante em que o homem trava sua relação com a natureza e outros homens, através do seu ato de autocriação, pelo trabalho.

Lukács, quando trouxe à tona os problemas gerais da reprodução, iniciou fazendo a distinção entre as duas esferas de ser, com as seguintes palavras

Enquanto as tendências reprodutivas da vida orgânica, visando à preservação de si e da espécie, constituem reproduções no sentido estrito, específico, isto é, reproduções do processo vital que perfaz o ser biológico de um ser vivo, enquanto, nesse tocante, via de regra, apenas mudanças radicais do meio ambiente produzem alguma transformação radical desses processos, a reprodução do âmbito do ser social está, por princípio regulada pela mudança interna e externa (...) O fundamento ontológico objetivo dessas mudanças, com as suas tendências muitas vezes desigual, mas, no todo, progressiva, consiste em que o trabalho comporta em si a possibilidade (*dynamis*) de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo de trabalho (LUKÁCS, 2013, P. 160).

Pela explicação de que os pores teleológicos dos sujeitos singulares sempre produzem mais do que o necessário para si mesmos, ou seja, de que o ato do trabalho produz um excedente em relação a satisfação as necessidades mais imediatas, conseguiu assim, encontrar o fundamento objetivo para a constituição da escravidão. E, seguindo essa trilha, pôde apontar que após longos processos que levou até o capitalismo, “o valor de uso da força de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema” (LUKÁCS, 2013, p. 160).

Ainda, dentro deste processo de desenvolvimento para constituição do ser social, a divisão do trabalho ganha destaque, sendo vista como uma necessidade orgânica do próprio trabalho. Pois, como anunciou Lukács, a cooperação, como uma forma de divisão do trabalho, já se dava em estágios bastantes iniciais. E, pela existência dessa divisão do trabalho, outra determinação decisiva do ser social se engendrou do trabalho, que foi a linguagem.

Desse modo, assegurou que pelo pôr teleológico primário, o trabalho, como também através da linguagem, foi possível ao homem transformar essa base natural, ir além dela, sem jamais suprimi-la. Esta questão, se refere ao salto ontológico, já citado anteriormente, cabendo aqui destacar que “o salto significa precisamente que o homem trabalhador e falante, sem deixar de ser um organismo biologicamente determinado, passa a desenvolver atividades de novo tipo, cuja constituição não pode ser apreendida com nenhuma categoria da natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 402).

Logo, a superação da animalidade do homem só foi possível mediante ao seu ato produtivo e, conseqüentemente, à linguagem. Diferenciando-se evolutivamente da reprodução

puramente biológica, foi garantida a espécie humana seu surgimento como gênero não mais-mudo. Isto quer dizer que, pelo salto ontológico, o homem passou por modificações, em que ultrapassou do meramente natural dentro da esfera orgânica, adquirindo sua constituição de ser social, como integrante do gênero humano. Nas palavras de Lukács,

tanto no trabalho como na linguagem, o homem ganha expressão como força fundante da nova forma do ser em surgimento, ou seja, do ser social. Tanto a ferramenta como o processo do trabalho, tanto a palavra quanto a frase são momentos dinâmicos do processo, no qual o homem – sem jamais poder perder a determinidade biológica de sua vida – constrói para si uma forma nova e bem própria, a socialidade. O acento está na atividade. O homem que se tornou social é o único ser (*Wesen*) existente que - em proporção crescente – produz e aprimora ele mesmo as condições de sua interação com o seu meio ambiente. Os instrumentos dessa atividade devem, portanto, ser constituídos de tal maneira que, com a sua ajuda, os objetos e as forças da natureza possam ser postos em movimento de maneira nova, em correspondência aos pores que assim se originam (LUKÁCS, 2013, p. 410-1).

Um dado ontológico determinante da esfera do ser social é que “todas as ações, relações, etc. – por mais simples que pareçam à primeira vista – sempre são correlações de complexos entre si, sendo que seus elementos conseguem obter eficácia real só enquanto partes integrantes do complexo ao qual pertencem” (LUKÁCS, 2013, p. 161). Isto quer dizer que, o homem como um ser biológico, já aparecia como um complexo. Nesse ponto, ele pôde compreender como se abriu o processo de reprodução do complexo total

Até o estágio mais primitivo do ser social representa um complexo de complexos, onde se estabelecem ininterruptamente interações, tanto dos complexos parciais entre si quanto do complexo total com suas partes. A partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda apenas relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema de múltiplas interações (LUKÁCS, 2013, p. 162).

Contudo, Lukács, na tentativa de elucidar o que vem a impulsionar a reprodução do complexo total do ser social, destacou a primazia das forças sociais que são procedentes do trabalho - na medida em que as forças naturais, as determinações biológicas, passaram a ficar subsumidas e, encontravam-se remodeladas no dever-ser homem do homem. Esta compreensão parte do reconhecimento de que, a partir da constituição enquanto ser social, mesmo com base na ineliminável reprodução biológica, era notório que este novo ser social

acabava subordinado às determinações histórico-sociais, fruto da produção de relações com a natureza e com o próprio gênero humano.

Com isto, trouxe à tona a distinção da reprodução do ser social e a reprodução do ser meramente natural. Basta reconhecer que na reprodução do ser meramente natural, se mantém o mutismo específico do seu gênero, pois, como não possuem mediadores (já que interagem de maneira insignificante com seu entorno), a reprodução não implicaria “saltos ontológicos”, coincidindo assim, com a filogênese. Diferentemente da reprodução do ser social, que ao longo do processo de socialidade, as forças biológicas não são as únicas determinantes, inclusive, deixam de apresentar-se no exclusivo estado natural.

Para exemplificar isto, retomou fatos como a alimentação e a sexualidade dos homens. Pois, inegavelmente, estes se vinculam diretamente à ordem física (as determinações físico-biológicas são evidentes), embora, pela reprodução do ser social, estes passaram a assumir outros conteúdos e novas formas, com caracteres essencialmente sociais. Nas próprias palavras de Lukács

A prioridade ontológica dessas forças motrizes especificamente sociais pode ser evidenciada em toda parte no processo de reprodução. (...) Apontamos de início, para alimentação indispensável à reprodução biológica de cada homem enquanto ser vivo; ao fazer isso, podemos partir do conhecido dito de Marx: “Fome é fome, mas a fome que sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é diversa da fome que se devora carne crua com a mão, unha e dente”. Aqui está expressa com clareza a dupla face da determinidade: o caráter irrevogavelmente biológico da fome e de sua satisfação e, concomitantemente, o fato de que todas as formas concretas da última são funções do desenvolvimento socioeconômico. (...) a mesma tendência de desenvolvimento pode ser constatada em outro âmbito decisivo da vida biológica: o da sexualidade. (...) ganha-se expressão outro correto traço essencial da reprodução social com relação à sexualidade: a atração sexual recíproca jamais perderá o seu caráter essencialmente corporal, biológico, mas com a intensificação das categorias sociais, o relacionamento sexual acolhe cada vez mais conteúdos, que de fato alcançam uma síntese mais ou menos orgânica na atração física, mas possuem em relação a esta um caráter – direta ou mediadamente – humano-social-heterogêneo (LUKÁCS, 2013, p. 172-4).

Por estes exemplos, deu para ilustrar que ainda que o homem se deparasse com as necessidades dadas naturalmente (como saciar a fome para sobreviver e a relação sexual para procriação), ele transformava-as, agregando nelas um cunho social. De tal modo, notou-se que os homens acabaram inserindo outros componentes que não se referiam, tão diretamente, aos imperativos naturais, fazendo assim, emergir forças sociais. Então, pela leitura lukasiana, dá para compreender que sem abonar as relevâncias de satisfazer suas necessidades biológicas, quando o homem passou pelo processo de socialização, pôde desenvolver suas capacidades

humanas, favorecendo assim, o processo em que o indivíduo passou a tornar-se membro do gênero humano. Dentro do processo de socialização, o homem passou a não ser somente integrante (passivo) do gênero humano, mas produzir o meio social no qual faz parte.

Mas não caberia apenas aos homens o processo de socialização, a fim de reproduzirem-se enquanto seres sociais. Em concomitância (mas, isto não quer dizer que se dê de forma diretamente proporcional), ao desenvolverem suas capacidades humanas, estes deveriam humanizar-se. Contudo, do que se trata o processo de humanização? Poderá ser melhor discutido, mais a frente, quando se tratar do processo de individuação. Entretanto, adianta-se que se refere ao desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. Na verdade, o processo de humanização foi retratado no primeiro capítulo da dissertação, em que Marx, nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e na *Ideologia Alemã*, definiu uma concepção de homem subjacente ao materialismo histórico.

De qualquer forma, cabe resgatar àquele primeiro ato histórico, ao qual referiu que o homem produz sempre novas necessidades. Momento este, em que se deu a distinção do homem em relação ao animal, pois, o primeiro, além de produzir, a fim de garantir sua sobrevivência biológica, agora também passa a defender sua produção cultural, ou seja, sua existência social. Abaixo, Lukács, lembrando Marx, conseguiu destacar exatamente este movimento de produção de novas necessidades.

Ao deixar de satisfazer sua necessidade de modo biologicamente imediato, isto é, ao deixar de conduzir as ações para a sua satisfação de modo imediato (dentro de um campo de ação biológico), o organismo humano experimenta mudanças importantes. Em primeiro lugar, brotam diretamente da necessidade ponderações sobre as ações, pores teleológicos, que, no final, até direcionados para a satisfação de necessidades, mas, de modo imediato, não decorrem da própria necessidade, não estando diretamente vinculadas com ela e, por essa razão, podem ser usadas para satisfazer necessidades bem diferentes (...) As mediações na satisfação de necessidades podem, portanto, levar a uma disseminação aparentemente ilimitada no metabolismo da sociedade com a natureza (...) Em segundo lugar, cada novo meio de satisfação das necessidades retorna sobre a própria necessidade, modificando-a; com a mudança que nela surge, a necessidade original pode, rápida ou lentamente, dependendo do ritmo de desenvolvimento da respectiva produção social, até mesmo desaparecer completamente ou ser modificada a ponto de não ser possível reconhecê-las. Em terceiro lugar, nesse contexto sociodinâmico, a possibilidade real de satisfação de necessidades adquire um caráter econômico-social cada vez mais nítido (LUKÁCS, 2013, p. 403-4).

Em outras palavras, somente os homens são capazes de retroalimentar a produção de novas necessidades. Isto favorece a reflexão não determinista, de que o homem não é apenas resultado de seu meio. E, subjacente está a concepção de que quando os sujeitos se inserem

em sociedade, são a eles cunhados certos comportamentos, ideias, valores, conhecimentos, hábitos, etc., que passam a ser assimilados e transmitidos. Mas, como estes sujeitos são conscientemente ativos, ao se concretizarem no mundo dentro desse incessante processo sócio-histórico, necessariamente, o que se apresenta posto, acaba passando por reavaliações, podendo ser conservado, reformado ou até mesmo ser rejeitado.

Através do processo de generalização - em que são transmitidas todas as características do gênero humano -, é possível admitir que todo sujeito tem, enquanto potencial, a chance de se apropriar do acúmulo dos atos singulares realizados por todos os outros sujeitos (individualmente). Mas, é claro que esse ponto deve ser problematizado (somente mais a frente), pois, sabe-se que nas sociedades as quais se têm enquanto base do seu modo de produção, a propriedade privada e a divisão de classes, este potencial de apropriação acaba sendo abalado. Nesse caso, os sujeitos se distanciam do gênero humano como resultado do estranhamento.

Recuperando o exemplo da alimentação e da sexualidade do homem, dá para supor qual a extensão que isto vem a tomar. Não esquecendo que na relação travada entre o ser natural humano e a natureza, o que se apresenta são sempre novas necessidades, já que a cada ato de pôr teleológico, abrem-se outras possibilidades no devir do homem homem. O que permite compreender que - sabendo que este intercâmbio (homem e natureza) acabou se ampliando, tornando as relações entre os homens cada vez mais imbricadas - ao longo desse processo, as tentativas que visavam sanar estas necessidades, acabaram implicando na produção de outros complexos (práxis sociais). Estes novos complexos foram (e são, permanentemente) cunhados no interior das relações sociais, que são travadas a partir do processo de autocriação dos homens. Momento este, em que apesar de sua relação com a natureza ser inerente, o que se torna cada vez mais predominante são as relações entre os genéricos.

Enfim, Lukács trouxe à cena um dado ontológico fundamental do ser social: o homem, além de ser um ser orgânico (espécie que integra a natureza), ao se apresentar enquanto integrante de um grupo social, como um trabalhador, consegue ultrapassar àquela relação mais imediata estabelecida com a natureza e, a partir de então, todas estas interações instituídas por ele, inerentemente, passam a ser mediadas pelo “*médium* da sociedade”. Dessa maneira, explicou que

Mais exatamente, como a socialidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio ambiente como um todo, essa mediação

ocorre de modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissolúvel (LUKÁCS, 2013, p. 204).

Assim, dá para afirmar que somente pelo ato produtivo se “possibilita conexões, processos, objetividades, que tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo, representam algo qualitativamente novo em relação aos processos naturais, na medida em que as leis da natureza são reorganizadas sob novas combinações” (COSTA, 2012, p. 18). Em outras palavras,

O ser vivo se eleva da natureza orgânica de tal modo que, determinada espécie de seres vivos, no homem, por um lado, os momentos de sua reprodução irrevogavelmente têm de ficar preservados em suas relações com os componentes físico-químicos, mas que, por outro lado, seu funcionamento e sua reprodução adquirem um caráter social cada vez mais nítido. O desenvolvimento para um patamar superior, a predominância pelo ser social sobre o fundamento biológico (e, por essa via, mediada pelo fundamento físico-químico), não se externa, portanto, como na natureza orgânica, por meio de uma mudança de figura, mas se concentra numa mudança de função dentro da mesma figura (LUKÁCS, 2013, p. 254).

É possível apreender que nessa transição - de um ser apenas orgânico para a formação do homem enquanto ser social - foi garantida a carga biológica, a qual o explicita enquanto espécie humana. Embora, após o processo histórico, que lhe conferiu avanços de suas propriedades biológicas, depois de estabelecido o essencial (as modificações biológicas necessárias), o que passou a determinar as transformações posteriores não são a hereditariedade, a natureza (físico-química) ou as determinações biológicas. Basta reconhecer que os modos de vida, os comportamentos, os valores, etc., vão se alterando de maneira inerente - na medida em que as novas condições sócio-históricas são apresentadas -, embora a carga biológica se reproduza sem sofrer alterações significativas.

Se pensarmos, por exemplo, atendo-nos ao exemplo da mão, nos atos de escrever, de tocar violino etc., fica claro que essas atividades até têm um fundamento biológico, mas que, justamente na sua particularidade, precisam ir além do biológico. Naturalmente, certa elasticidade dos músculos, a reação rápida dos nervos etc. estão entre as condições psico-físicas indispensáveis para tocar o violino. Contudo, o essencial nesse ato é que comunique adequadamente conexões de um mundo musical, cujo o êxito ou malogro são condicionados exclusivamente pelas leis internas dessa esfera que não podem ser mais remontadas uma diferenciação biológica dos órgãos (LUKÁCS, 2013, p. 265).

Logo, isto possibilita compreender o fato de que não basta dizer que tudo que se imprime está baseado numa “essência biológica”, quando se pensa na construção do sujeito. Como se qualquer ato ou comportamento se justificasse por si só, pela carga biológica, evolutivamente adquirida. Obviamente que o sujeito traz as características naturais da sua espécie que lhe são fundamentais, já que somente por elas, se é possível garantir sua inserção dentro do gênero humano. Mas, se limitar apenas a esta análise, é excluir tudo àquilo que já foi apontado em relação a especificidade da constituição do ser social.

Em outras palavras, importante saber que não se pode balizar ao cargo da reprodução puramente biológica, quando se pensa na construção da subjetividade do sujeito, do seu modo de pensar, expressar, os costumes, os sentimentos, a linguagem, os comportamentos, etc. Dessa maneira, tendo isto claro, se desfaz uma das armadilhas para compreensão das manifestações subjetivas. Pois, evidentemente que não cabe desconsiderar as características biológicas alcançadas pelo sujeito, porém, não serão estas capazes de previamente determinar, qual a dinâmica da sua personalidade ao longo da sua vida. E isto, desmistifica qualquer concepção que defenda que a subjetividade possa ser justificada, de antemão, apenas pela base genética.

Contudo, em definitivo, a questão torna-se esclarecida, através dos apontamentos abaixo de Lukács - que evidentemente estão embasados nos estudos de Marx -, quando trouxe à tona os fundamentos ontológicos da reprodução do ser social.

A reprodução física do homem enquanto ser vivo biológico é e permanece o fundamento ontológico de todo e qualquer ser social. Todavia, trata-se de um fundamento, cujo modo de existência é sua transformação ininterrupta no social cada vez mais puro, ou seja, é, por um lado, criação de sistemas (complexos) de mediação, visando realizar essas mudanças e ancorá-las na realidade funcionando dinamicamente, e, por outro, retroação desse meio ambiente autocriado – criado pelo gênero – sobre o seu próprio criador, dessa vez, contudo – de modo diretamente ontológico -, como retroação que pode ser aplicada a cada homem singular que, a partir de sua própria atividade, é modificado pelos seus objetos, socializado em seu ser biológico (LUKÁCS, 2013, p. 254).

Na verdade, isto reafirma o que o ser social traz de específico: seus pores teleológicos singulares são fundamentais para que ele se reproduza socialmente, enquanto indivíduo e gênero humano. Inicialmente, estes pores passaram por aperfeiçoamento e foram elevados de maneira espontânea. Mas em continuidade ao processo do seu desenvolvimento histórico-social, “depois de modo, consciente, pouco a pouco vão formando conexões objetivas

dinâmicas, dotadas de lei própria, que tornam esses pores cada vez mais efetivos por meio de tais mediações” (LUKÁCS, 2103, p. 265).

O que foi exposto até agora, aproxima-se cada vez mais ao esclarecimento de como ocorre o complexo global de reprodução do ser social, embora este ponto seja trabalhado, em maior profundidade, em seguida. Mas até aqui, explicando de maneira simples, é possível dizer que o homem ultrapassa o gênero mudo, através do salto ontológico, por meio do trabalho, num processo em que a mera singularidade (único com a sua espécie) passou a produzir indivíduos²⁷. Como bem demarcou Costa,

a medida que a sociedade se desenvolve, o indivíduo ganha uma substância pessoal que pode ser abstratamente expressa mediante a autoconsciência da própria individualidade humana. Essa expressão é a parte do movimento do seu fazer-se homem e na realidade resulta do movimento real de sociabilidade e de individuação pelo qual evolui de mera singularidade até transformar-se em individualidade e personalidade (COSTA, 2012, p. 47).

Nesse processo de individuação, os homens se constroem enquanto pessoas, ou seja, humanizam-se. Mas, a sua reprodução enquanto ser social não se reduz apenas a replicação de individualidades. É preciso lembrar que a produção de individualidades se faz em concomitância ao processo de socialização - reitera-se que isto não quer dizer que não haja ambiguidades dentro do desenvolvimento global do ser social. Na verdade, é preciso compreender que somente com o processo de socialização do homem - quando as interações instituídas pelo ser social passam a ser mediadas pelo “*médium* da sociedade” - que a generidade em-si passou a ser configurada.

Isto significa que de acordo com o processo de generalização - que este é quem engendra o processo de sociabilização -, o ser social alcançou sua inserção aos patamares superiores, nos quais suas ações intencionais passaram a apresentar conteúdos cada vez mais sociais. Para isto, basta reconhecer que o desenvolvimento das capacidades humanas assumiu escala ascendente. Todo esse cenário torna-se justificado, quando se apreende que o homem constrói objetivações de forma exponencial. De qualquer maneira, necessário admitir que apenas pelo impulso, dado ao ser social, de generalizar os processos e os resultados alcançados pelos seus atos singulares, que se é possível alcançar àquela unidade, já citada em outro momento.

²⁷ Cabe destacar que, evidentemente, até se alcançar este processo de formação de indivíduos, levou-se milhares de anos.

Contudo, ao se admitir que no processo de desenvolvimento global do ser social configura-se a complexificação das formações sociais - em concomitância às sociabilidades cada mais desenvolvidas -, se entenderá que o que vem assegurar este cenário é justamente a presença de mais individualidades que se articulem e travem relações cada vez mais mediadas. Significa que as individualidades, dentro desse processo de reprodução social, passam por transformações que as deixam também cada vez mais heterogêneas e complexas.

O que justamente Lukács passou a analisar, é que o desenvolvimento do gênero humano apresenta uma dinâmica contraditória, se pensar nessa relação entre o indivíduo e a sociedade, quer dizer, entre o processo de socialização e o processo da individuação. Para adentrar nesta reflexão, ele elucidou que “o ser social, mostra como estrutura básica a polarização de dois complexos dinâmicos, que se põem e suprimem no processo de reprodução sempre renovado: o do homem singular e o da própria sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 202-3). Embora, didaticamente, se possa apresentar estes dois polos separadamente, na verdade, sabe-se que eles se consubstanciam num processo de reprodução global. Ainda que se distinga os dois processos no desenvolvimento global do ser social, estes, são inseparáveis, tratando-se daquela “indissolubilidade”, enquanto tendência a unir-se, configurando-se enquanto uma substância.

Falando em substância, esta categoria merece a devida consideração. Já que por ela, permite-se tratar da complexidade que é o processo de constituição do sujeito. Pois, até aqui, a consideração de que o sujeito, ao mesmo tempo em que altera as condições postas, sofre também modificações, nisto não há dúvidas. Entretanto, a pergunta que se desenrola desta consideração é como o sujeito, ao inserir-se num processo de incessantes transformações, ao passar por etapas de mudanças, ainda assim, se tem o fio condutor dessa malha sócio-histórica? Ou então, como continuará a ser ele mesmo? Como àquilo que sofre transformação, ao mesmo tempo, apresenta-se em sua permanência? Esta explicação é que endossa a posição de Lukács, quando considera a reprodução ontogenética do homem, que é socialmente mediada. Pois nela, mesmo que

as circunstâncias do desenvolvimento impõem uma diferenciação ampla, às vezes até exacerbada ao extremo, mas que, por trás dela, dentro dela, sempre fica preservado algo da unidade originária. E esse passar-de-um-para-o-outro e contrapor-se um-ao-outro possuem simultaneamente um caráter dinâmico. Nunca ocorre uma cisão definitiva, nunca uma união definitiva, embora ambos, estejam reiteradamente passando de um para o outro (...) Essa espécie de conexões se tornará, na conexão como na diferença, tanto mais íntima e diferenciada quanto mais decididamente as categorias especificamente sociais obtiverem o predomínio do âmbito do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 265).

Na verdade, a resposta a estes questionamentos vem favorecer um melhor entendimento da problemática essência-fenômeno. Pois, a explicação que Lukács trouxe a ela, desfaz a posição de que somente o fenômeno expressa um quadro de mudanças, e, que a essência é a única que contém os aspectos da continuidade. Dessa maneira, a categoria substancialidade vem apresentar um novo enfoque. Ela se revela enquanto um núcleo central que dá uniformidade ao ser social, trazendo em sua composição, a continuidade. Para ele, “a substância de um homem, portanto, é aquilo que no curso de sua vida se encadeia como continuidade, como direção, como qualidade do encadeamento ininterrupto de decisões” (LUKÁCS, 2013, p. 285).

Fica claro que Lukács tratou da concepção ontológica histórico-dinâmica da substancialidade, considerando-a “como autoconservação de uma essência transformando-se em meio à constante mudança” (LUKÁCS, 2013, p. 277). Mas, como considerar a continuidade historicamente engendrada enquanto substancialidade, compreendendo que esta, vai se recompondo pelas incessantes decisões originárias de atos teleológicos singulares, agregando a ela, o devir do homem? É o mesmo que responder como conceber uma substancialidade, se o sujeito é um vir-a-ser?

Aqui é que Lukács apresenta sua posição teórico-filosófica. Pois, nesse caso, de forma alguma, a postulação da substancialidade refuta o devir. Na verdade, não é de confronto que se trata a continuidade e o devir do homem, já que o que persiste enquanto ser é o reiterado processo de desenvolvimento da sua expressão consciente. Como bem explicou Fortes, em Lukács, substância

não se trata da somatória de momentos contínuos e descontínuos, de momentos duradouros que incorporam determinações contingentes ou acidentais; a substância tem como marca a processualidade, ela é determinada como continuidade na descontinuidade. Essa constituição dinâmica da substância confere a dimensão histórica do ser, ou seja, a mutabilidade do ser na dinâmica processual compreende a transformação histórica do ordenamento categorial que o enforma (FORTES, 2011, p. 46).

Com isso, pode-se compreender que a substancialidade carrega a possibilidade que é dada ao sujeito (e, que nunca se esgota), de interpretar, consciente e racionalmente, a si mesmo e a realidade, dentro do processo de reprodução. Sem esquecer que a mesma, ainda, agrega (e, expressa) tanto àquilo que já se transformou quanto à potência para modificações do que está posto, a partir do dever-ser.

Ou seja, a substância, “princípio ontológico de permanência na mudança”, já não significa mais “antítese excludente” em relação ao devir. Ao mesmo tempo adquiriu um novo e mais profundo significado à medida que a persistência passa a ser compreendida “como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade”. Isto resulta de que “a continuidade como forma interna do movimento complexo transforma a persistência estática e abstrata em persistência concreta”. Por isso a substância adquire um significado dinâmico em consonância com a continuidade do devir, no sentido de algo que em sua persistência continuamente se renova no movimento dos complexos efetivos da realidade. Lukács pensa a continuidade como momento presente ao ser inorgânico que, no ser orgânico e no ser social, se eleva a princípio de reprodução (COSTA, 2012, p. 49).

Logo, tem-se a nítida distinção da continuidade entre a natureza e o ser social. Pois, somente no mundo social, a continuidade é um processo de acumulação. Ou seja, somente por ela (acumulação social) se é possível compor a totalidade social e apresentar a generalidade. Na verdade, a totalidade social representa o acúmulo de todos os atos singulares dos sujeitos que foram teleologicamente postos. Da mesma forma, a generalidade refere-se à possibilidade - garantida somente aos seres sociais - de se apropriarem das experiências acumuladas sócio-historicamente. Aqui, nesse aspecto, põe-se à tona o ponto elucidativo da “reprodução da sociedade enquanto totalidade”, que será melhor apropriado mais à frente.

Aliás, Lukács, ao postular que a substancialidade carrega a continuidade social - garantindo assim, um fio condutor de toda a malha histórica dos seres sociais -, assumiu a posição da inseparável articulação entre a historicidade e a sociabilidade. A partir dela, pôde rebater as perspectivas que concebiam o sujeito, creditando a ele uma essência humana (naturalizada), desvinculada do processo histórico. Além do mais, permitiu tanto desmistificar as concepções que admitiam que o desenvolvimento do ser era fruto do acaso, quanto contrapor àquelas que subjugava o sujeito a determinação da base material. Logo, amparado pela ideia da substancialidade - que abriga a continuidade e o devir humano - foi possível integrar outra noção do ser humano. Este, enquanto substância essencialmente histórica e social. Enfim,

A tese de Lukács possibilita superar a inviabilidade criada pela ontologia clássica que desconsiderava o mundo fenomênico como fator de relevância na determinação do ser – motivo central da contestação por parte da ciência das proposições ontológicas do pensamento clássico. O movimento na substância reformula, (...) a relação entre necessidade e contingência, entre essência e fenômeno, pois os fatos anteriormente tidos como meramente acidentais passam a ser reconhecidos como elementos capazes de determinar e conduzir transformações nas próprias diretrizes legais da determinação da substância. Por outro lado, a análise lukacsiana refuta igualmente qualquer forma de relativismo ou historicismo, na medida em que não nega a substancialidade das coisas, mas a

considera em sua processualidade histórica como a continuidade da “forma interna do movimento do complexo”. Deste modo, a afirmação do movimento não nega a presença de diretrizes no interior do próprio complexo, ao contrário, afirma a existência da legalidade em todo complexo (FORTES, 2011, p. 47).

Mas, retomando ao ponto em que se referia ao processo de acumulação, cabe entender como este é engendrado. Dessa maneira, é possível afirmar que o que permite este processo de acumulação é efetivamente a presença do órgão mediador, que é a consciência. Como foi destacado, “a nova forma de continuidade no âmbito do ser social não pode surgir sem consciência; somente quando essa nova forma do ser é elevada à consciência ela pode alcançar um novo ser-para-si” (LUKÁCS, 2013, p. 208). De tal modo, assim como recorrentemente esteve anunciado nessa dissertação, o papel da consciência é primoroso.

Portanto, na continuidade do processo, a consciência deve se desenvolver continuamente, deve preservar dentro de si o já alcançado como base para o que virá, como trampolim para o mais elevado, deve constantemente elevar-se a consciência o respectivo estágio já alcançado, mas de modo tal que, ao mesmo tempo, esteja aberta – na medida do possível – para não barrar os caminhos à continuidade rumo ao futuro (LUKÁCS, 2013, p. 208).

É por tudo isto, que se entende que na substancialidade se tem um núcleo de força capaz de projetar as transformações e, conseqüentemente, retroalimentar o devir. Logo, a consciência, além de ser veículo que possibilita ao sujeito confrontar a realidade, ou seja, de perceber os contínuos desafios postos, ainda assim, é só por ela que se tem garantida a chance de acumular todas estas experiências sofridas pelos sujeitos. Nas palavras de Lukács

A consciência tem, portanto, uma específica função dinâmica, ontológica, na qual a particularidade do ser social se evidencia diante de toda forma do ser: ao entrar em cena como médium, como portadora e preservadora da continuidade, a consciência obtém um ser-para-si que, de outro modo, não existiria (...) o papel ativo da consciência na continuidade do ser social é qualitativamente mais significativo, é muito mais do que um simples registro daquilo que emerge e submerge objetivamente, independentemente de sua apercepção pelos envolvidos em tais processos. Pelo fato de figurar como médium mediador da continuidade, a consciência tem sobre esta retroações qualitativamente modificadoras. A conservação de fatos passados na memória social influencia ininterruptamente todo acontecimento posterior (LUKÁCS, 2013, p. 210-1).

Nesse caso, o ponto fundamental - do papel da consciência na continuidade do processo social - é sua consideração ontológica, “como momento real do desenvolvimento

social” e, por isso, não à toa, torna-se fundamental a “consciência do homem cotidiano, da vida cotidiana, da práxis cotidiana”. Dessa maneira, Lukács explicou que

Para que se possa vincular, por meio do espelhamento do presente, por meio do posicionamento prático diante de suas alternativas concretas e de suas experiências, o passado com o futuro e com as tarefas ainda desconhecidas propostas por ela no passado, a consciência precisa ter uma intenção espontânea direcionada para a melhor reprodução possível daquela vida individual a que pertence, cuja promoção constitui a tarefa imediata de sua vida (LUKÁCS, 2013, p. 209).

Prosseguiu, assim, explicando que “surge, não só no processo total objetivo que está na base da vida cotidiana, mas também nas manifestações da vida cotidiana, que ocorrem em conformidade com a consciência, uma união entre particular-individual e o genérico-social que não pode ser mais dissociada nem delimitada” (LUKÁCS, 2013, p. 210). Dessa maneira, destacou que quando estes atos individuais passam a ser sintetizados, gera-se tendências, correntes e orientações e, nesse caso, os momentos sociais tornam-se proeminentes, desfazendo ou desvalorizando assim, os aspectos particulares. Na verdade, apontou que através das sínteses desses atos individuais (formando as tendências e correntes sociais), a continuidade social passará a ser expressada.

Isso se dá de tal modo que, quando o indivíduo se depara com tais tendências na vida cotidiana, o que naturalmente acontece de modo ininterrupto, estas já atuam sobre ele como forças sociais, reforçando nele o momento genérico-social – não importante se sua reação a elas é de anuência ou negação. Essas sumarizações e sínteses passam a ser o lugar em que a continuidade social ganha expressão de modo marcante e eficaz. Elas corporificam um tipo de memória da sociedade, que preserva as conquistas do passado e do presente, pontos de apoio do desenvolvimento para um patamar superior no futuro (LUKÁCS, 2013, p. 210).

Enfim, avalizando àquela reflexão de que a continuidade e o devir compõem a substancialidade, cabe demarcar que no desenvolvimento ontológico do ser social, estes, aparecem como momentos inerentes. Sob este aspecto, chama atenção que não são momentos idênticos, embora, tão pouco signifique que um sobreponha ao outro, como se fosse possível a extinção de um deles. Pois, como admitir isto, sabendo do caráter unitário do ser social?

Isto explica o que ocorre quanto à expressão consciente do sujeito, a capacidade que lhe confere de interpretar a si e o que o cerca. Na verdade, a resposta a esta questão, reverbera esta própria contradição que se dá entre aquilo que se converteu em uma totalidade, a partir dos inúmeros atos singulares - em que o ser social torna-se resultado dessa síntese -, e a sua

própria história dentro do desenvolvimento enquanto ser social. Desenvolvimento este, que se apresenta de maneira contraditória.

Assim, tem-se a compreensão de que o sujeito, na sua capacidade de ser consciente, precisamente, traz à cena este conflito: a unidade, configurada como totalidade social, e, a contrariedade, ao se admitir o desenvolvimento do ser na sua complexidade. É dessa forma que o sujeito deflagra a tensão que se dá entre indivíduo e sociedade ou entre a sua singularidade e o seu ser genérico. Este é o ponto nevrálgico que circunda o objeto dessa dissertação. Pois, as manifestações subjetivas dos sujeitos/famílias expostas aos profissionais nos serviços da política de assistência social vêm anunciar justamente esta tensão.

Nessa consideração acima, é fundamental que se perceba a articulação entre a unidade e a contrariedade. Em outras palavras, as maneiras com as quais os sujeitos se explicitam, revelam que estas duas categorias estão imbricadas dialeticamente dentro do processo de desenvolvimento do ser social. E é isto o que deriva a consideração de que o seu desenvolvimento é intrinsecamente unitário e, ainda assim, complexo. Sem compreender este cenário, não se entende o postulado que diz que o ser social é um complexo de complexos. A verdadeira elucidação deste, implica a compreensão de que o ser social, ao mesmo tempo em que carrega a unidade enquanto totalidade, por abarcar vários elementos contraditórios e heterogêneos, logo, o que se configura é um complexo de complexos.

Toda a tentativa que queira compreender, de forma prudente, o que vem a ser as manifestações subjetivas, ou seja, que se permita ser desafiado a reconhecê-las em sua real dimensão, não pode se esquivar de colocar no cerne desta problemática a seguinte reflexão: compreendendo que na vida cotidiana, na processualidade sócio-histórica, o que se tem são as explicitações dos pores teleológicos dos sujeitos singulares, como então considerar que estes passam a agregar, compondo assim, a totalidade social? Em outras palavras, como admitir que através dos atos teleológicos dos sujeitos singulares se alcança uma unidade, que tem a sociedade como sua representação? Porém, como esta unidade não cessa a produção das heterogeneidades, na medida em que estas últimas é que retroalimentam a continuidade dessa primeira?

Decisivamente, esta reflexão configura a relação do desenvolvimento genérico (socialidade) com a produção das individualidades. Este é justamente o próximo passo, que leva a elucidação do desenvolvimento do gênero humano, compreendendo assim, como o

homem se reproduz na sociedade através do processo de individuação, bem como ocorre a reprodução da totalidade social.

2.2.1 A RELAÇÃO DO INDIVÍDUO COM O GÊNERO HUMANO

Anteriormente, foi declarado que, segundo Lukács, “o ser social é um complexo composto de complexos, cuja reprodução se encontra em variada e multifacetada interação com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente autônomos, sendo que à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito das interações” (LUKÁCS, 2013, p. 278). Mas não basta apenas a consideração de que este processo é altamente complexo. Resta ainda a resposta, em definitivo, daquela pergunta que rondou a cada momento da reflexão sobre o processo de reprodução do ser social. Como entender que enquanto substância concreta, o sujeito, “singularmente”, possa diferenciar-se de outros homens e, além disso, ainda carregar, enquanto um ser unitário, a representação da totalidade social?

Já se chamou atenção ao fato de que quando os profissionais não encontram a resposta a esta pergunta, ficam imersos num quadro de imprecisa compreensão (provocando equívocos na atuação) do que vem a ser as manifestações subjetivas que são deflagradas pelos sujeitos/famílias dentro dos serviços da política de assistência social. Isto os levam àquelas tendências, as quais os deixam expostos à captura de concepções teóricas, que ora se vinculam ao subjetivismo sem objetividade, ora ao objetivismo sem sujeito. Nestas concepções, de um polo ao outro, não há reconhecimento de que o ser social é aquele que se explicita como estrutura básica, através da polarização de dois complexos dinâmicos, como já tratado. Quanto a isso, Lukács já dizia que

A imagem ontologicamente correta do homem no curso do desenvolvimento social constitui igualmente um *tertium datur* diante de dois extremos que levam a uma falsa abstração: considerar um homem um simples objeto da legalidade econômica (segundo o modelo da física) falsifica a factualidade ontológica quanto a suposição de que as determinações essenciais de seu ser homem poderiam ter raízes últimas, ontologicamente independentes da existência da sociedade, de modo que o que se estaria investigando, em determinados casos, seria a inter-relação de duas entidades ontológicas autônomas (a individualidade e a sociedade) (LUKÁCS, 2013, p. 279-280).

Esta problemática, do movimento bipolar de reprodução do ser social dentro do campo do conhecimento, apresenta particularidade histórica. Pois, segundo Lukács, na filosofia antiga, com exceção do último período de sua autodissolução, esta problemática sequer aparecia, lembrando que “no desenvolvimento da pólis, era uma obviedade que o homem e a sociedade estavam dados de modo ontologicamente simultâneo e inseparável” (LUKÁCS,

2013, p. 280). Contudo, sem querer tratar, de maneira mais abrangente, estas mudanças que conduziram a ascensão dessa problemática, cabe sinalizar que ela se tornou proeminente, especialmente, na emergência da ordem burguesa.

Segundo Lukács, de maneira inaugural, com o surgimento e a ascensão do capitalismo, o ser humano e a sociedade foram dispostos em relações puramente sociais. Incumbe aqui lembrar, que com o nascimento da sociedade burguesa foi engendrado uma nova sociabilidade, ocorrendo assim, a fratura entre o público e o privado. Foi nesse momento, que o caráter bipolar da reprodução do ser social tornou-se evidente. Por este aspecto, entende-se que o indivíduo teve a chance de se reconhecer dentro totalidade sócio-histórica, quer dizer, de se perceber como integrante (ativo) do gênero. Entretanto, de maneira fenomênica, em bases históricas concretas, esta bipolaridade apareceu, “contudo, na nova estrutura da consciência dos homens, de maneira duplicada: como a dualidade de *citoyen* (cidadão) e *homme* (bourgeois) (homem burguês) dentro de cada membro da nova sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 280).

Entende-se que Lukács quis destacar, retomando os estudos de Marx, que no capitalismo o movimento bipolar da reprodução do ser social é explicitado, trazendo assim, um aspecto positivo com o processo de sociabilização. Isto porque os indivíduos passaram a ter a possibilidade de se identificarem com o gênero, enquanto particularidade dentro do processo de reprodução social. Ou seja, na construção do capitalismo apresentou-se um momento possível, para que os indivíduos conquistassem o caminho de transformação do gênero em-si até o para-si (ponto que pode ser compreendido mais à frente).

Em outras palavras, através do reconhecimento de que o processo de reprodução é por eles engendrados, os indivíduos poderiam apropriar-se de uma personalidade mais livre e autêntica. Porém, a explicitação dessa bipolaridade no plano ideal, não implicou numa compreensão de quais eram os nexos “ontológicos corretos”. Contudo, isto em si, em nada altera o fato de que se tem, a partir de então, um terreno aberto às possibilidades de reconhecimento do real.

Ponto de suma importância é que nas palavras de Lukács, “o fundamento real de vida produz também teorias específicas sobre o homem, a sociedade e suas relações, sendo que, neste momento, o essencial para nós não é a sua incorreção teórica, mas o fato de que tal teoria, só poderia ter brotado desse solo” (LUKÁCS, 2013, p. 283). Aqui é exemplar o quão solidamente sintonizado, Lukács estava com a teoria social de Marx. Assim, ao fazer a demarcação a respeito das “ilusões ideológicas” por detrás do “enigma” da duplicidade entre

citoyen e homme, assegurou um preceito fundamental levantado por Marx, de que o mundo ideal desses homens só poderia ser erguido a partir da base material concreta.

Assim, Lukács pôde tratar da posição “ontologicamente incorreta” de se conceber o movimento bipolar do ser social e, assim, resgatou algumas passagens em que Marx desvelou as “ilusões idealistas” ali contidas. Numa delas, destacou o trecho, contido na *Sagrada Família*, em que Marx deflagrou o erro da formulação de Bruno Bauer na compreensão do que vinha a ser o indivíduo. Na teoria de Bauer, o indivíduo deveria ser concebido como átomo da sociedade e o Estado teria o encargo de garantir a coesão destes átomos. Entretanto, como bem destacou Lukács, “o ponto mais importante dessa polêmica é que não é o Estado que mantém a coesão desses supostos átomos humanos, mas a sociedade, sendo que nisto já está contida a refutação de toda a teoria do átomo” (LUKÁCS, 2013, p. 283).

Caberia aqui, endossar àquela importância de não se paralisar apenas no reconhecimento dessa incorreção teórica. Por exemplo, no caso em que se tem emersa a concepção do indivíduo enquanto átomo, revela-se que isto se dá como manifestação da subjetividade, em que indivíduos passaram a “responder” de maneira fragmentada, “atomizada” frente às reais condições de vida resultantes da construção da ordem burguesa. Evidentemente que esta concepção esconde os verdadeiros nexos ontológicos que configuram o modo de reprodução social, entretanto, expressa verdadeiramente, como foi construído o mundo ideal desses indivíduos a partir do capitalismo.

Como adendo a esta reflexão, abstraindo-a ao objeto de estudo dessa dissertação, se está fortemente ancorado no materialismo histórico, não caberia a investigação apenas ilustrar como os profissionais idealmente concebem as manifestações subjetivas. A questão que dela se desenrola é que se algumas correntes teóricas - enquanto manifestações fenomênicas, na particularidade do campo de conhecimento desses profissionais - tendem a hegemonizar-se, torna-se evidente de que estas, estão sendo gestadas dentro do processo de reprodução social, ou seja, elas apontam os nexos ontológicos que são constituídos da base material da totalidade da vida social.

Mas é necessário retornar à Lukács, quando apresentou a maneira “ontologicamente correta” de se conceber o indivíduo. Dessa forma, considerando que indivíduo é conscientemente um ser ativo (que se concretiza no mundo) - se reproduz enquanto ser social, inerentemente, sob a base genérico-social -, é inadmissível considerá-lo como um átomo. Pensar o indivíduo como um átomo, uma mônada, é acreditar que o indivíduo está “fechado em si mesmo”, que não sofre na sua interioridade, qualquer efeito das forças externas. Em

outras palavras, como se carregasse uma substância “pura”, sem partes. Contrapondo-se a isto,

o homem necessariamente é um ser unitário-complexo que reage ao concreto com a sua própria concretude, um ser que só em sua imaginação poderia ter propriedades de átomo, um ser cuja complexidade concreta é simultaneamente pressuposto e resultado de sua reprodução, de sua interação concreta com seu meio ambiente concreto (LUKÁCS, 2013, p. 283).

Quando levantou a reflexão de que o indivíduo se constitui através do intercâmbio com o meio externo, chamou atenção ao fato de que o alcance da generidade que influi decisivamente na constituição da individualidade, de forma geral, vai além da realidade social com a qual o indivíduo se depara na imediaticidade. Nas suas palavras “o círculo de influência do ser social pode ser bem maior que a realidade social com que o indivíduo entra em contato direto” (LUKÁCS, 2013, p. 283). A isto, referiu-se aos desafios de se capturar os nexos ontológicos da constituição da individualidade no “pressuposto e resultado de sua reprodução”, quando tipos de ser, tendências, etc, passam por processos de extinção, mas que os efeitos destes, em certos casos, apresentam-se muitas vezes enfraquecidos, porém, influentes. Inclusive, as perspectivas de futuro podem mostrar-se embrionárias.

Na leitura luckasiana, se constata “a influência plena de efeitos, justamente na dimensão mais concreta, do ser sobre as mais íntimas, as mais pessoais formas de pensamento, sentimento, ação e reação de cada pessoa humana” (Ibidem, p. 284). Este pensador alertou para o fato de que esta constatação possa levar “a becos sem saídas conceituais pelas falsas antinomias universalmente vigentes”. No primeiro beco teria a defesa de que “que há uma substância não espacial e não temporal da individualidade humana, que pode ser modificada apenas superficialmente pelas circunstâncias da vida”. Já o segundo beco conceberia “o indivíduo como produto de seu meio”. Becos estes, respectivamente e diretamente relacionados, ao subjetivismo sem objetividade e ao objetivismo sem sujeito, como já sinalizado anteriormente.

Torna-se fundamental destacar o seu apontamento de que, contemporaneamente, estas correntes de pensamento das falsas antinomias, nem sempre se apresentam abruptamente. Mas, mesmo em versões fragmentadas, não encobertam a compreensão “ontologicamente incorreta” da relação indivíduo e sociedade. Quer dizer, na atualidade são reproduzidas concepções que não se mostram de maneira tão direta na explicitação da escolha por um dos polos, embora caminhem nesses “becos”.

Reconhecendo este movimento dos “becos” no cenário do conhecimento, Lukács chamou atenção para a “verdadeira” saída para compreensão da explicitação da bipolaridade da reprodução do ser social. Abaixo, com suas próprias palavras, explica o que isto significa.

Contrapondo a isto, o nosso *tertium datur* ontológico, o nosso conceito mais geral e simultaneamente histórico de substância revela-se sob um novo lado. Pois já vimos que o “elemento” imediato do acontecimento histórico-social, que, apesar de sua complexidade interna, não pode ser mais decomposto como componente de complexos sociais justamente em sua dimensão ontológica, mas que deve ser tomado assim como é, em seu ser-propriadamente-assim, nada pode ser além da respectiva decisão alternativa de um homem concreto. Assim como o ser social se constrói de encadeamentos dessas decisões alternativas que se cruzam de muitas maneiras, assim também a vida singular se constrói de sua sequência e separação. Desde o primeiro trabalho enquanto gênese do devir do homem do homem até as resoluções psíquico-espirituais mais sutis, o homem confere forma a seu ambiente, contribui para construí-lo e aprimorá-lo e, concomitantemente com essas ações bem próprias, partindo da condição de singularidade meramente natural, confere a si mesmo a forma de individualidade dentro da sociedade (LUKÁCS, 2013, p. 284).

Logo, na apresentação desse *tertium datur*, Lukács revela qual a compreensão da formação do indivíduo. Na verdade, a resposta “ontologicamente correta” àquela problemática (relação sujeito/sociedade), assim como a própria pergunta, apresenta-se como a expressão da constatação de que todo sujeito produz manifestações tanto objetivas quanto subjetivas de maneira inédita. Quer dizer, o que emerge - gerando dúvidas na compreensão da relação sujeito/sociedade - é a deflagração de que apesar do sujeito apresentar-se unitariamente, enquanto representante do gênero, “não revoga a concreticidade do seu estado original” (LUKÁCS, 2013, p. 285).

Aliás, não é nenhum exagero dizer: eles podem ser generalizados ontologicamente, e isso, em primeira linha, pela corrente da práxis social, só e exatamente porque seu ser-posto concreto possui tal ser-propriadamente-assim concreto enquanto constituição original e ontologicamente irrevogável. Como toda alternativa real é concreta, mesmo que conhecimentos, princípios e outras generalizações tenham um papel decisivo na resolução concreta, esta conserva tanto subjetiva como objetivamente o ser-propriadamente-assim concreto, atua também como tal sobre a realidade objetiva e, a partir daí, tem o seu peso e exerce influência, antes de tudo, sobre o desenvolvimento do sujeito. Aquilo que chamamos de personalidade de um homem constitui ser-propriadamente-assim de suas decisões alternativas (LUKÁCS, 2013, p. 285).

Isto porque o sujeito vai se concretizando na sua vida cotidiana - pelo seu ato produtivo e a partir de outras práxis sociais -, e neste ato de concretizar-se, revela e expressa

qual o direcionamento e a qualidade das decisões tomadas por ele, individualmente, frente às alternativas postas. Como bem lembrou, “se examinarmos ontologicamente tais atos, eles serão sempre atos concretos de um homem concreto dentro de uma parte concreta de uma sociedade concreta” (LUKÁCS, 2013, p. 284).

De tal modo, é preciso ter claro que o sujeito vai constituindo sua individualidade, através da concretização de suas escolhas entre as alternativas postas, com as quais ele se depara na realidade social. Aqui tem-se uma clara concepção de sujeito: um sujeito concreto, que expressa a sua concretude, a partir das escolhas entre alternativas concretas. Lembrando que esta constituição do sujeito, inerentemente, além de ser atravessada socialmente, também é histórica. Pois, o processo de individuação se dá no interior das relações sociais, ou seja, em conexão com a formação social, a qual os sujeitos se inserem numa determinada particularidade histórica.

Como ser social que só se conserva, na medida em que se objetiva na realidade social, tem-se que: **a única maneira do sujeito explicitar sua individualidade, construir sua personalidade, é estabelecendo uma relação com a totalidade social. Não é possível pensar o sujeito, enquanto um ser social existente, em que seu processo de individuação apresente-se desvinculado da sociedade. Dessa forma, não há chance para que as manifestações subjetivas sejam concebidas abstratamente, como se fossem a expressão da interioridade de um sujeito “atomizado”.** Como bem lembrou, Lukács,

Uma vez mais, faz parte dos preconceitos subjetivistas idealistas pensar como se o homem pudesse tornar-se homem e até uma personalidade puramente por si só, puramente a partir de si mesmo. Assim como o tornar-se homem acontece objetivamente no trabalho e no desenvolvimento das capacidades produzido subjetivamente por ele somente quando o homem não reage mais de modo animalesco ao mundo que o cerca, isto é, quando deixa de simplesmente se adaptar ao respectivo mundo exterior dado e, por seu turno, passa a participar de modo ativo e prático de sua remodelação em um meio ambiente humano cada vez mais social, criado por ele mesmo, assim também enquanto pessoa ele só pode se tornar homem se a sua relação com o seu semelhante humano assumir formas cada vez mais humanas, com relações entre homens e homens, e dessa forma se realizarem na prática (LUKÁCS, 2013, p. 596).

Já se tem claro que o sujeito é produtor da sociedade, mas esta produção só se faz sob determinada totalidade social assim constituída - demarcando de vez o distanciamento a qualquer posição que dicotomize a relação sujeito e sociedade. Mas, apenas esta afirmativa não basta. Logo, é preciso não recuar e levar ao esgarçamento da questão geradora de conflitos àquele que se propõe a conhecer a que se refere as manifestações subjetivas. Ou seja,

cabe ainda problematizar como se dá a dinâmica entre eles (sujeito e sociedade), principalmente para esclarecer um ponto nevrálgico gerador de dúvidas quanto às expressões da subjetividade.

A elucidação desta problemática favorecerá a apropriação da questão pouco compreendida, de que o sujeito (enquanto ser social) é a expressão da sua individualidade e, ainda assim, representante do gênero humano. Os equívocos originários da dicotomização destes polos estão apontados de forma recorrente nos escritos de Lukács. Num desses momentos, alertou quanto às conclusões precipitadas e simplificadoras que partem da consideração de que porque a generidade do homem, enquanto fato histórico, adquire uma forma mais “visível”, antes mesmo que se incremente a sua individualidade, isto, serviria de base para reflexão sobre a relação indivíduo e gênero. Segundo ele,

Do ponto de vista ontológico, é preciso tão somente indicar que os dois momentos, a saber, tanto o que vai do ser-em-si da singularidade para a individualidade existente para si como o que vai da particularidade para a generidade do homem, são processos profundamente entrelaçados, ainda que desiguais e contraditórios, cuja essência se falsifica irremediavelmente quando se atribui aos momentos, em última análise predominantes, ao ser-para-si e à generidade, uma superioridade (ou inferioridade) de cunho mecânico geral, ou imagina poder compreendê-los como potências totalmente autônomas do desenvolvimento (LUKÁCS, 2013, p. 300).

Quanto a este processo desigual e contraditório da reprodução do ser social, tem-se esclarecido de maneira gradual nesta dissertação e, por isso, atinge uma compreensão mais consistente ao final deste item. No entanto, para iniciar os apontamentos para esta apreensão, vale insistir em um fato que provoca dúvidas àquele empenhado a reconhecer a que se refere as manifestações subjetivas: embora, todas estas “expressões” do sujeito, tanto objetivas quanto subjetivas, possam ser generalizadas para constituírem partes concretas da totalidade social, isto não anula a constatação da emergência de marcas distintivas (o estar-dado original), as quais o sujeito é capaz de revelar a sua “singularidade”²⁸.

Por isso, é tão crucial aprofundar na real dimensão do que vem a ser as manifestações subjetivas. Porque, já se é possível afirmar que elas revelam um dado-original, relacionadas às escolhas realizadas pelo sujeito singular, diante da realidade social a qual se defronta. Entretanto, o desafio em reconhecê-las emerge do fato de que admitir a impossibilidade da

²⁸ Singularidade entre aspas, no sentido de que é o gênero que se singulariza, não é a mera singularidade (natural) em que se dava antes do desenvolvimento da sociabilidade.

construção da individualidade desconexa com a totalidade social, não significa abolir a constatação de que o sujeito sempre explicitará sua singularidade - aquilo que nunca poderá ser repetido por outros sujeitos.

Uma digressão quanto ao conjunto de serviços das políticas sociais em geral, se faz elucidativo nesse momento. É possível constatar que algumas manifestações subjetivas, são enquadradas dentro de grupos determinados, visando atuações específicas sobre as mesmas - por exemplo, é o caso do alcoolismo, violência doméstica, problemas de aprendizagem, ato infracional juvenil, transtornos mentais, conflitos familiares, etc. Diversos programas e serviços são criados a fim de agrupar estas demandas diversificadas. Entretanto, obviamente, que os profissionais direcionados a atendê-las, nunca encontrarão nestes grupos fragmentados “em escala de manifestações”, cópias fiéis das individualidades ali apresentadas.

A cada sujeito atendido, o profissional se defronta com a explicitação das decisões tomadas a partir do seu ser único, referindo-se a sua biografia, esta cunhada nas bases do cotidiano social ao qual se insere. Ainda que estas individualidades se identifiquem na reprodução de determinadas manifestações subjetivas - sendo esta identificação, justificada pelos nexos particulares inerentemente construídos através da totalidade social -, isto jamais acoberta o fato de que a explicitação destas (manifestações subjetivas), se apresentam de maneira original.

É justamente frente a esta “originalidade”²⁹ que abre-se terreno fértil para àqueles becos sem saída conceituais, expostos de diversas formas nessa dissertação. Defronte às manifestações subjetivas, o profissional é desafiado a responder do que se trata esta originalidade apresentada. Nesse momento, o profissional está diante do sujeito/família que traz a expressão daquela tensão sujeito e sociedade - deflagrada na própria manifestação subjetiva. Se bem ancorado pelos estudos luckasianos, não poderá atribuir às demandas subjetivas um caráter autônomo em relação à produção material da existência social, assim como também não poderá conceber que se trata apenas da reprodução imediata do ambiente externo - sendo este quem exerce uma força enigmática que implicaria mecanicamente numa dada subjetividade.

Assim, diante destas respostas (escolhas) dadas por sujeitos/famílias que são únicas, relacionadas ao percurso da histórica da sua vida singular, o profissional tem dificuldades para intervir. É inegável que as manifestações subjetivas apresentam pontos peculiares

²⁹ Esta originalidade não deve ser confundida ou associada de forma direta à produção da genericidade “autêntica” levantada por Lukács. Ela se refere, sobretudo, a expressão irrepetível dos atos singulares, inerente ao processo de construção das individualidades.

geradores de possíveis dúvidas que precisam ser esclarecidos. Pontos estes, que resgatam o que já foi anunciado em momentos anteriores dessa dissertação: da relação sujeito-objeto e, como ela se expressa no duplo movimento de desenvolvimento do ser social.

Primeiramente, é preciso reconhecer que no desenvolvimento do ser social, a dinâmica dialética da relação indivíduo e sociedade (totalidade) não se apresenta de maneira simples. Ela é contraditória, compondo heterogeneidades, embora, o sujeito sempre se apresente de maneira unitária. Como já destacado, o seu desenvolvimento enquanto ser social se dá, a partir da relação entre o processo de individuação e o processo de socialização. Ou seja, expressa a típica reprodução em que o antagonismo destes dois polos (indivíduo e sociedade enquanto totalidade) compõe o complexo global, no qual o sujeito sempre explicitará singularmente.

Para abordar este antagonismo, só é possível, quando se tem claro como se dá a relação entre o desenvolvimento dos indivíduos e o desenvolvimento da sociedade enquanto totalidade (socialização do mundo). E, necessariamente, para este entendimento, cabe retomar o complexo objetivação-alienação, que já foi sinalizado em outro momento nesta dissertação. Sobre isto, Fortes (2011) tem precisos apontamentos que favorecem tal apreensão. De saída, cabe lembrar que

Sob a base da relação recíproca entre sujeito e objeto se assenta o complexo objetivação/alienação: ambas as categorias expressam relações reais da construção subjetiva e objetiva dos homens, constituem momentos diferenciados no interior de um ato unitário que representam em sua especificidade de movimento o duplo lado dessa dinâmica (FORTES, 2011, p. 202).

Nesse sentido, é preciso entender que “não se pode identificar objetivação e alienação, muito menos derivar a primeira da segunda: são coisas distintas que, embora intercambiáveis e indissociáveis, apresentam-se como momento diferenciados no interior de uma unidade” (FORTES, 2011, p. 194). Mas, por que levantar este ponto? Na verdade, porque ao sujeito implicado em conhecer as manifestações subjetivas, corre-se o risco de pautar em um dos polos (objetividade e subjetividade), relacionando-os diretamente a esses processos (objetivação e alienação), reproduzindo assim, o tão questionado movimento que dicotomiza esta relação, que na sua origem encontra-se dinamizada. Não à toa, Lukács bem destacou que

Naturalmente é impossível traçar uma linha divisória bem exata entre os âmbitos da vida de acordo com onde e como objetivação e alienação, uma ou outra, desempenham o papel de momento predominante nas formações ontologicamente

unitárias. Com efeito, trata-se de um processo ontologicamente unitário, no qual simultaneamente sucede a socialização da sociedade, a aproximação da humanidade a uma generidade real no sentido do existente em si e o desdobramento da individualidade humana. A separação entre produção ou, em termos mais gerais, manifestações vitais econômicas de um lado e, de outro, formas de expressão humanas em atividades que não estão direcionadas imediatamente para suas próprias reproduções sociomateriais não logra obter uma divisão conceitual precisa (LUKÁCS, 2013, p. 424).

Se tratando das manifestações subjetivas, deve-se atentar e desviar do caminho equivocado de acabar relacionando, de maneira direta, que os traços singulares da subjetividade são exclusivos aos atos de alienação. Por isso, é sempre pertinente lembrar que “tanto na objetivação quanto na alienação estamos diante do complexo essencial da subjetividade-objetividade” (FORTES, 2011, p. 202). Compreender desse modo - não considerando de forma direta e exclusiva, que os traços de subjetividade são exclusivamente elementos de atos da alienação, nem tampouco que a objetivação coincide estritamente ao elemento natural -, é considerar que “todo objetivado é resultado da unidade entre subjetividade e objetividade, de forma que os traços da subjetividade também fazem presentes na forma materializada do entificado” (FORTES, 2011, p. 199).

De tal modo, frente a esta ressalva, já se pode fazer a seguinte consideração: na objetivação “a ênfase está na produção de algo efetivo no mundo, que, não importa em qual dimensão ocorra, expressa sempre a presença da subjetividade no resultado final alcançado” (FORTES, 2011, p. 202); e, na alienação “os aspectos da subjetividade aparecem como centro: a atividade empreendida pelo indivíduo implica diretamente a formação e transformação dos próprios elementos desta subjetividade” (idem). De forma geral, pode-se compreender que estes dois processos representam “o duplo processo de socialização que ocorre na base do ser social” (idem), no qual o primeiro (objetivação), se refere ao “*processo de socialização do mundo dos objetos*”, já o segundo (alienação), refere-se “ao processo tanto da socialização dos sujeitos, quanto do desenvolvimento da personalidade dos indivíduos”.

Mas, como já anunciado em outro momento, quando se pensa na socialização do mundo dos objetos e a socialização do homem, não se pode dizer que estes se apresentam de forma harmônica. Na verdade, o que ocorre é um “descompasso”, entendendo que

A socialização do mundo natural se dá, portanto, de forma mais direta e homogênea a partir da ampliação da capacidade humana de transformar e moldar o seu mundo, enquanto no outro pólo, o da humanização do homem, a emancipação da individualidade pode ganhar contornos contraditórios, e, por vezes, até nefastos,

sem que isto signifique a interrupção ou o retrocesso no desenvolvimento do afastamento das barreiras naturais (FORTES, 2011, p. 203).

O que deixa claro nesse “descompasso” é que “a socialização do sujeito não implica diretamente a humanização do homem, muito menos o desenvolvimento das individualidades” (FORTES, 2011 p. 204). Para compreender esta ambiguidade entre o desenvolvimento das individualidades (processo de individuação) e a produção da totalidade do ser social (o processo de socialização do mundo humano) - que se mostra tantas vezes escamoteada por diversas teorias -, algumas formulações precisam ser reafirmadas e resgatadas nesse instante. Como é o caso do que já foi destacado diversas vezes aqui: a heterogeneidade dos dois atos (objetivação e alienação) se apresentam ontologicamente, enquanto resultantes do ato unitário do sujeito singular.

Partindo da consideração de que entre o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade (enquanto totalidade) ocorre um descompasso, resta saber como este (movimento bipolar) atinge diferentemente tais atos (objetivação e alienação) a partir de suas origens. Pois, pode-se dizer, que tanto os atos de objetivação, em que se direciona o afastamento das barreiras naturais, quanto os atos de alienação, em que se dá a realização e o desenvolvimento da individualidade e da personalidade, apresenta-se “a desigualdade entre os pores teleológicos singulares dos indivíduos e a totalidade social formada pela síntese de tais atos, muito embora a desigualdade que se manifesta em cada uma destas dimensões seja de natureza distinta” (FORTES, 2011, p. 206-7).

No cenário das objetivações, quando se pensa na desigualdade entre os atos singulares da objetivação e a totalidade enquanto síntese dos pores teleológicos singulares, alguns pontos devem ser considerados. Primeiramente, que a totalidade a qual vai sendo construída, não tem *telos*. Entendendo que ela se revela como resultado do “movimento espontâneo de nexos”, enquanto causalidade social e, nesse caso, as objetivações resultantes de tais atos se remetem diretamente as “totalidades parciais”. Assim, como as objetivações se direcionam às totalidades parciais, estas acabam delimitando o caminho dos processos sociais, “seja dando continuidade as tendências nelas existentes, seja negando-as, seja criando meio para superá-las” (FORTES, 2011, p. 208). Nas palavras de Fortes, “a objetivação põe em movimento na cotidianidade nexos causais - de ordem eminentemente social -, cuja síntese constitui - juntamente com os pores teleológicos dos outros indivíduos a totalidade social - as formas fenomênicas do processo social e a sua essência” (idem).

Pode-se afirmar que a objetivação, enquanto movimento voltado à exterioridade, consegue atingir a totalidade a partir das totalidades parciais, o que não acontece com a alienação. E qual é a peculiaridade da alienação, quando se refere à sua relação com a dinâmica da totalidade sócio-histórica? Nesse caso, é preciso compreender que esta (alienação) não incide tão diretamente na totalidade social, prosseguindo assim, vinculada ao singular ato de pôr, pois está apontada à interioridade do indivíduo, quer dizer, ao desenvolvimento da subjetividade.

Dessa feita, é possível entender que o processo da alienação não engendra (rebate) tão diretamente a totalidade social. E isto leva à consideração de que o ato singular de alienação é “dependente de uma série de mediações e processos contínuos para criar a constância passível de ser compreendida como personalidade, ou como tendências constantes postas em cada ação do sujeito” (FORTES, 2011, p. 208).

Então, nesse sentido, é fundamental reconhecer que a formação da personalidade não possui *telos*, assim, para que “se estruture e adquira elementos suficientes para fixar-se sob a forma da relativa continuidade de ações, deve deixar deslanchar uma longa série de pores singulares, para a partir daí, mediante a reapropriação de suas alienações, parametrizar seus próprios atos e comportamentos individuais” (FORTES, 2011, p. 208). Nesse aspecto, na medida em que esta reapropriação se direciona a interioridade do sujeito singular, assim “o conjunto de mediações necessárias para o desenvolvimento da subjetividade se amplia e complexifica” (idem).

De forma concisa, Costa - refletindo a respeito da relação entre a constituição da individualidade e o imediato da vida social - pôde retomar Lukács, quando tratou do processo referente a constituição dos indivíduos, lembrando que “a sua dinâmica imediata, contudo, podem manter-se no controle de uma ampla vida própria, de um desenvolvimento próprio, e isto seja no plano da forma seja no dos conteúdos”. Assim, chama atenção ao fato de que “a dinâmica da vida pessoal guarda uma autonomia relativa ante a dinâmica social no seu conjunto” (COSTA, 2012, p. 68). Isto significa que,

Em dado momento da sociabilidade, a história de cada um transcorre paralelamente à história de sua classe sem que a sua individualidade esteja irremediavelmente ligada à classe social à qual pertence. Isto reafirma que, aliados às determinações objetivas do desenvolvimento social, há também fatores subjetivos que atuam no âmbito dos sujeitos individuais. Mas no plano mais geral confirma o fato essencial de que a duplicidade imediata da vida pessoal e social se articula à unidade indissolúvel do homem singular com o seu gênero, revelando a essência da generidade não-mais-muda que se explicita a cada momento histórico segundo o desenvolvimento da sociabilidade humana (COSTA, 2012, p. 68-9).

Como bem explicou Costa, nos estudos luckasianos tem-se claro que a formação da generidade é resultado das “sínteses sociais dos atos singulares”. Porém, não se deve esquecer que “estas sínteses são heterogêneas e não só isso, este processo é composto também de atos antitéticos” (COSTA, 2012, p. 73). É por isso que se pode dizer que a dinâmica do processo de desenvolvimento do ser social não é linear nem homogêneo, mais ainda, “por ser a síntese dos atos singulares ele não é somente heterogêneo, mas produz antíteses e confrontos que se manifestam praticamente na vida social e individual” (idem).

A compreensão do descompasso no processo de reprodução do ser social e a não linearidade do seu desenvolvimento, já favorece o reconhecimento do cenário com o qual o profissional se defronta quando diante do sujeito/família com suas demandas de ordem subjetiva. Qual cenário seria este? **O profissional se depara com as reapropriações das alienações realizadas por cada sujeito atendido. Ele (profissional) se vê diante da explicitação (atos) de cada sujeito singular. E, nesse caso, as manifestações subjetivas apontam para como este sujeito singular tem se construído enquanto indivíduo, revelando assim, o processo de formação da sua personalidade.**

Na próxima parte desse capítulo, fica ainda mais claro esta afirmativa. Mas, já é possível dizê-la, admitindo que o núcleo da produção da subjetividade encontra-se nos processos de alienação. Como explicado, distintamente ao processo da objetivação, na alienação depende-se de uma série de mediações muito mais complexas, com as quais esta será engendrada. E estas mediações se referem as vivências cotidianas, ao “*médium* da sociedade”.

Não à toa, quando o sujeito/família apresenta aos profissionais suas demandas subjetivas, expõe assim, um emaranhado de “situações” que se referem a sua vida cotidiana, aos seus atos singulares, a trajetória das suas escolhas frente às relações sociais travadas com outros sujeitos em diferentes espaços. Como já dito em outros momentos, sendo este, o ponto primordial: **os profissionais, quando recebem estes sujeitos/famílias nos serviços da política de assistência social, estão sendo confrontados a reconhecerem como estas individualidades estão sendo engendradas para conformação das suas personalidades.** Então, definitivamente, qual a apreensão de como se dá a constituição da individualidade e a formação da personalidade a partir dos estudos luckasianos?

Para esclarecimento da constituição da individualidade, Costa não deixa dúvidas de que “Lukács conecta a constituição da substância da individualidade à alternativa expressa nas escolhas-decisões do indivíduo concreto ante uma situação efetivamente concreta.

Processo no qual se configura sua própria história pessoal” (Costa, 2012, p. 50). De tal modo, a substancialidade concreta do sujeito – que se expressa através dos seus atos singulares - faz alusão às características, aos atributos e às condições experimentadas por este, em concomitância à cadeia de relações sociais travadas ao longo de sua vida. Logo, remete-se ao desenvolvimento do jogo dialético de perguntas e respostas ao qual o sujeito se deparou na sua existência social. Isto reforça àquela concepção de sujeito de Lukács. O sujeito vai se construindo no percurso de sua vida, pelo acúmulo de suas decisões individuais, nas suas escolhas frente aos impasses apresentados pela realidade social que o cerca. Entretanto, fundamental destacar que

As escolhas dos indivíduos são sempre respostas práticas aos desafios que a vida social lhe impõe. Os próprios sentimentos e pensamentos que preparam as decisões são também socialmente determinados pelas circunstâncias de classe, estamento, família, das quais fazem parte. Tem-se, portanto, que a reprodução do indivíduo é determinada pelas condições de sua existência desde o momento do seu nascimento e ao longo de sua vida. As respostas elaboradas por ele se encontram em íntima relação com as demandas que lhe são formuladas pelas circunstâncias nas quais vive e age. Em consequência, o seu desenvolvimento individual e interior é o resultado da trama de demandas e respostas que implica decisões ante as alternativas socialmente determinadas (COSTA, 2012, p. 55).

Este ponto é bastante relevante quando se discute as manifestações subjetivas. Porque é preciso a compreensão de que tanto as alternativas postas ao sujeito quanto as escolhas por ele realizadas, apresentam o conteúdo social (quer dizer, são socialmente determinados). E este conteúdo social da alternativa e da escolha tem certa dependência entre si, embora “não resulta uma lei determinante para o desenvolvimento interno da pessoa que atue igualmente sobre todos os indivíduos” (COSTA, 2012, p. 61). Nesse caso, o componente social de cada alternativa e escolha mostra variações “quanto à validade, ou ao significado para cada homem, no modo como age sobre a individualidade em suas manifestações interiores e nas suas relações com o mundo” (Idem).

Associando ao objeto de estudo da dissertação, pode-se supor que a falta de compreensão destes fatos faz com que os profissionais de Psicologia e Serviço Social não percebam os limites práticos do trato em relação às demandas de ordem subjetiva das famílias e sujeitos por eles atendidos. Ou seja, quando não compreendem que “a história pessoal de todo o homem é uma sucessão de acontecimentos nos quais os sujeitos escolhem entre as possibilidades que estão dadas na vida social” (COSTA, 2012, p. 63) e, mais ainda, de que esta “decisão entre alternativas não significa nem expressão de liberdade puramente

individual, nem meramente uma determinação fixa socialmente de uma vez por todas” (Ibidem, p. 56), isto podem levá-los a assumir posturas profissionais bastante equivocadas frente as demandas subjetivas.

Aos profissionais que se prendem ao polo da determinação fixa socialmente, capaz de sobrepor a escolha dos sujeitos, só lhe restam desacreditar na possibilidade de transformação. Nessa direção, muitos caem nos discursos fatalistas, em que são acompanhados da justificativa da impotência da sua ação profissional. Já no outro polo, quando concebem a extremidade da liberdade individual, se conectam facilmente às ideologias liberais de responsabilização e autonomia do sujeito. E da mesma forma, ao agarrarem-se na perspectiva da liberdade individual, acabam dando pouco crédito à sua intervenção, visto que “a única lógica é a do sujeito”. Então, do que importa sua ação profissional, se cabe apenas ao sujeito escolher?

Nem de longe, os apontamentos deixados por Lukács permitem supor que as decisões (respostas/escolhas) dos sujeitos sejam a representação de meros “desejos” individuais. Nem tampouco de que estas decisões já estejam predeterminadas ao “destino” das forças sociais, visto que “a subjetividade não é, portanto, mero epifenômeno das determinações sofridas pelo indivíduo, de ordem biológica ou social” (FORTES, 2011, p. 213-4). Já que, se bem compreendido até aqui, sabe-se que indivíduo é o representante de um conjunto de necessidades (cada vez mais complexas) que se referem a totalidade social. Nesse sentido, suas escolhas expressam as formas de sociabilidades postas, ligadas aos processos de objetivação-alienação de um determinado momento histórico.

Nesse sentido, todas escolhas apresentam-se como produto concreto da ação dos sujeitos. O ato de escolher, com toda a dimensão valorativa inerente, aponta as objetividades sociais postas. A isto, Lukács retornou diversas vezes à sinalização deixada por Marx, quando ao considerar o homem como resultado de sua própria práxis, destacou que “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”³⁰.

E, como entender a formação da personalidade? Como ela se dá?

Ao demarcar que a história de vida do sujeito conforma uma série de situações, nas quais este precisou escolher entre as possibilidades apresentadas na sua vida social, Costa (2012) explica que

³⁰ Citação extraída da obra de Marx “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”.

Os fatos não se sucedem simplesmente de modo ininterrupto devido às diferentes decisões; eles refletem a relação espontânea com o sujeito que decide. Certamente as escolhas sempre contêm traços de sua consciência acerca da validade ou não das determinações sociais implícitas nas valorações sociais. A síntese dessa relação compõe o caráter, a personalidade de todo indivíduo humano” (COSTA, 2012, p. 63).

Em outras palavras,

A personalidade compreende a unificação, uma síntese de todas as decisões singulares do indivíduo, formando o conteúdo de sua essência pessoal em meio à realidade de suas relações sociais. Ante os conflitos enfrentados no decorrer de sua existência, ela se revela em cada ato individual, em cada decisão tomada e realizada na convivência com os outros homens (COSTA, 2012, p. 75-6).

De maneira mais direta, conclui o seguinte:

Em síntese, pode-se afirmar que o complexo da personalidade humana na visão ontológica de Lukács, resulta do desenvolvimento social objetivo, emergindo da ampliação quantitativa e qualitativa das atividades dos homens em sua reprodução social. Nesse processo os homens se encontram diante de decisões alternativas mais e mais variadas e reciprocamente heterogêneas em termos do imediato e fazem suas escolhas com base em sistemas de valores socialmente determinados. A reprodução dos indivíduos numa dada sociedade torna indispensável um domínio adequado das reações que se multiplicam ante a realidade e induzem à construção de uma unidade interna dos modos de reagir dos indivíduos. Esta unidade interna muito variada que se forma nas mais distintas pessoas é a base ontológica da personalidade (COSTA, 2012, p. 76).

Em sintonia, Fortes (2011) explica que “na relação interativa com o seu mundo, é o indivíduo quem, mediante decisões alternativas, edifica as bases da formação de sua personalidade” (FORTES, 2011, p. 213). A personalidade revela justamente a “continuidade ou homogeneidade das decisões individuais assumidas em sua prática social” (Ibidem, p. 211). Pois,

As contradições inerentes à prática social, a heterogeneidade dos campos onde o homem deve tomar decisões, etc., não impede o surgimento da continuidade de comportamento e ações desempenhadas pelo indivíduo em seu mundo circundante. Estes traços contínuos permanentemente ativos nas respostas construídas pelo indivíduo para os problemas de seu mundo são a base da formação de sua personalidade. A personalidade humana é, neste sentido, a síntese dos atos singulares efetivados em meio ao conjunto heterogêneo e contraditório de elementos constituintes da realidade social (FORTES, 2011, p. 212).

É preciso que se tenha claro que será pela síntese das escolhas singulares - as maneiras com as quais os sujeitos se integram socialmente, a construção das cadeias de decisões, a ampliação dos campos de alternativas (na medida em que se objetivam) - que se é capaz de reconhecer quais os processos de individuação e quais personalidade estão sendo erguidos a partir desse cotidiano social (atravessado pela totalidade social).

Enfim, é possível apresentar a seguinte elaboração: considerando o cenário do cotidiano dos serviços da política de assistência social, quando diante das manifestações subjetivas, o profissional (assistente social/ psicólogo) precisa correlacioná-las como expressão da construção das individualidades e formação das personalidades destes sujeitos singulares. Dando a elas a devida dimensão (baseada no materialismo histórico), ao mesmo tempo em que esta correlação é considerada, as manifestações subjetivas permanecem vinculadas à reprodução global, como integrantes ativas no processo de sociabilização, referentes ao complexo objetivação-alienação. Nisso está a relevância de considerar que as manifestações subjetivas são capazes de apontar os elos do processo de reprodução social.

Pois, endossando ao que foi dito até aqui, as manifestações subjetivas - como expressões fenomênicas da subjetividade dos sujeitos singulares - trazem também os aspectos da continuidade do desenvolvimento do ser social. Esta consideração, se alicerça na admissão de que as manifestações subjetivas estão conectadas ao processo de acumulação social. As manifestações subjetivas demonstram que as novas conexões do sujeito com a materialidade foram estabelecidas, para que pudessem emergir novas expressões das individualidades e de personalidades correlatas. Na verdade, no campo da subjetividade, estas manifestações apresentam como têm sido as respostas dadas aos problemas encontrados na realidade da vida cotidiana. Em outras palavras, quais têm sido as estratégias subjetivas utilizadas para garantir a replicação das individualidades e como têm sido erguidas as personalidades, inerentemente, articuladas à genericidade em curso.

2.3 AS FORMAÇÕES IDEAIS E OS DESAFIOS PARA O CONHECIMENTO

Ao longo de todo o percurso até aqui, já foi possível abordar em profundidade a problemática levantada pelo objeto de estudo - quer seja, como conceber a relação sujeito e objeto, a formação da subjetividade e, conseqüentemente, a que se refere as manifestações subjetivas - respaldada na teoria marxista, sobretudo, a partir dos apontamentos dos estudos de Lukács sobre as conexões ontológicas do desenvolvimento do ser social. Mas, nesse momento, de forma reconhecidamente sintética, julga-se ser inevitável abordar outros seguintes pontos: o papel das formações ideais na constituição da “concepção de vida e de mundo dos indivíduos”, conseqüentemente, e, especialmente, para ontologia da vida cotidiana, e a problemática da ideologia e sua relação com a produção do conhecimento.

Não é nenhuma novidade dizer que o profissional, diante das manifestações subjetivas, é deflagrado com as expressões fenomênicas da formação da personalidade dos sujeitos atendidos, cabendo a ele a compreensão de que estas (manifestações) estão baseadas nas maneiras como o complexo objetivação-alienação está sendo erguido na particularidade sócio-histórica. Mas, evidentemente, também já se sabe que o reconhecimento destas demandas subjetivas abrange um cenário bem mais complexo.

De tal modo, é de suma importância reafirmar um ponto que, de forma alguma, deve ficar apenas implícito. **Neste movimento de reconhecimento das manifestações subjetivas dos sujeitos/famílias está implicada a própria produção da subjetividade destes profissionais. Na verdade, no cotidiano dos serviços da política de assistência social, no encontro travado entre profissional e os sujeitos/ família, ocorre que os dois lados estão ativamente atravessados pelo jogo dialético de perguntas e respostas referentes ao processo de construção das suas individualidades e formação das personalidades.**

É esta consideração que se apresenta como o nó da dissertação, pois, mesmo reconhecendo a limitada chance em tratar, de forma abrangente, esta relação dialética profissional e sujeito/família, não pode se furtar de destacar a complexidade que envolve este cenário. É preciso não ignorar, que muito além de averiguar como tem se dado o trato das manifestações subjetivas no cotidiano dos serviços da política de assistência social, está o fato de que na particularidade sócio-histórica, pensando no lado do profissional (obviamente, assim como sujeito/família), tem-se os percalços que atravessam todo o ato de conhecer.

De tal modo, a construção do objeto de estudo não serviria para apontar apenas uma “incorreção teórica” por parte destes profissionais em determinado cotidiano. Na verdade, o próprio objeto de estudo expressa que na particularidade da sociabilidade burguesa, a qual

estes profissionais estão inseridos, problematizar quais têm sido as possibilidades para o reconhecimento das reais determinações que encobrem as manifestações subjetivas, ainda se mostra relevante.

Anteriormente, esteve sinalizado sobre o processo de generalização, que se dá a partir das sínteses sociais dos atos singulares. Mas, o que ainda não foi destacado (nomeado) é que

O conjunto de respostas formulado pelo indivíduo fornece os elementos para a produção de generalizações de suas experiências e realizações, dando forma e estrutura constantes a ideais e resoluções práticas de problemas da vida cotidiana que em um momento subsequente dão origem à *concepção de vida e de mundo dos indivíduos* (FORTES, 2011, p. 214 – grifo meu).

Contudo, é sabido que quando se pensa no processo de alienação, se deve compreendê-lo de forma bem mais ampla do que somente atuante na relação homem e natureza. Assim, como explica Fortes, o que deve ser enfatizado, é que a análise lukasiana das determinações do momento ideal “abandona o terreno da relação com a natureza para alçar-se a um patamar cuja primazia se encontra na interatividade dos homens” (FORTES, 2011, p. 214). Não à toa, Lukács já destacava que

O “mundo” do cotidiano se diferencia-se do “mundo” do trabalho sobretudo pelo fato de que, nele, o aspecto da alienação dos pores desempenha um papel tanto extensiva como intensivamente muito maior. A personalidade do homem exprime-se objetivamente antes de tudo na práxis do trabalho, mas faz parte da essência da vida humana, que as tendências para o ser-para-si, para autoconsciência, via de regra, ganhem validade, de modo imediatamente pronunciado, na esfera do cotidiano, do âmbito da atividade do homem inteiro (LUKÁCS, 2013, p. 442).

Isto, primeiramente, permite a compreensão de que “a continuidade presente nos atos de alienação do indivíduo se adensa e complexifica criando “as concepções de mundo” dos indivíduos, que mais tarde, aparecem como componentes determinantes do próprio processo social” (idem). A este aspecto de destaque, dado aos sistemas de alienações - referentes ao “papel crucial dados pelos indivíduos para o rumo da sociedade”-, é visto como “anterior ao ato de objetivação”.

Vê-se, portanto, por que seria incorreto considerar a alienação como momento necessariamente vinculado à relação do homem com a natureza, como se fosse mero derivativo deste intercâmbio. O desenvolvimento da personalidade humana, a produção do referido sistema de alienação, tem sua origem no complexo laborativo, porém nas formas superiores da prática social assume a condição de preponderância sobre os atos de objetivação. Este sistema pode conter conteúdos eminentemente sociais, tais como convicções, concepções e princípios capazes de

incidir no próprio ordenamento societário, fazendo com que suas alienações objetivadoras de coisas no mundo possam vir, por exemplo, a favorecer a permanência da ordem estabelecida (FORTES, 2011, p. 215).

É importante a ressalva, apresentada por Fortes, - já que ainda não se mostrou explícita até aqui - de que, quando se trata do sistema de alienações edificados pelos sujeitos singulares, sobretudo, na vida cotidiana, precisa-se ter claro que ele (sistema de alienações) “deve necessariamente unir-se a outras mediações sociais para que suas ações possam tornar-se efetivas no campo social” (FORTES, 2011, p. 217). Assim, explicou que

Não basta a confirmação fundada e confirmada pela própria individualidade para a realização efetiva do sistema de alienação individual do mundo. A alienação, ato essencialmente singular, para ganhar curso no mundo, para se tornar eficaz no plano social, deve ser confirmada por representações, nexos, tendências, etc. presentes na própria sociedade. As decisões entre as alternativas, as alienações singulares dos indivíduos sociais, coadunam-se a ponto de formar, num plano mais amplo, princípios e diretrizes que fundamentam a representação de determinados estratos da sociedade, constituindo desse modo, uma concepção de mundo específica que orienta as ações e decisões assumidas pelos indivíduos, ou melhor, pelo grupo no qual exerce influência (FORTES, 2011, p. 217).

Quando se refere a este fato, se pensar no cenário das práxis sociais mais elevadas - em que o sistema de alienações dos indivíduos “para ganhar curso no mundo” precisa evidentemente de conexões com outras mediações sociais -, não fica difícil perceber de que esta coadunação (sistema de alienação individual e as mediações sociais que interferem nas decisões entre as alternativas) se alicerça no campo de formação das ideologias. Nisto se apreende que as ideologias servem para autolegitimar as elaborações ideais dos indivíduos, ou seja, originam-se da inerente necessidade da aprovação social, para que um sistema de alienações tenha efetividade no campo social.

Falar de ideologia, no sentido lukacsiano, significa entendê-la como função social, como modos diversos de formações ideais sobre a base dos quais os indivíduos organizam suas ações e reações ao mundo externo como forma de se conscientizar e equacionar a resolução dos conflitos de sua vida cotidiana. Nesse sentido, a ideologia não é algo que se define por um conteúdo estático com uma estrutura bem determinada da atividade prática humana, da mesma maneira que não é atributo específico de elementos fixos da prática social. A ideologia é um momento ideal da ação prática dos homens; qualquer reação ou resposta – sejam elas produzidas pela ciência, pela filosofia, pela religião, pela tradição, etc. – construídas pelos indivíduos como forma de atuar sobre os problemas postos pelas situações histórico-sociais, pode tornar-se ideologia, quando fornece elementos e condições para conscientizar, orientar e operacionalizar a prática social (FORTES, 2011, p. 232).

Contudo, o porquê de se levantar a questão da ideologia, logo agora? Porque já se sabe que o campo da práxis, no qual os profissionais em questão estão inseridos, está conectado, especialmente, ao campo da ideologia - lembrando que as atuações profissionais têm a finalidade de atingir a consciência dos sujeitos/famílias por eles atendidos. Então, nesse momento, trazer a questão da ideologia é não se esquivar de reconhecer o quão complexo se apresenta o cenário das práxis sociais em que os profissionais estão inseridos.

Não é demais retomar que “as imagens que os homens constroem em torno do ser dependem das imagens de mundo construídas para fundar no plano teórico uma prática capaz de agir e responder de modo eficaz às necessidades e problemas postos pelas circunstâncias sociais” (FORTES, 2011, 221). Isto serve para lembrar que existe diferenças, quando se pensa a relação teoria e prática na atividade originária (relação homem e natureza), em que se mostra de forma mais direta, comparada às das práxis sociais superiores. Já que nestas, a relação (teoria e prática) se revela bem mais complexa, “levando à direta influência das “concepções de mundo” e, principalmente, das “ideologias de classe” na forma pela qual os homens compreendem e assimilam os processos sociais em que se encontram submersos” (Idem).

A partir da ponderação acima, algumas reflexões podem ser realizadas. Não é nenhuma novidade, dito de forma recorrente, que o campo de atuação de psicólogos e assistentes sociais se refere diretamente as práxis sociais mais complexas, aos pores teleológicos secundários, que visam atingir a consciência dos outros sujeitos. Mas o que deve ser lembrado, que embutido nesses pores estão suas formações ideológicas, que servem para orientar sua prática. Em outras palavras, como toda finalidade dos pores teleológicos do profissional (nesta práxis social mais complexa) está a intervenção na consciência dos sujeitos/famílias, evidentemente, todo o direcionamento para tal objetivo está pautado em dada concepção de mundo, quer o profissional tenha consciência ou não.

Neste cenário, outra possível reflexão, é que o profissional está provocado a reconhecer quem são estes sujeitos/famílias. Em outras palavras, a quem sua práxis profissional está direcionando. De fato, no cotidiano dos serviços da assistência social, o profissional encontra-se imerso as explicitações destas concepções de mundo e vida desses sujeitos/famílias. Àqueles por ele atendido, reverberam suas ideologias que são, inerentemente, engendradas e coadunadas pelas representações de interesses e valores de uma classe social.

Logo, de forma ainda mais precisa, o que foi elaborado até aqui, permite o seguinte apontamento: **para além do que foi levantado - de que as manifestações subjetivas revelam como tem se dado a construção das individualidades e a formação das personalidades dos sujeitos atendidos -, acrescenta-se nisto, de que elas (manifestações) expressam quais os sistemas de alienações estão sendo erguidos. Nesse sentido, as manifestações subjetivas trazem à tona quais têm sido as formações ideais que foram construídas a partir das relações sociais travadas na vida cotidiana e, portanto, apontam para as concepções de vida e de mundo destes sujeitos atendidos. Quer dizer, elas explicitam com quais “ideologias” estes sujeitos singulares têm se parametrado para compor seu sistema de alienações, servindo assim, de autolegitimação enquanto indivíduos sociais.**

Entretanto, esta sinalização a respeito da concepção de mundo e o campo de produção das ideologias, não se esgota nisso. Pois, assim como os sujeitos/famílias explicitam aos serviços da política de assistência social uma concepção de mundo e de vida e o campo ideológico a que estão submersos, os profissionais também manifestam. Como estes profissionais têm revelado estas concepções, ou seja, como as formações ideais destes, têm se apresentado na prática profissional cotidiana? Esta problemática torna-se latente, sendo ela quem circunscreve todo objeto de estudo proposto nesta dissertação.

Ter como base este ponto, possibilita trazer à cena a problemática das manifestações subjetivas dos próprios profissionais. E não é disto que se trata, quando se propõe explorar quais têm sido as concepções de sujeito e constituição da subjetividade, no trato dado as manifestações subjetivas, no cotidiano profissional dos psicólogos e assistentes sociais? Na tentativa de elucidar a que se referem as manifestações subjetivas de sujeitos/ famílias, problematizando assim, as concepções que os profissionais têm das mesmas, na verdade, a investigação está tratando da “formação de dois mundos ideais”. E o que isto quer dizer?

Quando a dissertação problematiza a dificuldade no reconhecimento da real dimensão das demandas subjetivas - mesmo admitindo, que não conseguirá dar conta de percorrer em profundidade todo o processo -, não se esquivava de demarcar o quão complexo é este cenário da relação entre profissional e o sujeito/família. Com isso, admite que tratar das concepções teórico-práticas desses profissionais, de fato, é trazer à cena quais têm sido as estratégias subjetivas destes, para responder aos desafios postos no seu cotidiano profissional. Minimamente, cabe a investigação esboçar, como isto tem se expressado no campo teórico, em que estes profissionais estão imersos. De tal modo, o esforço dessa investigação é que se

consiga capturar “as manifestações subjetivas” desses profissionais, ou seja, que elucide quais as concepções de mundo que eles têm utilizado para conhecer e direcionar o seu fazer cotidiano.

É preciso que se tenha claro que as concepções de mundo - originárias das respostas encontradas pelos sujeitos singulares, quando diante dos questionamentos expostos na sua vida cotidiana, que foram generalizadas - são determinantes para atuação em todas as esferas da vida social. Embora, isto não signifique que elas representam “verdadeiramente” o conhecimento, inclusive, podem estar tão “solidificadas”, impedindo assim, que novos questionamentos se apresentem. Quando estes questionamentos ficam bloqueados, responder de novas maneiras se torna tarefa ainda mais difícil. Mas, justamente estas novas respostas é o que possibilitaria novas generalizações e, conseqüentemente, novas “concepções de mundo”.

De qualquer maneira, correlacionando ao objeto de estudo aqui levantado, suspeita-se que no seu campo de conhecimento, os profissionais têm sofrido as influências das teorias pós-modernas e neopositivistas. Quando levantada esta questão, caso realmente se confirme, significa dizer que estas teorias manifestam, no cenário atual, as formações ideológicas que estão sendo erguidas para sustentar (teoricamente) a atuação destes profissionais. Mas, no instante em que são reconhecidas - já que estas concepções (teorias pós-modernas e neopositivistas), enquanto manifestação ideológica, têm a conservação daquela dicotomia sujeito e sociedade tão questionada até então -, logo fica justificada a relevância de se trazer à tona os fundamentos ontológicos do ser, apresentados na teoria marxista. Quer dizer, apresenta-se a defesa de que a teoria marxista possibilita a real compreensão da relação sujeito e sociedade. Nesse sentido, ao contrário de chancelar este campo ideológico das teorias pós-modernas e neopositivistas, a intenção da dissertação é dar “nova”³¹ resposta a questão levantada de como se conceber o sujeito e a que se refere as manifestações subjetivas.

Pouco acima, quando o “verdadeiramente” mostrou-se entre aspas, é porque ainda que uma concepção de mundo possa não fornecer a real apreensão do ser, isto não altera o fato de que esta “não apreensão” só pode ter emergido a partir do próprio sistema de alienações singulares. Isto permite destacar outro apontamento relevante: **qualquer concepção de mundo só pode ter brotado de um solo sócio-histórico particular, travada na relação das bases materiais e, por isso, tem caráter eminentemente social. É sempre fundamental**

³¹ Evidentemente que não é nova de fato, pois, se baseia nas formulações ontológicas já anunciadas pela teoria marxista, mas, se confirmada a suspeita do rechaço que esta tem sofrido, entende-se a novidade como se *novamente* esta surgisse como alternativa (contraposta) às respostas dadas no cenário atual.

reafirmar que as formações ideais se originam das respostas dos sujeitos singulares, que foram dadas diante dos conflitos da vida cotidiana. Isto significa que não há qualquer determinação que as definam como mero caráter de replicação destes conflitos. Lembrando que as formações ideais, tanto podem conservar (confirmar) o que está posto como transformar a realidade, através da criação de novas respostas.

Nesse sentido, é tão pertinente lançar luz sobre as “concepções de mundo” e as “formações ideológicas” que influenciam a práxis dos profissionais inseridos nos serviços da política de assistência social. Já que serve para revelar como estas podem estar “criando condições favoráveis a *recta* apreensão dos autênticos nexos do ser, ou, pelo contrário - fato que ocorre com mais frequência - cria empecilhos que estorvam as vias de acesso para uma correta reflexão sobre o ser” (FORTES, 2011, p. 221).

Ao problematizar se estes profissionais estão direcionados a *recta* apreensão do ser, necessariamente, leva a reflexão para o âmbito do conhecimento destas duas categorias profissionais. Vale a ressalva de que ao buscar analisar como concebem e atuam frente às manifestações subjetivas, não significa, simplesmente, que baste que o profissional apresente quais são as diretrizes e conteúdos teóricos que atravessam sua formação acadêmica. Seria apressado conectar, tão diretamente, determinada formação acadêmica (em contato mais direto com os fundamentos científicos) à análise da *recta* apreensão do ser. Tamanha imprecisão seria aceitar que a formação acadêmica fosse a única dimensão que direcionasse a atuação destes profissionais.

É evidente que outras dimensões desempenham grande influência, como por exemplo, familiar, artística, comunitária, religiosa, educacional, etc. Estas, se referem ao processo de formação da individualidade deste profissional, ou seja, a trajetória dos seus pores teleológicos singulares. Por isso, seria dúbio creditar ao conhecimento científico (acadêmico), como sendo o único representante do ideal, o exclusivo componente teórico que emoldurasse toda práxis profissional. Mas isto não invalida o fato de que o campo científico é uma das dimensões de suma importância, quando se pensa a prática profissional, e, por isso, é tão pertinente abordá-lo.

Logo, quando se pensa o campo da ciência, deve-se admitir que, de maneira irremediável, consciente ou não, ele remete às “questões de ordem ontológica” e “responde a elas ontologicamente”. Entretanto, estas respostas não excluem necessariamente em seus conteúdos, “as influências dos interesses sociais” (FORTES, 2011, p. 229). Na verdade, a construção da ciência está aberta a diversas representações ontológicas, podendo tanto ser

influenciadas por formas específicas de interesses sociais, quanto ser erguida sob patamares “cientificamente e objetivamente fundadas” (FORTES, 2011, p. 229). É fundamental lembrar que “nem a ciência, nem a filosofia, se encontram isentas ou livres das determinações da base social. Podem, obviamente, assumir e refletir sobre tais determinações de um modo consciente ou simplesmente reproduzir de maneira espontânea os conteúdos emergentes dos processos cotidianos” (FORTES, 2011, p. 221).

Lukács já se debruçava na análise crítica da ciência moderna, de forma a investigar e desvelar o quanto esta desviava da *recta* compreensão dos reais nexos do desenvolvimento do ser social. Fortes conta que Lukács observou que historicamente “o fôlego contestatório da ciência moderna perdura até o momento em que era do interesse da sociabilidade nascente a derrocada das formas anteriores da organização social” (FORTES, 2011, p. 222). A partir do momento, em que a base de justificação da edificação de uma nova estrutura societária se configurou - que tem como pilar a divisão do trabalho e, portanto, nitidamente a sociabilidade de classes -, a possibilitada de uma autêntica ontologia se fez mais difícil. Na verdade,

A crítica consciente acerca dos problemas da determinação histórica e social do pensamento – presente nos períodos de transição de uma formação social para outra – inicia assim uma etapa de esmorecimento, que culmina na quase total desconsideração do problema da crítica das bases sociais do conhecimento. De fato o que predomina enquanto tendência no seio da sociabilidade capitalista é a recusa generalizada de qualquer questão que se reporte diretamente ao ser, e como consequência, o problema das bases ontológicas do conhecimento se encontra completamente fora de cena (FORTES, 2011, p. 222).

Em investigação da estruturação da sociabilidade burguesa, percebeu-se que os sujeitos têm fortes barreiras para reconhecerem o mundo que os cercam. Pois, todos os fenômenos da sociedade capitalista sofrem os efeitos das falsas concepções ontológicas, fazendo com que estes (fenômenos) não sejam reconhecidos em seu caráter histórico-social. E isto resulta no ocultamento das “categorias econômicas, sua essência profunda, como formas de objetividade, como categorias de relações entre os homens” (Lukács, 2003, p. 87). Aqui, claramente, tem-se engendrado o fenômeno do estranhamento. Ainda que tratar disso, não seja o objetivo principal, cabe considerar que este fenômeno é produzido na particularidade da sociedade capitalista, em que as dimensões da vida social passaram a representar idealmente, de maneira aparentemente fragmentada, como se as esferas (sujeito e sociedade) pudessem ser tomada de maneira autônoma.

Num exercício de abstração, em aprofundamento ao objeto de estudo aqui proposto, é importante se ater para apresentação de dois aspectos que podem ilustrar a complexidade do

campo teórico-prático em que os profissionais se inserem. Primeiramente, a consideração de que tanto psicólogos quanto assistentes sociais se conectam especialmente ao campo das ciências sociais. Em seguida, problematizar a relação entre ciência e ideologia.

O primeiro aspecto anunciado, referente ao cenário complexo no qual os profissionais estão inseridos, é que as atuações têm ligação direta com as ciências sociais. E o que isto traz de significativo? De saída, é que quando se compara as ciências naturais e as ciências sociais, há que se pensar que estes dois campos de conhecimento apresentam distintas ligações com a produção das formações ideológicas. A partir de então, fica apresentada esta distinção.

Por exemplo, é preciso entender que o campo das ciências naturais pode até conectar a produção do seu conhecimento às formações ideológicas, mas “os conhecimentos cientificamente produzidos não são em si ideológicos”.

Simplesmente porque não faz parte de seus objetivos intervir como forma de operacionalizar a prática social e conscientizar os homens de seus conflitos sociais; em suma, não estão voltados à resolução de conflitos sociais, seu escopo essencial é o conhecimento objetivo de fenômenos e leis da natureza. A ideologia não é o elemento determinante da gênese e da ação das ciências naturais, no entanto, não pode ser indiscriminadamente eliminada do seu campo de atuação, pois, os desdobramentos de seus conhecimentos podem agir como verdadeiras ideologias no campo social (FORTES, 2011, p. 235).

Entretanto, nas ciências sociais ocorre de outra maneira. No campo de conhecimento das ciências sociais, o fenômeno ideológico se mostrará de forma predominante e direta. A razão disto é que seu próprio objeto de estudo e a direção de sua atuação, vinculam-se aos pores teleológicos secundários. Em seguida, pela citação, isto se torna mais claro.

Para compreender melhor este problema, vale retomar rapidamente uma das características fundamentais dos desdobramentos históricos das ciências naturais: o crescente desenvolvimento da base do conhecimento da natureza levou ao surgimento de grande diversidade de ciências com o objetivo de controlar de maneira mais precisa a relação orgânica do homem com a natureza. Situação análoga ocorre com as ciências sociais, com a diferença importante de que, neste caso, o objeto de tais ciências é diretamente o homem, levando ao desenvolvimento de saberes cuja emergência visa, em última instância, o controle dos movimentos do ser social, em particular, a incidência direta sobre as individualidades. Isto gera uma situação peculiar no âmbito dessas ciências, onde o conhecimento objetivo adquirido neste campo não pode deixar de ter influência – mesmo sob a forma de uma intenção geral, não claramente perceptível – sobre as ações dos homens em sua vida cotidiana. As ciências sociais – e em última análise também as ciências naturais – surgem dos complexos da vida cotidiana, e refluem seus resultados e produtos para essa mesma base (FORTES, 2011, p. 235-6).

Embora quando se diz que tanto a psicologia quanto o serviço social assumem³² as ciências sociais enquanto campo de conhecimento, isto não signifique que este vínculo bem mais direto com as formações ideológicas, impeça as possibilidades para que se construam “autênticos conhecimentos objetivos” dos seus objetos de estudo. Porque, se bem apreendido o que de fato representa a ideologia, sabe-se que “ela constitui uma dimensão específica, um atributo real de toda e qualquer forma humana de existência social” (FORTES, 2011, p. 232). Talvez, isto fique melhor compreendido com a exposição do segundo aspecto, quer seja, a relação ideologia e ciência. Para começar, é preciso que se compreenda que

No plano ontológico, ideologia e ciência, embora dimensões distintas do momento ideal com funções específicas bem demarcadas, não são necessariamente contrapostas, podendo, por exemplo, a ciência apresentar profundas motivações ideológicas, sem que com isto se veja prejudicada em sua intenção de conhecimento rigoroso da objetividade, e vice-versa, a ideologia pode se valer da “mais pura verdade científica” para realizar seus propósitos (FORTES, 2011, p. 236-7).

A compreensão “vulgar” do que é ideologia, não permite perceber o seu real papel para o processo de reprodução social. Por isso, seria equivocado tanto supor que a ciência ao conter componentes ideológicos não pudesse alcançar os reais nexos do ser, quanto acreditar que os processos ideológicos não compusessem “verdades científicas”. Por isso, é tão importante resgatar o devido lugar que a ideologia assume para o processo de reprodução. E qual seria ele?

Cabe a ideologia “a função de ordenar as decisões individuais, de coordená-las em um contexto da vida geral dos homens, no esforço de esclarecer a cada membro desta sociedade como é preciso e indispensável para a sua própria existência julgar e adequar suas decisões em conformidade aos interesses coletivos” (Ibidem, p. 232-3). Como explica Fortes, “seria impossível o funcionamento da sociedade se não houvesse meios eficazes de levar os membros da sociedade a seguir voluntariamente as prescrições necessárias para a sua reprodução” (idem).

Nesse entendimento, o que pode gerar confusão, é que quando se trata da manifestação da ideologia, deve-se considerar, sobretudo, que esta se mostra de forma bastante diversa, pois, como já entendido, ela se ergue sob as bases históricos-sociais. Quer dizer, a ideologia apresenta “perfis que refletem de maneira direta o *aqui e agora* social, sempre como

³² Nesse caso, dizer que a psicologia se insere no campo das ciências sociais, revela o posicionamento da autora dessa dissertação, porque esta não é uma posição *sine qua non*. De certo, que a psicologia pode ser defendida por muitos, como uma ciência natural.

expressão histórica dos processos vividos pelo ser social” (Ibidem, p. 233). Referindo-se a particularidade sócio-histórica da sociabilidade burguesa, se reconhecerá que nas práxis sociais complexas, a ideologia possui um sentido mais restrito, passando a “manifestar-se como aparato ideal por meio do qual os indivíduos, imersos em suas classes, enfrentam suas lutas sociais” (Idem).

Este ponto corrobora para àquela problemática, de que quando se pensa a relação profissional e o sujeito/família, o que se tem são “dois” mundos ideais. Pensando neste ponto, cabe analisar se as manifestações destas formações ideológicas destes dois sujeitos (profissional e o sujeito atendido) refletem o mesmo aparato ideal. O profissional reconhece que seu aparato ideal, a sua concepção de mundo, serve para autolegitimar determinada classe social? Então, qual a classe social cada um deles (profissional e sujeito/família) representa? Estas indagações só se apresentam pertinentes porque estão ancoradas na teoria marxista.

A peculiaridade da cientificidade marxiana se localiza precisamente nesse ponto. O “marxismo” – autêntico – não nega sua condição de ideologia, isto porém não quer dizer que sua teoria sucumba ao perfil de uma simples doutrina dogmática de cunho politicista, ou seja, não significa sua degradação a uma ideologia no sentido pejorativo, como de fato ocorreu no stalinismo. Para Lukács, o marxismo reúne de modo inusitado e consciente a ciência e a ideologia como elementos complementares (FORTES, 2011, p. 237).

A unificação proposta pela teoria marxista entre a ciência e a filosofia, funda as bases para “uma autêntica crítica ontológica do conhecimento”. Através dela, tem-se a possibilidade de trazer à tona a problemática da “falsa consciência” originária da sociabilidade capitalista - que ao desviar-se da *recta* compreensão do ser, coadunam com interesses sociais da classe dominante. Esta unidade provoca no campo da ciência a desantropomorfização do conhecimento e no campo filosófico implica “como o saber que eleva o conhecimento cientificamente produzido as últimas consequências, pondo como centro o problema do *ser e do destino do homem*” (Ibidem, p. 238).

O que esteve exposto até aqui, permite destacar dois aspectos fundamentais referentes ao processo de conhecimento, tal como reconhecido pela teoria marxiana. Inclusive, estes aspectos servem para elucidar quais os caminhos seguidos pela investigação para manejar o conhecimento do próprio objeto de estudo.

Um deles é a consideração de que a ciência pode ser capaz de reconhecer os verdadeiros nexos ontológicos que determinam os fatos, as situações, enfim, o objeto de estudo. Este aspecto encontra-se acompanhado da admissão de que o objeto a ser conhecido, o

que está posto, independe da subjetividade daquele que se propõe a conhecer. E isto não quer dizer que desconsidere que o processo intersubjetivo (a capacidade de abstração, a reprodução intelectual) é inerente para que determinado objeto seja conhecido, enquanto apropriação teórica, mas sim, de que este (objeto) se dá (praticamente) independente do conhecimento do sujeito.

Outro aspecto de suma importância, toca na questão da relação entre ciência e filosofia levantada anteriormente, que é reconhecida no marxismo “autêntico”. Por esta relação, o que se considera é a não neutralidade do conhecimento científico, entendendo que este é construído em íntima vinculação com o ponto de vista de uma dada classe social. Nesse sentido, o marxismo de forma alguma exclui a ideologia como o componente influente no processo de conhecimento.

Pelo contrário, ao denunciar que a ideologia tem servido de mediação para o fenômeno do estranhamento na particularidade da sociabilidade burguesa - em que os indivíduos se percebem distanciados do seu processo de autoprodução, na genericidade em curso, trazendo assim, elaborações teóricas falsificadoras -, isto não significa que considere que a possibilidade de uma *recta* compreensão esteja isenta dos processos ideológicos. Não se deve identificar a “falsa consciência” enquanto essência da ideologia, mas sim, enquanto um fenômeno no qual os processos ideológicos engendrados na sociedade capitalista (de classes) assumem um sentido restrito e negativo, apresentando-se como forma ilusória de conhecimento, que mascara os conflitos sociais, servindo, portanto, de instrumento de dominação de uma classe social. Por que demarcar que todo conhecimento científico responde a determinado ponto de vista de uma classe?

Primeiramente, para chegar a uma resposta mais decisiva, tem-se que: **todo conhecimento é produzido pelos sujeitos. Entretanto, se tratando da sociedade capitalista burguesa, estes sujeitos estão inseridos em determinada classe social. E a vida cotidiana se revela justamente a partir do enfrentamento dos interesses destas determinadas classes - ela expressa o campo de possibilidades, através do qual as escolhas destes sujeitos podem ser realizadas, momento este, em que a subjetividade se faz prevalente, através dos atos teleológicos singulares.**

Entendendo que este campo de possibilidades é circunscrito por determinações concretas - resultantes da realidade social construída sócio historicamente-, logo, deve-se compreender estas demandas sociais, levantadas na particularidade da vida cotidiana, precisam ser elucidadas para que determinada prática seja fortalecida, faça sentido e se

mantenha. É por isto que na vida cotidiana, irremediavelmente, ocorre o acionamento da produção do conhecimento teórico, a necessidade do desvendamento da lógica da prática cotidiana. É justamente por esse momento do desvendamento das demandas sociais - que na particularidade da sociabilidade burguesa, se referem, organicamente, ao embate entre os interesses de classe - que os sujeitos, produtores de conhecimento, tendo consciência ou não, passam a elaborar teoricamente dada demanda a partir de uma determinada classe social.

Isto posto, é possível problematizar o próprio objeto de estudo dessa dissertação, ou seja, apresentar outros pontos desafiadores àquele que se propõe a realizar o conhecimento real do que se refere às manifestações subjetivas, a partir da posição ontológica marxista empregada até aqui. Valioso levantá-los nesse momento, pois serve para parametrar os caminhos e reflexões levantados na investigação, que diz respeito aos desafios para o conhecimento, realizada diretamente com os profissionais no cotidiano dos serviços da política de assistência social.

O primeiro ponto a ser destacado é que na realidade social imperam determinadas regularidades, certas leis, e, não à toa, por não ser caótica, tem-se a possibilidade de que os objetos desta sejam compreendidos. Isto não quer dizer que sejam desconsideradas as contradições existentes, que apontam para processualidade (o movimento) destes objetos dentro de cada momento histórico. Entretanto, a fim de conhecer, - como por exemplo, o objeto da dissertação, que se circunscreve pelas demandas subjetivas trazidas por sujeito-família e nas concepções de sujeito e da subjetividade dos profissionais para manejarem tais demandas - não basta ordenar, sistematizar algumas práticas cotidianas reveladas pelos profissionais, citar de forma esquemática alguns exemplos de demandas subjetivas, sem introduzir (no processo de conhecimento) os elementos que fazem parte da construção de toda esta elaboração teórica.

Isto porque não se deve limitar, no processo de conhecimento, apenas na manifestação de como dado objeto se apresenta na vida cotidiana. Os fatos, as manifestações, as experiências cotidianas, não são só relevantes como são também por estes que o conhecimento nunca se extingue. Porém, é preciso dar um passo à frente. Neste passo, que o ponto de vista teórico cumpre irremediável função. Sem ele, se paralisa apenas no fato apresentado e não se tem a chance de capturar a processualidade, desconhecendo assim, o papel que este (fato) cumpre dentro da dinâmica da realidade social, em sua totalidade. De tal modo, é preciso reafirmar a importância do campo teórico, sem cair na armadilha de que a vida cotidiana é quem produz o conhecimento. Pois, já se sabe que a produção do

conhecimento é resultado da reflexão dos sujeitos, do processo de elaboração das demandas sociais apresentadas pelas classes sociais. Na verdade, a vida cotidiana não é quem produz o conhecimento, mas nela se apresentam os problemas, as necessidades que as classes sociais levantam e que, contudo, devem ser refletidos pelos sujeitos, a fim de produzir um conhecimento teórico-científico que venha a elucidar estas demandas.

A elucidação das demandas das classes sociais depende diretamente da subjetividade ativa (construção intelectual, abstração) do sujeito do conhecimento, para que se consiga um desvendamento da lógica da coisa. Lembrando que o conhecimento não se revela imediatamente, ou seja, não mostra plenamente a dinâmica real, na medida em que as leis que estão sustentando a vida cotidiana são aparentes. Contextualizando: quando se tem as manifestações subjetivas, enquanto objeto de estudo, não basta dizer que estas se referem à singularidade dos sujeitos, conectadas às suas escolhas individuais. Nem tampouco que elas são resultantes do meio social ao qual o sujeito vivencia. Contudo, estas duas afirmações não são falsas, porém parciais. Porque não trazem à cena a dinâmica da formação da subjetividade do homem. Apenas sob estas afirmativas, não se compreende como se dá a constituição das individualidades e a formação da personalidade, e, muito menos é possível problematizar como estas manifestações subjetivas servem de elos no processo de reprodução do ser social.

Entretanto, a dissertação destaca o terreno das “possibilidades” para o conhecimento real dos nexos ontológicos das demandas subjetivas, quando se baseia teórico-cientificamente na teoria marxista. Sendo assim, perpassando este terreno, que a dissertação traz o questionamento de como os profissionais, inseridos nos serviços da política de assistência social, têm se localizado dentro do embate no campo teórico científico, para a compreensão das demandas subjetivas.

O trajeto traçado até aqui - as elaborações teóricas, a apresentação das determinações ontológicas essenciais para compreensão da categoria subjetividade -, veio no exercício de revigoração da teoria marxista, consciente de que esta necessita do rigor e de todo o esforço intelectual àquele que se propõe a conhecer. Além disso, reconhece de que não é apenas de rigor e de esforço intelectual que se trata a produção do conhecimento. Não se deve esquivar de afirmar que ele se refere, especialmente, ao ponto de vista de uma classe social. E neste caso, sem dúvidas, do proletariado, conforme definia Marx.

Cabe agora, a partir da investigação, tentar responder àquelas perguntas levantadas ao longo desses dois capítulos.

3 OS DESAFIOS TEÓRICO-PRÁTICOS DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS INSERIDOS NOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIANTE DA CATEGORIA SUBJETIVIDADE: A TRAJETÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

É chegado o momento de expor a investigação, a fim de elucidar quais as concepções de sujeito e da constituição da subjetividade que os profissionais (psicólogos e assistentes sociais) têm se embasado para direcionar suas intervenções frente às manifestações subjetivas de sujeitos-famílias por eles atendidos. Em seguida, para que tal exposição obtenha certo ordenamento, que favoreça a compreensão de como se deu o processo de conhecimento do objeto de estudo, são mostrados os caminhos aqui percorridos, que abriram possibilidades para o desenvolvimento desta investigação. Depois disso, tem-se o relato do que foi possível conhecer - apresentando como a categoria de análise levantada nessa dissertação (a subjetividade), aparece na realidade do cotidiano dos serviços da política de assistência social, enquanto manifestações e, quais as elaborações teóricas têm sido produzidas pelos profissionais para orientar suas intervenções (práticas) frente a estas.

Este relato encontra-se organizado em três momentos. Sendo estes, os passos percorridos para se alcançar o conhecimento do objeto de estudo ora proposto. Na verdade, nessa trajetória, em concomitância à explicitação dos desafios para o conhecimento das manifestações subjetivas pelos profissionais, apropriadamente, é revelado o processo de conhecimento. Quer dizer, é exposto o próprio ato de construção intelectual (o movimento de abstração), o qual permitiu identificar as múltiplas determinações deste objeto de estudo.

A explicitação da trajetória da investigação, não a nomeando, diretamente, como “o método da pesquisa de campo”, não é uma posição acessória. Como já esteve anunciado no primeiro capítulo, é preciso não cair na armadilha de supor que quando se tem, previamente, um conjunto de procedimentos metodológicos a ser seguido, ter-se-ia garantias para conhecer o objeto de estudo. Porque a antecipação deste conjunto de regras formais e intelectivas para o ato do conhecimento é nomeado pelas teorias burguesas de forma mais direta de método. Por isso a necessidade desta ressalva, na medida em que no processo de conhecimento ancorado numa teoria materialista histórico dialética, os procedimentos metodológicos são percebidos por outra esfera.

Não seria aqui o momento de retratar esta discussão. Até porque, ela se encontra imersa ao longo de toda a dissertação. Porém é importante recordar alguns pontos que justificam os caminhos percorridos pela investigação, assim como a posição assumida por

esta. Não é novidade, abarcado a pouco, que toda elaboração teórica parte de determinada posição de classe. Logo, quando se define que a investigação se apoia nos fundamentos ontológicos da teoria marxista, já se anuncia de que esta reconhece, de que a partir da construção ideal, as demandas apresentadas pela classe trabalhadora devam ser elaboradas. Entretanto, se bem compreendido até aqui, **sabe-se que o sujeito ao assumir determinada posição teórica não implica de maneira “automática” que este reproduzirá determinada posição prática.** Eis o terreno desafiador no qual está lançada a investigação.

A não compreensão da afirmativa acima, deixa o sujeito do conhecimento bastante exposto a incorrer no equívoco de acreditar que o princípio que dirige o conhecimento é ele próprio. Partindo desse modo, não percebe que na realidade objetiva, a partir do próprio objeto, que são dirigidos e determinados os procedimentos metodológicos necessários para o processo de conhecimento.

A dissertação retratou a intrínseca relação estabelecida entre o sujeito e o objeto (inaugurada através do trabalho), como também destacou a distinção ontológica entre eles, não deixando dúvidas que na teoria materialista histórico dialética, a realidade objetiva tem prioridade ontológica frente ao sujeito. Cabe então ao sujeito, a fim de conhecer esta realidade objetiva, que ele consiga transformar o concreto real em concreto pensado. É essencial destacar, que este movimento do conhecimento é o próprio “exercício” da subjetividade. Em outras palavras, é a subjetividade em atividade. Momento este, o qual o sujeito, através dos seus processos ideais, busca capturar a realidade objetiva. E o que isto significa, frente à ressalva de que a trajetória da investigação não está correlacionada à explicitação dos procedimentos metodológicos tal como nomeados pelas teorias burguesas?

Que os caminhos percorridos na investigação, ou seja, os procedimentos metodológicos aqui escolhidos, não são como os utilizados pelas teorias burguesas, é porque diferentemente destas - em que, em grande medida, se “erguem” teoricamente o objeto de estudo, se valendo do empirismo, baseados na experiência sensorial -, na teoria marxista, a produção do conhecimento vem como resultado do desvendamento da lógica do objeto. Nesse caso, o objeto de estudo deve ser conhecido na sua relação com a totalidade da realidade social. E assim, inserido nesta perspectiva da totalidade, ele não é visto de modo isolado.

Evidentemente, ainda que um objeto de estudo seja parte do todo, para conhecer verdadeiramente as leis que o regem, não se pode limitar apenas a identificá-lo na sua imediatez. É preciso reconhecer qual a dinâmica (a processualidade sociohistórica) que configura a relação entre esse objeto (que é parte) e a totalidade da vida social. O

desvelamento desta dinâmica, permite que o sujeito do conhecimento desmistifique a origem dos fatos. Quer dizer, com isto, tem-se a chance de trazer à tona o papel ativo que os sujeitos ocupam na reprodução da vida social.

Contudo, não seria oportuno - após expor até aqui os fundamentos essenciais da teoria marxista, sobretudo, da relação sujeito-objeto, apresentado por Lukács, através da ontologia do ser social - ater, novamente, aos princípios metodológicos embutidos na concepção a qual a dissertação pretendeu, de saída, reexaminar. Princípios estes, que são fundamentais ao processo de conhecimento. Como por exemplo, a totalidade e a dialética; inclusive, sendo eles balizados, enquanto hipótese de estarem sendo rechaçados no cenário teórico atual. De tal modo, segue-se a exposição da trajetória da investigação, sabendo-se que todos os passos dados se apoiaram nas elaborações teóricas já erguidas ao longo dessa dissertação.

Necessariamente que os passos percorridos nesta investigação, ou seja, os caminhos que levaram até o conhecimento do objeto de estudo, sofreram reajustes conforme as necessidades objetivas. Pois, durante todo o percurso do ato de conhecimento, frente às determinações concretas, foi preciso fazer escolhas. Por exemplo, inicialmente, no projeto de qualificação desta dissertação, o que se projetava era que a investigação fosse realizada com todos os profissionais (assistentes sociais e psicólogos) inseridos nos serviços da política de assistência social do município de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. Isto porque, eu ainda fazia parte da equipe profissional.

Entretanto, como passei a residir distante deste município, levou-se em consideração, as possíveis dificuldades logísticas que isto resultaria para o desenvolvimento da investigação. E este fator, inclusive, se comprovou (como se verá em seguida), pois, mesmo após a mudança de rumo, ainda assim, se fez prevalente alguns entraves de ordem prática. De tal modo, foi imperativo contornar os desencontros originados dos eventos do cotidiano dos profissionais que escapam do cronograma anteriormente projetado.

Por isso, a investigação foi desenvolvida no município de Leopoldina, no estado de Minas Gerais, e se restringiu apenas aos profissionais (psicólogos e assistentes sociais) inseridos nos serviços de proteção social básica, quer dizer, nos Centros de Referência de Assistência Social. Na verdade, enquanto projeção inicial estava a intenção de investigar todos os profissionais do município que davam cobertura aos serviços de proteção social em todos os níveis de complexidade. Porém, no período de desenvolvimento da investigação, ocorria um processo seletivo para recontração destas categorias profissionais para atuação

nos serviços de média e alta complexidade. Logo, este fato poderia prejudicar o desfecho da investigação, caso, no meio do seu processo, houvesse a troca de profissionais.

Então, o primeiro passo foi o contato com a coordenadora dos serviços de proteção social básica, a fim de propor a execução da investigação. Após apresentação do objeto de estudo e objetivos expostos, a proposta foi acolhida, julgada como relevante ao cotidiano dos serviços de assistência social. Inclusive, ela relatou que tinham ocorrido a poucos dias, uma semana de encontros entre estes profissionais, com objetivo de apresentação de suas demandas, em que puderam refletir a prática profissional e trocar experiências. Segundo a mesma, nestes encontros, a “questão da subjetividade” dos sujeitos-famílias por eles atendidos esteve como pauta importante.

A coordenadora forneceu um ofício, contendo os locais e os nomes dos possíveis profissionais voluntários para o desenvolvimento da pesquisa, servindo de grande valia à busca por estes. O município possui 03 (três) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), compostos pela equipe de 07 (sete) assistentes sociais e 03 (psicólogos). Sendo que destes profissionais, apenas 01 (um) encontra-se em regime de contrato temporário, os restantes, fazem parte do quadro permanente, em regime estatutário.

O segundo passo foi o contato pessoal com os possíveis profissionais voluntários. Nesse instante, se teve a chance de apresentar os objetivos da pesquisa, convidar para participação da mesma e projetar alguns momentos que pudessem favorecer a captura do objeto de estudo. A pergunta que estes profissionais sempre traziam à tona era o que eles dispunham que pudesse favorecer a realização da investigação. Nessa projeção, contou-se com o seguinte dado: quando em contato com a coordenadora, foi verbalizado que em todos estes serviços se realizavam periodicamente “estudos de casos”, ou seja, segundo a mesma, este momento estava no escopo das atividades cotidianas destes profissionais.

Com a mudança de rumo, já era reconhecível que a investigação sendo realizada com profissionais os quais não se tinha contato prévio, em certa medida, isto comprometeria as chances de acesso mais “livre” à dinâmica do cotidiano dos serviços. Obviamente, que a expectativa de que se pudesse observar os atendimentos realizados pelos profissionais, manipular ofícios e relatórios sociais, não se fazia como antes, quando a investigação era projetada num cenário, no qual eu era integrante. De certo que diante disto, era imprescindível estabelecer uma relação de confiança e, mesmo assim, poderia parecer um pouco “intimidador” a proposta de acompanhar as intervenções profissionais.

Mas isto não quer dizer que a pesquisa não pudesse ser desenvolvida reformulando o seu percurso. Evidentemente que este primeiro contato, para convite de participação na pesquisa, requereu esforço e habilidade pessoal para encontrar as possibilidades que abrissem chances para deparar com o objeto de estudo. Assim, baseado no que a coordenadora havia dito sobre a realização dos “estudos de caso” dentro de cada serviço, então, se partiu desse fato.

De “posse” da consideração sobre a realização dos “estudos de caso”, foi sugerido a minha participação como observadora, esperando que ali, as demandas subjetivas dos sujeitos-famílias, assim como os desafios para compreendê-las e intervi-las, fossem explicitados. Entretanto, foi unânime a resposta de que estes “estudos de caso” não eram realizados conforme declarado pela coordenação, com a periodicidade, em que se tivesse o dia da semana e horário pré-estabelecido.

Quando este ponto dos “estudos de caso” foi levantado, possibilitou aos profissionais a deflagração da realidade concreta (da dinâmica) dos serviços, e, logo, verbalizaram os sentimentos de “estrangulamento” com a rotina profissional. Percebeu-se que prontamente, eles justificavam a não realização dos “estudos de caso”, avaliando-a como algo negativo. Pois, segundo eles, deveriam “ter um tempo” para reflexão de suas ações, mas “a todo tempo” precisam cumprir as rotinas profissionais, o que inclui participação em reuniões institucionais, respostas a ofícios, visitas domiciliares, atendimentos emergenciais, entre outros.

Como já vinha de dada experiência profissional nesses serviços, não foi a mim nenhuma novidade que pudesse ser esta a resposta dos profissionais - da não viabilidade de que um momento previamente agendado para que tal “estudos de caso” acontecesse. Embora entendesse que isto, em si mesmo, não pudesse ser visto como algo negativo. Ele apenas é um dado revelador de que o cotidiano profissional não é algo que possa ser delimitado previamente, sem levar em consideração as determinantes sociais que são movidas a cada momento nesse cenário. Nesse caso, uma “cobrança” institucional para que estes “estudos de caso” sejam realizados em dias e horários determinados, isto sim, resultaria num componente a mais para o estrangulamento da rotina destes profissionais.

Enfim, esta questão poderia abrir um legue de reflexões e apresentaria contradições. Um possível apontamento abstrativo é que não se está aqui querendo dizer que o excesso de tarefas (muitas das vezes “instrumentalizadas”) não deva ser repensado, já que isto gera o distanciamento cada vez maior da possibilidade de reflexão do fazer profissional. Mas o que de fato caberia ser refletido, é que a periodicidade da realização dos “estudos de caso”

esperada pelo escopo institucional e o “não” cumprimento desta tarefa, em si, não deveria ser concebida pelos profissionais como algo negativo. Até porque, tal momento de reflexão ocorre, inevitavelmente, durante todo o cotidiano profissional, a partir da intervenção de cada caso. Agora, se é de forma consciente, isto de fato é uma questão relevante a ser posta.

Entretanto, o que chamou atenção a partir do relato dos profissionais, é que ao invés de sobressair a elaboração de que a realidade cotidiana dos serviços faz com que suas atividades não possam ser baseadas de forma tão previsível, eles expressaram o incomodo pelo não cumprimento desta tarefa, sugerida institucionalmente. Claro que de forma consciente, enquanto estratégia coletiva, estes poderiam até reivindicar o “não” cumprimento, pelo fato da rotina profissional “estrangulada”, embora sabendo que a reflexão do fazer cotidiano não se esgota ou se limita em ter dias e horários marcados para reflexão. Mas não foi isto o que pude perceber.

De qualquer maneira, diante desse fato, retomando os passos da investigação, levantei enquanto proposta, que a equipe de profissionais de cada serviço pudesse escolher e apresentar apenas um caso de sujeito-família, que ao ser atendido (ou esteja em atendimento) tenha suscitado questionamentos e gerado desafios para a intervenção profissional da equipe como um todo. Assim, após o processo de participação da apresentação dos casos, enquanto observadora, poderia realizar entrevistas individuais com cada profissional. Esta proposta foi acolhida por todos os integrantes da equipe, embora, obviamente, alguns tenham se mostrado “inseguros” quanto a ela.

Mas na execução deste primeiro momento proposto, as dificuldades para contemplar os horários possíveis para que os profissionais pudessem se reunir, se fez prevalente. Logo, reprogramações aconteceram. Inclusive porque entre o primeiro contato e a possibilidade da execução da primeira etapa da investigação, estavam inseridos alguns eventos, como sorteio de casas do programa Minha Casa Minha Vida, encontros já agendados em escolas a respeito do Programa Bolsa Família, além do evento da X Conferência Municipal de Assistência Social.

Quanto à X Conferência Municipal de Assistência Social, foi deslumbrada a chance para se aproximar e conhecer as demandas levantadas pelo município. Nela, evidentemente que as concepções ali contidas, referentes ao sujeito-família atendidos pelos serviços da política de assistência social, seriam explicitadas. De tal modo, participei enquanto observadora. E esta participação foi crucial para o desenvolvimento da investigação, pois a

partir dela, extraíram-se algumas questões problematizadas, que serviram de intermédio para as entrevistas individuais.

A escolha do segundo passo, a observação dos casos apresentados pela equipe, não foi aleatória. A intenção era que após a análise obtida dessas observações do fazer cotidiano, estas pudessem ser retomadas na entrevista individual, trazendo à tona os pontos problematizadores que ancoraram o direcionamento da intervenção profissional do caso retratado. Além disso, como já assinalado, outros pontos problematizadores, que tocaram de forma mais direta a questão do “sujeito” e da “subjetividade” durante a X Conferência Municipal de Assistência Social, foram selecionados e serviram de norteadores para o desenvolvimento da entrevista individual.

As entrevistas, apesar de semi-estruturadas - a partir dos pontos instigadores previamente analisados, seja na observação da apresentação dos casos ou do que esteve explicitado no evento da X Conferência Municipal -, foram abertas, possibilitando assim, que novas questões pudessem ser postas.

Para concretizar o acordo entre os participantes dessa investigação, foram recolhidas as assinaturas dos profissionais voluntários do TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA (anexo 1). Nesse documento encontra-se assinalado questões, como a permissão do uso de gravador em todos os momentos da investigação e, a garantia do sigilo e privacidade das informações por eles relatadas.

Enfim, a investigação contou com a participação voluntária de todos os profissionais convidados, ou seja, ela compõe a análise do fazer cotidiano de 10 (dez) profissionais inseridos nos serviços da política de assistência social, sendo 03(três) com formação em Psicologia e 07 (sete) em Serviço Social. Restam agora explicitar como se deram os três momentos projetados para realização da investigação, sendo eles: **a participação na X Conferência de Assistência Social, a apresentação dos casos dos sujeitos-famílias** e, finalmente, **as entrevistas individuais**. Porém, para iniciar a explicitação destes três momentos, é preciso demarcar alguns pontos.

Um deles, é que quando estiverem destacadas as falas dos participantes entre aspas, cada um desses (participantes) será identificado apenas por um código numérico, dado que a ele esteve assegurada a sua privacidade e a confidencialidade dos fatos retratados. O outro ponto, se refere ao momento da participação na X Conferência de Assistência Social e a apresentação do primeiro “estudo de caso”. Nestes, em nenhum momento, os fatos relatados têm a presença de falas diretas dos locutores, isto, devido problemas técnicos que não

permitiram a gravação, apenas anotações escritas, o que remete aos recortes de apontamentos julgados relevantes em tais observações.

E ainda, enquanto consideração importante a ser demarcada, se refere à escolha por não apresentar, diretamente, a formação acadêmica de cada profissional citado. Isto primeiramente se justifica, porque, corroborando com aquilo que já se declarou desde o início, nesta dissertação, a análise do objeto de estudo não se circunscreve para determinada área de conhecimento. Quer dizer, em nenhum momento esteve configurada, enquanto proposta, a análise da concepção de sujeito e subjetividade a partir de dada profissão. Por considerar que este caminho requereria um exame bem mais pormenorizado, correndo o risco de que esta imprecisão quanto às particularidades sócio-históricas de cada área de conhecimento, pudesse servir de elemento que reproduzisse a remarcação da divisão sociotécnica do trabalho. Mas a escolha por não identificar os profissionais pela sua formação acadêmica também é de ordem prática. Como os psicólogos apresentam-se em quantidade bem reduzida, acabariam mais expostos à identificação direta do seu relato.

Finalmente, seguem-se os três momentos dessa investigação.

3.1 A PARTICIPAÇÃO NA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A X Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no município de Leopoldina, no estado de Minas Gerais, teve como proposta mais ampla (como toda e qualquer conferência) a participação dos usuários, dos trabalhadores e das entidades governamentais e da sociedade civil junto à gestão pública para um momento de avaliação da efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito municipal. Nesse sentido, este evento trouxe à tona a possibilidade de reflexão sobre a realidade concreta dos serviços da política de assistência social dentro do município, com a chance de participação de todos os atores envolvidos nesse cenário. O tema explicitado foi “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”, que se encontrava inserido ao lema “Pacto republicano no SUAS rumo a 2026: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”.

O desenvolvimento de toda conferência teve que cumprir etapas. Dentre elas, estiveram o credenciamento dos participantes do evento, a solenidade de abertura, a aprovação do regimento interno, a palestra, o trabalho em grupo para discussão dos eixos temáticos propostos para discussão, o levantamento de propostas no grupo, a apresentação das deliberações dos encaminhamentos das propostas do grupo e a eleição de delegados para a participação da conferência em nível estadual. Destes momentos, o que mais possibilitou a articulação com o objeto de estudo dessa dissertação, sem dúvidas, foi a palestra realizada por uma profissional convidada, que estava representando a SEDESE- MG (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais). Cabendo destacar que toda esta exposição, esteve em sintonia ao que a gestora municipal havia anteriormente pronunciado de forma breve na abertura do evento.

A tônica da exposição foi uma retrospectiva histórica da política de assistência social, com o destaque ao advento do SUAS e a reflexão do cenário atual. Nesta apresentação retomou alguns percursos da implementação desta política, lembrando que esta se ergueu sob as bases da Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), se estruturando assim, a partir do paradigma da proteção social. De tal modo, foram citados alguns aparatos legais e normativos que conferiram institucionalidade a política pública de assistência social, dando o fortalecimento indispensável para o desenvolvimento e para execução das ações dentro dos serviços, assim como, para a gestão como um todo. Dentre eles, foi destacado a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), as Normas Operacionais Básicas (NOBs) e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

A palestra chamou atenção para algumas conquistas alcançadas, ao longo de uma década da origem do SUAS, lembrando que o ordenamento jurídico, político e institucional desta política, que tem enquanto foco “a luta pela universalização do acesso da população brasileira aos seus direitos sociassistenciais”. Além disso, pôde rememorar alguns trajetos que o município, reconhecidamente, percorreu para avançar na efetivação dos serviços socioassistenciais. Entretanto, inserido nesse eixo principal, segundo a mesma, ainda se fazia latente alcançar a superação de vez (dado o reconhecimento que já se teve enorme progresso) do legado “assistencialista”. A partir desse instante, foram explicitados alguns pontos de avanços desta política pública.

Um desses pontos, diz respeito à “mudança de concepção” a partir do paradigma da proteção social. Segundo a palestrante, esta mudança é justificada pelas modificações tanto na compreensão quanto nas formas de intervenção frente às demandas sociais apresentadas pelos usuários nestes serviços. Isto pode ser explicado, porque os usuários passaram a ocupar um espaço dentro da agenda política, fato que não se fazia em tempos atrás. O que ocorreu é que estes usuários saíram da invisibilidade social e, então, as suas demandas foram expostas, precisando assim, que estas fossem canalizadas e reconhecidas.

Em sua análise, passados os anos, com a consolidação do SUAS, é possível admitir que este, em certa medida, tenha conseguido ser porta-voz de algumas demandas destes usuários antes invisíveis. Porém, ainda assim, é da ordem do dia que esta política reconheça quem são de fato estes usuários, onde estão, quais são suas especificidades, como vivem, quais suas necessidades que precisam ser supridas. Inclusive, segundo ela, é possível perceber que o usuário desta política já não é mais o mesmo. Logo, trouxe a avaliação de que tem chegado um formato “novo” dentro dos serviços, verbalizando que tem um novo “perfil” de usuário dentro da política de assistência social.

Além dessa “provocação” a respeito da tarefa desafiadora de reconhecer “de quais sujeitos nos referimos quando a política de assistência social entra em questão” - que poderia “atingir” os profissionais que ali estavam - na sua apreciação, a importância de tal reconhecimento é a possibilidade de que, no plano político-decisório, se alcance maior racionalidade na divisão de recursos, permitindo assim, a qualificação do direcionamento da política como um todo.

Em concomitância à mudança de concepção na adoção do paradigma da proteção social, outro ponto importante que esteve levantado é a própria “concepção de pobreza” que também passou a sofrer modificações a partir do advento do SUAS. Na sua reflexão, através

deste, vários programas de acesso à renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), foram consolidados, conseguindo assim, assumir uma função relevante em relação à redução da pobreza. Com isto, a “concepção de pobreza” avoca uma esfera bem mais ampliada, não sendo apenas compreendida como uma “questão financeira”. A pobreza expressa uma situação bem mais complexa e o seu enfrentamento não pode estar restrito apenas ao acesso à renda, mas também a garantia de outros direitos sociais e serviços públicos de qualidade.

De tal modo, estiveram exemplificados “casos” do cotidiano desta política, para demarcar que quando o profissional se depara com o usuário, este agora é visto como um sujeito muito mais amplo, considerado em sua complexidade. Já se tem claro que a política de assistência social não tem enquanto único foco à questão de renda e isto acaba se tornando um desafio para os profissionais na operacionalização dos serviços, na medida em que seu campo de atuação, requer que, cada vez mais, as suas ações estejam integradas às outras políticas públicas. Neste aspecto, sob esta nova “concepção de pobreza”, fez com que as outras políticas públicas se integrassem (mais ativamente) para dispor de ações que também respondessem as demandas das famílias empobrecidas, o que anteriormente, ficavam basicamente a cargo da política de assistência social acolher. De tal modo, tem-se a defesa de que o aprimoramento de mecanismos que favoreçam a intersetorialidade da assistência social com as outras políticas públicas assuma o foco privilegiado na agenda dos serviços.

Mesmo diante do avanço significativo no sistema de proteção social brasileiro, sendo ele especialmente não-contributivo, outros problemas sociais se apresentam nesse novo cenário. Algumas questões emergentes desafiam os serviços da política de assistência social ligados às transformações sociodemográficas, ambientais e econômicas. Há que se considerar o acirramento da intolerância, a explicitação do preconceito dirigido a determinados grupos (de gênero, raça e orientação sexual), a presença crescente de imigrantes no Brasil, etc. A isto, se soma as outras questões que já se mostravam postas, o que não quer dizer solucionadas, como o trabalho infantil, o atendimento a determinados grupos (comunidades quilombolas, indígenas, etc.), as medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes, os maus-tratos à pessoa idosa, às mulheres, às pessoas com deficiência e às crianças, etc.

Ao final da exposição lançou questões instigadoras, sendo estas de grande valia para direcionar alguns pontos nas entrevistas individuais. Em seu discurso esteve anunciado: se atualmente pode-se admitir que o sujeito da assistência social mudou, logo, também é preciso considerar a necessidade da criação de novas estratégias de atuação frente a ele. Para pensar

nestas estratégias, cabe a interrogação sobre quem são esses novos usuários, o que eles querem de nós e se as estratégias até aqui têm sido suficientes. Ainda levantou a questão de quais seriam os desafios da ordem do dia e qual o SUAS que queremos.

O pequeno trecho relatado até aqui, da participação no evento, favoreceu o levantamento de algumas questões que tocam o objeto de estudo dessa dissertação. Na verdade, toda a exposição da palestrante trazia à tona uma dada concepção de sujeito e de sociedade. Concepção esta, que não se apresentou de forma tão explícita e requereu cuidado ao seu exame.

Primeiramente, o que chamou atenção foi que em nenhum momento da exposição, coube à menção a categoria trabalho enquanto um fundamento ontológico para se compreender a constituição do sujeito ou a produção da sua sociabilidade. Esta categoria não se revelou em seu discurso para que se fizesse reconhecida em alguma correlação mais diretiva. E como isto foi percebido?

Como foi enfatizado, no segundo momento da dissertação, a busca por conhecimento da realidade social sempre tem como ponto de partida (dado ontológico primário) o trabalho, enquanto base das objetivações humanas. E, dessa forma, eu tinha a consciência de que mesmo que a análise de quaisquer complexos da vida social (naquele momento, a política social) não esgotasse apenas pela apreensão da produção humana, se a exposição estivesse ancorada na teoria marxista, a categoria trabalho seria o ponto de origem, que permitiria a palestrante desencadear suas elaborações. Em comumhão, ao que foi extensivamente abordado nos capítulos anteriores, isto demarca a apreensão de que o trabalho, “põe uma série de determinações que ontologicamente está na base de qualquer processo da vida social”. Assim, para analisar a política de assistência social, a fim de tratar das relações sociais que a engendram, não poderia prescindir do fundamento de que, retomando Lukács, “no trabalho estão contidas *in nuce*, todas as determinações que constituem a essência do novo ser social” (Lukács, 2013, p. 44).

A palestrante tanto quando retratava o percurso histórico da política de assistência social, quanto quando trazia à cena exemplos de “casos” do cotidiano da mesma, não explicitou diretamente o papel dos sujeitos na produção do processo de reprodução social. Na verdade, assim como não se considerou o trabalho como dado ontologicamente primário para o conhecimento da realidade social, não pôde trazer à cena a inerente atividade dos sujeitos na construção da vida social. Seria preciso ter claro que “o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais”(Lukács,

1968, p. 6), entretanto, o que faz o movimento de revigoramento das séries causais, na produção de causalidades postas, são evidentemente os próprios atos teleológicos singulares dos sujeitos sociais.

Como já pontuado na dissertação, em todo o seu percurso teórico, pela posição teleológica primária (trabalho), tem-se o núcleo de reprodução da vida social. Com essa afirmativa, se compreende que através da relação que o sujeito trava com a natureza em seu ato de autoprodução, outras posições teleológicas (secundárias) passam a ser engendradas. No entanto, os sujeitos não estabelecem relação apenas com a natureza - sendo esta fundante, que permitiu o salto ontológico enquanto ser social-, já que também travam relações com outros sujeitos. A partir disso, se apreende que os atos teleológicos secundários representam exatamente estes conteúdos sociais engendrados destas outras práxis sociais mais complexas. Portanto, seria com esta precisão teórica, que a palestrante entenderia que através destas outras posições teleológicas (secundárias) seriam interligadas todas estas séries causais do processo histórico aos outros complexos da dinâmica social, permitindo então, o desenvolvimento histórico-evolutivo da humanidade.

Nesse sentido, para realização de uma análise sobre os serviços da política de assistência social, amparada pela teoria marxista, seria inevitável perceber que a prática política se vincula a estas posições teleológicas secundárias. Assim, permitiria destacar que a materialização da política de assistência social só se faz presente como um dos mediadores dentro do processo de reprodução das relações sociais, mais além, dentro do processo de reprodução social, em que as contradições das classes sociais acabam por reerguê-la (através dos serviços sociais). O que quero dizer, é que a partir daquela palestra, não foi possível encontrar naquelas elaborações, alguma correlação mais direta que desse a compreensão de que a discussão sobre os serviços da política de assistência social ainda se apresenta relevante, na medida em que a legitimidade de uma sociabilidade capitalista ainda se faz presente, na particularidade sócio-histórica.

Quando a palestrante citou os problemas sociais proeminentes, os quais a política de assistência social necessitava enfrentar, como questões sociodemográficas, econômicas e ambientais, não os associou, de forma mais direta, à forma de organização social e às relações sociais subjacentes que os engendram. Aliás, assim como, a “necessidade” da política da política de assistência e os problemas sociais proeminentes não foram destacados como originários do modo de produção de uma dada sociabilidade (burguesa). Obviamente que sem isto, a exposição não questionou a legitimidade desta forma de sociabilidade atual. Pelo

contrário, em meu processo abstrativo, atentava-me que parte do lema “qual o SUAS que queremos” não deixava chances para uma crítica mais radical da “presente necessidade” desta política. Mas, de qualquer maneira, isto não significou que a palestrante não tivesse trazido elementos importantes que até, de certo modo, favoreceram a exposição do *aparente* quadro do cotidiano da política de assistência social.

De tal modo, naquela exposição, busquei reconhecer a presença de uma concepção de sujeito e sociedade latente naquele discurso. E percebi que esta se conectava à ideia do “sujeito-cidadão”, ou seja, ao “sujeito de direitos” e à perspectiva de “sociedade democrática”. Isto fez todo o sentido quando, em acesso ao material que dava os informes e orientações para o procedimento da conferência, constatei qual a definição de “usuário da assistência social”³³. E o que isto queria dizer? E como isto apareceu?

Para fazer esta correlação, rememorei os preciosos apontamentos que a estudiosa Marilda Villela Iamamoto deixou para compreender “o significado dos Serviços Sociais” - já que naquele momento da palestra, este resgate seria fundamental para colocar no “devido lugar” do que se trata quando se fala dos serviços da política de assistência social. Em um de seus estudos, ela chamou atenção para o fato de que “a expansão dos serviços sociais no século XX está estreitamente relacionada ao desenvolvimento da noção de cidadania” (IAMAMOTO, 2006, p. 86). Quanto à noção de cidadania, recuperou T. H. Marshall³⁴. Este, compreendia o conceito de cidadania a partir de três elementos inter-relacionados, e, em desenvolvimento, não coincidentes no tempo histórico, sendo eles: o elemento civil, elemento político e o elemento social.

Assim, Iamamoto começou sua análise assinalando que

Com a generalização da econômica mercantil e a necessária afirmação da liberdade individual como condição de funcionamento da nova organização da sociedade, vai adquirindo forma a noção de igualdade de todos os homens perante a lei, com direitos e obrigações derivados de sua condição de participantes integrais da sociedade, ou seja, cidadãos. A relação contratual se generaliza: afirma-se os direitos civis e políticos, mas os direitos sociais só adquirem tal status no século atual (IAMAMOTO, 2006, p. 90).

³³ Nesta definição, os usuários da assistência social são os cidadãos e famílias alcançados pelos benefícios e serviços de assistência social da rede pública governamental e das organizações da sociedade civil, assim como àquele que não incluídos nos SUAS.

³⁴ Referindo-se ao seu livro **Cidadania, classe social e “status”** (1967).

Assim, explicou que os direitos sociais passaram a incorporar à noção de cidadania a partir do desenvolvimento da escola pública primária, ampliando-se, sobretudo, quando o liberalismo passou por declínio e o Estado iniciou, gradativamente, os encargos sociais face à sociedade civil. Mas o que de fato merecia destaque é a consideração de que “a sociedade do capital supõe uma contradição inevitável na sua continuidade: *o discurso da igualdade e a realização da desigualdade*” (IAMAMOTO, 2006, p. 90). Pois

De um lado, a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado(...)Em pólo oposto, tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas assentada em uma relação de poder e exploração. É a desigualdade inerente à relação do capital, ao “livre direito de propriedade”, que só é desvendado ao se analisar o que ocorre com os agentes sociais na produção social da riqueza, contraposta a sua apropriação privada” (IAMAMOTO, 2006, p. 90-1).

Esta inevitável contradição, pôde ser explicada em outras palavras, na medida em que “a noção de cidadania e da igualdade que lhe acompanha, de igual participação de todos os indivíduos na sociedade, tem como contrapartida as classes sociais em confronto, que convivem numa relação desigual, tanto econômica quanto política” (Ibidem, p. 91). Sob este aspecto, “os serviços sociais são uma expressão concreta dos direitos sociais do cidadão, embora sejam efetivamente dirigidos àqueles que participam do produto social por intermédio da cessão de seu trabalho, já que não dispõe nem do capital nem da propriedade privada da terra” (Idem).

Iamamoto, apropriando-se desse conciso estudo de Marshall - que destacava os serviços sociais como expressão concreta dos direitos sociais -, lançou o relevante questionamento, de que era necessário reconhecer estes serviços sociais para além dessa expressão concreta. E isto significava dizer, que estes (serviços sociais) precisavam ser compreendidos situados no conjunto da sociedade. Logo, buscando assim, a partir da forma fenomênica dos serviços sociais como direitos sociais dos cidadãos, apropriou-se de categorias essenciais como trabalho, valor, propriedade da terra, salário, etc. para desvendar sua real dimensão (a sua essencialidade) na particularidade da sociedade burguesa. Em momento de síntese, destacou

Assim, é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriados pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e, em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços

sociais. Reafirmando: tais serviços públicos e privados, nada mais são do que a devolução à classe trabalhadora de parcela mínima do produto por ela criado mas não apropriado, sob uma nova roupagem: a de serviços ou benefícios sociais. Porém, ao assumirem esta forma, aparecem como sendo doados ou fornecidos ao trabalhador pelo poder político diretamente ou pelo capital, como expressão da face humanitária do Estado ou da empresa privada (IAMAMOTO, 2006, p. 92).

Por isso, de fato, estes diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas, deveriam ser compreendidos como expressão da conquista da classe trabalhadora, e, a generalização destes (serviços sociais), representariam as vitórias desta classe na luta pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade burguesa. Entretanto, “existe uma outra face” para esta mesma questão. E esta outra face, levantada por Iamamoto, que me atentei bastante, no momento de participação da palestra daquela X Conferência. Esta, se referia ao seguinte aspecto:

Ao defrontar-se com o processo de organização da classe operária, o Estado e as classes patronais incorporam e encampam como *suas* uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência face ao capital e de afirmação do seu papel como classe na sociedade (...) Assim procedendo não só debilitam o componente autônomo, e portanto, o caráter de classe das lutas operárias, esvaziando-as, como também reorientam a seu favor o conteúdo e os ganhos da mesma. Passam a utilizar tais conquistas como meio de interferir e de mobilizar controladamente os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que deslocam as contradições do campo explícito das relações de classe, absorvendo-as dentro das vias institucionais. As expressões de luta de classe se transformam em objetos de assistência social e os serviços sociais que são expressão de “direitos sociais” dos cidadãos, transmutam-se em matéria prima da assistência (IAMAMOTO, 2006, p. 92-3).

De tal modo, Iamamoto bem destacou que os serviços sociais se apresentam de maneira contraditória, pois, se por um lado, beneficiam os trabalhadores, no suprimento de suas necessidades básicas de sobrevivência, nessa sociedade burguesa - sendo portanto, resultantes das próprias conquistas na luta pela parcela do valor produzido socialmente -, por outro lado, a “sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do seu poder, face ao conjunto da sociedade” (IAMAMOTO, 2006, p. 93). Isto queria dizer que

Torna-se um meio de não só manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações substanciais na política salarial que afetem a lucratividade dos empresários, como, e principalmente, um instrumento de controlar e prevenir possíveis insubordinação dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital. *Passam, ainda, a ser utilizados como suportes materiais de um*

discurso ideológico que fortalece a divulgação de um modo de vida, dado pelo capital, para a classe trabalhadora, elemento básico à ação de impor a interiorização das relações sociais vigentes (IAMAMOTO, 2006, p. 93- grifo meu).

Enquanto “suportes materiais de um discurso ideológico de um modo de vida”, a mim era claro, que a reflexão da atuação dos profissionais para execução destes serviços sociais, deveria levar em conta este importante aspecto. Nesse sentido, o contato direto com estes profissionais, a partir da apresentação do “estudo de casos” e das entrevistas individuais, seria a chance para reconhecer em quais processos ideológicos estes (profissionais) estavam ancorados para direcionar seu fazer profissional. Fazer profissional este, que se materializa a partir dos serviços sociais, seja através dos atendimentos sociais ou pelos grupos “educativos” e de “informação”.

Ainda, a este apontamento de que os serviços sociais deveriam ser reconhecidos como suportes materiais de um discurso ideológico, pude lembrar um estudo realizado por Ana Elizabete Mota (2008), que refletia a política de assistência social na particularidade brasileira recente, como um mito social. Sem a intenção de ater-me mais precisamente neste ponto, entendia que se naquele momento da palestra, o que se pretendia era a reflexão do cenário atual do SUAS, se esta exposição estivesse ancorada numa análise crítica-dialética, poderia ter perpassado por outro caminho. Por exemplo, o trajeto que a estudiosa Mota percorreu, deixava apontamentos relevantes para reflexão do real papel do SUAS na atualidade, cabendo assim, destacar alguns deles.

Ao realizar uma análise política da política de Seguridade Social, a partir das transformações engendradas dos anos 90 e 2000, chamou atenção ao fato de que ao invés das políticas (saúde e previdência), que compõem a Seguridade Social, formarem um articulado conjunto de proteção social, passaram a formar uma unidade contraditória. Esta unidade contraditória, inclusive perversa na sua conformação, ocorre porque

(...) enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2008, p. 134).

A partir dos anos 90, devido crescimento da pobreza e presente desequilíbrio financeiro, acabou por ocasionar uma nova “engenharia da Seguridade Social”. Assim,

através da expansão da assistência social, se imprimiu uma redefinição no sistema de proteção social brasileiro, principalmente, se considerado a projeção dos programas de transferência de renda. E mesmo diante da magnitude dos programas de transferência de renda, era preciso considerar outros mecanismos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que também foram implementados, como a criação e a consolidação do Sistema único de Assistência Social (SUAS), que proporcionou um novo reordenamento das ações de assistência. Mas o que deveria ficar claro, era que a nova “engenharia” da Seguridade, com a centralidade da assistência social, “subtraiu direitos de outras frações da classe trabalhadora” (MOTA, 2008, p. 134).

De tal modo, a estudiosa identificou em seus estudos que “nos argumentos pró-reforma da seguridade a propensão de uma clivagem da política social em torno de dois polos: a *privatização* e a *assistencialização da proteção social*, instituindo, ao mesmo tempo, as figuras do cidadão-consumidor e do cidadão-pobre, este último objeto da assistência” (MOTA, 2008, p. 135). Assim, chamou atenção que, de fato, nesse cenário atual, o que se apresentava era

(...)uma parcela de ex-trabalhadores assalariados, agora considerados “pequenos empreendedores” ou trabalhadores por conta própria se transformarem em consumidores dos serviços disponíveis no mercado, como é o caso dos seguros de saúde e planos de previdência privada para os que conseguem pagar. Os demais desempregados e desorganizados politicamente engrossam as fileiras do “mundo da pobreza” (MOTA, 2008, p. 140).

Nesse sentido, segundo a mesma, diante da nova “engenharia” da seguridade social, com a centralidade da assistência social, o que estaria em debate era “o desenho da política de proteção social no Brasil em face da construção de um novo modo de tratar a questão social” (MOTA, 2008, p. 140). E nesse ponto, era preciso considerar “a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva nos seio das classes trabalhadoras” (Ibidem, p. 140-1).

Assim, o papel da centralidade da assistência social no contexto atual, se apresentaria como “um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da *pedagogia da hegemonia*” (Ibidem, p. 141). Isto deveria ser pensado, já que a assistência social, ao ocupar o papel de combater a pobreza e enfrentar a desigualdade social, também atribuía aos agora “incluídos” a utopia de que fazem parte da classe dirigente. Pois, no projeto societário atual os “ex-excluídos” “passam não apenas a usufruir dos serviços sociais oferecidos, mas se

transformam em colaboradores do mecanismo de consenso que, em situação contrária, poderiam representar uma ameaça ao *status quo*” (Ibidem, p. 142). E, com isto, nesta busca por consensos, abria-se caminho para que este segmento “alvo” fosse refuncionalizado politicamente. Mas, evidentemente, a consolidação dessa direção, apontava para o cenário de despolitização das lutas sociais, ao minar a crítica ao caráter de classe mantenedor da desigualdade social e deslocar o trabalho do centro do debate.

Nesse sentido, a Assistência Social assumiria uma posição que vai além da política de proteção social, se transformando num “mito social”. Mota compreendia que esta transformação se daria, não pelo o que era oferecido em termos de transferência de renda e garantia de acesso aos mínimos sociais, mas pela condição de ideologia e prática política. Nesta condição, acontecia “no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social” (MOTA, 2008, p. 141). Além disso, atentamente, pelo seu estudo dava para compreender que “não podemos mistificar a Assistência Social pelo fato de ela ser uma política não-contributiva voltada para os que dela necessitam” (Idem), porque senão, se esquivaria da análise do estatuto (ideal e material) que ela assume na particularidade brasileira e sua relação com a conjuntura mais universal do capitalismo.

De tal modo, pôde ainda demarcar que a reflexão não poderia ficar esvaziada e restrita à crítica à centralidade da assistência social em tempos neoliberais. Mas deveria ser inserido neste debate, a crítica ao rechaço dado à saúde e a previdência social, quando “a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser *a* política de proteção social e não parte da política de proteção social” (MOTA, 2008, p. 144). Pois, neste caso, a “Assistência Social”, vinha sendo utilizada como estratégia de integração, no lugar do trabalho, fazendo emergir a contradição, “haja vista a impossibilidade estrutural de ela assumir este papel” (Idem).

No núcleo das análises de Mota, mostrou que ter a Assistência Social hoje na centralidade da seguridade social, acaba por denotar um campo de contradições, que necessitava vir à tona neste debate. Como explicado anteriormente, a sua centralidade, que ficava acoplada ao discurso da desigualdade social, estaria camuflado as causas estruturais da pobreza. Nesse sentido, em sua defesa, como um dos instrumentos de repolitização da política, poderia ser percebido, que política de assistência social tem sido eficiente ao esconder a responsabilidade da estrutura da propriedade privada e do sistema financeiro na

produção e reprodução das desigualdades, além de imprimir o apagamento da referência de trabalho, em prol da renda, como meio de acesso ao consumo.

De posse do real significado dos serviços sociais dentro da particularidade sócio-histórica da sociedade capitalista exposto por Yamamoto e, mais ainda, da análise crítica do cenário atual da política de assistência social, levantado por Mota, favoreceu a minha análise de qual era a concepção de sujeito e de sociedade exposta naquela palestra da X Conferência. Primeiramente, o que pude perceber era que ela se pautava na defesa de uma sociabilidade mais democrática, na medida em que os sujeitos pudessem exercer sua “cidadania” de forma mais plena. Nesta “sociedade democrática”, os serviços da política de assistência social, em conjunto com as demais, seria o caminho possível para a garantia dos direitos sociais. Indo por este prisma, a legitimação da desigualdade social se fazia presente naquela exposição. Isto justificava o porquê, de após apontar a “nova concepção de pobreza”, não ter tocado na questão da sua natureza e, em contrapartida, tenha investido na ideia de que cabe refletir em novas formas de manejá-la.

Assim, analisando as elaborações teóricas da palestrante, foi possível capturar que os conteúdos ideais ali produzidos, se vinculavam à concepção de que a partir da ampliação de espaços para o exercício de cidadania, na garantia do acesso aos direitos sociais, a desigualdade social seria “equilibrada” e, assim, a pobreza minimizada. Embora, isto em si, não possa ser considerado como equívoco, até porque não é possível dizer, se o emprego desta concepção de “sujeito-cidadão” e “sociedade democrática” foi deliberada ou não pela palestrante. Mas, de fato, que quando se fundamentava nessa lógica do “sujeito cidadão”, se não incorrer no erro, o que se poderia projetar (idealmente) é a “administração” da desigualdade social e o “controle” das expressões da pobreza. Entretanto, era inevitável a percepção de que àquela concepção de sujeito e sociedade se apresentava bastante limitada, caso ela estivesse ancorada pela teoria marxista.

Na verdade, eu não havia me debruçado mais detidamente à categoria política ao longo de dissertação, mas já reconhecia a existência do debate teórico levantado pelos estudiosos, Sérgio Lessa e Ivo Tonet, que traziam à tona a investigação sobre a relação entre emancipação política e emancipação humana. Isto levou-me a correlacionar que subjacente à concepção de “sujeito-cidadão” contida naquela palestra, teria enquanto horizonte de ação a emancipação política. Nessa diretriz, a perspectiva de uma gestão mais democrática se fazia permanente, através da luta por espaços de garantia de direitos sociais, que podem ser alcançados através dos aparatos jurídico-legais, via efetivação das políticas públicas.

Entretanto, como não admitir que a concepção do “sujeito-cidadão” e de “sociedade democrática” se manifestava (idealmente, naquele momento, pela figura da palestrante), porque, de fato, a política de assistência social mostra-se assim projetada (enquanto finalidade) no solo sócio-histórico particular? Embora, isto não fosse impedimento para o meu reconhecimento, de que a perspectiva da emancipação do sujeito pela via da cidadania, não se torna garantidor da emancipação humana, como projetada pela teoria marxista. Para isto, teria que ter claro do que se trata, quando se fala da emancipação política e da emancipação humana. Para isto, precisei retomar, ainda que sucintamente, alguns apontamentos realizados por Tonet (1999) e Lessa (2007), quando descreviam sobre estas emancipações.

Tonet explicou que a fundação da sociabilidade moderna, tem como princípio que a rege, o interesse privado. Nesse sentido, a extinção da servidão, a superação da “feudalidade” veio em nome da possibilidade da reprodução do capital, mas para que isto de fato ocorresse era preciso que “os homens sejam *formalmente*, mas não realmente livres, iguais, e proprietários” (TONET, 1999, p. 89). Segundo ele, a cidadania moderna, apareceu nesse cenário, justamente, na aparente possibilidade da liberdade e igualdade entre os homens. Assim, definiu a emancipação política como “esse patamar de liberdade e igualdade e outros direitos e instituições da esfera jurídico-política” (TONET, 1999, p. 89), e, nesse sentido “é a esse espaço jurídico-político que pertence a cidadania” (idem). Sendo assim, Tonet, destacou alguns aspectos dessa emancipação política.

A emancipação política é, ao mesmo tempo, expressão (invertida) e a condição de reprodução da escravidão e da desigualdade reais. Ela apenas supera a desigualdade e a falta de liberdade do mundo feudal sob o aspecto jurídico político, mas não sob o aspecto social. A emancipação política expressa e reproduz uma forma de sociabilidade dividida em privado e público (sendo o primeiro o fundamento do segundo) egoísta, competitiva e exploradora. A emancipação política expressa uma forma de sociabilidade em que os homens só podem ser formalmente livres porque quem é realmente livre é o capital (TONET, 1999, p. 90).

O que este estudioso quis apontar, é que o mesmo ato que fundava a sociabilidade capitalista era o que fazia emergir a cidadania. De tal modo, “na modernidade, no interior do campo da lei, instaura-se a possibilidade de criar novos direitos e de trabalhar os conflitos de modo democrático” (Ibidem, p. 85), porém ao atingir esta forma de sociabilidade “mais democrática”, a finalidade se esgotava apenas no aperfeiçoamento do espaço político-jurídico, sem almejar mudança mais radical no modo de produção da vida material. Nesse prisma, destacou que “a cidadania não é sinônimo de liberdade. Cidadania é sinônimo de liberdade

formal. Por isso mesmo, conceber a luta pela cidadania como eixo de luta social é subsumir a luta dos trabalhadores aos interesses do capital porque supõe o controle do capital pelos cidadãos” (TONET, 1999, p. 93).

A defesa de Tonet era que a efetivação da liberdade dos homens só poderia de fato ocorrer a partir da superação da atual ordem social para outra, em que nesta, o “ato fundante seja o trabalho associado”. Nas suas palavras “por mais difícil que seja encontrar as mediações necessárias, horizonte de uma verdadeira esquerda tem de ser a emancipação humana e não a cidadania” (Ibidem, p. 85). Entretanto, fez a devida ressalva:

Mas, é preciso repetir ad *nauseam*, criticar a cidadania não significa negá-la ou desvalorizá-la, mas ser efetivamente realista, ou seja, apreender as suas reais possibilidades e seus limites e, por isso mesmo, valorizá-la como momento específico, e contraditório, na trajetória da autoconstrução da humanidade. Entre a desvalorização taticista e a supervalorização desistoricizadora está a justa apreciação como uma forma concreta de liberdade que constituiu um grande progresso para a humanidade, mas que precisa ser ultrapassada em direção a uma forma superior de liberdade real. A liberdade real, efetiva, supõe a superação da cidadania, o que implica a superação do capital (TONET, 1999, p. 93).

Desse modo, pude então perceber que Tonet, enfaticamente com suas palavras, recuperou a posição de Marx, quando demarcava as limitações da emancipação política, destacando que

Nada nos impede, portanto, de vincular nossa crítica à crítica da política, ao ato de tomar partido na política, ou seja, às lutas *reais*, e de identificar-se com elas. Nesse caso, não vamos ao encontro do mundo de modo doutrinário com um novo princípio: “Aqui está a verdade, todos de joelhos!” Desenvolvemos novos princípios para o mundo a partir dos princípios do mundo. Não dizemos a ele: “Deixa de lado essas tuas batalhas, pois é tudo bobagem; nós é que proferiremos o verdadeiro mote para a luta”. Nós apenas lhe mostramos o porquê de ele estar lutando, e a consciência é algo de que ele *terá de* apropriar-se, mesmo que não queira (MARX, 2010b, p. 72).

Pelo mesmo caminho de Tonet, Lessa (2007) também disse que era preciso ter claro que a emancipação humana, da qual a teoria marxista referia-se, sem dúvidas, ultrapassava a mera ampliação do campo da cidadania. Nesse sentido, a defesa do alcance de direitos sociais, via políticas públicas deveria ser percebida na delimitação do terreno da emancipação política.

Pelos apontamentos teóricos ofertados por Lessa, foi possível lembrar que o Estado emanou da emancipação política. De certo que na *Ideologia Alemã* esteve destacado que “é justamente a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse

coletivo a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente, separadas dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e a fazer ao mesmo tempo as vezes de comunidade ilusória” (MARX; ENGELS, 2002, p. 29).

Assim, um dos caminhos que Lessa utilizou para tratar da relação da emancipação política e a emancipação humana, foi recorrer aos escritos *Sobre a questão judaica* de 1843 de Marx. Não caberia a mim, naquele momento, grande aprofundamento desta questão, mas, minimamente precisei situá-la para avançar no entendimento de que aquela palestra estava restrita a concepção de “sujeito-cidadão” e de “sociedade democrática”, e, portanto, em prol da “emancipação política”.

Em *Sobre a questão judaica*, Marx buscou desvelar a ontogênese do Estado. Com isso, rebateu fortemente as concepções teórico-filosóficas que traziam ideias de uma racionalidade especulativa, que com aparência de universal vinha encobrindo o Estado da sua função de provedor da classe burguesa. Neste escrito, o pensamento hegeliano da racionalidade do Estado, como representante do interesse geral foi “desmascarado”, revelando assim, que esta universalidade era abstrata e estranhada.

De tal modo, Marx apresentou uma concepção radicalmente crítica, apontando que o Estado só encontrava a racionalidade da sua existência em seu caráter liberal, na capacidade de condução de interesses privados. Na verdade, este, apesar de idealmente considerado instância da universalidade, se reduzia na realidade da vida social, o porta-voz dos interesses privados. Nesse sentido, tornava-se uma esfera político-ideológica que trazia a finalidade de organizar a sociedade civil, sendo o mediador de todas as contradições nela existentes, tendo sido criado pela própria sociedade civil. Por isso, seria fundamental reconhecer a conexão entre a gênese do Estado com a contradição de classes, percebendo-o assim, enquanto uma contingência histórica da sociabilidade burguesa.

Diante disso, Marx ensejou uma crítica radical às concepções que legitimavam a sua existência, como representante e ente insubstituível do interesse geral. De tal modo, era fundamental transparecer o papel da sociedade civil, que se encontrava desvinculada (por uma das formas de estranhamento) da sua intrínseca relação como o Estado. Resumidamente, nas palavras de Marx

O estado elimina, à sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são distinções não políticas; ao proclamar, sem olhar as tais distinções, que todo o membro do povo é igual parceiro na soberania popular, e ao tratar do ponto de vista do estado todos os elementos que compõem a vida real da nação. No entanto, o estado permite que a propriedade privada, a

educação e a profissão atuem à sua maneira, a saber, como propriedade privada, como educação e profissão, e manifestem a sua natureza particular. Longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só existe na medida em que as pressupõem; apreende-se como estado político e revela a sua universalidade apenas em oposição a tais elementos (MARX, 2010a, p. 39-40).

Contudo, Lessa quando recapitulou as limitações do terreno que almeja apenas a emancipação política, lembrou o discurso do estudioso José Paulo Netto, de que esta (emancipação política) torna-se funcional à ordem do capital. Assim, pôde enfatizar que “propriedade privada burguesa, Estado “político” e “cidadania” apenas possuem existência histórica real enquanto partes de um mesmo todo, isto é, a sociabilidade regida pelo capital” (LESSA, 2007, p.42). Em outras palavras,

Só existem na mútua relação um com o outro, não possuem qualquer existência fora desta “determinação reflexiva” (da qual a propriedade privada é o momento predominante). Tal como não podemos ter Estado “político” sem cidadania, não podemos ter cidadãos sem propriedade privada burguesa, nem esta sem o Estado “político”. Por isso, o indivíduo burguês é, ao mesmo tempo, “cidadão” na esfera do “idealismo do Estado”, e, enquanto pessoa concreta, o “burguês” que é guardião da sua propriedade privada (LESSA, 2007, p. 42).

O que este estudioso defendeu é que “*a única relação possível entre a emancipação política e a emancipação humana é a relação de negação histórica*” (Ibidem, p. 47). Em sua análise, estas sequer podem coincidir no tempo, já que “o reino da emancipação política é o da propriedade burguesa plenamente explicitada, a emancipação humana é a superação histórica a mais completa e radical do mundo da emancipação política” (idem). Como descrito por ele, na emancipação humana

A cisão entre o “burguês” e o “cidadão” será superada por uma nova individualidade que não mais se relaciona com o gênero humano pela {*estranha*} mediação do Estado “político” e do “dinheiro”; a cidadania terá desaparecido tal como terá desaparecido a propriedade privada. Será no dizer de Lukács, uma “autêntica” conexão ontológico-histórica entre o indivíduo liberto dos {*estranhamentos*} que brotam da propriedade privada burguesa e o gênero humano emancipado da regência do capital (LESSA, 2007, p. 46-7).

Enfim, foi preciso percorrer e apropriar-me teoricamente do significado real dos serviços sociais, da perspectiva crítica do papel da política de assistência social nos dias atuais e, recuperar a contraposição entre emancipação política e emancipação humana, para respaldar-me no desvelamento da concepção de sujeito e sociedade subjacente àquela palestra. Por esta apropriação, pude refletir sobre qual o cenário a política de assistência

social vem representar, admitindo assim, o seu caráter restrito, apenas como mediador da minimização das manifestações da questão social, que são resultantes da própria sociabilidade que as erguem.

Minimamente, ter consciência disso, não me expôs ao risco de “reproduzir” a concepção de que ela (política de assistência social, integrada as outras) seria suficiente para resolver os vários conflitos deflagrados na vida cotidiana dos “usuários” daquela política. Isto sim, seria uma grande “armadilha”, não incomum neste campo do debate das políticas públicas, que tratam da incapacidade das respostas às demandas dos sujeitos e famílias, como se fosse exclusivamente resultado da “ingerência ou má administração por parte dos atores que executam o SUAS”.

De tal modo, de fato, era preciso reconhecer que a política de assistência social é atravessada pelo campo da luta de classes, em que estas (classes) tentam se apropriar do patrimônio social. Neste cenário, todos os agentes dessa política (os chamados “usuários”, profissionais, gestores, etc.) expressam suas demandas (que são de determinada classe) que, necessariamente, precisam ser elucidadas. Mas, como já levantado aqui, a elucidação destas demandas por determinada classe, tem seu rebatimento através de determinados fundamentos, valores e objetivos que servem de “catalizadores”, enquanto porta-voz, para encaminhamento destas (demandas de uma classe).

Nesse sentido, não se poderia esquecer que, na sociabilidade burguesa, a qual expressa à particularidade sócio-histórica atual, a apropriação do que foi produzido socialmente, se mostra de maneira desigual e antagônica. Em outras palavras, a classe trabalhadora não consegue se apropriar do patrimônio social de forma igualitária frente à classe dominante e, nesse caso, encontra entraves para “lançar voz” às suas demandas de classe. Consequentemente, eu compreendia que desvelamento “do que deve ser conhecido” fica fortemente marcado pelos fundamentos, valores e objetivos da classe dominante.

Verdadeiramente que a concepção “sujeito-cidadão” poderia até expressar ideias ditas “progressistas”, como foi o exemplo claro da posição assumida naquela palestra. Embora, mesmo diante destas ideias mais “progressistas”, foi notório que não tinha ali configurado qualquer horizonte que apontasse a possibilidade de questionamento ao rompimento do ordenamento social burguês. Isto fazia-me reconhecer que aquela concepção de “sujeito-cidadão” e de “sociedade democrática”, não encontrava guarida na concepção materialista histórico dialética levantada ao longo da dissertação.

Na participação da X Conferência Municipal de Assistência Social, a radicalidade que a concepção marxista apresenta, se explicitou naquele momento. A partir do amparo desta (teoria marxista), fez com que, em meio à palestra, de forma dilacerante, pudesse reconhecer algumas formações ideológicas contidas naquele discurso. Mas o que estava sendo exposto, não produzia grandes “resistências” aos ouvintes, inclusive fazia “sentido”. Isto porque aquelas ideias “só poderiam ter brotado da realidade objetiva”. Entretanto, o que não se mostrou *imediatamente* é a concepção ideológica, a qual a apresentação estava amparada. Com a compreensão de que toda concepção ideológica se estrutura em valores, fundamentos e direciona finalidades, logo, caberia ali desvendar em que “concepção de mundo” a palestrante partia. E este foi o caminho traçado.

Depois de desvendado a concepção subjacente ao discurso apresentado naquele evento - sendo esta, aproximada à ideia do “sujeito-cidadão” e da “sociedade democrática” -, foi possível projetar os próximos passos. Na verdade, as reflexões suscitadas neste primeiro momento da investigação, permitiram que os outros passos partissem ainda mais “fortalecidos” à teoria marxista. Isto se justificava, dado que, inicialmente, quando circunscrevia a problemática do objeto de estudo, a discussão de emancipação humana estava submersa. Quando se chamava atenção a respeito da suspeita de rechaço sofrido pela teoria marxista para o conhecimento do sujeito e da subjetividade, no cenário teórico-filosófico, a categoria dialética e totalidade foram destacadas como exemplares para tal investigação. Entretanto, após a participação neste evento, tornou-me claro sobre a importância de considerar de forma mais substantiva a categoria da emancipação humana.

Através da apresentação da palestrante, foi permitido tracejar algumas concepções latentes que estavam inseridas nas avaliações sobre o cenário da política de assistência social. Não precisaria nem ser destacado, após avançado até aqui, que o que foi exposto por aquele discurso não era “autônomo”, ou seja, ele representava determinados valores que emergiam de processos sociais. Além disso, dizia que exposição da palestrante, de certa maneira, conseguia expressar *aparentemente* os serviços da política de assistência social era porque - caberia insistentemente demarcar - os exemplos levantados e as correlações apresentadas, só poderiam ter surgido da realidade objetiva, embora, a explicação da natureza deles é que estivesse “falsificada”.

Mas o fundamental era admitir que, apesar desta concepção de “sujeito-cidadão” e “sociedade democrática” ser gestada no processo de reprodução da vida social, não significava dizer de que esta seja universal. Senão, não faria menor sentido ainda investigar

quais as concepções emergentes no fazer cotidiano dos profissionais voluntários da pesquisa. Logo, era preciso ter claro que uma intervenção profissional que esteja amparada à teoria marxista, ou seja, alinhada à perspectiva de emancipação humana, deveria ter a consciência de que a concepção de “sujeito-cidadão”, “sujeito de direitos” e “sociedade democrática” apresenta-se limitada.

Se a crítica a esta concepção se revelar no discurso e no fazer dos profissionais participantes da investigação, isto expressaria a tomada de consciência da real gênese do Estado e da constituição do sujeito. Embora, de antemão, compreendesse que os profissionais, a partir da consciência da realidade posta, dos limites dados pela emancipação política via políticas sociais, não estivessem impedidos de perceber que neste terreno tem alguns vestígios para as lutas sociais. Pelo contrário, caso assim percebessem, os profissionais teriam apropriado teoricamente que as políticas sociais são atravessadas pelo campo de luta de classes e se expressam pelas mediações da reprodução das relações sociais travadas na particularidade sócio-histórica. Isto seria um dado relevante, visto positivamente, se a partir da investigação reconhecesse que os profissionais, em seus processos reflexivos, percebem que estão assumindo um “projeto de sociedade” dentro do campo das políticas de assistência social.

Isto sim daria a chance para travar estratégias (projetar idealmente) mais condizentes, que fizessem valer os interesses da classe trabalhadora, nesse campo de luta de classes. Ao menos, estariam sendo “porta-vozes”, “elaboradores teóricos” das demandas da classe trabalhadora. Pois, necessariamente, foi possível compreender nos capítulos anteriores que as práxis profissionais estão baseadas em finalidades (projeções ideais), mas para que se tenha a objetivação das mesmas, os profissionais fazem escolhas - embasadas em valores e concepções, tendo consciência disto ou não. De tal modo, seria importante perceber que quando a práxis profissional vem como fruto desta “tomada de consciência”, assim, poderia encontrar meios para projetar suas estratégias - mesmo considerando os limites postos pela particularidade sociohistórica - que visassem responder, ainda que reconhecidamente de maneira parcial, as demandas da classe trabalhadora.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que, através da participação na X Conferência Municipal de Assistência Social, foi possível reconhecer que a concepção de sujeito e de sociedade proposta por Marx, mostrou-se distanciada naquela reflexão. Entretanto, este passo foi importante, pois trouxe à tona reflexões relevantes para tracejar o objeto de estudo dessa

investigação, na medida em que favoreceu, principalmente, a recuperação de um ponto fundamental que se refere à emancipação humana proposta em sua teoria.

Por fim, quando iniciei toda esta reflexão, dizendo que a concepção embutida naquela palestra, não se apresentava tão explicitamente, requerendo assim cuidado ao seu exame, é porque se tinha uma noção clara que não se poderia admitir que as concepções pudessem revelar de forma “pura”. Pelo contrário, o discurso não é linear e as concepções abarcam contrariedades, revelando-se por vezes “mescladas de valores”. Tanto é assim, que a palestra permitiu emergir questões pertinentes e “provocativas”, as quais deveriam ser rigorosamente discutidas no fazer do cotidiano da política de assistência social. Questões estas, que lançam em direção aos fundamentos ontológicos do ser. Os apontamentos instigadores ali lançados, como “quem são estes usuários?” “o que querem de nós?”, foram combustíveis consideráveis para encaminhar esta investigação. Quer dizer, o segundo e o terceiro passo, estavam direcionados a investigar as respostas dadas pelos profissionais voluntários, sobretudo, referente à primeira pergunta “quem são estes usuários”. Isto porque através delas é possível analisar em que concepção de sujeito eles se ancoram.

3.2 A APRESENTAÇÃO DOS “ESTUDOS DE CASO” DOS SUJEITOS-FAMÍLIAS

A apresentação dos “três estudos de casos” é referente à escolha realizada por cada equipe investigada, que julgou as demandas das famílias e sujeitos suscitadas nessa dada situação, como desafiadoras para a intervenção profissional. Apesar da apresentação de apenas um relato, por cada uma destas equipes, todas consideraram que diversos outros “casos” poderiam ser levantados para exemplificar o quanto que as demandas subjetivas expostas aos serviços produzem entraves ao fazer profissional.

Na exposição do “primeiro caso”, a equipe levantou a situação de uma mulher jovem - que estava sendo atendida aproximadamente 1 (um) ano no serviço - que reivindicava a manutenção de seu filho na creche municipal. Além deste, possui outro filho de outro relacionamento. Atualmente ela reside (juntamente com seus dois filhos), com mãe e o companheiro desta, além de seus outros irmãos. A equipe destacou que “o discurso” da jovem mulher é que seu filho estaria fora da creche, alegando dificuldades para que este seja aceito. Na verdade, a criança já havia passado por diversas creches no município, mas “elas não aceitavam o seu comportamento”.

Frente a esta demanda, a equipe buscou a rede de ensino para se inteirar da situação e, a princípio, em defesa desta família, buscar a inserção do mesmo, garantindo o seu direito. Mas a resposta encontrada era que a “agitação” e a “agressividade” daquela criança mostravam-se insustentável e que a instituição, após tentar diversas estratégias, não conseguia um “diálogo” necessário com a família do mesmo. Segundo a representante da creche, seria necessário que a criança passasse por uma avaliação médica, de um neurologista, para que pudessem ter um diagnóstico e tratamento daquele caso. No entanto, a mãe se negava a ajudar e mostrava-se descomprometida com a situação do filho. A creche fez o apelo de que não conseguia “dar conta” daquela situação, sem a responsabilização da família. A criança apresenta-se “totalmente sem limites”, não conseguindo se inserir nas atividades institucionais propostas e, a queixa das outras famílias inseridas ali, era enorme.

Esta primeira equipe relatou o quão desafiador para a práxis profissional quando as demandas desta “natureza” aparecem dentro dos serviços. A profissional (1) lembrou que a primeira tentativa de aproximação com a jovem, veio de forma a reconhecer qual a “dinâmica” daquela família para, em seguida, aconselhá-la sobre questões ligadas ao processo educativo. Inclusive, chamou o namorado da jovem para atentar-lhe ao fato de fundamental importância, da sua “figura paterna” para a criança. Assim, conseguiu realizar alguns encontros em que pode trazer à tona a importância “dos limites claros a serem estabelecidos”

e sobre o papel de cada um na dinâmica familiar. Esta profissional (1) reafirmou que o seu papel era orientar a jovem mulher em relação à educação da criança, a forma de como proceder em seu papel de mãe, quanto aos limites a serem impostos no ato educativo.

A profissional (2) lembrou que, ao longo desse processo de acompanhamento com a família - que inclusive era alvo prioritário do serviço, já que se estava inserida no programa Bolsa Família -, teve acesso a informações com vizinhos e conhecidos, que relataram que a criança ficava bastante tempo na rua. Assim, tomaram conhecimento de que a mãe e avó ao acordar deixavam o portão aberto para que a criança pudesse sair e, como disse a profissional (2), “elas dispensavam a criança na rua”. Frente a esta situação, encaminharam a família ao CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), por considerar que este caso se tratava de “negligência infantil”.

A profissional (2) afirmou que “o problema da criança estava na família”, quer dizer, o que “estava faltando, era referência familiar”. Assim reconheceu que “a criança não tinha culpa, ele ainda era uma criança limpa e a família precisava ter responsabilidade”. Já a outra profissional (3), analisando o caso, disse que a criança “domina toda a família” e, mais, “a história dessa família se repetia”. Quanto a isto, associou que nos casos ali atendidos, ela conseguia perceber que as “histórias familiares vão se repetindo”. Por exemplo, naquele caso levantado, a avó também engravidou jovem e não conseguiu colocar limites em sua “criação”.

Para a profissional (1) o grande desafio, frente a estas demandas que chegam ao serviço, é que “a mudança da família sempre esbarra no desejo”. E esta frase foi reafirmada novamente, para explicar que o entrave da intervenção profissional é que “dependem muito do desejo do outro”. Naquele caso, percebia que esta mãe não se comprometia com a criança e, nesse sentido, não adiantaria apenas orientá-la se a mesma não desejasse mudança. A esta posição de que a intervenção profissional “esbarra no desejo”, fez coro ao discurso da profissional (2), que expôs seu sentimento de frustração “por não conseguir despertar este desejo”. Segundo esta, ela se interroga a todo tempo como encontrar formas para que sua ação consiga realmente “atingir estas famílias, para que elas possam querer mudar”.

Já a profissional (3) não se posicionou (calando-se), quanto ao fato de que a atuação profissional “esbarra no desejo”. Em contrapartida, trouxe à tona a importância de não culpabilizar à família. Segundo ela, é reconhecível que a dinâmica das famílias tem sofrido alterações, em que “novas composições atualmente são frequentes”, mas isto não significa que a família não possa se reorganizar e agrupar de maneira positiva. Nesse caso, a maneira

com que cada família se apresenta, a sua composição particular, cada qual com sua realidade, precisa ser reconhecida pelo serviço sempre como a “referência” da atuação profissional.

Para desfecho da apresentação deste “primeiro caso”, cabe ainda destacar que a mãe continuava procurando a equipe e reivindicando uma vaga para o filho em alguma creche. Segundo a profissional (2), a mãe a procurou dizendo “vocês já resolveram o problema do meu filho?”.

Na apresentação do “segundo estudo de caso” a outra equipe também relatou situações julgadas como desafiadoras para a práxis profissional. O “caso” se referiu à situação de uma mulher que já vinha sendo atendida pela política de assistência social por motivos diversos. No momento atual daquela apresentação, a demanda suscitada aos profissionais, mencionava-se a situação de abrigamento de uma de suas filhas. A mulher possuía 2 (duas) filhas, sendo uma delas adolescente e outra criança.

Os profissionais contaram a história até este desfecho do abrigamento desta criança, que se encontra resumida da seguinte forma: a mulher desde a primeira demanda aos serviços desta política se mostrava uma “figura muito dependente e fragilizada para dirigir a própria vida”. A mesma, “não possuía renda alguma, era analfabeta, postura receosa, falando muito pouco”. No seu primeiro contato em dado programa desta política a mesma ainda se encontrava casada. Mas, após algum tempo de frequência no programa, quando se sentiu acolhida pelos profissionais, relatou que sofria violência doméstica por parte do seu companheiro. Este relacionamento foi extinto, inclusive o CREAS também atuou naquele momento.

Entretanto, como explicado pela profissional (4) “ela após sair da dependência do marido, passou a depender de outro homem”. Nesse caso, a “mulher não conseguiu se estabelecer sozinha com as filhas e acabou na mesma situação, porém com outro homem, até porque ela não possui renda”. A única renda é o benefício do programa Bolsa Família e a pensão para os filhos. E o fato ocorrido é que, algum tempo depois, houve uma denúncia de abuso sexual por parte do novo companheiro em relação à criança. Esta denúncia, ainda não havia sido comprovada, mas a criança, até aquele momento da apresentação do “caso”, encontrava-se abrigada por cautela judicial.

Parte da equipe deste serviço acompanhava o caso, porque também fazia parte do quadro profissional de referência técnica na Casa de Acolhimento. O que mobilizava os profissionais é que, “conhecendo a história pregressa desta mulher em relação às demandas anteriores dentro dos serviços dessa política”, tornava-se um grande desafio perceber as

possibilidades para que a criança retornasse para a guarda desta. A profissional (5) reconhecia que a mãe “do jeito dela, tentava fazer o movimento para que a criança voltasse para ela”. A mulher era frequente nas visitas e quando solicitada, participava dos atendimentos. A profissional (6) destacou a mudança de postura, após abrigamento da filha, já que “como não acontecia antes, começou a entrar sozinha na sala de atendimento e falar por ela”. Dizia que não estava mais com o companheiro, mas isto gerava incertezas, pois em dado atendimento, após ter relatado separação, o mesmo a esperava “do lado de fora” do serviço.

A filha adolescente estava morando com o namorado, quer dizer, com a família deste. A equipe contou que esta família verbalizava a possibilidade de também acolher a mulher e a criança. Na verdade, a mulher já estava sendo acolhida por esta. A equipe apenas não conseguia dizer se ela permanecia sempre nesta casa ou se ainda mantinha “laços com o companheiro”. De qualquer forma, a equipe, após visitas domiciliares, não sentia segura para considerar que esta família, que se dizia disponível para receber também a criança, possuía “condições” para arcar com este caso.

A mulher participou do sorteio do programa Minha Casa Minha Vida, mas não foi contemplada. A equipe torcia muito para que isto acontecesse, pois possibilitaria nova situação à mulher. Entretanto, isto não se deu e o “caso” continuou em aberto.

O “terceiro estudo de caso” apresentado, referia-se a uma mulher que também já vinha sendo acompanhada pelo serviço devido sua inserção no programa Bolsa Família. Inicialmente, o acompanhamento da equipe se fazia, mas ainda a situação não apresentava “alto grau de vulnerabilidade familiar”. Naquele instante a mulher morava com seu marido e três filhos, não apresentando demandas explícitas por parte da mesma. Mas, no final do ano, procurou o serviço para pedir permissão para que acolhesse seus dois sobrinhos em sua casa, para passar o Natal, já que estes estavam abrigados na Casa de Acolhimento. A equipe entrou em contato e a permissão ocorreu.

Entretanto, “para surpresa da equipe”, quando a mulher procurou novamente o serviço, as suas demandas já se apresentavam bastante diferentes. A mulher explicou que estava com a guarda definitiva das duas crianças e havia se separado do seu marido. Como explicou a profissional (7) “foi um trâmite que não temos conhecimento, pois não pediram nem uma avaliação técnica nossa, sobre as condições daquela família. Ela já tinha os três filhos e uma situação vulnerável”. As condições de vida dessa mulher ficaram cada vez mais difíceis. A profissional (8) destacou que a mulher “não reclama de falta de comida, porque ela recebe

cesta básica de uma instituição filantrópica. Mas falta muitas vezes, leite, biscoito e fraldas, já que duas crianças naquela casa ainda usam fraldas”.

A profissional (8) considerou que a questão mais grave é que, devido separação, a mulher precisou morar em uma casa cedida por seu irmão que, na verdade, tem cobrado insistentemente a desocupação. Como pontuou a profissional (7) “ela esteve aqui outro dia, chorou e disse que precisava sair da casa até no sábado. Ela procurou uma casa para alugar, mas não consegue nada por menos de quatrocentos e cinquenta reais”.

A profissional (9) tomou ciência do caso, porque a mesma procurou por ela pedindo ajuda para o sobrinho mais novo, “querendo uma avaliação da criança”. A mulher dizia que a criança era muito dispersa, agitada e agressiva, inclusive tivera problemas na creche. A profissional (8), nesse momento, interveio na fala da profissional (9), dizendo que “este foi outro recurso que ela tentou, porque na verdade, ela veio com interesse de requerer um benefício para ele, um BPC”.

A profissional (7) corrobora com a pontuação feita pela profissional (8), inclusive declarou que a mulher “já veio aqui procurar informações, argumentando se havia algum benefício para quem adota crianças”. A equipe contou que esta mulher já acionou o Ministério Público, pedindo a “devolução dos sobrinhos”. De qualquer maneira, a profissional (9) afirmou que o que ela poderia fazer era solicitar uma avaliação neurológica do sobrinho mais novo, até porque, percebia que realmente este necessitava, pois o seu “desenvolvimento na fala estava bem prejudicado”. Esta profissional, inclusive, realizou visitas domiciliares, constatando uma casa muito pequena e bastante bagunçada. Novamente interveio a profissional (8) de que “a casa não tem muita sujeira não, é muita bagunça mesmo. É desorganização”.

A profissional (9) afirmou que a mulher “não tem mais condições emocionais, financeiras. Ela está totalmente desnorteada, não sabe o que faz. Tem uma sobrecarga física e emocional muito grande”. Em relação aos limites profissionais, disse que continua ainda acompanhando este “caso”, realizando visitas e aconselhando. Porém, “tem coisas que não tem o que fazer, a situação dela, a necessidade de conseguir uma casa é emergencial”. A questão habitacional fez coro na equipe. A profissional (8) julgou que “o maior problema que ela tem agora é habitacional”. Mas as ações profissionais que ela poderia realizar estavam esgotadas.

A gente só acompanha, porque não tem mais o que fazer. O que poderia realmente resolver, não digo resolver, mais pelo menos amenizar a situação seria um aluguel social para ela ou conseguir uma casa que ela tenha condições de pagar. No aluguel

social ela não se encaixa e eu não posso procurar casa pra ela e me comprometer com isso (PROFISSIONAL8).

A equipe, em concordância, considerou este “caso” como desafiador para a práxis profissional, porque geralmente quando estes problemas habitacionais acontecem, tem algum familiar ou alguém da “rede de solidariedade” com quem se possa contar. Mas nesse caso, “ela está muito sozinha, não tem com quem contar”. Apesar de estar na casa cedida pelo irmão, a cobrança para que ela saia imediatamente “produz muito insegurança e desespero para ela”. A profissional (8) disse que já fez o movimento de pedir para que a mulher a autorizasse para procurar algum outro membro de sua família, mas ela nega. A profissional (7) contou que alguns dias atrás souberam os motivos de tal negativa, já que “estes sobrinhos são filhos do irmão apenas por parte de pai e, toda a família da mãe desaprovou esta guarda”.

A profissional (9) contou que a mulher procurou a secretaria de assistência para se queixar da equipe, de que esta não estava atendendo a sua demanda. Quanto a isto, a profissional (7) justificou as suas limitações para atuação, dizendo que a queixa daquela mulher era porque “a gente não estava dando o que ela quer. Não tem como dar uma casa pra ela”. Em outro momento a profissional (8) destacou

As pessoas tem uma visão que a assistência social vai resolver todos os problemas, de que a gente tem a solução de tudo. É a visão que as pessoas têm por não conhecer a política de assistência social. Acham que eu vou, eu vou receber moradia, vou receber um benefício. E na verdade não é. Nós mostramos isso pra ela, o que que nós, dentro da nossa situação, podemos fazer. É pra ela não sair daqui achando que não fizemos nada por ela, fizemos sim, não fizemos mais é porque não depende mais da gente, não tinha mais condições para o que fazer pra família dela. A questão da orientação, indicamos a casa do cidadão, explicamos sobre os benéficos. A orientação é um benefício pra família, o serviço de convivência... Agora em relação a dar uma moradia e querer devolver as crianças nós mostramos pra ela que (...) nós mostramos o caminho, a Casa do Cidadão (PROFISSIONAL8).

A profissional (9) explicou que continuava acompanhando a mulher, mas seu atendimento acabava sendo bastante limitado. Ainda destacou que, apesar de considerar que a demanda habitacional era emergencial para o caso dessa mulher, não era só isto, “não é apenas a casa que resolve esta situação”, “o caso dela precisa de um olhar bem especial”.

A questão do que ela realmente está demandando, às vezes, ela nem fala. O querer ela nem demonstra, a subjetividade está tão grande que você tem que ser bem observadora para ver o que está além daquilo. Porque muitas vezes ela põe uma barreira (...)por exemplo, ela mora nem dez casas do postinho que está lá em

reforma agora, ela não tem contato com a agente comunitário, ela ir lá para aferir uma pressão entendeu, se ela for mesmo hipertensa, tem coisas da vivência dela que faz ela retrain. Ao invés de você ir pra frente e motivar às vezes você se esconde, reprime, deprime (PROFISSIONAL9)

Ela seria uma usuária que seria excelente para o atendimento psicológico, clínico, contínuo. Olha a riqueza de material que você tem para trabalhar com ela, mas a gente não trabalha aqui assim (...) ela seria uma pessoa que precisa de um atendimento psicológico, uma psicoterapia. Mas aí a gente tem na rede de saúde só três profissionais para isso e a fila é enorme (...) a demanda é enorme porque hoje em dia as pessoas estão com problemas de tudo quanto é lado (PROFISSIONAL9).

A profissional (9) quando dizia a respeito do processo terapêutico sugerido, a profissional (8) cala-se. A profissional (7) não estava mais na sala, pois havia pedido desculpas, já que precisava cumprir outras tarefas da sua rotina profissional. Quanto à situação do “caso levantado”, a profissional ponderou em alguns momentos.

Quando ela veio aqui no início, a gente observava que ela era uma pessoa praticamente apática em relação a vida dela, ao trabalho, ao estudo. Estava tudo muito bem né, para ela estava tudo bem né, mas a situação de repente mudou. A muito tempo fora do mercado de trabalho, sem especialização sem nada, quer dizer, o que poderia ter feito isso, agora não dá conta de fazer. E tem a situação dela também, quanto o querer dela, o buscar para ela mesmo, que a gente vê que ela tem muita dificuldade de buscar isso. O querer dela, buscar alguma coisa para ela... (PROFISSIONAL8).

A gente quando atende alguém precisa fazer um exercício muito grande. Às vezes, na nossa vida a gente pensa né, é isso que eu quero? Eu tenho condições, né, de adotar mais duas crianças? Mas às vezes, a pessoa no ímpeto, pela história de vida, pelo sentimento muito grande, que a gente não sabe, fez ela tomar essa decisão. A decisão que ela tomou a gente nem conhece direito, o que levou ela tomar essa decisão. O que levou ela realizar aquela escolha, o sentimento, a gente não sabe. É preciso respeitar isso, pontuar sim, sobre as consequências daquilo que você fez (...) é preciso se colocar no lugar da pessoa (...) senão às vezes eu começo a achar que você tem que agir como eu penso que é melhor, como eu acho que deve agir (...) aquilo que fez ela tomar a decisão é tudo muito subjetivo (PROFISSIONAL8).

Ao esboçarem a demanda daquela mulher, afirmaram que continuavam acompanhando a mesma, ainda que não pudessem fazer nada em relação à problemática habitacional. Em seguida, verbalizaram algumas queixas em relação aos outros limites profissionais, “como dificuldade de carro para realizar visitas e o diálogo com outros serviços da rede”.

De posse dos “três casos” apresentados pelas equipes, considerados desafiadores para a prática profissional dentro dos serviços da política de assistência social, é preciso que se tenha demarcado, que não se teve enquanto intenção, trazê-los à tona para tratar das suas

causalidades. Para esta pesquisa, se torna relevante a chance de problematizar o caminho apontado pelos profissionais em seu processo de conhecimento. Obviamente que exposição dos casos se deu de maneira simplificada, mas foi possível refletir sobre algumas elaborações teóricas destes profissionais frente às demandas de sujeitos-famílias.

O primeiro ponto reconhecível, a partir da apresentação dos “três casos”, é que o caminho traçado por todas as equipes esteve “centralizado no sujeito”. E esta concepção de sujeito revelou-se diferente da exposta na dissertação, na medida em que não apontava para os fundamentos ontológicos do ser social. Para se chegar a tal conclusão, precisei reconhecer alguns aspectos que contornavam aqueles relatos.

Por exemplo, na figura das “três mulheres”, os profissionais traziam poucas conexões daquelas demandas apresentadas à dimensão social. Foi percebido que, ao relatarem os “casos”, não traziam enquanto reflexão, como a realidade se dava e a constituição deste sujeito (ser social) articulada à totalidade da vida social. Na verdade, as mulheres retratadas e as relações por elas travadas (mulher-filho, mulher-companheiro, mulher-sobrinho, mulher-profissional, mulher-mãe, etc), acabavam sendo entendidas como relações puramente “pessoais”, sem problematizarem as mediações sociais nelas existentes.

Se analisar de forma mais abrangente, pelo que esteve destacado na dissertação, primeiramente, as profissionais precisariam entender que estas mulheres estão inseridas numa dada sociedade, num momento sócio-histórico particular, que participam de maneira ativa da construção da realidade social. Esta participação ativa, a concretização na realidade da vida social, seria justamente pela capacidade do seu ato singular de pôr consciente. Estas mulheres, enquanto seres da práxis, diante das causalidades e das relações sociais travadas ao longo das suas vidas cotidianas, tomam decisões, fazem escolhas, colocando à prova o seu aparato ideal. Como seres sociais que são, transformam a causalidade, através dos seus atos teleológicos, em causalidade posta. Nesse ato de pôr singular, cada mulher “testa” o funcionamento do pensamento (na medida em que projeta idealmente), agindo na realidade da vida material (a fim de transformar).

Mas como já esteve pontuado em vários outros momentos, estes atos singulares de pôr, em que a cada possibilidade se tem a chance de transformar à causalidade em causalidade posta, assim, necessariamente, nesta atividade, os seres põem em movimento várias séries causais. Estas não se limitam apenas ao ato teleológico primário, da relação travada com a natureza, mais também às outras práxis sociais mais amplas que, no campo das relações sociais, se mostram proeminentes. O que, minimamente, caberia às profissionais, era

atentarem-se para compreensão de que os “casos” trazidos por aquelas mulheres, na verdade, vinha como explicitação de algumas respostas que elas têm dado *praticamente* nos desafios das suas vidas cotidianas. Mas, evidentemente, que estas respostas só vieram porque foram elaboradas a partir de perguntas, que se mostraram enquanto causa. Isto vem reafirmar a ligação inseparável entre o momento real e o momento ideal.

Na verdade, enquanto observadora, não consegui perceber que as profissionais concebiam estas mulheres enquanto seres da práxis, que se concretizavam na vida cotidiana – pelo ato teleológico primário e secundário - revelando e expressando assim, quais os direcionamento e as decisões tomadas, por estas, individualmente, frente as alternativas encontradas. Ainda que, diante do fato de que as decisões sejam sempre individuais, isto não significaria, em definitivo, de que estas mulheres não estabeleciam relação com a totalidade social. Pelo contrário, é somente a partir desta relação com a totalidade social, que estas mulheres poderiam se constituir nas suas individualidades.

O que foi percebido, naquele momento da apresentação, é que as profissionais ficaram atreladas a imediaticidade, numa postura de “encantamento” com a singularidade. Isto foi percebido, porque não problematizavam a situação para além do fato em si. Assim, todo o discurso da equipe ficou bastante limitado a trazer os eventos vivenciados por cada mulher, sem buscar as mediações e sem, aos menos, questionar “os fatos da vida cotidiana”. Em grande medida, a apresentação destes se revelava com um momento descritivo das “situações”, parecendo que os relatos eram trazidos como forma de “roteiro”.

O reconhecimento de que os profissionais se mostravam “presos” à singularidade é porque quando apresentaram as problemáticas daquelas mulheres, ficavam “estacionados” às questões que carregadas de mediações, em sua superfície, eram específicas, como vaga na creche, casa para morar, dependência do companheiro, falta de limites da criança. Porém, não conectaram que a “singularidade” que se revelava em cada uma dessas demandas, apesar de se apresentar de forma imediata, também continha um todo que era capaz de revelar a universalidade do processo de desenvolvimento da vida social, com as suas diversas particularidades. Mas, evidentemente, que a conexão com a universalidade do processo de desenvolvimento da vida social não poderia ser uma apreensão simples e diretamente. Se o profissional se baseasse no materialismo dialético e no ponto de vista ontológico, como partiria para o processo de conhecimento?

O profissional deveria percorrer “a realidade concreta dos fenômenos singulares às mais altas abstrações, e destas novamente à realidade concreta, a qual, com a ajuda das

abstrações, pode agora ser compreendida de um modo cada vez mais aproximativamente exato” (LUKÁCS, 1978, p. 104). Mas, esse caminho poderia gerar um impasse, já que, na verdade, “a universalidade, sobretudo, não é jamais um ponto de chegada autônomo do pensamento” (LUKÁCS, 1978, p. 103), e, nesse sentido, a única maneira de conhecer o real seria capturar os nexos existentes entre singular-particular-universal.

Assim, considerando a unidade dialética e uma conexão contraditória entre singular e universal, precisaria compreender que

(...) o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular. Todo singular é (de modo ou de outro) universal. Todo universal (é partícula ou aspecto, ou essência) do singular. Todo universal abarca, apenas de um modo aproximado, todos os objetos singulares. Todo singular já parte, incompletamente, do universal, etc. Todo singular está ligado por meio de milhares de transições aos singulares de um outro gênero (objetos, fenômenos, processos), etc (LUKÁCS, 1978, p. 109).

Como opostos, o singular e o universal se identificam, e essa permanente tensão entre eles “é sempre mediatizado pelo particular” (LUKÁCS, 1978, p. 112). Dessa forma, o particular “é um membro intermediário real, tanto na realidade objetiva quanto no pensamento que a reflete de um modo aproximadamente adequado (...) com características bastante específicas” (LUKÁCS, 1978, p. 112). Em sua particularidade, o objeto assume as formas específicas pelas quais a singularidade se configura em dada realidade de forma determinada, entretanto, não diretamente expressa na universalidade.

Contudo, ao conceber que “o movimento dialético da realidade, tal como ele se reflete (...) é assim um impulso incontrolável do singular para o universal, e deste novamente para àquele” (LUKÁCS, 1978, p. 110), o particular, se apresentaria como a manifestação lógica capaz de mediar os nexos existentes entre o singular e o universal. No entanto, apesar do reconhecimento de que particular apresenta-se como norteador elementar na construção do conhecimento, somente pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que seria possível que o profissional reconhecesse a realidade da demanda ora apresentada.

Em outras palavras, essa tríade não poderia ser concebida pelo profissional de maneira desarticulada. Quer dizer que, para apreender a totalidade daquela demanda expressa por cada mulher, deveria perceber a correlação existente entre os três elementos que a compõe. Pois, o que a princípio se revelava na imediaticidade, como se fosse uma situação independente, na sua singularidade – como, por exemplo, a mãe que solicita vaga de seu filho na creche - entretanto, poderia ser compreendida de maneira mais ampla e concreta, na sua

particularidade. Enfim, apenas pela compreensão de que uma situação apresentada no plano da singularidade se encontrava mediatizado por leis universais, e que, por conseguinte, assumia formas particularizadas pelas determinações históricas é que se poderia traçar o caminho pelo qual se realiza aproximações sucessivas com o real.

Logo, em concomitância a não inserção do complexo singular-particular-universal para conhecimento das demandas apresentadas por aquelas mulheres, sem o ponto de vista ontológico, foi que as profissionais se valeram da dimensão da razão instrumental, ou seja, da lógica abstrata-formal. Isto justificou o porquê se mostravam tão “fixadas” na *forma* como as situações eram reveladas na realidade, apresentando-se assim, com pouca reflexão crítica sobre os “casos” apresentados. Como não buscavam as mediações particulares daqueles “casos singulares”, as situações, os fatos, os elementos retratados, apresentavam-se como se fossem eventos, episódios desconexos do seu fio condutor. Esta desconexão da compreensão das demandas singulares à totalidade da vida sócio-histórica, permitiria levar à análise de que esta (desconexão) vem enquanto resultado do próprio processo de estranhamento, o qual as profissionais se encontram. E seria possível considerar que nesta (desconexão entre a demanda singular e a totalidade da vida social), os profissionais encontraria guarida em concepções teóricas em que o sujeito e o objeto aparecem cindidos. Por essa via, teria duas expressões bastante possíveis de ocorrer, como o objetivismo sem sujeito e o subjetivismo sem objetividade, sendo este último, o mais perceptível na apresentação dos “casos”.

Já se afirmou que as concepções de sujeito trazidas pelas profissionais não se vincularam com a que esteve retratada nesta dissertação. De saída, justamente porque estas profissionais quando se referiam “as mulheres” ou aos outros sujeitos inseridos “nos casos”, não os direcionavam ao fio condutor, que é a malha sócio-histórica. Já que “presas” a “singularidade”, não faziam menção de que aquelas mulheres expressavam suas individualidades, mas que estas eram constituídas num solo sócio-histórico particular. Nesse sentido, caberia reconhecer quais os nexos causais que permeavam o cotidiano da vida social daquelas mulheres.

Aqui talvez, o grande desafio, seria reconhecer que àquilo que aquelas mulheres traziam enquanto demandas singulares se referia, efetivamente, ao complexo de objetivação-alienação. Elas explicitavam às profissionais como se dava o processo de constituição das suas individualidades e revelavam como as suas personalidades estavam sendo conformadas. O ponto nefrálgico, suscetível a provocar desafios para o conhecimento das “manifestações subjetivas” levantados por cada caso, já esteve destacado em capítulo anterior. O fato é que

quando se trata do processo de alienação - sendo este o núcleo propulsor das manifestações da subjetividade destas mulheres - a relação deste (processo de alienação) com a totalidade sócio-histórica se faz de maneira bem peculiar, se comparado ao processo de objetivação. Como já explicado, o que ocorre é que as manifestações subjetivas se tornam difíceis de serem compreendidas, haja vista que não têm efeitos tão diretos na totalidade social, continuando fortemente vinculadas aos atos singulares, indicando o desenvolvimento da subjetividade daquelas mulheres. Pois “a dinâmica da vida pessoal guarda uma autonomia relativa ante a dinâmica social no seu conjunto” (COSTA, 2012, p. 68). Dessa maneira, o importante seria atentarem-se que o processo da alienação não se refletia, nem se conectava tão diretamente a totalidade social, porque o ato singular (de alienação) é “dependente de uma série de mediações e processos contínuos para criar a constância passível de ser compreendida como personalidade, ou como tendências constantes postas em cada ação do sujeito” (FORTES, 2011, p. 208).

Caberia retomar que, para que a formação da personalidade “se estruture e adquira elementos suficientes para fixar-se sob a forma da relativa continuidade de ações, deve deixar deslanchar uma longa série de pores singulares, para a partir daí, mediante a reapropriação de suas alienações, parametrar seus próprios atos e comportamentos individuais” (FORTES, 2011, p. 208). Seria, justamente nesta reapropriação de suas alienações, direcionada a construção da subjetividade daquelas mulheres, que as profissionais, evidentemente, se deparariam com o conjunto de mediações bastante amplas e complexas. Na apresentação dos “casos”, o que as profissionais verbalizaram foi uma cadeia de decisões que aquelas mulheres explicitavam, num emaranhado de mediações amplas e complexas, indicando como estas (mediações) foram reapropriadas no processo de alienação, para construir “um modo de ser” que determina a conformação da personalidade cada uma delas.

Enfim, não haveria dúvidas, de que as profissionais se deparavam com a deflagração da conformação das personalidades destas mulheres. Entretanto, na apresentação dos “casos” não percebi que estas concebiam que a explicitação da individualidade ocorria, em articulação com a generidade em curso. Para isto, elas teriam que ter a precisão teórica para apontar que todo o desenvolvimento do ser social ocorre a partir da relação entre o processo de individuação e o processo de socialização. Mas aqueles fragmentos da biografia de vida esboçada por “aquelas mulheres”, que se referiam ao processo de reprodução do ser social, não foram assim reconhecidos. Era fundamental perceber que àquelas mulheres (enquanto indivíduos sociais), no percurso de suas vidas, precisavam tomar decisões individuais, sendo

que estas escolhas se faziam imediatas, frente aos impasses apresentados pela realidade da vida social que a cercavam. Nesse sentido, as profissionais precisariam reconhecer que todas estas decisões individuais, partiam de um determinado “chão sócio-histórico”.

A profissional (8) até se aproximou da problemática das escolhas individuais realizadas pela mulher. Porém, não ficou claro, se realmente ela conseguia correlacionar que estas escolhas realizadas, se dava frente às alternativas postas. Quer dizer, a realização de uma escolha - através de um ato individual que, por conseguinte, configurava-se no processo de formação da sua personalidade – se fazia somente a partir de alternativas socialmente constituídas.

Quando disse “aquilo que fez ela tomar a decisão é tudo muito subjetivo”, o subjetivo aqui, a princípio, pareceu-me como se a esfera da subjetividade estivesse descolada da base sócio-histórica, como se a decisão daquela mulher não apresentasse um conteúdo social, não fosse socialmente determinada. Talvez a sua concepção de subjetividade era metafísica, como se fosse algo obscurecido. Mas pode ser que na entrevista, consiga trazer novamente esta questão.

Em que se respaldaria o questionamento, no “terceiro caso”, por exemplo, quanto à escolha realizada por aquela mulher, na adoção dos sobrinhos, se esta estaria ou não vinculada ao recebimento de um benefício? Seria para trazer à tona a problemática da intensa mercantilização das relações humanos-sociais? Isto poderia ser relevante, se desembocasse em reflexão mais crítica sobre a produção de valores na particularidade da sociedade burguesa. Mas não percebi dessa maneira. Por que, apenas neste momento, a escolha da mulher foi correlacionada com a esfera econômica?

O ponto crucial que distanciou as concepções das profissionais sobre “aquelas mulheres” da abordada na dissertação, foi que, nem de longe, trouxeram à tona a categoria trabalho. Sem a categoria trabalho, não tinham revelado os fundamentos ontológicos do ser social. E se não apresentavam a categoria trabalho, não reconheciam que a sua forma particular no atual momento sócio-histórico, se faz a partir da própria exploração da força de trabalho.

Outra digressão suscitada, é que quando as profissionais, de certa forma, se aproximavam para correlacionar a demanda trazida à dimensão social, se limitaram em demasia à instituição familiar. Como por exemplo, no primeiro caso, quando disse que “o problema está na família” e “falta referência familiar”. Ponto este bastante problemático, quando se tem enquanto próprio foco de atuação, as famílias. Primeiramente, há que se

perguntar de qual referência se está tratando. Será que compreendia que a instituição familiar vai se constituindo, atravessada pelo movimento de desenvolvimento da sociedade (enquanto totalidade), em concomitância à sua função de reprodução humana?

A profissional (3) foi a que mais se aproximou deste entendimento, quando chamou atenção para a não culpabilização da mesma e para o reconhecimento de que estas novas composições podem ser vistas em seu aspecto positivo. Mas, ainda assim, o que foi percebido é que mesmo que os outros profissionais tivessem inserido o âmbito da dinâmica familiar para justificar as ações dos sujeitos, trataram dela, sem problematizar a presença da esfera econômica incidindo sobre a mesma. Este já seria um passo relevante para tracejar um nexo de cada “caso”, partindo da compreensão de que, com o rebatimento da esfera econômica, faz com a dinâmica familiar tenda a se reorganizar. Mas sobre esta reorganização, não se limitaria apenas alterações a ordem material, como por exemplo, a habitação e a renda, mas também as transformações no mundo ideal destes sujeitos, o que implicaria na produção de novos comportamentos, mudança de valores e concepções.

A compreensão de que estas “mulheres” são integrantes de uma realidade sócio-histórica particular - de que se inserem numa complexa rede de relações sociais, a qual se deparam com as alternativas concretas, em que a partir destas, elas se baseiam para realizar suas escolhas - mostrava-se distanciada. Este movimento de não compreensão do processo de reprodução global, do nexo que se dá entre o processo de individuação e a generidade, juntamente com a expressão teórica do subjetivismo sem objetividade, ficaria facilmente suscetível ao risco da “psicologização da vida cotidiana”. Isto se revelou no seguinte apontamento, trazido no “terceiro caso, “ela seria uma usuária que seria excelente para o atendimento psicológico, clínico, contínuo. Olha a riqueza de material que você tem para trabalhar com ela”.

Outro ponto de destaque apareceu ainda no “primeiro caso”, quando as duas profissionais anunciaram seus limites profissionais que “esbarra no desejo”. Este “esbarra no desejo”, talvez possa ser problematizado no momento das entrevistas. Mas esta consideração, deixou em suspenso, em qual concepção elas se referiam quando tratava de desejo. A princípio, ficou a percepção de que vinculam “a noção de “desejo”, elaborando-a como uma “subjetividade abstrata”, como algo transcendental, talvez numa ideia de um “sujeito interiorizado”.

Enfim, estas diversas falas, que estiveram destacadas na apresentação dos casos, podem ser utilizadas para o direcionamento de alguns pontos a serem tratados nas entrevistas que permitem elucidar ainda mais o objeto desse estudo.

3.3 AS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

O terceiro passo da investigação foi, especialmente, crucial para o conhecimento do objeto de estudo (ainda que reconhecidamente aproximado). Coube neste momento, a retomada de alguns pontos fundamentais que foram tratados tanto na X Conferência Municipal de Assistência Social, quanto na apresentação dos casos, e, além disso, algumas questões ligadas à formação acadêmica dos mesmos.

Em relação à X Conferência, um dos pontos ali tratados foi “que o SUAS traz a visão mais ampla do usuário”. A palestrante dizia que o usuário “pode ser compreendido como muito mais complexo” e, frente a isto, a indagação lançada por mim, a cada um dos profissionais, era “como entender esta complexidade?” e “qual a compreensão de que o usuário pode ser visto como mais amplo?”. Algumas respostas ganharam destaque e foram reproduzidas na íntegra.

Olha o sujeito como um todo. Não é mais só cesta básica. O sujeito, no sentido de estar trabalhando com esta família, trabalhando com este sujeito, no sentido dele se autogerir, né? Buscando este movimento, né? Tem suporte, tem o Bolsa Família, a gente acompanha a família, a gente tá olhando a família como um todo. Você faz os encaminhamentos pra saúde, você faz os encaminhamentos para todos os sentidos. Vem o Pronatec, como eu vou te falar, pro sujeito tá se capacitando. Então assim, tá havendo uma preocupação com a capacitação desse sujeito, tanto no sentido profissional, quanto no sentido pessoal, de tá trabalhando esta condição nele, né? Tem aqui a orientação social, no serviço de convivência, está trabalhando com estas crianças, com estes jovens, né? Pra mudar a visão mesmo. É um trabalho mais amplo, com certeza (...) É uma capacitação do sujeito como um todo, para ele se inserir na sociedade, é uma educação no sentido global (PROFISSIONAL1).

Eu vejo a assistência social, antigamente era uma coisa muito voltada..., começou com a ajuda, era uma cesta básica, era assim, mais uma coisa, “como que eu vou te explicar?”, eu não sei usar a palavra... Hoje, a gente entende o usuário não só nessa ajuda, mas tudo que ele também pode contribuir pra gente fazer um trabalho bem feito, a gente também passa responsabilidade pro usuário, a gente também tenta dar autonomia pra ele, pra gente tentar um resultado e eu acho que antigamente não se via desse jeito... pelo que contam, pelo que falam do que era a assistência social aqui no nosso município, a pessoa precisava de uma ajuda assim, imediata, era aquilo ali e pronto, ninguém procurava saber a história da pessoa, o porquê que ele tá passando por isso, o que que aconteceu, e o hoje a gente tem que entender isto tudo. A história do usuário como um todo, os dois lados da história, então, hoje em dia você já trabalha muito com isto (PROFISSIONAL2).

Eu vejo que é no sentido de que um serviço precisar do outro. As demandas dessas famílias são outras, os sujeitos são outros, os problemas sociais mudaram muito, se agravaram né? As demandas desses sujeitos mudaram também (PROFISSIONAL3).

(...) o usuário, o que ele era, o que era oferecido pra ele, era muito em cima do favor, né? A partir da constituição de 88, então vem mudando, mudou esta concepção, que ele passou a ser um usuário de direitos. E até mesmo em relação à política, ela era muito determinante, né? Ou seja, ela vinha de cima, do que tava posto lá em cima, sem contar a realidade do município, né? Então a gente viu que esta questão do território, também foi muito importante pra política, porque avalia as condições, o que que são as pessoas aqui em Leopoldina, quais as necessidades aqui de Leopoldina (...) eu acho que não só pro usuário, mas pra gente enquanto trabalhadores aqui no SUAS, a gente, nós temos um norte, nós sabemos, nós temos uma diretriz pra atendimento do usuário, né? O que que é direito desse usuário, o que que essa política pode oferecer pra este usuário. Porque esta política era vista, como poderia resolver tudo, somente como bondade, caridade. Hoje a gente vê que ela atua na perspectiva realmente do, desse cidadão, que é um cidadão de direitos. Eu acho que assim, a dificuldade, não sei se é dificuldade, se eu posso dizer assim... Mas é o próprio usuário perceber e entender que é direito dele, né? Que os benefícios que ele tem, os serviços que são oferecidos através desta política, acho que foram tantos anos dessa questão de bondade, de caridade, hoje eles entenderem que é um direito deles, né? Que isto daí foi conquistado, que têm leis que respaldam ele (PROFISSIONAL8).

(...) não vê só aquele momento, aquelas pessoas, você vê a família como um todo, antes você via aquela família e ajudou. Hoje não! Você vê aquela família que se tá ajudando, mas você vê que aquela família que você tá ajudando, é composta de sete pessoas, x crianças, qual o problema maior que tem, entendeu? Então tem uma amplitude maior, tá? É um trabalho que a gente tem sempre que ter um olhar assim ... igual o programa, nós temos, de atenção integral a família, o Paif. Se você for analisar quase toda família tem que ter uma assistência, nem que seja momentaneamente, não precisa ser direto, mais momentaneamente... esta complexidade não é só nessa prática que eu estou falando pra você, de estender mais a visão, os atendimentos e tudo, que eu acho que foi um marco, uma diferença, não é? Mas também a gente conseguir de uma forma geral vê aquele indivíduo ou aquela família como um todo mais, mais de perto, se tá me entendendo? Porque antes era muito mais fácil “ah, se assistiu aquela família, e aquela família tá necessitando de roupa ou aquela família tá necessitando de cesta básica... Hoje não! Aquela família está inserida em vários programas, você conhece ela mais de perto (PROFISSIONAL9).

Eu lembro da visão do usuário em relação a assistência, e a visão da assistência em relação ao usuário também. Eu acho que é a questão de você vê o usuário, não uma coisa isolada assim, não como a pessoa isolada, mas influenciada pela questão territorial, pela questão familiar, por todas as questões sociais. E a assistência social tinha muito aquela questão assim de você construir um caminho pra aquele usuário, e hoje seria mais construir juntos, propósitos pra vida daquela pessoa. Eu acho que seria assim voltada mais neste sentido. E esta visão do usuário pra a assistência social, eles veem à assistência social, eu acho que eles procuram muito mais o CRAS hoje, a assistência social, e eles veem assim como..., não como um lugar que dá alguma coisa, porque hoje a gente não trabalha com isto mais, porque o CRAS tinha esta doação de cesta básica(...)Então eles conseguem, a maioria, eles conseguem perceber que o CRAS não é um lugar que dá, mais que abre portas, novos caminhos, novas oportunidades pra eles (PROFISSIONAL4).

Porque antes a assistência era vista como um favor, né? As damas que faziam a caridade... Então, através do SUAS que foi uma política pública que foi mostrar pro usuário que ele tem direitos, que ele não tá ali só por troca de favor, por troca

de voto, troca de nada, né? Então, foi mostrar a política como funciona, hoje o SUAS te dá mais... quer entender o usuário de uma forma mais ampla, não é? “Ah, você quer uma cesta de alimento? Então tá, toma!” Não é isso. A gente conversa com aquela família, faz um acompanhamento com aquela família, insere ela no PAIF, né? Então, faz um acompanhamento bem melhor, bem mais amplo da família (PROFISSIONAL7).

Eu vejo assim, o que a gente consegue ver e identificar, e é até bacana a psicologia tá inserida no SUAS que é a questão do sujeito. De identificá-lo como sujeito, vendo as demandas que ele traz. Então, a gente vê as demandas próprias da assistência, que é questão de benefício, do que que ele precisa, e porque também é dever do Estado de manter, de certo modo, o mínimo necessário, né? Então assim, eu vejo que é na questão de ver ele nesse todo. Como que eles estão inseridos naquele local, quais as questões que estão envolvidas naquela comunidade, naquele espaço... Identificar ele como um todo, não como alguém que precisa de uma casa, que precisa de um dinheiro, de alguma coisa. Mas é um sujeito que ele precisa disso, mas ele também tem o direito de outras coisas, de ser ouvido... As vezes a gente vê aqui, as vezes o material tem a falta, mas tem a falta do ouvir, tem a falta do saber que ele tem direitos (PROFISSIONAL 6).

Estas respostas permitiram-me aproximar de quais eram as concepções das profissionais em relação à “complexidade” deflagrada pelos sujeitos. Ou seja, àquele questionamento servia de subsídio para a investigação de quais eram as suas concepções de “sujeito complexo”. E, nesse primeiro momento, o que foi percebido é que as profissionais vincularam, fortemente, esta “complexidade” ao histórico de atendimento da política de assistência social, pela ampliação na cobertura das demandas dirigidas a política. Em grande medida, apresentaram a compreensão de que estes sujeitos têm demandas que vão além daquelas mais imediatas, com as quais a política de assistência social se restringia, anteriormente ao SUAS.

Isto significava que, de certo modo, as concepções sobre a “complexidade dos sujeitos” estiveram limitadas ao direcionamento e à oferta de atendimento dos serviços da política de assistência social, bastante centrados “à lógica do SUAS”³⁵. Embora, frente a esta limitação, há que se considerar de que esta compreensão pode ter ocorrido, já que a própria indagação se respaldou na X Conferência, o que poderia ter levados a associar o que esteve ali apresentado, em relação ao histórico do SUAS.

De qualquer forma, em poucos momentos, algumas profissionais alcançaram apontamentos que até levariam à leve aproximação da concepção de sujeito, tal como foi tratada na dissertação (a partir da teoria marxista), como por exemplo, nas seguintes falas: “é a questão de você vê o usuário, não uma coisa isolada assim, não como a pessoa isolada, mas

³⁵ Entre aspas, pois, evidentemente que o SUAS não existe como lógica própria, apenas expressa os preceitos e diretrizes que foram social e historicamente construídos pelos sujeitos sociais.

influenciada pela questão territorial, pela questão familiar, por todas as questões sociais” (PROFISSIONAL4) ou “como que eles estão inseridos naquele local, quais as questões que estão envolvidas naquela comunidade, naquele espaço” (PROFISSIONAL 6).

Retomando a dissertação, seria possível afirmar que esta caminhou teoricamente buscando explicitar justamente a complexidade a qual o sujeito deflagra na realidade da vida social. Logo, entender o sujeito em sua complexidade consistiria a admissão da tensão que se dá entre a sua singularidade e o seu ser genérico. Pois, já esteve demarcado que, na teoria marxista, a constituição do sujeito está inerentemente configurada com a totalidade social. E, como na totalidade da vida social se inserem diversos elementos contraditórios e heterogêneos, logo, o ser social apresenta-se como um “complexo de complexos”.

Todavia, este entendimento do ser social “como um complexo de complexo” não se mostrou claro nas respostas das profissionais, já que enquanto elaboração teórica, estas não foram precisas em destacar **a correlação de que todas as interações instituídas pelos sujeitos sociais são mediadas pelo “médium da sociedade”**. Então, seria justamente por reconhecer a presença destas mediações sociais, é que se poderia dizer que se têm as várias esferas da vida dos sujeitos. Assim, a complexidade deveria ser compreendida como resultado do incessantemente processo de reprodução do ser social.

Nesse ponto, um possível risco, que geraria equívoco na compreensão desta complexidade, seria as profissionais se limitarem aos complexos parciais, sem ao menos correlacioná-los à totalidade da vida social. E isto pode ter ocorrido, por exemplo, se observar que as profissionais, em grande medida, vincularam esta complexidade partindo das diferentes demandas, que podem ser dirigidas à política de saúde, à educação, a própria assistência social etc., na perspectiva da importância da intersetorialidade dos serviços. Mas somente pelo reconhecimento, por parte das profissionais, das diversas demandas que são dirigidas “à rede de serviço”, já seria suficiente para considerar que eles têm precisão quanto “a complexidade do sujeito”? Definitivamente não, pois poderiam ser vistas como demandas fragmentadas, o que sustentaria a não-compreensão (ou imprecisa) de que as várias esferas da vida dos sujeitos sociais estão inerentemente articuladas com a totalidade sócio-histórica. Relembrando o dizer de Lukács “o ser social é um complexo composto de complexo, cuja reprodução se encontra em variada e multifacetada interação com o processo de reprodução dos processos parciais relativamente autônomos, sendo que à totalidade, no entanto, cabe uma influência predominante no âmbito das interações” (LUKÁCS, 2013, p. 278).

Então, para aproximar um pouco mais do objeto de estudo, dei mais um passo, trazendo assim, outra questão que também estava direcionada à participação da X Conferência. Lá estive demarcado que se poderia dizer que “hoje estamos diante de um novo usuário” “tem um perfil novo chegando nos serviços”. Frente a esta afirmativa, o que cada profissional compreendia sobre esta questão? Logo, algumas respostas mereceram destaque.

Eu entendo que é mais perfil de família mesmo. Antigamente era família, pai, mãe e filhos. Hoje em dia você tem perfil, estruturas familiares de diversas formas, então você tem que saber trabalhar com estas situações. Hoje em dia, dois pais e filhos, duas mães e filhos, são netos criados por avós. Antigamente até tinha isto mais... era menos do que hoje. Então você tem que saber trabalhar com esta situação. A gente tem que deixar o preconceito de lado, porque o preconceito ele existe. Às vezes a gente mesmo se pega pensando de uma maneira preconceituosa, eu as vezes me pego pensando, eu, eu preciso muitas vezes me policiar, pra eu não tomar ..., não falar alguma coisa. Como é que eu vou colocar isto na pratica, né? (...) e hoje essa mudanças das famílias, a gente também tem que ter uma visão pra isto, senão a gente não sai pra trabalhar não. Senão a gente entra no senso comum, né? A gente não pode ter o tal de senso comum (PROFISSIONAL2).

O usuário já tem percebido que não tá mais na linha do assistencialismo, ele chega aqui e não chega mais pedindo cesta básica não. Ele sabe que não tem. Então, se não tem, o que que tem? Tem cursos? Tem. Dá entrada nos benefícios do INSS? Algo mais assim, mais dos direitos deles, na área da psicologia, porque não tinha também... A posição deles mudou muito nisso daí (PROFISSIONAL10).

Eu acho que a gente pode dizer que tem aparecido outros usuários aí, que eu acho que não são só aqueles vulneráveis, como eles pensavam que trabalhariam só no início, como eles já trabalharam... hoje você já vê um usuário que, de repente, que trabalha, ou que, de repente, estuda, se tá entendendo? Mas que tem outros tipos de problemas (...) então a gente vê mil modos de família, inclusive até a família homossexuais nós já temos (...) então eu acredito que estas diferenças são estes viés que estão acontecendo e que já vem... porque também a gente não pode negar também, que de uns anos pra cá, houve um avanço muito grande na área social, o PT arrasou agora tudo que ele fez, mas foi um avanço muito grande, desde o FHC um pouco, em termos de política de Brasil, avançou-se muito, né? Hoje uma classe C, D e E, já tem acesso ao celular tipo o seu, se ele trabalhar (PROFISSIONAL9).

Então, eu acredito que seja o que... porque antes as pessoas viam mais a troca... “hoje eu vou lá porque eu vou ganhar alguma coisa”. Não! Hoje elas vêm mais pra uma informação, entendeu? Foi ampliando o olhar do usuário também, em relação aos CRAS, que tá mais perto deles, vamos dizer assim... Eles já sabem, não tou dizendo que todos sabem, mas já sabem onde procurar os serviços (PROFISSIONAL7).

Eu acho que a sociedade mudou também, a aquisição das pessoas deu uma modificada. Então assim, eu acho que o Bolsa família, de uma certa forma, ajuda a pessoa a sair daquela situação de não ter nenhuma renda. Eu não sei se em função disso, eles não chegam aqui com total necessidade de tudo. Mesmo que chegue com a situação muito precária, muitas vezes não é falta de comida, a alimentação... Tem outras demandas, problemas comportamentais, dificuldades com os filhos,

outras coisas... Eu acho que pode ter mudado um pouco nisso... Agora com esta crise a gente não sabe se vai voltar um pouco, a situação dos antigos usuários que tinham aqui, mas eu não peguei isso ainda... Porque hoje não é isso que busca, porque o mínimo ele costuma ter em casa, porque tem o Bolsa família que ajuda ele a comprar alguma coisa, tem algumas entidades que ajudam... Então, já chegam aqui querendo um pouquinho a mais (PROFISSIONAL6).

Novamente, há que se considerar que esta questão levantada, também se referia à participação na X Conferência, e isto poderia ter provocado tal estreitamente em suas respostas. Este novo perfil de usuário, aos novos sujeitos que foram sinalizados naquela exposição, suscitou em mim, a seguinte reflexão: seria, talvez, que a palestrante estivesse se referindo que é perceptível a presença de constituição de individualidades antes não vistas, ou seja, que os profissionais da assistência social têm percebido “novas personalidades” sendo formadas?

Não caberia, nesse instante, dizer se a afirmativa de que tem chegado “um novo usuário dentro dos serviços de assistência social” tenha se dirigido neste sentido. Mas de qualquer maneira, esta questão seria provocativa para capturar qual a concepção dos profissionais sobre o desenvolvimento e replicação das individualidades. Se os profissionais estivessem ancorados numa perspectiva crítica dialética, tal como a teoria marxista, aproximaria da compreensão de que: **a ampliação dos processos de socialização se faz, em concomitância (sem desconsiderar o descompasso no desenvolvimento de reprodução global) à constituição das individualidades. Logo, as individualidades são constituídas em articulação com relações sociais por estas travadas. Dessa maneira, quando se compreende que a complexificação das formações sociais estão presentes, em que as relações sociais se mostram cada vez mais mediadas, não é difícil admitir que as individualidades, dentro desse processo de reprodução social, sofrem alterações. Pelo emaranhado de mediações, que se formam no processo de reprodução da vida social, pode-se afirmar que as individualidades têm se apresentado cada vez mais complexas e heterogêneas.**

Na verdade, esta compreensão acima, englobaria tanto a primeira quanto à segunda questão levantada, pois possibilitaria admitir que os sujeitos sociais são “complexos de complexos”, que passam, assim, pelos inesgotáveis processos de reprodução social, enquanto seres sociais, o que quer dizer, que sofrem constantes modificações. Foi possível considerar que algumas respostas pareciam “tatear” a perspectiva dialética, embora, do mesmo modo que já havia observado na apresentação dos casos, a dimensão social ficou ainda restrita a instituição familiar. Quando se dizia que as famílias são diferentes atualmente, não vinha à

tona uma precisa compreensão de que estas refletem as renovadas formas de reprodução social. Apenas afirmar que as famílias mudaram, não significaria que concebiam estas transformações, como resultantes das inerentes mudanças nas suas estratégias de sobrevivência, alterando assim, todo o âmbito da dinâmica entre os membros familiares.

Naquele momento, a única que minimamente trouxe a categoria “sociedade” foi a profissional (6), quando partiu da elaboração de que “a sociedade mudou também”. Mas, mesmo assim, nenhum das profissionais sinalizou a compreensão, de maneira mais abrangente, de que **a sociedade se encontra em ininterrupto movimento, sendo reproduzida a partir de um processo sócio-histórico contínuo, que compõem os vários atos singulares dos sujeitos sociais, sendo estes (atos singulares) reproduzidos dentro de uma organização social particular, que no momento atual, é a organização social baseada na acumulação do capital.**

Outros pontos abordados nas entrevistas com as profissionais, baseados na X Conferência, se referiram as provocações suscitadas pela palestrante quando refletia: “Quem são estes usuários? O que querem de nós? Quais têm sido suas demandas? Nossas estratégias tem sido suficientes?”. A escolha destas provocações seria um caminho possível para me aproximar, cada vez mais, do meu objeto de estudo. Todos estes questionamentos assumiriam a direção para que as profissionais pudessem revelar, quais as elaborações teóricas que fazem sobre os sujeitos-famílias por eles atendidos, assim como, a reflexão do seu fazer profissional. Então, fiz a seleção de algumas respostas, para analisar de forma mais pormenorizada. E, para adentrar ainda mais no processo de conhecimento do objeto de estudo, outras questões foram sendo postas, como aquelas relacionadas tanto aos “estudos de casos” quanto à formação profissional

As considerações da profissional (3), permitiram capturar pontos essenciais. Por exemplo, começou destacando como percebia estes sujeitos e famílias que chegam ao cotidiano do CRAS e, sobretudo, em seguida, quais eram os desafios para sua atuação profissional frente a estas demandas.

Aqui no CRAS a gente trabalha muito com esta questão da prevenção e para eles aderirem a esta questão da prevenção é muito difícil, eles não acham, não veem isto como importante. Na verdade, eles já vêm aqui quando a coisa já tá..., quando a dificuldade está inserida e eles querem que a gente resolva. Isto eu já percebo há algum tempo, desde que eu trabalho é assim. Eles nunca querem vir numa reunião que será trabalhado algum tema de conhecimento pra eles, de informação para eles não. Eles só vêm numa situação de dificuldade para gente resolver, entendeu? Querendo uma solução rápida, que não é assim que acontece, né? Não são questões somente práticas não, nem sempre é isso. São questões de relacionamentos

familiares, dificuldades deles de se organizarem, de se relacionarem entre si. As mães se desresponsabilizando o tempo inteiro pelos filhos, querendo que o Estado se responsabilize por estes filhos, isto o tempo inteiro acontece aqui, entendeu? (PROFISSIONAL3).

Os desafios são imensos. O tempo inteiro a gente tem que ter muita criatividade para tentar atingir estes usuários que a gente precisa de atingir. Como eu tinha ti falado, eles não aderem esta questão da prevenção, então haja criatividade para trazê-los aqui no CRAS para participar de uma reunião, que vai trazer algum conhecimento pra eles, entendeu? Os desafios são nesse sentido e, além disso, o desafio de trabalhar com a rede. Falam em rede o tempo inteiro, o tempo inteiro, mas as vezes a gente vê que não funciona, a gente encaminha para um determinado setor, este setor não tem vaga, então a rede fica parada.. Não têm sido suficientes não, acha que a gente tem que pensar muito para atingir o nosso público, porque não tá fácil de atingir não (PROFISSIONAL3).

O que a profissional (3) trazia naquele instante, permitia suscitar várias reflexões. Eu reconhecia que esta levantava a questão relevante, de que a sua intervenção profissional não estabelecia conexão, de forma tão direta, com a posição teleológica primária, que é o trabalho. A dissertação já destacou este cenário do campo de atuação destes profissionais, que se conectam as posições teleológicas secundárias, ou seja, as práxis sociais mais complexas. Naquele momento (da dissertação) foi possível compreender que a atividade do homem não se restringe apenas ao trabalho. Relembrei-me que, **como os homens não estabelecem relação apenas com a natureza - sendo esta fundante para superação da animalidade do homem, permitindo o salto ontológico enquanto ser social -, mas também com os outros homens, isto fez com que os atos teleológicos assumissem conteúdos sociais, o que possibilitou engendrar práxis sociais cada vez mais complexas. Entretanto, nesta consideração esteve sempre embutida a compreensão, de que os atos teleológicos secundários estão organicamente vinculados ao trabalho, reconhecendo assim, que este é o modelo de toda práxis social.**

O que chamou atenção foi que a profissional (3) trouxe à tona a finalidade do seu ato teleológico secundário, que é “atingir a consciência dos sujeitos-famílias por ela atendidos”, expressando-o do seguinte modo, “a gente tem que ter muita criatividade para tentar atingir estes usuários que a gente precisa de atingir” e “a gente tem que pensar muito para atingir o nosso público, porque não tá fácil de atingir não”.

Diante do que a profissional (3) relatava, tive a chance de interpelar um pouco mais sobre este ponto. Assim, pude perguntar para a mesma, qual era o sentido deste “atingir” e o que ela esperava “atingir”. A resposta veio da seguinte maneira:

No sentido deles compreenderem a importância deles participarem. Até a questão da participação popular, deles se inserirem nos conselhos de direitos do município, lutarem pelos direitos do bairro, participarem de associação de bairro. Eles não têm esta cultura de participação, entendeu? Por eles não terem esta cultura de participação, o nosso trabalho aqui fica difícil de ser realizado, entendeu? Eles não compreendem a importância dessa participação, eles não recebem uma educação de qualidade, eles não sabem o que que é isso, os pais não participaram nunca de nada, então eles também acham que não veem a importância de participar (PROFISSIONAL3).

Assim, percebi que a profissional (3) referia, que a sua finalidade seria “a mudança de concepção de mundo destes sujeitos-famílias”. Parecia que ela projetava idealmente que as ideias e as resoluções práticas dos problemas da vida cotidiana, destes sujeitos-famílias atendidos por ela no CRAS, deveriam tomar outra trajetória que suscitasse “a questão da participação popular, deles se inserirem nos conselhos de direitos do município, lutarem pelos direitos do bairro, participarem de associação de bairro” (PROFISSIONAL3). Isto encontrou guarida nas suas ideias levantadas anteriormente, quando tratava dos desafios da prática profissional, pois “eles nunca querem vir numa reunião que será trabalhado algum tema de conhecimento pra eles, de informação para eles não. Eles só vêm numa situação de dificuldade para gente resolver, entendeu? Querendo uma solução rápida, que não é assim que acontece, né?” (Idem).

Estes apontamentos trazidos pela mesma - de que concepção de mundo destes sujeitos-famílias, ou seja, de que as resoluções práticas e as formações ideias utilizadas para os problemas enfrentados na vida cotidiana estavam distanciadas do “espaço público” - abria um cenário de reflexões: o que a profissional (3) estava dizendo, era que as respostas encontradas pelos sujeitos, frente aos conflitos expostos pela vida cotidiana não “interpelavam” a esfera pública? Mas qual seria seu entendimento de esfera pública? Teria a apreensão de que na sociabilidade capitalista burguesa ocorreu a fratura do público e o privado? Será que referia à compreensão, de que estes sujeitos não se percebem como integrantes ativos do gênero? Perguntas como estas, rondaram a cada momento, pois, o que fato percebia - quanto ao distanciamento destes sujeitos às atividades coletivas e à busca por resoluções imediatas para os conflitos da vida cotidiana - fazia coro com o discurso dos outros profissionais.

Mas este fenômeno que foi revelado por grande parte dos profissionais, do distanciamento dos sujeitos dos espaços coletivos, só poderia ter brotado de um solo sócio-histórico particular. Este aspecto é que ficava sempre em suspenso, quando os profissionais traziam a explicitação desse fenômeno. Logo, a cada instante, buscava investigar, se àquele profissional, quando fazia referência à concepção de mundo destes sujeitos, compreendia que

esta (concepção) é originada da relação travada nas bases materiais, ou seja, que, portanto, tem um caráter eminentemente social. Será que as profissionais apresentavam, enquanto precisão teórica, que as formações ideais são erguidas da base material, em que os sujeitos - nas constituições das suas individualidades (no desenvolvimento do jogo dialético de perguntas e respostas na qual o sujeito se deparou na sua existência social) - passam a responder singularmente aos desafios da vida cotidiana, sendo estas respostas, assim, generalizadas?

De diversas outras maneiras e, também as outras profissionais, demarcaram o reconhecimento do distanciamento dos sujeitos nos espaços coletivos, chamando atenção quanto à certa “apatia”.

(...) se você convida pra uma reunião não vem, se você convida pro grupo de mulheres, onde a gente pode discutir algumas coisas, uma vê no problema da outra, né? O que pode melhorar... o que pode mudar... e elas também não querem. Será que a gente que tá fazendo errado? Será que elas que não querem compromisso com nada. Eu tenho esta angústia, sabe? (...) Eles vem aqui muito pra resolver o problema deles, mas quando a gente convida pra vir aqui, eles pensam o que é que vou fazer lá? O que eu vou fazer lá no CRAS? As vezes eu vejo nas reuniões a gente falando, conversando, dando espaço para eles falarem, eu vejo que eles estão assim, voando, voando. Devem estar pensando: “essa mulher fala fala fala, e eu tô doido pra ir embora”. Eu... são poucas as reuniões que eu consigo... porque haja tema, haja dinâmica...(PROFISSIONAL2).

No atendimento individual eu vejo que eles vêm mais, não sei... Porque é uma coisa que, não sei se eles acham que vão ter um retorno mais rápido, as vezes conversando com um profissional, cara-a-cara. Agora, os atendimentos coletivos é muito difícil (PROFISSIONAL3).

Família é muito dinâmico, porque varia demais. Tem pontos que a gente percebe que falta muito informação, a gente quer, por exemplo, que a educação das crianças sejam, seja melhor, mais não tiveram também... Então falta muita informação de tudo, aí falta até o interesse, as vezes você tem uma informação pra dar, você tem uma palestra, tem... Mas o interesse do pessoal... As vezes tem coisa muito ... que a gente nota que, por exemplo tem o PROJOVEM, tem capoeira, tem aula de música, tem aula de dança, tem orientação social, na minha época de criança não tinha nada disso, hoje tem muita atividade, tem oportunidade mas o pessoal não procura, muito pouca gente e é tudo de graça (PROFISSIONAL 10).

É muito complicado lidar com a vida do outro, né? Com o destino do outro, e influenciar, e indicar... porque as vezes o que você quer, o que você acha que é bom pra aquele pessoa, não é o que ela quer (...) E assim, nós fizemos eu e mais (outras profissionais) uma pesquisa na o bairro (tal), onde tem um conjunto habitacional do MINHA CASA MINHA VIDA... são 265 casas no bairro afastado, que não tem uma pracinha, que não tem nada perto. E, é lá no alto do morro, tem um ônibus que passa lá...então nós fizemos uma pesquisa e foram 25 entrevistas, pra saber como que está a adaptação deles lá, o que que eles acham que precisa melhorar, o que que eles querem, se eles tem intenção de fazer algum curso, se eles

trabalham... o que que eles querem pro bairro? E foi assim, desanimador... pra mim foi muito triste. A gente foi, conversou, uns não queriam nem conversar, um ou outro às vezes tinha até uma preguiça de conversar e de responder... “Você trabalha? Não. Você estuda? Não. Você estudou até qual série? Até a sétima série. Você tem vontade de fazer algum curso? Não...” As vezes, eu até falava, mais um curso... porque as vezes a gente não pode falar de forma muito objetiva, porque as vezes não tá nem entendendo o que que a gente tá perguntando “Não, mas você não tem interesse de fazer um curso de manicure, um curso de cabeleireiro? Não. Você acha que o bairro precisa de alguma coisa? Não, tá tudo ótimo... Mas, você não acha que o bairro precisa de uma praça? É, acho que uma praça pode ser...” Mas, uma coisa assim apática, sabe? O que tiver tá bom... eu não foi só eu que percebi isso... E a gente ficou estarecida com a situação “nada”. E lá tem a questão da droga que é muito forte, do desemprego, da baixa escolaridade... então fica até difícil propor alguma coisa porque a gente não sabe o que eles estão querendo...(PROFISSIONAL 4).

Então, frente ao “desinteresse” pelas atividades oferecidas pelos serviços, quando a profissional (10) foi questionada como percebia este quadro, respondeu: “não sei se é internet, essa falta de interesse deles, ainda é um mistério pra gente”. A profissional (4), que pontuou o seu estarecimento sobre a “apatia dos sujeitos”, no momento da entrevista, foi questionada sobre como entendia aquilo e o que a mesma esperava (projetava idealmente), quando chegou naquele bairro. A resposta foi a seguinte:

Então, o que que acontece: lá eu faço várias visitas lá, eu conheço... Pra mim eles tinham muitas necessidades “Não! A gente precisa de uma quadra, a gente precisa de um espaço de lazer pra crianças brincarem, as crianças ficam na rua, né? Perigoso, o carro passa. A gente precisa de uma atividade pras crianças...” Não. Tá tudo bem! Então você fica assim, E o que que você vai fazer? Se tá tudo bem... Então assim, você tem que partir do início, você tem que despertar neles a vontade de querer alguma coisa... De querer mudar, de querer melhorar e isto é difícil. Pra mim foi muito triste este dia... (PROFISSIONAL4).

Na verdade, a elaboração teórica que faziam, sobre o desinteresse dos sujeitos na inserção dos espaços coletivos e a “apatia” frente aos problemas da vida cotidiana, se limitava apenas em evidenciar este “fenômeno”. Pela minha experiência profissional dentro destes serviços da política de assistência social, consegui associar que esta elaboração teórica - de que as famílias e sujeitos se mostram apáticos à realidade social (alguns, chegavam a destacar a “escassez” de recursos linguísticos) - revela-se bastante recorrente entre os profissionais. Em diversos momentos, avoca-se este “fenômeno”, fazendo uma correlação direta aos desafios profissionais para intervenção. Mas, a questão crucial nesse ponto, seria buscar a origem deste fenômeno. Qual a compreensão que as profissionais tinham sobre o mesmo? Isto sim, daria a possibilidade para que, mais uma vez, eu pudesse investigar, qual a concepção de

sujeito que possuíam, e mais além, como entendiam a ocorrência da constituição da subjetividade destes. E várias questões sobre isto puderam ser analisadas.

Primeiramente, quando traziam a questão da “apatia” e “do desinteresse pelo espaço coletivo”, não apontavam nenhuma reflexão que possibilitasse a percepção de que as profissionais compreendiam aquele fenômeno, como resultado do processo de estranhamento. Porque, na verdade, o que elas apontavam, é que estavam diante de “personalidades estranhadas”, ainda que não reconhecessem desse modo. Tanto o primeiro momento da dissertação - quando tratou do *trabalho estranhado*, a partir dos estudos de Marx, contidos nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos* -, quanto no segundo - em que revelou como se dá o processo de reprodução das individualidades e da sociedade, a partir do processo complexo global -, permitiria melhor compreensão sobre isto. Ainda que, reconhecidamente, não tivesse me debruçado nos estudos do fenômeno do estranhamento, era possível refletir alguns aspectos.

Retomando, quando tratei do trabalho estranhado, Marx bem destacou, que a forma originária do ato de pôr do sujeito, o trabalho, “sofre as condições históricas específicas para sua realização”, isto queria dizer que, “sob condições históricas particulares, por mediações concretas, se produzem formas específicas de desenvolvimento da constituição destes sujeitos”. A possibilidade de reconhecimento do fenômeno do estranhamento, partiria, justamente, desta consideração. Pois, nos marcos sócio-históricos particulares da sociedade burguesa, na presença da divisão de classe e da propriedade privada, “a relação dos sujeitos com a sua atividade de autocriação se opõe em alguns aspectos”.

Nos estudos levantados por Marx, foi destacado que, na sociabilidade burguesa, o sujeito e a relação com o trabalho, acabava gerando e produzindo uma relação de oposição em três aspectos. Primeiramente, na relação do sujeito com o seu trabalho, o trabalho é visto como não pertencente a ele, não possibilitando o seu reconhecimento no produto produzido. O segundo aspecto, os sujeitos se antagonizam com os outros homens, não reconhecendo assim, os outros como iguais. E, finalmente, ele se antagoniza com ele mesmo, não se reconhecendo enquanto integrante do gênero humano. Entretanto, a teoria marxista deu um passo além, revelando assim, que as relações entre os homens estavam estranhadas. Não era apenas o trabalho que estava estranhado, mas a partir deste (lembra-se sempre que o trabalho é o modelo de todas as outras práxis sociais), várias outras formas de estranhamento humano ocorriam na vida cotidiana. Coube resgatar as palavras de Marx, já citadas no primeiro momento da dissertação.

Na elaboração do mundo objetivo (é que) o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua obra* e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto de trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual(mente), mas operativa, efetiva(mente), contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele mesmo. Consequentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica (*wirkliche Gattungsgegenstandlichkeit*) e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza (MARX, 2004, p. 85).

O fundamental nesse momento da investigação, era que nenhuma das profissionais traziam a compreensão sobre este fenômeno do estranhamento, embora, apenas identificassem a sua forma *aparente*, seja pela expressão do “desinteresse” ou da “apatia”. Possivelmente, não reconheciam a *essência* do estranhamento, porque também não tinham precisão teórica a respeito do processo de reprodução do ser social. O que isto significava? Talvez não compreendessem que, no processo de reprodução do ser social, os sujeitos, a partir dos seus atos teleológicos singulares, se reproduzem enquanto indivíduos e gênero humano. Ou seja, tanto as individualidades são incessantemente reproduzidas, quanto à sociedade enquanto totalidade. Para entender a que se referia o fenômeno do estranhamento, necessitavam de precisão teórica quanto ao que esteve exaustivamente exposto no segundo momento da dissertação: “o ser social, mostra como estrutura básica a polarização de dois complexos dinâmicos, que se põem e suprimem no processo de reprodução sempre renovado: o do homem singular e o da própria sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 202-3).

Somente de posse desta compreensão que, em seguida, poderiam admitir que o fenômeno do estranhamento revelava, justamente, que estes dois polos do ser social (indivíduo e sociedade), estavam atuando um sobre o outro de maneira contraditória. O estranhamento seria a inadequação da individualidade com a genericidade. Quer dizer, de forma mais sintética, que as individualidades se “manifestavam”, demonstrando-se desapropriadas de todo desenvolvimento genérico alcançado pelo processo de socialização.

Assim, pude supor que as profissionais desconheciam, como se dá a constituição das individualidades e a formação da personalidade, e, por isso, não poderiam capturar àquelas manifestações subjetivas trazidas pelos sujeitos atendidos. Se não tinham apropriado teoricamente o que foi tão destacado no segundo momento da dissertação, de que o sujeito singular expressa, unitariamente, a relação dialética do momento objetivado (materialização no mundo) e do momento da alienação (em que os aspectos da subjetividade estão no centro), como identificar o que se refere à manifestação da subjetividade destes sujeitos?

Como já esteve anunciado em outro momento, as profissionais, quando diante às manifestações subjetivas, estariam sendo desafiadas, a todo tempo, a reconhecerem as reapropriações das alienações realizadas por cada sujeito atendido. Mas também, já foi demarcado que “é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação” (LUKÁCS, 2013, p. 418). Logo, torna-se inevitável que qualquer profissional se depare com algumas formas de estranhamento. E, mais além, evidentemente, que para combatê-las, primeiramente, há que reconhecê-las em sua constituição. Porque o que foi percebido na investigação é que as profissionais “denunciavam” a “manifestação” da subjetividade daqueles sujeitos, mas sem revelar a sua natureza. Elas se deparavam com as expressões de algumas reapropriações da alienação que, naquele caso, assumiam a forma de estranhamento e, apenas descreviam a sua *forma*, que se mostrava através da “apatia” ou do “desinteresse”.

Entretanto, caberia a mim, ainda realizar uma análise crítica sob outro aspecto. Inicialmente, era preciso considerar que o sujeito (profissional) também estaria se manifestando subjetivamente, sob um ponto de vista peculiar. A explicitação dos profissionais, de que almejavam atingir certa mudança na “concepção de mundo” do “usuário”, fazia emergir algumas reflexões. Atentava-me que estes profissionais projetavam idealmente que o usuário deveria “valer-se” dos espaços coletivos, indo além das suas demandas mais imediatas e singulares. Entretanto, em meu processo abstrativo, fazia a associação, de que se indagasse estas profissionais, quanto à participação e ao engajamento das mesmas nos espaços coletivos, para acionamento das suas demandas, provavelmente, a resposta seria negativa.

Naquele momento da entrevista, não era oportuno realizar tal indagação, mas o “provavelmente” da resposta negativa vinha também da minha própria experiência profissional. Nela, pude reconhecer que, grande parte dos profissionais, se mostrava “resistente” para ocupar os importantes espaços coletivos, onde poderia expressar suas reais demandas. Como por exemplo, foi notório, em meu cotidiano profissional, perceber o esforço dos gestores para convencerem os profissionais a participar mais ativamente dos conselhos municipais, conferências, etc. Então, será que aquelas profissionais, ali entrevistadas, participavam da associação do seu próprio bairro? Quando que as profissionais, para resolução dos seus conflitos da vida cotidiana - que, inclusive, necessariamente, precisam sempre de respostas mais imediatas -, buscaram grupos ditos “educativos” e de “informação”? Será que as suas necessidades eram atendidas por qual via?

Assim como os sujeitos atendidos, as profissionais estavam ativamente constituindo a sua individualidade (ativamente atravessados pelo jogo dialético de perguntas e respostas), e, certamente, que o fenômeno do estranhamento também era sofrido por elas. Mas o ponto peculiar, poderia estar na “concepção de mundo” diversa daquela apresentada pelos seus “usuários”.

Diante de tais reflexões, eu deveria aprofundar, ainda mais, para reconhecer quais os valores que estavam sendo trabalhados nestes tais grupos. Assim, quais as “concepções de mundo” que carregavam estas profissionais, para direcionar os tais encontros e palestras, já que reconheciam a baixa adesão de tais “usuários” nestes espaços. Alguns momentos foram elucidativos, para compreender como isto se dava.

A entrevista com a profissional (3) foi bastante esclarecedora, e, assim, o desvelamento do objeto de estudo foi se apresentando gradualmente. Primeiramente, a profissional (3) tentava responder a provocação suscitada pela palestrante na X Conferência, se “as estratégias têm sido suficientes” para atender as demandas dos usuários. Em seguida, expressou quais as maiores demandas que os usuários dirigem para o CRAS.

As estratégias a gente precisa tentar mudar sempre, porque a gente precisa de números. Tem um relatório mensal que vai todo mês para o MDS. Eu preciso de lá “quantas famílias participaram da reunião do PAIF? Da reunião do BPC?” Eu preciso de números, então haja criatividade, eu tenho que correr atrás, fazer busca ativa. Mas ainda assim, é muito difícil. Toda hora a gente muda de estratégia, faz reunião de manhã, faz reunião a noite... As vezes a dificuldade tá no horário? Convida palestrante, tem que mudar de estratégia o tempo todo pra vê se atinge (PROFISSIONAL3).

(Quanto às demandas) Benefícios em geral, o BPC, o Bolsa Família, isenção de documentos, todos estes benefícios. Mas, assim, como demanda do sujeito, que não seja uma questão paupável, objetiva, tem por relacionamentos familiares. A dificuldade de relacionamento entre pais, mães, filhos, avós ... Eles têm muita dificuldade com relação a isto. Eles não sabem quem é a autoridade na casa, muita confusão, avô morando junto com pai, mãe, com neto. Eles não conseguem se organizar minimamente, não sabe quem é a autoridade ali. Tem muita a questão também escolar, baixa frequência escolar, as mães não veem muito importância que os filhos estejam na escola, as vezes ainda tá por conta da vinculação com o Bolsa família, que só recebe se a criança tiver com frequência na escola... são estas mães também que não estudaram, as avós também não, não veem importância dessas crianças estarem estudando. Às vezes o menino de dezesseis dezessete anos saiu da escola, começa trabalhar para ajudar na renda da família e as mães não veem problema nisso... Esta questão de relacionamento familiar é muito forte, eles chegam aqui o tempo inteiro querendo falar, assim, “deem conta dos meus filhos que eu não dou conta!”, entendeu? “Eu não dou conta deles na escola, eu não dou conta deles em casa...” Questão de droga também que é muito forte, basicamente é isto (PROFISSIONAL3).

Já após ter levantado outras questões, a mesma, retornou neste ponto, dizendo:

Na verdade, quando você me perguntou sobre as demandas, eu percebo que às vezes nem tem uma demanda específica não, não vem atrás de nenhum benefício, nada não. Ele vem simplesmente para ser ouvido, ele senta aqui nessa cadeira, porque ele vai em várias outras instituições que existem no município e ele não é ouvido... As vezes ele fica conversando aqui uma hora, eu não tenho nenhuma resposta objetiva para dar para este sujeito, uma orientação que seja, mas as vezes não é isto, ele simplesmente quer ser ouvido, o que ele não é as vezes em casa, em nenhuma outra instituição...e nós enquanto profissionais que ouvem, a gente tá ouvindo, e nessa escuta acaba que a gente vai identificando várias coisas que pode intervir. Mas ele não veio aqui buscar intervenção nenhuma não. A falta de conhecimento deles é tanta, que às vezes chegam aqui sem saber o que querem (PROFISSIONAL3).

Quando tratei da formação acadêmica da mesma, indagando sobre quais as leituras, os autores ou teorias que mais se aproximava para compreender estas questões tratadas - sobre como os sujeitos se organizam na sua vida cotidiana, a produção de comportamentos, valores, pensamentos, ou seja, como que a subjetividade dos sujeitos vai se constituindo -, a profissional expressou da seguinte forma:

Eu não tenho isto claro, eu te confesso. Não tenho mesmo. Dá até vontade de voltar para aulas da professora (tal), porque a gente perde isto tudo. Eu estou sendo muito sincera. A única coisa que eu tenho claro pra mim é a questão da mudança de valores e isto a gente tem que respeitar. É isto que a gente fala o tempo inteiro, né? A subjetividade do outro. O que é o valor pra ele atualmente? O que não é? É valor pra ele o filho estar na escola? Não é valor pra ele o filho estar na escola? Mas ao mesmo tempo, não sei... Tá vendo, a gente fica lá e cá, o que que é valor pra este indivíduo? Mas ainda assim, a gente tá inserida numa política de assistência e a gente vai falar sobre isto, a gente vai falar que é importante esta criança estar na escola, não por conta de um benefício do Bolsa Família, não. Mas que é importante pro futuro, para ele conseguir um emprego bom no futuro. A gente acaba que incumbindo uma ideia de valor diferente daquilo que é valor pra este sujeito. O tempo inteiro a gente vai fazer isto aqui. Apesar de entender e ter pra mim que o valor dele é este e respeitar isto, eu vou querer o tempo inteiro dentro deste CRAS aqui falar que o valor dele, não é que é errado, mas incumbir nele de que é importante tá na escola, entendeu? A gente fica lá e cá... Por exemplo, ter um filho aos quinze anos pra esta família é comum, é normal. A gente inserida aqui no CRAS vai falar “talvez não é ideal, de repente...poderiam ter usado métodos contraceptivos para terminar os estudos”. Mas quem disse também que nós é que estamos certo? Mas o tempo inteiro a gente vai trabalhar com esta família neste sentido (PROFISSIONAL3).

Nesse momento crucial, logo interroguei: então, qual seria este valor que, de certa maneira, diz ser necessário para trabalhar aqui nestes serviços?

É o valor da sociedade. É o valor que a sociedade entende que é importante. É importante terminar pelo menos o ensino médio, né... Falando de uma classe de famílias em situação de vulnerabilidade, terminar o ensino médio é luxo, né? Mas é isso que tá inserido na sociedade que a gente vive. As pessoas tem que engravidar mais depois que forma, né? Ter um trabalho... estes são os valores, não sei se de uma maioria ou de uma minoria. Estes valores se chocam o tempo inteiro... Mas eu, pelo menos, tento ter muito cuidado com isto. Até aonde eu posso ir com meu atendimento... aquilo que é cultural daquela família, daquilo, o que que é de valor para essa família, principalmente em relação a religião, né? Respeitar a religião, respeitar as escolhas deles. Eu tento intervir de uma forma que não vá afetar tanto os valores que tem comigo. Eu tento intervir de uma forma que sem afetar estes valores eu possa melhorar as condições de vida dessa família... (reflexão- pausa) Mas as vezes acaba que a gente vai afetar estes valores, né? É um linha muito tênue. Até onde a gente pode ir, até onde a gente vai intervir nos valores dessas famílias, entendeu?(PROFISSIONAL3).

E logo, em seguida, destacou: “Eu não sei se esta é a nossa função. Mas, por exemplo, numa reunião, na hora que eu vou falar da importância dos pais na educação dos filhos, às vezes, isto não seja um valor pra eles e eu estou interferindo” (PROFISSIONAL3). Assim, pude lançar nova pergunta: em que você se embasa quando se propõe a falar sobre esta importância da relação entre pais e filhos? Como você compreende esta relação entre pais e filhos?

Assim, por exemplo, eu já fiz esta reunião. Eu falei o tempo todo da responsabilidade que os pais têm em relação aos filhos, né? Porque o que a gente vê aqui muito é que eles querem responsabilizar o Conselho Tutelar, eles querem responsabilizar a escola, a escola tem que dar conta da educação do meu filho, entendeu? Foi muito nesse sentido, da importância dos pais dialogarem com os filhos, mostrarem os valores, o que que é certo, o que que é errado. Foi mais nesse sentido. Mas às vezes o que é certo ou que é errado de falar não é o mesmo que eu profissional acha pro filho (PROFISSIONAL3).

Então, inseri um novo questionamento: como você percebe a recepção deles (destes pais), quando você trabalha isto?

Eu acho que estas famílias, eles estão tão perdidos que quando a gente fala eles falam “Nossa! É mesmo, eu não converso com meu filho”. Eu acho que estas famílias até se perdem com tantas outras coisas, que eles não têm a noção da importância na vida dos filhos (PROFISSIONAL3).

No percurso de toda a entrevista com a profissional (3), foi percebido certa imprecisão teórica em relação à concepção de sujeito e da constituição da subjetividade. De forma mais abrangente, observei que a cada aprofundamento no meu questionamento, a profissional trazia apontamentos relevantes, e que não incorria, em sua totalidade, a grandes erros de análise. A

mesma, admitia que “eu não tenho isto claro, eu te confesso. Não tenho mesmo”, mas se mostrava bastante interessada em refletir sobre os valores éticos da sua intervenção profissional. Então, para mim, em que mais se destacava a sua imprecisão teórica?

Justamente, quando foi questionada, sobre quais os valores estavam inseridos para sua atuação profissional no CRAS e, ela respondeu “É o valor da sociedade. É o valor que a sociedade entende que é importante” (PROFISSIONAL 3). Mas a sociedade, a qual destacava, obviamente, se referia a sociedade burguesa, aos valores da classe dominante. Mas, não seria esta a imprecisão teórica que mais sobressaiu naquele momento. O que chamava atenção, naquele momento, que não pude perceber que a profissional tinha a consciência de que a sociedade se formava a partir da “síntese do pores teleológicos dos sujeitos singulares”. Quando dizia “a sociedade”, parecia que a profissional se valia da “velha” dicotomização sujeito e sociedade. E isto seria a reafirmação da típica antinomia, como se a sociedade aparecesse totalmente descolada do seu processo de construção sócio-histórica, enquanto resultado de autocriação dos sujeitos singulares. Nesse caso, “a sociedade”, foi concebida pela profissional, no seu sentido abstrato.

Diante disto, outras reflexões emergiram: como questionar qualquer aparato ideal, quando não se tem consciência de que este foi produzido para autolegitimar uma determinada classe social? Era bem verdade, que a profissional (3) chegou até a cogitar (indagar) se aqueles valores “da sociedade” eram de uma maioria ou de uma minoria. Mas, fazia referência à classe social? De qualquer maneira, a mesma não apresentou precisão teórica que sugerisse que as formações ideológicas contidas, por exemplo, naquela palestra de educação pais e filhos, poderiam servir de forte instrumento de mediação, inclusive, para o fenômeno do estranhamento. Pelo que disse, estas palestras estavam carregadas de discursos ideológicos, que só se fazia para reafirmar que as demandas subjetivas daqueles pais (conflitos familiares) deveriam ser “solucionadas” a partir da “boa gestão da vida íntima”.

E, novamente, a instituição familiar, tornava-se alvo de intervenção. E sem nenhuma novidade, sendo vista de maneira descolada da esfera econômica, sendo esta, a que provoca os rebatimentos em toda sua dinâmica. Em diversos outros momentos das entrevistas, a instituição familiar, assumia para as profissionais como o seu principal objeto de intervenção. A profissional (5), por exemplo, quando analisava se suas estratégias de intervenção estavam sendo “suficientes”, relatou as suas dificuldades para “despertar” o interesse dos adultos de

participarem das atividades propostas. E, assim, logo partiu em defesa do “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos³⁶”, especialmente focado no grupo de crianças.

Eu acho que com as crianças a gente tem chance de mudar, de trazer maneiras diferentes, tem que trabalhar a gentileza, tem que trabalhar a educação, coisas que eles não aprenderam na casa deles, uai! Tem que mostrar coisas bonitas, coisas boas, outras coisas (...) acho que com as crianças talvez a gente consiga um resultado melhor porque com os adultos tá difícil, tá? (PROFISSIONAL5).

Não tá acontecendo como deve acontecer. Não é vir aqui para dar uma atividade pro menino, por exemplo, “hoje é o dia do índio!”, é mais do que isto, é você está podendo interferir na personalidade, no desejo dele, no compromisso, é muito mais sério do que vir passar o tempo aqui, se entendeu? Então tem que ser trabalhado com as crianças. “Ai mais que saco, tem que falar de droga?” Tem que falar de droga. Mas agora, pode ter uma maneira mais bacana de falar, uma coisa pra fazer, mas tem que falar (PROFISSIONAL5).

Em outra entrevista, a profissional (10), em reflexão sobre “quem são estes usuários?”, “quais suas principais demandas”, também inseriu a tal “questão familiar”.

Os que mais precisam não vêm tanto no CRAS, uma turma que vem, já sabem que têm direitos, mas tem outros que nem tem formação de direitos. Então é uma questão de uma busca ativa, a visita, pra tentar enxergar este lado. (*Silêncio sobre quem estes usuários*) Eu já resumiria que é um povo desempregado, aí você imagina, não tem emprego, não tem renda, por isso que tem rua que você passa que, uma casa sim e outra não, recebe Bolsa Família. Então é baixa renda mesmo, o poder aquisitivo baixo, e... tem a questão familiar que é bem fragilizada assim... (PROFISSIONAL10).

Então, tive a chance de indagar: esta “questão familiar”, que você diz estar fragilizada, como percebe esta fragilização?

(*Silêncio*) Começa desde a estrutura, desde o início, sabe? Se você vê hoje como são formados os novos casais, fico vendo, a menina foi morar com o fulano, daqui a pouco está grávida e aquela ali vai ser uma família que provavelmente a gente vai atender, sem formação nenhuma de nada, sem estudo. Não são todas não, mas tem muito casos assim. Tem gente que vem aqui pra pedir a isenção da taxa de

³⁶ O site do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) traz as seguintes explicações: Todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), sendo a ele articulados. Previnem a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Ocorrem por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

casamento, quer dizer, não tem condição de pagar uma taxa de casamento e já vão morar junto... (PROFISSIONAL10).

Estes apontamentos acima, tanto da profissional (5) quanto da profissional (10), permitiu uma reflexão de determinado aspecto essencial que foi levantado no segundo momento da dissertação e que caminhou até o final de todas as entrevistas: **quanto à chance dos profissionais se apresentarem como elaboradores teóricos das demandas sociais da classe trabalhadora**. Mas, como isto se faria possível? Para tratar disto, várias questões precisavam ser expostas. Uma delas, se referia ao cenário em que a prática profissional ocorria, pois, será que as profissionais possuíam a clareza quanto ao significado dos “serviços sociais”? De que estes estão além da “expressão concreta dos direitos sociais do cidadão”?

Como elaborado, anteriormente, na reflexão da participação da X Conferência, a respeito das concepções de “sujeito de direitos” e da “sociedade democrática”, era de fundamental importância - para assumirem um correto desvendamento das demandas da classe trabalhadora - que, minimamente, tivessem a consciência de que

se tais serviços (*sociais*), de um lado, favorecem os trabalhadores, como resultantes de suas próprias conquistas no sentido de suprir necessidades básicas de sobrevivência nessa sociedade, por outro lado, sua implementação, ao ser mediatizada e gerida pela classe capitalista, passa a se constituir em um dos instrumentos políticos de reforço do poder, face ao conjunto da sociedade. Torna-se um meio de não só manter a força de trabalho em condições de ser explorada produtivamente, evitando alterações substanciais na política salarial que afetem a lucratividade dos empresários, como, e principalmente, um instrumento de controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores que escapem ao domínio do capital. *Passam, ainda, a ser utilizados como suportes materiais de um discurso ideológico que fortalece a divulgação de um modo de vida, dado pelo capital, para a classe trabalhadora, elemento básico à ação de impor a interiorização das relações sociais vigentes* (IAMAMOTO, 2006, p. 93 – grifo meu).

Estas ações profissionais (que julgam como grande desafio), como a promoção de grupos de convivências, as palestras informativas, etc. apareciam como espaços disponíveis para que o discurso ideológico se efetivasse. Será que reconheciam o porquê daqueles sujeitos e famílias por eles atendidos, que eram “beneficiários do Bolsa Família”, precisarem da frequência em tais grupos e palestras? Como explicou Iamamoto, necessariamente, não caberia a classe capitalista apenas suprir as necessidades básicas destes “usuários”, através do benefício de transferência de renda, pois também seria preciso a implementação de

instrumentos para “controlar e prevenir possíveis insubordinações dos trabalhadores”. Assim, as atuações profissionais dentro dos espaços do cotidiano da política de assistência social, poderiam “responder” de forma peculiar, como instrumentos de efetivação de controle e prevenção.

Sim, a expressão “eu atuo na prevenção” apresenta-se bastante frequente nesse espaço profissional. Prevenir, em relação a que? Eis uma pergunta essencial. Que elaboração teórica tem sido realizada pelas profissionais, em relação às demandas da classe trabalhadora? A profissional (5) já anunciava que “tem que mostrar coisas bonitas, coisas boas, outras coisas”. Mas a que se referia, quando dizia de coisas bonitas que precisam ser mostradas a estes sujeitos? Em meu processo abstrativo, ela deixava escapar sob qual “concepção de mundo” carregava e, qual os conteúdos ideológicos a respaldava (e, eram assim defendidos), como instrumento de ação nos grupos de convivência: “Eu acho que com as crianças, a gente tem chance de mudar, de trazer maneiras diferentes, tem que trabalhar a gentileza, tem que trabalhar a educação, coisas que eles não aprenderam na casa deles, uai!” (PROFISSIONAL5). Nesse sentido, a sua elaboração teórica se mostrou enviesada aos valores da classe burguesa. Talvez, ao receber as demandas desses “usuários” (que eram representantes da classe trabalhadora), em certa medida, admitia que a vida deles poderia ser melhor, se aprendessem as coisas boas...

Em alguns momentos, as profissionais mostraram-se conscientes de que poderiam estar cumprindo o papel de “fiscalizadoras” da vida cotidiana desses usuários.

Se você olhar bem o que que é entrar na casa da pessoa né? Você se coloca do outro lado, né? Uma pessoa é... “Eu trabalho no CRAS!”, você não sabe o que que a pessoa quer, o que a pessoa quer saber de você. Você ter que, muitas vezes, falar não diretamente do assunto que você quer, porque, geralmente, se tá querendo uma informação que ela não vai te passar... tem também uma investigação, a gente não gosta muito, mais... (PROFISSIONAL10).

Nesse mesmo estudo de Iamamoto, quando se interrogava como a profissão de Serviço social se situava historicamente na reprodução das relações sociais, já deixava bem claro que

O Assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional de “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interessados por estes serviços. Dispõe de um poder, atribuído institucionalmente, de selecionar aqueles que têm ou não direito de participar dos programas propostos, discriminando entre os elegíveis, os mais necessitados, devido à incapacidade da rede de equipamentos sociais existentes de atender todo o

público que, teoricamente, tem acesso a eles. Nesse sentido, o profissional é solicitado a intervir como “fiscalizador da pobreza” (IAMAMOTO, 2006, p. 113).

Quanto a este “papel de fiscalizadora”, ao final da entrevista com a profissional (7), esta revelou suas angústias, dizendo:

Eu peço em oração todos os dias, para que eu não me torne... “Qual a palavra que eu vou dizer?”... que eu não seja uma pessoa injusta, porque é muito difícil julgar as pessoas. Eu não conheço, elas podem estar mentindo. Às vezes posso dar para alguém que não precisa e quem realmente precisa não consegue... Eu tenho muito medo de estar sendo injusta... (PROFISSIONAL7).

Era preciso avançar um pouco mais, para se chegar ao ponto essencial que buscava refletir, quanto à chance de que estes profissionais sejam elaboradores teóricos da classe trabalhadora. Para isto, voltava-me ao estudo de Yamamoto, momento este, em que chamava atenção ao exercício da profissão, vinculado à uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações sociais. Por isso, em seguida, selecionei alguns trechos importantes que embasaram toda a minha reflexão.

Primeiramente, o momento em que Yamamoto, acertadamente, tratou da função ideológica que a prática profissional assumia nos serviços sociais.

A estas atividades é acrescida outra característica da demanda: persuadir, mobilizando o mínimo de coerção explícita para o máximo de adesão. Inclui-se aí, a necessidade do usuário ser levado a aceitar as exigências normativas e regulamentares do funcionamento da entidade com as prioridades dos programas estabelecidos pelo órgão; a esta se soma a ação “educativa” que incide sobre valores, comportamentos e atitudes da população, segundo padrões sócio-institucionais dominantes. Importa que as diretrizes institucionais sejam transmitidas como necessárias e válidas tanto para o “cliente”, como para a garantia da eficiência dos serviços, transformando o caráter impositivo da normatização em algo internalizado e aceito voluntariamente por aqueles a quem se dirige e aos quais não foi dada a oportunidade de opinar (IAMAMOTO, 2006, p. 113).

Em seguida, destacou que “o Serviço Social, como uma das formas institucionalizadas de atuação nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, tem, como instrumento privilegiado da ação, a linguagem” (IAMAMOTO, 2006, p.114). E sobre a linguagem, a estudiosa, atentamente, articulou (em nota de rodapé) a referência que Marx, na *Ideologia Alemã*, fez a esta categoria. Assim, resgatou que Marx já apontava que “a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e para mim mesmo”. Nesse caso, tê-la como instrumento privilegiado, suscitaria alguns apontamentos relevantes.

É este (*a linguagem*) o meio privilegiado, através do qual se efetiva a peculiar ação persuasiva ou de controle por este profissional. Embora os serviços sociais sejam o suporte material e as entidades a base organizacional que condicionam e viabilizam a atuação técnica do Assistente Social, esta dispõe de características peculiares. Trata-se de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para as mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos seus “clientes” (IAMAMOTO, 2006, p. 114).

Nesse ponto, esboçou, novamente de forma literal, a função ideológica ativamente atravessada nas ações de cunho sócio-educativo ou socializadoras, como era o caso dos grupos e das palestras, contidas nas propostas dos “Serviços de Convivência”, nos quais as profissionais entrevistadas tinham revelado dificuldades em realizá-los. Mas, o que ainda, notadamente naquele momento³⁷ reconhecia, era que “não sendo no interior da categoria profissional, uniforme e unívoco o direcionamento dessa ação, ele tem sido orientado, predominantemente, por uma perspectiva de *integração à sociedade*” (IAMAMOTO, 2006, p. 114).

Entretanto, não sendo unívoco o direcionamento dessa ação na perspectiva de integração à sociedade (que inclusive, faria conexão com a concepção de “sujeito de direitos” e “sociedade democrática”), Iamamoto, não desconsiderou, de forma alguma, a possibilidade de rumos alternativos. E para isto, o profissional haveria de realizar uma “crítica da vida cotidiana”. As suas elaborações caminharam da seguinte forma:

É a partir dessas expressões concretas das relações sociais, no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional efetiva sua intervenção. Estando sua atividade referida ao cotidiano, enquanto produto histórico e enquanto vivência pelos sujeitos, ele é aqui apreendido como manifestação da própria história, na qual os agentes a produzem e reproduzem, fazendo-se e refazendo-se nesse processo social (...) A descoberta do cotidiano é a descoberta das possibilidades da transformação da realidade. Por isso, a reflexão sobre o cotidiano acaba sendo crítica e compromissada com o possível. A crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa. O cotidiano é o “solo” da produção e reprodução das relações sociais (Iamamoto, 2006, p. 115-6).

Enfim, senti-me amparava nestas elaborações teóricas suscitadas por Iamamoto, pois esta, brilhantemente, reconhecia que o profissional, em contato direto à classe trabalhadora, “dispõe de condições potencialmente privilegiadas de apreender a variedade das expressões da vida cotidiana” (Ibidem, p. 115). E, imediatamente, ponderou

³⁷ Este seu estudo foi realizado na década de 80.

Sendo esta proximidade (*contato estreito e permanente com a população*) aliada a bagagem científica, que possibilite ao profissional superar o caráter pragmático e empirista que não raras vezes caracteriza sua intervenção, poderá obter uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano e da maneira como é vivenciada pelos agentes sociais (Ibidem, p. 115).

No segundo momento da dissertação, eu já chamava atenção, ao fato de que era “preciso reafirmar a importância do campo teórico sem cair na armadilha de considerar que a vida cotidiana é quem produz o conhecimento”. Nela (vida cotidiana) que se apresentam os fatos, as manifestações, as necessidades, os conflitos que as classes sociais levantam na particularidade sócio-histórica, que necessitam ser elaborados pelos sujeitos, enquanto produção de conhecimento para elucidação destas demandas. Nesse sentido, se “a bagagem científica” destas profissionais, não se ancoram na teoria marxista, como obter “uma visão totalizadora da realidade desse cotidiano”? Mas, de saída, sempre sustentei a importância de investigar “a bagagem científica” daqueles profissionais, porque, sem qualquer dúvida, ela estaria sustentada por dada “concepção de sujeito e da constituição da subjetividade”. Logo, voltava-me ao que havia observado nas entrevistas.

Chegou o momento em que pude resgatar com as três profissionais, o primeiro “estudo de casos” - que se referia à demanda de uma jovem mulher e mãe que buscava a inserção de seu filho na creche. Especialmente, para investigar em qual concepção estavam imbuídas, quando duas delas diziam que a intervenção profissional “esbarra no desejo”. Para capturar isto, precisei acompanhar todo o percurso do discurso, até chegar a este ponto de grande interesse. Por exemplo, com a profissional (1), ocorreu da seguinte maneira: quando destacava as principais demandas que chegam a ela para que intervenha, a mesma disse:

Queixas ligadas a dinâmica familiar, se for criança, geralmente a dificuldade com os limites, os adolescentes, às vezes uma dificuldade de relação pais e filhos... Eu vejo que as famílias estão muito perdidas, elas chegam aqui meio que entregando pra gente resolver o problema, como se a gente fosse dar conta, igual fazem com a escola, né? Tem muito trabalho para gente, né? Porque não é só o indivíduo é uma família inteira. Aí quando você fala da família tem aquela questão do desejo que eu estava te falando, deles fazerem uma questão, né? Deles se questionarem, eles se implicarem, eles quererem esta transformação, esta mudança, né? Que eu acho que é a maior dificuldade é isto, né? Porque eu percebo a necessidade, mas eles não percebem, eles ainda não veem dessa forma (PROFISSIONAL1).

Nesse momento, tive a chance para compreender o que isto significava. Então, logo perguntei: interessante, este ponto que você e a outra profissional já trouxeram na semana

passada. Como você entende este “desejo”? Qual é o significado disso? De onde ele vem? Como ele é construído? Talvez, eu tivesse sido incisiva demais. Entretanto, a profissional respondeu:

Acho que eu falei muito disso semana passada, né? (*Risos*) O que acontece é o seguinte: você tem a situação ali, da dinâmica familiar, é..., se pra eles tá bom desse jeito, vai ficar bom daquele jeito, não vai ter um questionamento, sabe? O desejo que eu digo é isto, né? Ele não faz uma questão, ele não se interpela em relação ao seu comportamento, da sua forma de agir, eles estão ali, acomodados naquela situação ali, para eles ali tá bom, e aí como você vai mexer nisso? É possível? Até é, entendeu? Mas não é uma coisa fácil, é algo que a gente fica tentando fazer, né? É a proposta da assistência social hoje. É está mexendo com estas pessoas pra querer fazer mudanças... (PROFISSIONAL1).

E continuei: qual a mudança que a gente quer?

Eu acho que a gente se esbarra com um monte de questões. Eu acho a proposta da assistência é muito bonita, mas uma proposta difícil porque a gente se esbarra na rede, nesta comodidade do usuário (...) dele pensar que pode ser diferente, pode ter uma outra situação de vida, uma outra situação que possa ser melhor, talvez não seja né? (...) A gente esbarra com questão material, a gente se esbarra com falta de carro... (PROFISSIONAL1).

Aquilo que foi dito pela profissional (1), me fez refletir sobre alguns pontos. Um deles, era se o que a profissional dissera, é que a mesma se esbarrava com as *formas* de estranhamento daqueles sujeitos. Mas seria necessário ir um pouco mais a fundo, para perceber que a sua concepção de sujeito se atrelava em demasia a perspectiva liberal e a psicologia “tradicional”. Como isto foi percebido?

A profissional não trazia nenhuma perspectiva sócio-histórica sobre as manifestações de subjetividade daqueles sujeitos por ela atendidos. Em outra fala, dizia da importância dos serviços de assistência social para os sujeitos se autogerirem. Admitia que a proposta da assistência seria produzir mudanças, mas não parecia que reconhecia, de fato, o significado de “serviços sociais” dentro da particularidade da sociedade burguesa, como esteve tão bem explicado por Yamamoto.

A defesa da intervenção “terapêutica” explicaria muito da concepção de sujeito e da constituição da subjetividade que possuía. A dicotomização sujeito e sociedade mostrou-se evidente. Nesse caso, o sujeito a que se referia, pareceu-me, assumindo um sentido bastante abstrato, como se dissesse de um “sujeito interiorizado”. Mais do que isto, talvez, na sua

concepção, existiria “algo” que o sujeito não conhecia e por isto não fazia “a tal questão”. Esta posição encontraria bastante afinidade às teorias que empregam o subjetivismo sem objetividade, e que, portanto, levam à lógica da naturalização da manifestação subjetiva e da responsabilização do sujeito. Nesse caso, o sujeito seria responsável pelo seu próprio desenvolvimento, caberia a ele a responsabilidade do seu “sucesso” pessoal. No entanto, nestas elaborações teóricas não se apresentam nenhum “solo” sócio-histórico para que o sujeito se desenvolva.

Já para capturar qual era sua concepção de sujeito e da constituição da subjetividade da profissional (2), tive que ir acompanhando suas elaborações teóricas. Teve um momento especial, que fez emergir uma série de reflexões. Começou, principalmente, com o questionamento suscitado na participação da X Conferência sobre: quem são estes usuários? O que querem de nós? E será que nossas estratégias têm sido suficientes? Assim, respondeu:

Esta palavrinha estratégia acabou comigo na faculdade, eu pensei em desistir... A tal da estratégia, o que é estratégia? E até hoje eu me pego pensando, o que que a gente pode fazer hoje pra melhorar o atendimento, melhorar a vida dessas pessoas, dessas família? Que estratégias usar? Eu não sei. Eu não sei o que fazer. Porque você oferece às vezes uma ajuda em forma de reunião, temas educativos ..., eles não estão nem aí. Então às vezes eu não sei. Será que eu que estou trabalhando errado? Será estes novos usuários que não querem muito compromisso? O que eu entendo é assim: eu vejo que eles querem muito que a gente ajude, mas eles não fazem nada pra ajudar o nosso serviço também. Porque tem contrapartida. A gente tá aqui pra ajudar o usuário, mas a gente quer também que o usuário contribua, faça a parte dele. Eu não sei também que estratégias seriam estas... eu me pergunto isto todo dia, isto me frustra, porque eu me pego me perguntando isto todos os dias... o que que a gente poderia fazer pra melhorar o nosso trabalho, pra melhorar a vida de um usuário? Eu tenho essa questão da estratégia meio... eu preciso também mudar, eu preciso também ter uma visão mais ampla, mais eu não sei. Eu não sei se isto é uma angustia só minha, ou se a categoria toda é assim? Eu me sinto uma burra, será que não entra nada diferente na minha cabeça, pra que eu consiga ajudar estas pessoas? Eu me cobro muito nisso, nesta questão da estratégia (...) Eu acho mesmo que falta estratégias diferentes pra gente poder mudar a cabeça do nosso usuário, pra mudar a visão, pra mudar o nosso público, mas eu não sei qual que é, sabe? (PROFISSIONAL2).

Na verdade, eu compreendia que, quando se pensa em estratégias, o que se está falando, seria justamente sobre as finalidades da atuação profissional. Como se projeta idealmente aquilo que busca interferir? Então, lancei nova pergunta: Mas, quando você fala assim de estratégia, de que é preciso mudar a cabeça do usuário, será qual o objetivo dessa estratégia? Pois, toda estratégia se baseia em um objetivo, ou seja, tem uma finalidade. Qual seria ela?

Eu quero que eles tenham uma visão que eles têm potencial para melhorar, pra mudar. Aí eu não sei se eles não querem, se eles não conseguem, sei lá... muitos eu vejo que não querem (...) as vezes eu penso isso, eu não sei se é o meu preconceito, né? Eu tô numa zona de conforto, eu vejo, poxa, esta mesma família que a gente tava falando semana passada. Podem arrumar um serviço, podem trabalhar... Não querem? Não conseguem? Então, que estratégias poderíamos usar pra colocar na cabeça dessas pessoas que elas tem potencial pra poder avançar, pra poder sair desse mundinho deles ...(PROFISSIONAL2).

Então, aprofundei-me um pouco mais no que foi relatado sobre o “estudo de caso”. Assim, questionei a profissional, a respeito do que havia sido apontado naquele momento, de que a “história dessas famílias sempre se repetem”: o que você entende disto? Você concorda com esta posição de que as histórias se repetem?

Eu acho que a história se repete. Eu acho, eu acho que... como é que você vai cobrar uma coisa que você nunca teve? Então se a pessoa não tiver uma cabeça mais evoluída... porque existem casos e casos. Eu conheço pessoas que tiveram uma vida muito difícil, mas que conseguiu sobressair. Conheço usuários nossos aqui que pai já botou filha na rua pra poder pegar dinheiro pra dentro de casa (...) e hoje ela constituiu família, ela trabalha, então, do exemplo ruim, ela conseguiu tirar uma coisa boa. Mas, na maioria das vezes a história se repete, por eles não terem uma influência, uma vontade... Eu sinto que eles não têm a vontade de melhorar. Eu sinto isto, às vezes eu posso estar errada, sabe? Mas eu vejo poucas perspectivas de melhora (...) Porque a gente espera muito do outro, e nós já falamos disso semana passada aqui também... a gente trabalha muito com o desejo do outro. É se ele quiser! Eu não posso falar com a pessoa ao pé da letra. E ele só vai fazer se ele quiser. Igual a gente orientou, a gente conversou com mãe, com filha, a respeito do menino... se elas não quiserem mudar é muito complicado a gente impor isto, né? Então, a gente orienta... (PROFISSIONAL2).

E, mais adiante, ela continuou:

O nosso papel é orientar, é informar, é mostrar o que tem de bom pra eles poderem pegar... Não é dar o peixe é dar a vara pra ele poder pescar, né? Então, eu acho que tem que partir deles também essa vontade. Porque, o que que a gente pode fazer para eles mudarem que não seja orientar, não ser informar, não ser dá uma ajudinha? Seria falta de estratégia? Não sei (PROFISSIONAL2).

Foi possível perceber que a concepção da mesma não apontava para perspectiva crítica, de que o sujeito ao travar relações sociais no cotidiano de sua vida, só assim que ele vai se constituindo, enquanto individualidade e enquanto ser genérico. De fato, a profissional se mostrou confusa quanto às estratégias, e isto, a mim, manifestava-se, essencialmente, pela falta de precisão teórica para desvendar as demandas que chegavam a ela. Sem uma concepção clara, consciente, de qual a finalidade (do seu pôr teleológico secundário) quando

intervém nas demandas subjetivas, como buscar estratégias que, minimamente, produza “qualquer melhora” na vida daqueles sujeitos?

Em relação a profissional (3), quando questionada, a respeito de que havia sido destacado no “estudo de casos”, de que a intervenção “esbarra no desejo”, a mesma logo disse:

Esta questão do desejo é muito complicada de se falar. É igual eu tou te falando, não é só questão de desejo. O que que foi ofertado pra esta família. O que que o Estado deu conta de oferecer. Esta família trabalha? Tem educação? Esta família tem uma renda? Eu não acho que é só desejo não! As vezes aqui, a participação em alguma atividade, pode até ser da questão do desejo, mas até que ponto a gente tá sendo interessante para que esta família tenha o desejo de vir aqui, participar de uma reunião? Eu num acho que seja só o desejo não. Eu acho que o desejo é a pontinha aqui, é o final. Mas, isto tudo que está acontecendo agora é porque várias questões aconteceram anteriormente e o Estado não deu conta de atingir as demandas dessas famílias, entendeu? As vezes o sujeito tem liberdade, outras vezes não. Você só escolhe quando você tem várias opções. Quando você só tem uma, você não escolhe (PROFISSIONAL3).

Já havia destacado, em outro momento da análise da sua entrevista, de como percebi a imprecisão teórica revelava pela profissional (3), até então. Talvez aqui, também isto tivesse se mostrado, quando tratava de “o Estado”, parecendo que este era visto em seu sentido “abstrato”. Entretanto, de qualquer forma, a profissional conseguiu avançar, trazendo inclusive, reflexão condizente, que suscitaria trazer à tona categorias ontológicas fundamentais do ser social, como a liberdade, a escolha, a alternativa. Isto provocou em mim, a seguinte reflexão: a intervenção não esbarra no desejo, este desejo “solto” de um sujeito “interiorizado”.

A intervenção profissional esbarra na escolha do sujeito. Mas para se chegar a isto, seria preciso ter bastante cuidado. Pois, não “a escolha”, no sentido de uma perspectiva liberal de responsabilização do sujeito. Caberia, em definitivo, retomar os precisos apontamentos já trazidos por Costa de que “a história pessoal de todo homem é uma sucessão de acontecimentos nos quais os sujeitos escolhem entre as possibilidades que estão dadas na vida social (COSTA, 2012, p. 63). **Este seria o grande desafio para os profissionais. Torna-se fundamental perceber estas possibilidades e, quem sabe, favorecer na construção de novas possibilidades. Mas, sem dúvida, isto não poderia se realizar, prescindindo da elaboração teórica, como possibilidade de compreensão da realidade da vida cotidiana destes sujeitos por eles atendidos.**

Antes de revelar, o que foi destacado sobre o percurso acadêmico destes profissionais entrevistados, caberia apresentar dois pontos que sobressaíram neste momento. Um deles, se refere à manifestação da concepção dicotômica de sujeito e sociedade dentro da esfera da divisão sociotécnica do trabalho e, em seguida, sobre a “burocratização e padronização dos atendimentos”.

Sobre o primeiro aspecto, da divisão sociotécnica do trabalho, duas profissionais delimitaram mais efetivamente o seu objeto de intervenção “baseado na objetividade”, admitindo assim, ao profissional de psicologia a legitimidade para atender “demandas reconhecidas como subjetivas”. Isto se apresentou nos seguintes momentos:

Tem muitas coisas assim, relacionada a orientação, por exemplo, as vezes relacionada a educação dos filhos, ou alguma coisa voltada mais pra sexualidade, porque tem muito isto aqui, a questão de comportamento, tem muitas coisas que eu vejo que eu não tenho como orientar, eu tenho a (psicóloga) pra me ajudar. Tem muito coisa que eu vejo, “não, a (psicóloga) pode orientar melhor que eu”. Porque o trabalho da psicóloga e do assistente social do, no CRAS, não tem muita diferença assim, na parte da execução. Cada um tem uma visão, mas não tem uma coisa assim “ah eu faço, eu, não”. Então, muita coisa em conto com a (psicóloga) (PROFISSIONAL4).

Então, pude indagar: como você percebe esta diferença de visão? Quando recorre à psicóloga, em que ela te ajuda?

Ah!! Esta questão da orientação voltada mais pra questão de comportamento, como é que eu vou te dizer assim?... Porque aqui, a gente, assim... porque aqui, eu consigo dividir muito bem com a (psicóloga) .. a questão de serviços e benefícios, questões de direitos, fica mais comigo, entendeu? Fico voltada para políticas públicas... (PROFISSIONAL4).

Em outro momento, entrevistando a profissional (7), percebi o “endereço” das manifestações subjetivas à profissional de psicologia.

Estes desafios vêm muito com o que a pessoa traz com a demanda, porque desafio, todo dia é um desafio diferente, entendeu? Mas depende do que ela vem trazendo como demanda... Agora, que é aquela coisa, todo o dia a mesma coisa, não! São sujeitos diferentes, cada um com a sua subjetividade lá, e a demanda diferente(...)Porque às vezes tem algumas coisas que fogem assim do assistente social e tem que encaminhar pro psicólogo. Uma coisa as vezes que a gente não consegue..., uma coisa que... valores das pessoas, vamos dizer assim. É dificuldade de lidar com o filho, separação... Então a gente vai encaminhando pro psicólogo, e as nossas estratégias vão ééé... habitacional, é isso, é aquilo... Habitacional é com o assistente social, então a gente vai conduzindo assim, dessa forma(...)Com exemplo fica melhor pra vc entender: por exemplo, quando chega um usuário aqui que o pai

separou, o menino tá com dificuldade na escola, aí eles já querem aqui com a gente um benefício, né? De dinheiro. Aí a gente acha que talvez aquilo não seja um déficit de atenção, às vezes é alguma coisa relacionada à família, né? Aí, eu encaminho pro psicólogo. Porque aí ela vai ver lá, que é uma separação de um pai, não aceita o padrasto, é uma briga com um irmão, que a mãe trata um diferente do outro, aí sim é aonde eu encaminho (PROFISSIONAL7).

Sob este aspecto, eu refletia este ponto polêmico, a respeito das demandas de ordem subjetiva que ficavam “endereçadas” ao profissional de psicologia. Sob determinado ponto, isto se tornaria compreensível, pela divisão sociotécnica do trabalho, visto que a psicologia, de certo modo, é uma ciência que vem assumindo como seu objeto, a subjetividade humana (mesmo que diante concepções teóricas bastante heterogêneas). No entanto, toda reflexão teórica levantada ao longo da dissertação já permitiu compreender que as manifestações subjetivas “não se destinam a uma área específica”.

Talvez este “endereçamento” das manifestações subjetivas à psicologia, viria retroalimentada da imprecisão teórica, caso, fosse manifestada pela reafirmação das antinomias (sujeito e sociedade). Seria possível, evidentemente, entender que a divisão de demandas por categorias profissionais específicas, poderiam ser vistas como medidas viáveis e racionais. Justificando-se assim, que uma formação técnica específica, resultaria em ação direcionada. No entanto, era preciso ir mais a fundo para capturar este movimento. O endereçamento se fazia, porque aquelas profissionais, de certo modo, ao receberem estas manifestações subjetivas destes sujeitos, “acreditavam” estar lidando com questões bastante abstratas, que não se referiam, tão diretamente, à sua atuação profissional.

Nesse caso, compreendia que seria preciso admitir, que um dos sinais da concepção equivocada das manifestações subjetivas, era atribuir às demandas ditas “individuais”, apenas à condução do profissional de Psicologia. Ou, em contrapartida, conectar as necessidades objetivas, somente ao profissional de Serviço Social. Este sim, seria o campo frutífero para manutenção de análises dicotômicas e reducionistas, que possibilitavam posturas profissionais que, sob nenhum dos aspectos, reconheciam que a “manifestação subjetiva” apontava para como o processo de reprodução social vinha se dando na particularidade sócio-histórica, no cotidiano dos serviços da política de assistência social.

Dessa maneira, não estava contestando que, na relação interprofissional, tanto os psicólogos quanto os assistentes sociais, poderiam demarcar recortes teórico-práticos privativos do exercício profissional, baseados em seus objetos de conhecimento. Ou seja, não invalidava ou desconhecia que a prática profissional de cada área de conhecimento

apresentava determinações particulares. No entanto, haveria de destacar que, tanto psicólogos quanto assistentes sociais, precisavam enfrentar no seu cotidiano profissional a elaboração teórica do que se refere às manifestações subjetivas.

Em relação ao outro aspecto evidenciado nas entrevistas, da “burocratização e padronização dos atendimentos”, este foi percebido a partir de alguns relatos.

As estratégias a gente precisa tentar mudar sempre, porque a gente precisa de números. Tem um relatório mensal que vai todo mês para o MDS. Eu preciso de lá “quantas famílias participaram da reunião do PAIF? Da reunião do BPC?” Eu preciso de números, então haja criatividade, eu tenho que correr atrás, fazer busca ativa (PROFISSIONAL3).

A gente as vezes enquanto profissional se pergunta e tenta buscar saídas e as vezes, a gente enquanto profissional ainda vive uma situação que já tem tudo muito pronto...a gente que tá na ponta, que lida direto com a família, as vezes, não pergunta pra você “o que que a população quer? O que que eles querem, entendeu?” Até mesmo as vezes em questão de prontuário mesmo, de oficinas mesmo. Nós entramos nas casas de pessoas, as pessoas vêm até nós, então traz uma demanda e às vezes, o que é pra ser trabalhado com tudo, com as famílias, vem tudo muito pronto, a gente não tem... não é chamado numa hora dessa pra discutir, o que que realmente eles querem? Pelo menos pra tentar chegar próximo daquilo que a família quer (PROFISSIONAL8).

Eu não concordo às vezes de ficar cobrando números da gente. A gente trabalha com famílias e não com números, não é verdade? (...) Eles não querem nem saber quais as famílias que estão aqui, eles querem números... Isso pra mim já é demais... isso pra mim é... achar que eu tô numa empresa querendo meta, entendeu? Eu não gosto de falar, porque não adianta ficar brigando sozinha, depois uma ou duas concordam... Uma vez foi falado que nós íamos trabalhar com metas. Como que o assistente social trabalha com metas? Que meta? A usuária precisa de casa, como que eu não vou dar a casa pra ela? Como que eu vou conseguir resolver a situação? Eu prefiro trabalhar talvez com menos números, mas realizar um trabalho melhor, com um atendimento de ir em casa, do que colocar lá cinquenta pessoas, por exemplo, colocar num mês lá, mais vinte famílias do Paif. Quem são estas vinte? Elas são atendidas mesmo? A gente conseguiu realizar as visitas, fazer atendimento? (...) isso pra mim é tampar o sol com a peneira (PROFISSIONAL7).

Logo refletia, ainda que este não fosse, de forma mais direta, o meu objeto de estudo, que as profissionais manifestavam, subjetivamente, os rebatimentos deste movimento excessivo de padronização que os atendimentos os provocavam. Algumas, tinham consciência quanto ao “estrangulamento” da possibilidade de criação de novas estratégias (de projetar idealmente novas finalidades). As profissionais (7 e 8) foram mais questionadoras, revelando-se certa “resistência” a tais métodos. Já a profissional (3) expressou-se menos “resistente” a tal situação, por exemplo, quando afirmava “eu preciso de números, então haja criatividade,

eu tenho que correr atrás, fazer busca ativa” (PROFISSIONAL3). E como destacou a profissional (7), não adiantaria reclamar, pois a grande parte da equipe não a apoiaria.

O que eu conseguia correlacionar até então, era justamente que o fenômeno do “estranhamento” também se fazia latente, enquanto manifestação da subjetividade destes profissionais, trazendo assim, sequelas nefastas a estes. Para tratar desse ponto, precisava debruçar-me ainda mais para o reconhecimento das manifestações subjetivas, diante de tal burocratização e padronização. De qualquer forma, refletia que as consequências destas, era que as possibilidades de novas escolhas para atuação profissional acabavam se anulando, fazendo assim, com que os profissionais perdessem a criatividade, fragmentassem as suas ações e, contudo, “despersonalizassem”. Esta problemática poderia desembocar em diversos pontos de reflexão. Naquele momento, a única coisa que elaborava era que, mesmo que reconhecidamente os profissionais tivessem um campo de atuação propício às novas formas de criação, por estarem expostos ao cumprimento da padronização e burocratização das tarefas, fenômeno típico do resultado da divisão do trabalho, fazia com que estivessem reduzidas as chances de cada profissional testarem a sua capacidade individual e, porem à prova os seus conhecimentos.

Como contribuição para essa análise, me vali dos apontamentos de Carlos Nelson Coutinho (2010), quando analisava a gênese do pensamento feitichizado, que segundo ele, apresentava-se, particularmente, nas correntes ligadas ao que define de “miséria da razão”. Nessa ponderação, apontou a tendência da economia capitalista de burocratizar todas as atividades humanas, inclusive, de maneira bem refinada, as atividades “espirituais”. Para ele, esta burocratização aparecia “como um momento *do estranhamento*, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em “regras” formais pseudoobjetivas” (COUTINHO, 2010, p. 41 - tradução minha). Nas suas palavras

A burocratização ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente; com isso, empobrece-se a ação humana, que é assim desligada de sua relação tanto com a realidade (transformada na práxis burocrática em simples objeto de manipulação) quanto com suas finalidades (cuja racionalidade ou irracionalidade a práxis burocrática não questiona). Esse caráter repetitivo da ação burocratizada bloqueia o contato criador do homem com a realidade, substituindo a apropriação humana do objeto por uma manipulação vazia de “dados”, segundo esquemas formais preestabelecidos (COUTINHO, 2010, p.40).

Em relação à formação acadêmica das profissionais, ateu-me ao ano que fizeram a graduação, e, algumas puderam, sobretudo, destacar em que o curso favoreceu para melhor

compreensão das questões levantadas, a respeito da formação de valores, comportamentos e manifestação da subjetividade dos sujeitos. Em relação ao tempo de formação, das dez (10) profissionais entrevistadas, três (03) delas declararam ter mais de vinte (20) anos de formada, uma (01) profissional com oito (8) anos de formada e, quatro (04) profissionais informaram cinco (05) anos e duas (02) profissionais a quase três (03) anos.

Em relação a profissional (10), destacou ter sentido a falta, por naquela época de sua formação, não ter realizado um estágio. Mas destacou uma disciplina que chamava sua atenção, quanto à questão da subjetividade, dizendo da seguinte forma:

Falou muito na Fenomenologia, né? O professor era até muito bom, essa questão de olhar, eu lembro até na hora da visita, né? Que você tem que ouvir as crianças, cê tá entrevistando a mãe, mas às vezes a criança tá brincando lá, as vezes a criança tá querendo falar ou tá falando... Olhar sempre aquilo que, sem ser tão objetivo, né?... “Quantas pessoas moram aqui?” Não. Você tem que olhar além disso, né? Tem que juntar aquilo que não é falado, né? Mas mesmo assim, tentar ler a subjetividade do outro, passa pela nossa subjetividade. Eu vou perceber uma coisa que a (outra profissional) não vai perceber, ela percebe outras que eu não percebo (PROFISSIONAL10).

E, assim, continuou:

Eu acho que o curso não vai dar isto tudo para a gente. Vai pela experiência de vida, né? O curso soma, com certeza, mais a experiência de vida... Eu acho que o que me embasa, mais do que o curso assim, mais do que as teorias é o ... é a referência de família que a gente tem, ou idealiza, dentro do limite da pessoa, né? Ééé, se for lembrar da (outra profissional), quando estava discutindo a questão da sujeira na casa, qual que é o cem por cento da limpeza da casa dela e qual que é o cem por cento da casa do outro? Isto é relativo mesmo, né? Eu, dependendo da criação, você não se incomoda. Tem que ver qual que é o cem por cento da pessoa e tentar levar para o melhor dela. Não é fácil de jeito nenhum, isso é muito bonito, você vê que a pessoa tem mais pra fazer, mais com autonomia dela, né? (PROFISSIONAL 10).

Já a profissional (5), sobre o aspecto da formação acadêmica, revelou:

Eu tenho a certeza absoluta que a minha formação acadêmica mudou a mim, em primeiro lugar. Mudou eu como pessoa (...) este é o primeiro ponto, mudou a minha maneira de ver o mundo e de ver o outro. Agora, as coisas mudaram muito de lá pra cá... Eu sou... como é que eu vou te dizer? Mudaram demais, você provavelmente não fez a faculdade do jeito que eu fiz, que passava a noite escrevendo, entendeu? E que eu tirei zero uma vez no trabalho, porque tinha letra diferente, porque a minha amiga me ajudou... Claro que você não foi dessa época, então assim... Tem muita coisa que mudou, tem muita coisa que não vale mais, é diferente hoje, entende? Aí, nesse caso acho que é a oportunidade das capacitações, que eu acho que isso é fundamental. Mas o mais importante que eu acho da minha formação é a forma de enxergar as coisas. Eu vejo diferente, eu sei que eu vejo diferente... Na minha época tinha a vertente marxista, que eu gosto. Não! Tem coisas que tão lá, assim da história, que são as mesmas, né? Todo mundo ainda vai

lá na Marilda para poder estudar... Mas mudou muita coisa, mudou muita coisa... Não tinha SUAS... Mas a gente tem que ir aprendendo, ir estudando... Mas eu tenho certeza que a minha formação mudou a mim (PROFISSIONAL5).

A profissional (2), quando questionada, se percebia que a sua formação acadêmica deu o suporte teórico para entender as questões ligadas aos valores, aos comportamentos, os pensamentos e se ela se lembrava como a questão da subjetividade era abordada no curso, respondeu

Não, eu não me lembro... Eu sempre tive muita dúvida com esta questão da subjetividade. O que que é a subjetividade, sabe? Eu não sei se eu tô certa, se eu tô errada, mas eu penso assim: eu levo a objetividade e a subjetividade. Coisa objetiva, que é a coisa que tem ali resultado, que a gente tem..., que a gente sabe direitinho o que que é. E a subjetiva, que é o que que mais a gente pensa, a história do indivíduo em si. Eu não posso pensar na minha opinião, eu tenho que saber o que que tem por trás daquilo, pra mim entender a história. Então eu levo a subjetividade nesse sentido, eu não sei nem se eu tô certa, ou se eu estou errada. Me corrija se eu estiver errada... Acho que foi uma coisa meio assim superficial... não, não me chamou atenção (...) Acho que o curso tinha que ter mais coisas mais voltadas pra isso, pra prática profissional. Eu acho que meu curso deixou a desejar, com relação à prática, com relação ao estágio, sei lá. Pra gente aprender mesmo como poderia ser, eu acho que ficou tudo muito vago (...) as vezes as angústias que eu tenho, as dúvidas que eu tenho, será que eu deveria, eu ter estudado mais a fundo? (PROFISSIONAL2).

A mesma questão, quando dirigida a profissional(8), obteve a seguinte resposta:

Eu não consigo falar não... Eu acho que o curso é muito voltado para a questão da política mesmo, entendeu? Não que eles não falem destas questões... Teve esta questão, mas não tanto como deveria dar, né? Eu acho que quando assim, pelo menos, quando eu comecei a trabalhar, a gente assim, por exemplo numa reunião, num encontro, eu sempre lembro de muita coisa, de perceber quem é aquele sujeito, a história que ele carrega, o que que ele traz, o que que levou ele a fazer suas escolhas, tudo isso eu sei que eu aprendi no curso, né? Mas eu acho que poderia ser muito mais... principalmente porque muitas vezes, muitas vezes não, sempre interfere. Tem que ser bem trabalhada, porque senão, a prática da gente sai..., a gente acaba sendo preconceituoso, a gente acaba sendo... querendo julgar alguma coisa... eu acho que deveria ser muito mais rico na faculdade (PROFISSIONAL 8).

Em relação a profissional (4), tive a chance de explorar um pouco mais. Em relação ao curso e o suporte teórico para compreender como a subjetividade vai se constituindo, começou dizendo:

Eu acho que eu tenho dificuldade para lidar com esta questão. Tanto que eu passo pra (psicóloga). Eu tive algumas (disciplinas) no curso ... igual, eu tive psicologia, dois períodos ou três, mas eu não achei que deu um suporte (PROFISSIONAL4).

Logo, em seguida, indaguei se lembrava como que àquela disciplina havia trabalhado a questão da subjetividade. E ela respondeu:

Eu lembro, uma parte que falava sobre as personalidades, os tipos de personalidade, era uma coisa assim, mais... pra mim, mais direcionada pra psicologia mesmo, porque pra mim num... eu tenho mais esta dificuldade pra esta questão, vamos supor, tratar esta questão do conflito familiar, eu tenho esta dificuldade pra orientar em relação a isto, eu já passo pra (psicóloga) (PROFISSIONAL4).

E continuou:

Eu lembro de alguns autores, de alguns livros, mas pra te falar a verdade eu não leio (...) quando eu formei eu comecei a comprar alguns livros, mas eu não sei assim, pra mim, sinceramente, foge muito da realidade assim...

Então, interroguei: como assim, foge da realidade?

Eu acho que o curso ele contribui muito pra você compreender a realidade, pra você conseguir compreender o histórico de vida daquela pessoa, o que que levou aquela pessoa a tá naquela situação... isso contribuiu muito, você conseguir perceber. Mas assim..., como é que eu vou te dizer... a questão da prática, da atuação, ela é muito difícil, você saber o que fazer, que horas fazer, isto é muito difícil. Eu acho que a maior dificuldade, do assistente social é esta. E assim, eu não vejo assim algo que me ajude nessa atuação (...) Eu sou muito determinada assim, muito decidida, então... o fato deu pra mim conseguir ter um bom embasamento teórico, pra eu conseguir compreender a história de vida daquela pessoa, me ajuda. Mas, a prática, a gente entra muito naquela questão dos recursos, porque o que que acontece: eu trabalho com recursos, então assim, se eu não tiver recurso pra trabalhar, como que eu vou trabalhar? Então eu trabalho diante daquilo que eu tenho pra oferecer (...) e muitas vezes o que eu tenho pra oferecer, não é o que ela precisa... e muitas vezes o que eu vejo que ela precisa, eu não consigo oferecer. Igual, por exemplo, se eu tô atendendo uma família, que a mulher é mãe de dois filhos, mora como o marido, sofre, vamos supor, sofre violência, é dependente financeiramente e eu vejo que ela precisa de um emprego. O emprego pra ela daria uma autonomia, às vezes até pra ela poder sair de casa... eu não consigo. O CRAS não tem, existe SINE. O CRAS não tem uma parceria com o SINE (PROFISSIONAL4).

E, por último, a profissional (7).

Não. A formação não ajudou. Eu também não fiz estágio em CRAS assim... então eu não via o problema lá na ponta, então eu não tinha esse contato com o usuário. No início, não é que eu tinha dificuldade, mas eu parava meu atendimento, quando

o atendimento era muito voltado assim... quando eu achava que era pro psicólogo, a gente fazia atendimento junto. Porque aí eles expunham o problema e a psicóloga entrava onde ela tinha quer ir e eu também... então a gente fazia atendimento juntos, ou quando ela não estava, eu falava “então você volta tal dia?”(PROFISSIONAL7).

Leio muito pouco, não vou te mentir não? Mas eu tento me manter informada, por exemplo, essa questão de aposentadoria que muda, eu procuro me manter informada, entendeu?Tudo que é voltado pra minha área eu tento dar uma lida, pra eu não ficar por fora de tudo. Mas acho que eu deveria fazer mais (PROFISSIONAL 7).

Após os três momentos a que percorri - a participação na conferência, a apresentação do “estudo de casos” e, finalmente, as entrevistas individuais -, permitiu-me levantar algumas reflexões. A respeito da formação acadêmica, já havia sido destacado que, reconhecidamente, não se poderia creditar somente ao conhecimento acadêmico (científico), como o único representante ideal, que emoldurasse toda a práxis profissional. Logicamente que, quando se referia também as profissionais, há que se considerar, ainda, todo o seu processo de constituição das suas individualidades. Quer dizer, se fazia inevitável admitir, todas as outras dimensões que vida cotidiana destas profissionais, interferiam ativamente para suas dadas “concepções de mundo”.

Mas isto não queria dizer, jamais, que se deveria deixar de apontar que o conhecimento científico produzido, tem forte aparato ideológico e que, portanto, vem carregado de uma dada concepção de mundo. E estas profissionais, em sua formação, travam reflexões baseadas nestas concepções, que estão sendo construídas dentro de sua área de conhecimento. Obviamente, que já chegado nesse momento, após avançado tanto, não haveria qualquer ingenuidade que levasse a suposição de qualquer tipo de conhecimento “puro”. Pois, todo campo de conhecimento é a expressão do incessante movimento de elaboração teórica da particularidade de dado momento sócio-histórico.

Grande destaque, depois de percorrer todo aquele caminho da investigação para apropriar-se do meu objeto de estudo, era que havia percebido que as profissionais, apesar de terem apresentando uma elaboração teórica bastante limitada para atender as demandas dos sujeitos por elas atendidos, e mais ainda, apesar de sofrerem os rebatimentos da padronização e burocratização nas suas práxis profissionais, ainda assim, tinham um terreno possível para uma análise da *recta* apreensão do ser. O que me levou a tal reflexão?

Sim, foi perceptível que, em grande medida, àquela concepção, analisada no primeiro momento da investigação, do “sujeito de direito” e da “sociedade democrática” mostrou-se

pungente nos dois outros momentos. As profissionais reconheciam muito bem as legislações, algumas disseram ler prioritariamente elas, depois que foram “para prática”. Mas o importante, era que esta esfera formal, a qual elas acabavam se amparando para o conhecimento teórico, não encontrava “chão” de sustentação para o fazer profissional. Em outras palavras, as profissionais não conseguiam conciliar a realidade da vida cotidiana, na qual se deparavam no cotidiano profissional, com o formalismo que estas concepções tentam sustentar.

Contudo, entendi que o terreno possível para a *recta* compreensão, se daria, justamente, porque estas profissionais, ao vivenciarem exatamente este ponto inconciliável entre a esfera formal e a esfera real da vida cotidiana, teriam a chance de levantar novas perguntas e buscar novas respostas às questões da prática cotidiana. Lembrando que estas questões levantadas, são sempre de ordem ontológica, como “o que é isto?” e “por que é assim?”. E nesse sentido, foi a mim revigorante perceber as angústias latentes daquelas profissionais. Porque, o terreno aberto para *recta* compreensão do ser, poderia ser admitido, na medida em que, a possibilidade da atuação profissional promover a autorreflexão em cada profissional entrevistada, ainda se dava. Ainda, entretanto, haveria de se considerar, que as formas de estranhamento também se faziam no cotidiano destas profissionais e, quanto a isto, de fato, este era um terreno que precisava ser desvelado.

De tal modo, de maneira um pouco “consoladora”, tive a comprovação do que refletia até então, através do relato de uma daquelas profissionais, quando esta retomava um dos momentos da capacitação que havia participado a poucos meses. Ela (a profissional) se referia ao encontro, que logo no início da investigação, quando, em contato com a coordenadora dos serviços de proteção social básica, havia me destacado de que “a questão da subjetividade” dos sujeitos e famílias tinha se pautado importante. A profissional (8) disse exatamente assim:

Eu acho que o curso traz uma visão mais crítica da realidade, mas com o passar do tempo as coisas vão se esvaziando... Eu acho interessante, porque nós tivemos um encontro (...)Eu acho que assim, foi como se fosse um varal que a gente vai colocando roupa, colocando roupa, depois de um tempo ele vai pesando, aí a gente tem que colocar um suporte ali no meio pra ele dar conta. Eu acho que foi muito isso, porque eu acho que na prática, nesse dia-a-dia, na correria, às vezes você não dá conta, começa atender uma família, depois precisa parar pra atender outra, as vezes com uma necessidade muito maior, e as vezes a gente nessa correria, a gente vai perdendo tudo isso... Então eu acho que aquele momento, esse encontro, a dois meses atrás, eu acho que foi muito bom pra isto, até mesmo pra gente rever toda a nossa prática, né? Ouvir os outros profissionais, o que que eles estão falando, fazendo, pensando... a gente volta, tipo assim, a gente volta, falando assim “Não! Algumas coisas a gente..., eu tenho que centrar, eu tenho que buscar mais, eu tenho

que analisar muito mais, porque senão parece que a gente vai se perdendo realmente, no dia-a-dia... Até mesmo na prática, vai ficando de uma forma muito mecânica, mesmo que a gente atenda várias famílias com várias demandas diversificadas... mas as coisas vão ficando muito mecânicas, eu acho que o parar, esse parar é muito importante (PROFISSIONAL8).

Enfim, parti para as minhas conclusões finais, refletindo mais profundamente sobre o que a profissional (8) havia dito. Quando dizia sobre “aquele suporte no meio daquele varal”, permitiu a mim, um processo abstrativo de que a elaboração teórica, o conhecimento teórico, não poderia estar melhor representado por aquela figura de linguagem. Porque até poderia se admitir que algumas concepções que não traziam a *recta* análise, provisoriamente, dariam a falsa impressão de que o varal não despencaria. Mas para que realmente, ele se apresente firme, há que se valer dos fundamentos ontológicos do ser social, pois somente assim é dada a possibilidade de reconhecer que sujeito é este e como ele se constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho traçado (projetado idealmente) para investigação do objeto de estudo desembocou no reconhecimento de que se faz relevante aprofundar na discussão sobre as possibilidades para a realização da práxis ética pelos profissionais (psicólogos e assistentes sociais) inseridos nos serviços da política de assistência social. Ao destacar a indiscutível importância de se abordar a práxis ética, significa reafirmar, o quão crucial se faz debruçar sobre o cotidiano em que estes profissionais estão inseridos, para encontrar quais têm sido as finalidades dos seus atos de pôr teleológicos secundários, que se dão a partir de determinado campo de valores. **A práxis ética revela-se reconhecida nesse sentido: enquanto a possibilidade dos profissionais em suas intervenções - ao projetarem atingir a consciência dos sujeitos -, realizarem suas escolhas frente às alternativas postas de forma consciente, reconhecendo e reafirmando assim, os valores e as formações ideológicas que favoreçam a elaboração teórica das demandas da classe trabalhadora.**

Com isto, mesmo com todo esforço teórico empreendido na construção dessa dissertação, cabe admitir que seria fundamental debruçar-me mais detidamente aos estudos da categoria estranhamento (*Entfremdung*). Isto porque esta emergiu, inevitavelmente, a cada momento que buscava analisar o direcionamento teórico-prático dos profissionais. Assim, com um tratamento teórico mais conciso desta categoria, teria a possibilidade de aprofundar nas reflexões sobre os impeditivos para o ato de conhecer as manifestações subjetivas. Embora, sem dúvidas, reconheço que o objeto de estudo implodiu justamente neste ponto. Pois, todas as elaborações teóricas suscitadas, vieram como movimento de resistência a uma das formas de estranhamento, em que a antinomia (sujeito e sociedade) se faz proeminente. A finalidade da dissertação - partindo para investigação da concepção de sujeito e da constituição da subjetividade no trato dado as manifestações subjetivas pelos profissionais - foi deflagrar a não dissociação do sujeito e objeto, revelando como que a subjetividade se objetiva. Esperava que todo meu trajeto fosse permitir o desvelamento de alguns pontos desafiadores, especialmente direcionado ao trato (manejo teórico-prático) dado às demandas “individuais”, que equivocadamente os profissionais consideravam enquanto demandas descoladas da base social.

De certo que a dissertação percorreu um longo caminho, na tentativa de enfatizar que as manifestações subjetivas não são meras emanções fenomênicas produzidas pelos sujeitos abstratos ou “interiorizados”. Ao contrário, respaldada na teoria marxista, destacou que é

preciso conceber o sujeito como ser social, radicalmente histórico e social. Nesses desdobramentos, pude revelar que o sujeito, na medida em que se autodetermina, lhe é conferido um mundo ideal que o permite explicitar-se a partir dos seus atos teleológicos singulares. Foi apontado que no campo do conhecimento, a partir da dialética da realidade, a teoria marxista trouxe uma forma inaugural para compreensão da relação sujeito-objeto, reconfigurando assim, a noção da concepção de sujeito e da constituição da subjetividade. Por estas contribuições de Marx, a possibilidade do conhecimento da realidade passaria pela investigação dos encadeamentos e determinações recíprocos das forças produtivas, relações de produção, estruturas políticas e formas de consciência.

De tal modo, a dissertação buscou restituir a radical criticidade de algumas elaborações teóricas suscitadas por Marx, que permite resgatar uma concepção de sujeito e da constituição da subjetividade. A proposta era trazer à cena para o embate teórico, o que é a manifestação subjetiva, mostrando que a relação sujeito e sociedade são indissociáveis. Isto seria relevante, porque se partia da suposição de que os profissionais tendiam a dicotomizar esta relação e, sendo este o ponto mais importante, isto os fazia perder a chance de reconhecerem que as manifestações da subjetividade revelam quais têm sido os elos para o processo de reprodução social. Pois estas “manifestações subjetivas”, apontam quais as conexões que os sujeitos (a partir dos seus atos de pôr singulares) têm estabelecido com a materialidade da vida social, para que estes se explicitem com este “formato” de personalidade.

Logo, o que se tentou foi não deixar sequer dúvidas quanto a qualquer possibilidade de se valer de determinismos quando se refere à categoria subjetividade. Ou seja, não se poderia admitir que a determinação econômica, por si mesma, fosse capaz de imprimir uma formação do mundo ideal dos sujeitos. Assim, com aquela máxima marxiana de que “não é a consciência que determina o ser, mas é o ser que determina a consciência”, busquei enfatizar que a relação entre a produção da vida material (que tem precedência ontológica) e a produção do mundo ideal é radicalmente dialética. Isto para destacar que esta relação não se faz de maneira direta e mecânica. Mas, para compreendê-la, a partir dos apontamentos da teoria marxista, tracei um caminho, na tentativa de desfazer alguns os possíveis equívocos no trato dado a estas manifestações subjetivas. O caminho escolhido foi a aproximação dos estudos de Lukács, da ontologia do ser social, que repõe os fundamentos ontológicos já anunciados por Marx.

Após apropriar-me dos direcionamentos teóricos de Lukács, pude reconhecer que este seguiu a principal indicação que Marx deixou para quem desejasse compreender a realidade da vida social. Marx dizia que era preciso “ir até a raiz”, mas “a raiz é o próprio homem”. E foi Lukács, na tarefa de buscar a compreensão “de qual sujeito estamos falando”, que interpôs para reafirmar a inevitável importância de se buscar os fundamentos ontológicos que permitissem a compreensão da gênese sócio-histórica e das categorias essenciais que determinam este “homem” na particularidade da vida social. Neste sentido, não à toa, a escolha desta dissertação pelos estudos lukacsianos foi deliberada. Frente à proposta de investigar a que se refere às manifestações subjetivas, precisava seguir uma trilha teórica que iluminasse a compressão da formação do mundo ideal e que também apresentasse, de forma concisa, como se dá a constituição da individualidade. Tudo isto, para desfazer incorreções teóricas a respeito das demandas singulares.

Por isso, algumas categorias essenciais para reconhecer como este sujeito se constitui e como a sua subjetividade se objetiva na realidade foram apresentadas. Caberia lembrar o destaque dado à categoria trabalho, como fundante do ser social. Por ela, foi destacado que a confirmação deste sujeito se faz pela capacidade (através da consciência) que este possui para transformar as condições objetivas postas pela natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. Assim, o sujeito pode ser definido como um ser da práxis, um ser que ao se objetivar, transforma a realidade, mas por esta relação travada com a natureza e com a sociedade, ao agir sobre estas, transformando-as, ele também se modifica. Justamente por este ato do trabalho que, originalmente, selou a relação sujeito-objeto, mostrando assim, a inseparabilidade do momento ideal e o momento real.

A dissertação pôde destacar que pelos atos teleológicos primários, a partir destas práxis primárias, teve-se o modelo para todas as outras práxis consecutivas, que foram erguidas por mediações mais amplas e complexas. Estas práxis sociais mais complexas estão vinculadas aos pores teleológicos secundários. Nestas, o objeto é o próprio sujeito, como ente inserido no campo de relações sociais. A finalidade desses atos teleológicos secundários “já não visa a transformar diretamente o objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico (...) da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre os objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens” (LUKÁCS, 2013, p. 84).

Entendendo que a práxis profissional que foi investigada nesta dissertação se conectava às práxis sociais mais mediadas socialmente, então, correlacionei que os atos

teleológicos secundários destes profissionais, tinham a finalidade de atingir a consciência dos sujeitos e famílias por eles atendidos. Então, a partir disso, o questionamento que fez latente era “quais as concepções de mundo os profissionais se ancoravam, enquanto projeções ideais, para realizarem suas as intervenções sobre a consciência dos sujeitos/famílias atendidos?”. Com este questionamento posto, o grande nó da dissertação se deu. Seria inevitável o reconhecimento do cenário complexo em que se dá a relação profissional e sujeito-famílias. Pois, nesse caso, era preciso admitir que a práxis profissional se desenrola a partir de “dois mundos ideais”. Isto significava que, ao almejar investigar como os profissionais têm concebido as manifestações subjetivas a eles deflagradas, seria imprescindível inserir nesta análise, a compreensão de que as manifestações da subjetividade dos próprios profissionais também fazem parte deste cenário. Na verdade, tanto a construção da subjetividade dos sujeitos/famílias quanto a dos profissionais está sendo “testada” no cotidiano dos serviços de assistência social.

Dessa maneira, tornava essencial considerar que a cada atendimento realizado, o profissional vê deflagrado esta relação: um sujeito singular, com suas demandas particulares, escolhas individuais, não obstante, por ser exemplar do gênero humano, simultaneamente é participante do processo de reprodução global da vida social. Entretanto, seria um equívoco não incluir nessa reflexão, a posição do profissional, que assim como seu “objeto”, é um singular-concreto de um gênero-concreto.

O profissional diante das manifestações subjetivas - da explicitação dos sujeitos singulares, através da maneira como as personalidades estão sendo construídas - poderia ter um terreno muito favorável para desvendar as visões de mundo e as ideologias que têm sido produzidas e alimentadas por uma determinada forma de sociabilidade, na particularidade sócio-histórica. Inclusive a práxis ética incluiria, enquanto finalidade, forjar outra forma de sociabilidade, que fosse capaz de produzir personalidades mais autênticas. Mas como forjar outra sociabilidade, quando o reconhecimento sobre como as individualidades se constituem, apresenta-se cada vez mais impedido? Este é o ponto que deve ser levado ao limite, para que se possa refletir como têm se configurado as formas de estranhamento dentro do cotidiano da vida social.

Quando busquei chamar atenção para o fato de que a determinação da produção material não se faz de forma mecânica para produção do mundo ideal, enquanto mero reflexo, foi para reafirmar a importância de se considerar que a concretização da vida material, dentro do processo de reprodução global, se faz através dos atos teleológicos dos sujeitos singulares.

Isto vem reforçar a importância de voltar-nos os olhos para como estas individualidades têm se constituído, para conseguir, a partir de então, no desvendamento da lógica deste processo de reprodução do ser social, atentar-nos quanto à forma estranhada que as personalidades têm se configurado na vida cotidiana.

Na verdade, os profissionais, na captura do conhecimento do que “são as manifestações, subjetivas”, ao valerem-se dos nexos ontológicos essenciais que fundamentam o ser social, teriam a chance de realizar análise concreta da realidade do cotidiano dos serviços que estão inseridos e dos sujeitos por eles atendidos. Evidentemente que os desafios teórico-práticos para o conhecimento deste cotidiano se interpõe nesse encontro entre os “dois mundos ideais”. A “correta” elaboração teórica, a *recta* análise desse cotidiano, permitiria que a finalidade da intervenção profissional, de forma consciente, não se restringisse a resposta que rodeou a parte investigativa desta dissertação “o que eles querem de nós?”. Seria preciso, em concomitância, deixar também exposta, de forma consciente, outra resposta a outra pergunta também instigadora “o que queremos deles?”. Esta sim, selaria a possibilidade de trazer à tona um processo autorreflexivo mais amplo, que contemplaria a análise desses “dois mundos ideais”.

A investigação permitiu reconhecer alguns aspectos dos desafios teórico-práticos para o conhecimento das manifestações da subjetividade. Naquele momento inicial, tinha enquanto suspeita, que os profissionais pudessem estar assumindo, no campo do embate teórico, as posições das teorias ditas pós-modernas ou neopositivistas. Mas, não consegui capturar, conclusivamente, através da investigação, quais os direcionamentos teóricos mais determinantes que permitissem indicar maiores afinidades com alguma teoria específica. A não ser dizer que as concepções de sujeito e sociedade, apresentadas naquele cenário da investigação, se distanciaram dos estudos de Marx e Lukács, a respeito da compreensão da relação sujeito e objeto. Foi notório que àqueles profissionais investigados, assumiram direcionamentos teóricos, desvinculados de uma perspectiva mais crítica que valesse da categoria dialética e totalidade. Até porque, como analisado a partir da investigação, eles não reconheciam a relação que se estabelece entre singular-particular-universal e não revelaram a compreensão de como se dá o processo de reprodução social, em que a bipolaridade de dois complexos dinâmicos do ser social se revela: o sujeito singular na constituição da sua individualidade e a sociedade na constituição da totalidade social.

Mas isto não quer dizer que não se possa admitir, dentro desse cotidiano profissional, um momento possível para o estabelecimento de uma práxis ética. Até porque é sempre

relevante atentarmos que é somente na vida cotidiana que os sujeitos singulares podem “resistir” e reconhecer algumas formas de estranhamento. Essencial enfatizar que, pela relação dialética travada entre profissional e sujeito, é possível forjar novas possibilidades para que realizem suas escolhas. Pois, não se tem como negar que a relação entre profissional e famílias/sujeitos é um processo dialético de objetivação/alienação, em que os dois lados testam as marcas das suas individualidades.

Numa leitura luckasiana, cabe refletir o estabelecimento da relação dialética entre o profissional e as famílias/sujeitos, chegando-se assim, as seguintes elaborações: quando o profissional recebe famílias/sujeitos com demandas subjetivas (enquanto objeto de intervenção), o mesmo, necessariamente realiza o processo de objetivação/alienação. Lembrando que o profissional se vale de elementos teórico/práticos para dar respostas a seu objeto e, que estes, nunca se descolam da finalidade do seu ato interventivo e, portanto, carregam uma dimensão valorativa. De qualquer forma, o retorno provocado pelas demandas subjetivas que foram postas à sua ação, faz com que ele (profissional) também se transforme.

Contudo, nesse processo, dialeticamente, as famílias/sujeitos, após sofrerem a ação interventiva, também se modificam de alguma forma. Na verdade, quando procuram (ou são encaminhados) os serviços psicossociais, o que estão buscando é solucionar algo que está posto na realidade. Pode-se dizer que, na maioria dos casos, estão à procura de instrumentos/recursos (objetivos ou subjetivos), conscientes ou não, que lhe garantam outras possibilidades (novos horizontes) para escolher entre as alternativas postas.

Portanto, esta experiência será sempre inédita, num movimento constante em que o profissional é capaz de transformar-se subjetivamente e objetivamente, a partir das atuações de criação, em busca de outras possibilidades às famílias/sujeitos. Ainda inédito, pois, ao construir (na relação) novas possibilidades às famílias/sujeitos, abrem-se outras escolhas (novos valores) que até então não haviam sido refletidas criticamente. Na verdade, o grande risco que se corre - quando se tem a manifestação subjetiva enquanto objeto de estudo -, é que a reflexão se delimite em demasia na discussão dessa relação travada entre profissional e família/sujeito, atrelando-a apenas à via profissional-família/sujeito. Isto pode acabar deixando de destacar a totalidade do processo dialético, em que também deve estar contemplada a via família/sujeito-profissional. Nesse caso, atentar-nos à relação dialética entre eles, é compreender que os dois lados estão explicitando a conformação de sua vida subjetiva.

Finalmente, a dissertação não quis apenas levantar o que “são as manifestações subjetivas”, mesmo considerando que isto já seria bastante relevante. Ela também almejou problematizar como o conhecimento teórico-filosófico interferia no direcionamento prático em relação às mesmas (manifestações da subjetividade). Isto por acreditar que este movimento levaria a compreensão de que o conhecimento teórico impulsiona o fazer profissional. Mas, obviamente, que o conhecimento teórico não se limita a formação acadêmico-científica, já que outras dimensões também são propícias a cunhar perspectivas de conceber a si e o outro. Percebendo, assim, os profissionais, enquanto sujeitos que estão implicados, inclusive anteriormente, às escolhas profissionais, aos valores sociais que atravessam todas as suas trajetórias de vida (biografias). Nesse sentido, na admissão da possibilidade da práxis ética dentro do fazer profissional, implicaria a inevitável tarefa, em que os profissionais estivessem atentamente imbuídos no desvendamento dos imperativos ontológicos do ser social, o que incluiu inerentemente eles mesmos, em seus processos de autorreflexão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács**. 2. ed. revista. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Ester Vaisman (Orientadora). **As novas vias da ontologia em György: as bases ontológicas do conhecimento**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011a.

_____. György Lukács e a inflexão da ontologia: Ser, objetividade e história no pensamento de Karl Marx. In: **Revista Verinotio revista on-line** – n. 13, Ano VII, abr/2011b, ISSN 1981-061X.

GARAUDY, R. A Dialética em Marx. In: **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, junho de 2007.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, 1968. Disponível em <<http://moviments.net/espaimarx/docs/818f4654ed39a1c147d1e51a00ffb4cb.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2013.

_____. O Particular à luz do Materialismo. **Dialético. Introdução a uma estética marxista.** Trad. Carlos N. Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.73 – 122.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível.** Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman, São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Maria Helena Barreiro Alves, revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma social”.** São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Livro Primeiro, volumes 1. O processo de produção do capital. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed São Paulo: Nova Cultural: 1988.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A Sagrada Família, ou, A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consorte.** Tradução, organização e notas de Marcelo Backer. 1. Ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** Tradução Rogério Bertoni: revisão técnica Caio Antunes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete . **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

RANIERI, Jesus. **A Câmara escura: alienação e estranhamento em Marx.** Coleção Mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

TONET, Ivo. Cidadania ou liberdade. In: **Perspectivas.** São Paulo, vol. 22, 1999, p. 85-94.

ANEXO

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social
TEL. (032) 3229-3569
EMAIL: mestrado.ssocial@ufjf.edu.br
fernanda_og@ig.com.br

TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Vimos através deste, convidá-lo a participar, enquanto voluntário, da pesquisa a ser realizada pela aluna FERNANDA DE OLIVEIRA GUIMARÃES, inserida no programa de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **O objetivo do seu estudo é destacar os desafios enfrentados pelas equipes técnicas (psicólogos e assistentes sociais) no cotidiano dos serviços da política de assistência social frente as demandas subjetivas dos sujeitos e famílias por eles atendidos.** Nesse sentido, traz enquanto objeto de estudo “a concepção de sujeito e da constituição da subjetividade no trato dado às manifestações subjetivas contemporâneas pelos profissionais de psicologia e serviço social inseridos nos serviços da política de assistência social”.

A participação consistirá em conceder a autorização para que a pesquisadora esteja presente no encontro entre profissionais (assistentes sociais e/ou psicólogos), momento este, em que discutem e problematizam casos de sujeitos/famílias que demandam suas intervenções profissionais dentro dos serviços da política de assistência social. E, além da autorização da presença da pesquisadora no encontro de discussão de casos, o participante voluntário se dispõe a conceder uma entrevista individual a ser realizada pela pesquisadora. Cabe salientar, que nestes dois momentos, o uso de gravador torna-se imprescindível, de forma a capturar com maior fidedignidade o que foi relatado pelos participantes voluntários. Fica firmado o compromisso de que a pesquisa está respaldada na confidencialidade, o que quer dizer, que todas as informações coletadas são compreendidas como estritamente sigilosas. Nesse sentido, quaisquer dados ou fala dos participantes, quando utilizados, serão identificados por um código, de forma a assegurar a privacidade e a não identificação direta dos participantes.

Esta pesquisa não apresenta qualquer ganho material direto ao participante voluntário. Embora, almeje-se que, ao final desse estudo, com a conclusão da dissertação, obtenha-se contribuições à temática da subjetividade dentro dos serviços da política de assistência social. Assim, a pesquisadora se compromete a divulgar o resultado do estudo realizado.

Em caso de concordância com as considerações acima expostas, solicitamos que assine este “TERMO DE CONSENTIMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA” no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos sua colaboração e disponibilizamos, a qualquer momento, esclarecimentos quanto à pesquisa a ser realizada.

Fernanda de Oliveira Guimarães
Pesquisadora

Prof. Dr. Rodrigo de Souza Filho
Orientador

Eu, _____(PARTICIPANTE)_____, assino o termo de consentimento, após esclarecidos os objetivos e as condições de realização da pesquisa “**Os desafios teórico-práticos de psicólogos e assistentes sociais frente a categoria subjetividade**”, permitindo que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados, enquanto conteúdo acadêmico, preservando através do sigilo, o meu anonimato, assim como de quaisquer pessoas citadas na discussão dos casos ou ao longo da entrevista individual.

Leopoldina/MG, _____ de agosto de 2015.

(ASSINATURA)
Participante voluntário